

Carlos Eduardo Dias Munaier Lages

**A COPA DE 2014 NA CAPITAL MINEIRA E RELAÇÕES COM
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER –
ESTUDO A PARTIR DE PROJETOS QUE COMPÕEM O
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INTEGRADO DO ESTADO
DE MINAS GERAIS E DA PREFEITURA DE BELO
HORIZONTE**

Belo Horizonte
Escola de Educação física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Maio de 2012

Carlos Eduardo Dias Munaier Lages

**A COPA DE 2014 NA CAPITAL MINEIRA E RELAÇÕES COM
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER –
ESTUDO A PARTIR DE PROJETOS QUE COMPÕEM O
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INTEGRADO DO ESTADO
DE MINAS GERAIS E DA PREFEITURA DE BELO
HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao curso de Pós
Graduação em Lazer da Escola de Educação física,
Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.
Orientador: Sílvio Ricardo da Silva

Belo Horizonte
Escola de Educação física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Maio de 2012

*Dedico este trabalho a minha família,
alicerce de tudo que construí em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Com certeza esse momento será inesquecível pela conquista pessoal e profissional, pelo trabalho árduo e complexo que tive que empenhar para conseguir cumpri-lo, quanto pela paradoxal saudade que sentirei de tudo que vivi até o momento quando esta etapa da minha vida se finalizar. Dessa forma, na medida em que subo um degrau da escada, as responsabilidades para comigo, a universidade e a sociedade parecem ser cada vez maiores. Ainda bem, que os sonhos crescem também de forma exponencial, aumentando a minha vontade de empreender novos desafios e superar novos obstáculos que com certeza farão parte dos diversos caminhos que trilharei daqui para frente. Agradeço a todos os membros do GEFUT pelo apoio, ensinamentos e oportunidades. Em especial ao Sílvia coordenador, orientador e amigo e aos companheiros Luiz, Tiago, e Tio Phil, que sempre me ajudaram quando precisei. Aos meus colegas e professores de mestrado pela amizade, inspiração, paciência e orientação todas as vezes que me perdia em meio a tantas possibilidades de investigação. Em especial Hélder, Christiane, Sheila, Carol e Ubiratan. À minha família que sempre esteve ao meu lado, nos tempos bons e ruins. Em especial a meu pai pelos conselhos adequados, pelo incentivo, e pela referência que representa pra mim. À minha mãe pelos elogios, pela confiança e pelo carinho. À minha irmã, que me deu forças e pelas “puxadas de orelha”. Aos meus avós, pelos exemplos, dedicação e alegria. À Nágela pela disponibilidade e orientações. A uma pessoa muito especial, que mesmo longe sempre torceu e me incentivou. Aos meus amigos que agüentaram reclamações, desabafos, alegrias e tristezas e sempre me estimularam a continuar minha caminhada.

“O significado das coisas não está nas coisas em si, mas sim em nossa atitude com relação a elas.” Antoine de Saint-Exupéry.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender as concepções de Políticas Públicas de Esporte e Lazer e de Participação Popular presentes em três projetos do Planejamento Estratégico Integrado da Copa do Mundo de 2014 do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte e nos discursos de seus formuladores, bem como analisar as ações inscritas nestes projetos que incidirão nas vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos. A pesquisa foi organizada em quatro etapas: uma exposição teórica dos conceitos e impactos relacionados a megaeventos e algumas aproximações com lazer, uma exposição teórica dos conceitos de participação popular e políticas públicas, enfatizando aquelas de esporte e lazer, uma análise dos projetos escolhidos para investigação (Modernização do Mineirão, Estádios Alternativos, Mobilidade Urbana) e do Planejamento Estratégico Integrado e, por último, uma análise das entrevistas que foram realizadas com seis gestores relacionados à formulação e/ou implementação dos projetos. Para a realização da investigação foram criadas quatro categorias de análise: Ações inscritas nos projetos que podem influenciar nas vivências de esporte e lazer dos Belo-horizontinos, Concepções de políticas públicas de esporte e lazer, Concepções de participação popular e Impactos e legados. Para cumprir os objetivos instituídos nessa investigação adotou-se a pesquisa documental e de campo, de caráter qualitativo. A análise dos documentos foi feita à luz da análise de conteúdo. Quanto à pesquisa de campo, foi utilizada como instrumento a entrevista semi-estruturada, buscando-se dar maior liberdade ao entrevistado para explorar e argumentar sobre aspectos relevantes sobre seu pensamento. Nas considerações finais foram realizadas inferências relacionando-se os conceitos teóricos discutidos nos dois primeiros capítulos com as análises realizadas a partir do planejamento estratégico e dos projetos escolhidos para análise, bem como dos relatos realizados pelos gestores entrevistados. Dessa forma, verificou-se que várias intervenções propostas pelos gestores e projetos que influenciarão nas vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos foram propostas a partir de uma lógica mercadológica. Constatou-se que alguns gestores possuem concepções tangenciais e superficiais acerca de políticas públicas de esporte e lazer, não tendo claras a sua importância e a sua relação com a organização da Copa do Mundo de 2014, e muito superficiais e amplas no que diz respeito à participação popular, não deixando claro se esta

ocorreu efetivamente no processo de organização do megaevento. No que se refere aos impactos e legados, grande parte dos gestores concebem a realização da Copa do Mundo na capital Mineira como um “negócio”, uma oportunidade de antecipação de decisões e recursos governamentais, de aumento do fluxo de turistas e da promoção da imagem da cidade.

Palavras Chave: Megaeventos; Lazer; Políticas Públicas de Esporte e Lazer, Participação Popular.

ABSTRACT

The present study aims to understand the concepts of Public Policies to Sport and Leisure, and the popular participation in three projects of integrated Strategic Planning of the World Cup in 2014 in the State of Minas Gerais and the city of Belo Horizonte and the discourse of their makers, as well as analyze the actions included in those projects that focus on the experiences of sport and leisure of Belo Horizonte. The research was organized into four stages: an exposition of theoretical concepts and impacts related to mega events and some approaches to leisure, a theoretical exposition of the concepts of popular participation and public policy, emphasizing those of sport and leisure, an analysis of the projects chosen for research (Modernization of the “Mineirão” Stadium, Stadiums Alternative, Urban Mobility) and the Integrated Strategic Planning and finally, an analysis of the interviews which were conducted with six managers directly related to the formulation and / or implementation of projects. To carry out the research, were created four categories of analysis: actions listed on the projects that can influence the experiences of sport and leisure of “belohorizontino” people, Conceptions of public policies for sport and leisure, Conceptions of popular participation and impacts and legacies. To accomplish the goals established in this investigation was adopted a method of documentary research and field of qualitative character. The analysis of documents was made based on the technique of content analysis by Bardin (1979). Yet for field research, was used a semi-structured interview seeking to give freedom for the interviewee to explore and argue about relevant issues on his mind, as proposed by Triviños Neto (2004). The final remarks were made inferences relating to the theoretical concepts discussed in the first two chapters with the analyzes from the strategic planning and projects chosen for analysis as well as the reports made by the managers interviewed. Thus, it was found that several interventions proposed by the managers and projects that influence the experiences of sport and leisure of “belohorizontino” people the proposals were based on a market-oriented logic. It was found that some managers have tangential and superficial conceptions about public policies to sport and leisure, with no clear its importance and its relationship with the organization of World Cup 2014, and very large surface and with respect to participation popular, making it unclear whether this actually occurred in the process

of organizing the mega event. Regards to the impact and legacy, most managers perceive the achievement of the World Cup in the capital as a "business" meaning, an opportunity to advance decisions and government resources, the increased flow of tourists and the promotion of the image of the city.

Key Word: Mega Events; Leisure; Public Policy of Sports and Leisure, Popular Participation.

LISTA DE ABREVIATURAS

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BELOTUR Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte
BHTRANS- Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte
BRT - Bus Rapid Transit
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
COL - Comitê Organizador Local
COLTEC - Colégio Técnico
EpR - Estado para Resultados
FIFA – Federação Internacional de futebol
GEFUT- Grupo de Estudos sobre Torcidas e Futebol
GMG – Governo de Minas Gerais
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG's – Organizações Não Governamentais
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte
PEI - Planejamento Estratégico Integrado
PEPR - Programa Estado Para Resultados
PIB - Produto Interno Bruto
PPPs - Parcerias Público Privadas
SEDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEEJ - Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SETOP - Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas
SETUR - Secretaria de Estado de Turismo
SUS - Sistema Único de Saúde

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Patrocinadores da Copa do Mundo 1990-2006	29
FIGURA 2: Impactos gerados por megaeventos	33
FIGURA 3: Modelo de financiamento dos jogos olímpicos- 1972 a 2000	38
FIGURA 4: Transporte no Pan 2007	48
FIGURA 5: Formas de representação na política contemporânea	78
FIGURA 6: Exemplo de relação entre projetos e objetivos estratégicos do eixo Infraestrutura através dos itens de controle	83
FIGURA 7: Carteira geral dos projetos Copa 2014	85
FIGURA 8: Carteira geral dos projetos Copa 2014	86
FIGURA 9: Matriz de alcance de projetos	88
FIGURA 10: Exemplo conceitual	90
FIGURA 11: Carteira de Projetos	92
FIGURA 12: Painel de controle	94
FIGURA 13: Primeiro nível de alinhamento	96
FIGURA 14: Descrição Projetos Modernização do Mineirão	99
FIGURA 15: Modificações nos setores arquibancada e gramado do estádio	101
FIGURA 16: Matriz de Responsabilidades - Projeto Modernização do Mineirão	103
FIGURA 17: Gráfico de compartilhamento dos ganhos nas parcerias	109
FIGURA 18: Descrição Projetos Estádios Alternativos	106
FIGURA 19: Etapas de reestruturação do estádio Independência	107
FIGURA 20: Descrição Projetos Mobilidade Urbana	109
FIGURA 21: Custos das Intervenções para criação do BRT	111
FIGURA 22: Pirâmide Mobilidade Urbana	112
FIGURA 23: Matriz de Responsabilidades- Projetos Mobilidade Urbana	113
FIGURA 24: Matriz de Responsabilidades- Projetos Mobilidade Urbana	114
FIGURA 25: Indicadores de Mobilidade Urbana em Belo Horizonte	114
FIGURA 26: Perfil do sistema Metroferroviário no Brasil	115
FIGURA 27: Escolha BRT custo x passageiro	116
FIGURA 28: Relação de BRT's em Belo Horizonte	117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Perfil dos entrevistados	184
QUADRO 2: Ações que podem influenciar as vivências de esporte e lazer dos Belohorizontinos	185
QUADRO 3: Concepções de políticas públicas de esporte e lazer	194
QUADRO 4: Concepções de Participação Popular	198
QUADRO 5: Impactos e Legados	204

Sumário

INTRODUÇÃO	15
Contexto da Pesquisa	17
Processos metodológicos	18
Percurso da pesquisa	18
Contexto e Sujeitos da pesquisa	20
Métodos e instrumentos.....	21
CAPÍTULO 1	26
1 MEGAEVENTOS: CONCEITOS E IMPACTOS	26
1.1 Conceito.....	26
1.2 Impactos, Legados e Conflitos	30
1.3 Impactos urbanos.....	40
1.3.1 Mobilidade urbana e ordenamento territorial	45
1.3.2 Dos Equipamentos esportivos	48
1.4 Aproximações com o lazer	50
CAPÍTULO 2	55
2. POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITUAÇÃO	55
2.1 Políticas Públicas: Atores, Estágios e formação da Agenda	58
2.2 Políticas Públicas de Esporte e Lazer.....	61
2.3 Políticas Públicas e Participação Popular	69
CAPÍTULO 3	79
3 ANÁLISE DOS PROJETOS ESCOLHIDOS.....	79
3.1 Planejamento Estratégico Integrado	79
3.1.1 Modelo Integrado de Gestão	81
3.1.2 Mapa Estratégico	82
3.1.3 Carteira de Projetos	83
3.1.4 Estrutura de Governança Cooperada	90
3.1.5 Estruturas de Controle	92
3.1.6 Níveis de Alinhamento	95

3.2 Mineirão	98
3.3 Estádios alternativos	105
3.4 Mobilidade urbana.....	108
4.0 A VOZ DOS GESTORES	119
4.1 Perfil dos entrevistados.....	120
4.2 Vivências de esporte e lazer	120
4.3 Concepções de políticas públicas de esporte e lazer	129
4.4 Concepções de Participação Popular	140
4.5 Impactos e Legados.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170
ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA.....	177
ANEXO 2 - ROTEIRO ENTREVISTA 1	179
ANEXO 3 - CARTA DE ANUÊNCIA DA UFMG À PREFEITURA DE BELO HORIZONTE.....	180
ANEXO 4 - CARTA DE ANUÊNCIA DA UFMG AO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.	182
5 QUADROS DE ENTREVISTAS	184
Quadro 1: Perfil dos entrevistados.....	184
Quadro 2: Ações que podem influenciar as vivências de esporte e lazer dos Belohorizontinos	185
Quadro 3: Concepções de políticas publicas de esporte e lazer	194
Quadro 4: Concepções de Participação Popular	198
Quadro 5: Impactos e Legados.....	204

INTRODUÇÃO

Desde a infância estive ligado ao mundo do esporte e, em particular, com o futebol. Por isso, me considero privilegiado por ter vivenciado diversas experiências de esporte e lazer, às quais contribuíram de forma incisiva na minha formação humana e profissional.

Quando iniciei meus estudos no ensino superior na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais no curso de Relações Internacionais, afastei-me um pouco destas áreas e, seguindo a grade curricular proposta pelo curso, me aproximei mais de questões políticas, sociológicas, econômicas e históricas. Porém, sempre que era possível, trazia à tona temáticas de esporte e lazer, na tentativa de relacioná-las com as demais.

Em 2008 pude assistir às Olimpíadas de Pequim pela televisão e vários acontecimentos me chamaram a atenção como: a grandiosidade, as manifestações políticas contrárias à sua realização, a proibição do funcionamento de algumas fábricas na capital chinesa, a criação de praças para a realização de protestos, o discurso de superação frente aos norte-americanos por parte dos chineses no quadro de medalhas, dentre outros. Por isso, empreendi um estudo monográfico conclusivo do curso de Relações Internacionais buscando entender como os jogos de Pequim foram organizados e se houve singularidade em sua organização.

Logo depois, ao ingressar no curso de Educação Física na Universidade Federal de Minas Gerais, através da frequência, debates e discussões propostas no referido curso, aumentei meu interesse pelos fenômenos de esporte e lazer. Em março de 2008, entrei para o GEFUT (Grupo de Estudos sobre Torcidas e Futebol) que contribuiu significativamente para um maior direcionamento de minha formação acadêmica. Estive dois anos à frente do projeto de extensão intitulado “O torcer em Belo Horizonte”. Na ocasião pude desenvolver junto aos demais integrantes do grupo e aos alunos do COLTEC (Colégio Técnico) e do Centro Pedagógico

participantes do projeto, uma proposta que teve como eixo central o futebol e o torcer em Belo Horizonte. A partir deste eixo, discutíamos questões como a história do futebol, a presença feminina nos esportes, a interferência política nos eventos esportivos, a relação entre futebol, sociedade e violência, as manifestações do torcer enquanto vivência de lazer, o espetáculo esportivo e sua mercadorização, a cultura futebolística, as ações governamentais propostas como o estatuto de defesa do torcedor e suas implicações para a população, dentre outros temas demandados pelos alunos. A experiência foi muito rica e também contribuiu para a elaboração de metodologias alternativas que utilizávamos nas aulas, bem como para ampliar os saberes, conhecimentos e questionamentos acerca desses assuntos.

No final de 2008, participei de um seminário cujo tema era “A copa do Mundo de 1982 e os Jogos Olímpicos de 1992: diferentes legados para a cidade de Barcelona”. Os palestrantes, integrantes de institutos espanhóis, relataram o contexto político, econômico e social de ambos os eventos e debateram sobre seus respectivos legados. A partir de tal experiência me interessei pela temática e resolvi pesquisar um pouco mais, principalmente sobre os legados dos megaeventos discutidos na ocasião.

Em maio de 2009, Belo Horizonte foi confirmada como sede da Copa do Mundo de 2014. Essa foi a motivação que me impulsionou à escrita do projeto de monografia do curso de Educação Física, que teve como eixo principal os possíveis impactos da Copa do Mundo de 2014 na cidade de Belo Horizonte.

Em 2010 ingressei no mestrado interdisciplinar em Lazer na Universidade Federal de Minas Gerais e a partir dos diversos debates e discussões que participei, bem como a partir dos artigos e livros propostos nas disciplinas, surgiram diferentes inquietações e questionamentos, quais sejam: Como se dará a organização da Copa do Mundo em Belo Horizonte? Quais as expectativas da população de Belo Horizonte em relação à Copa do Mundo? Quais as instâncias estarão envolvidas na sua organização e realização? Haverá participação popular na organização da Copa do Mundo? As decisões obedecerão às exigências da FIFA – Federação Internacional de futebol? Serão formuladas políticas públicas de esporte e lazer? As

ações governamentais que serão propostas terão impactos nas vivências de lazer dos belo-horizontinos?

Dessa forma, instigado a responder tais perguntas, reformulei meu projeto de pesquisa na tentativa de responder algumas delas e empreendi a pesquisa de dissertação buscando dar contribuições, mesmo que limitadas, a outros pesquisadores e à sociedade brasileira.

Contexto da Pesquisa

Para que os jogos ocorram efetivamente no Brasil, existe uma série de exigências da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Para cumpri-las, cada cidade sede escolhida deverá passar por uma série de ajustes e reformas estruturais tais como: melhorias na área de segurança e saúde, ampliações viárias e do sistema de mobilização urbana, modernização aéreo-portuária e dos estádios e de seus acessos, ampliação da rede hoteleira, dentre outros. A cidade de Belo Horizonte deverá ainda criar um moderno centro de informações turísticas e de tratamento para com os torcedores.

A Copa do Mundo se consolidou como o segundo megaevento de maior proporção e dimensão mundial, perdendo apenas para os Jogos Olímpicos. Por isso, os investimentos serão altos, cerca de R\$ 20 bilhões¹, entre a iniciativa pública e privada que projetam um retorno à altura, como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), do fluxo turístico, das oportunidades de negócios, da infraestrutura, dos investimentos empresariais, assim como da projeção mundial da cidade.

Como consequência das mudanças e investimentos que deverão ocorrer, a capital mineira poderá sofrer impactos em diferentes áreas: econômica, social, política, cultural, educacional, dentre outras. O esporte e o lazer são algumas

¹“BH se prepara para o Mundial”, disponível em <<http://www.portalhd.com.br/cmlink/hoje-em-dia/pesquisar>>. Acesso em: 14 mai.2011

dessas áreas que poderão sofrer modificações. No que diz respeito especificamente a estes, a dificuldade está na criação, implementação e manutenção de políticas públicas que sejam realmente efetivas e eficazes, na busca de uma maior participação social, bem como de instrumentos que possibilitem a mensuração dessas.

Para organizar e realizar o megaevento, políticas públicas e projetos sociais vêm sendo constituídos, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais. Foi elaborado um Planejamento Estratégico Integrado (PEI) para a Copa do Mundo de 2014, que conta com 54 projetos direcionados a diferentes áreas. Conhecer tais projetos e políticas, a forma como estão sendo formulados, as concepções de políticas públicas de esporte e lazer utilizadas, bem como a sua relação com a participação popular, é de fundamental importância.

Nessa direção, este estudo tem como objetivo compreender as concepções de Políticas Públicas de Esporte e Lazer e de Participação Popular presentes em três projetos do Planejamento Estratégico Integrado da Copa do Mundo de 2014 do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte e nos discursos de seus formuladores, bem como analisar as ações inscritas nestes projetos que incidirão nas vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos.

Processos metodológicos

Percurso da pesquisa

A definição de um projeto de pesquisa como aquele válido como versão final para o início da investigação foi um processo complexo. O primeiro projeto elaborado pretendia mensurar os possíveis impactos e legados que poderiam ser produzidos devido à realização da Copa do Mundo de 2014 para a cidade de Belo Horizonte. Este recebeu algumas críticas, tendo como principal argumentação

contrária à sua execução o fato de que seria extremamente difícil mensurar tais impactos e legados, uma vez que o megaevento somente seria realizado 2 anos após o prazo final de entrega da dissertação.

Portanto, empreendi modificações buscando outras indagações dentro do tema, que tivessem o interesse do pesquisador em investigá-las. Em um segundo momento pensou-se em pesquisar a expectativa da população belo-horizontina em relação à realização da Copa do Mundo na capital. Novamente deparei-me com alguns possíveis problemas que poderiam surgir ao longo do estudo, como a dificuldade de mensuração das expectativas, e a definição de qual universo e/ou amostragem seria levada em consideração.

Uma nova reflexão foi realizada e decidiu-se por investigar os projetos Entretenimento Cultural, Ações Esportivas e Ações Sociais do Planejamento Estratégico Integrado constituído pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Governo de Minas Gerais, quanto às suas concepções de políticas públicas de esporte e lazer e participação popular, bem como analisar as ações inscritas no projeto que pudessem influenciar/alterar as vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos. Estes projetos foram escolhidos a priori porque se acreditava que, pela proximidade ao tema do estudo e da linha de pesquisa do mestrado, poderiam apresentar um maior número de dados e informações para análise, assim como uma maior contribuição para a área de esporte e lazer.

Uma vez definido o objeto de estudo, comecei a pesquisar sobre os projetos e marquei uma reunião com um dos gestores responsáveis por estes para colher informações preliminares. Porém, este argumentou que, apesar de todos os 54 projetos integrantes do PEI terem sido apresentados na carteira de projetos pelas instituições estaduais e municipais,, os projetos selecionados para pesquisa não tinham sido constituídos ou ainda estavam em fase de desenvolvimento. Perguntou-se então sobre os demais projetos do PEI e foi respondido que aqueles que estavam em um estágio mais avançado eram os projetos Modernização do Mineirão, Mobilidade Urbana e Estádios Alternativos. Por isso, e por acreditar que

estes poderiam fornecer elementos mais consistentes por estarem em andamento, optamos pela análise desses projetos.

Dessa forma, optei por investigar os projetos Modernização do Mineirão, Mobilidade Urbana e Estádios Alternativos do Planejamento Estratégico Integrado constituído pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Governo de Minas Gerais, quanto as suas concepções de políticas públicas de esporte e lazer e participação popular, bem como analisar as ações inscritas nos projetos que pudessem influenciar/alterar as vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos.

Uma vez tomada esta decisão, procurei elaborar as etapas de pesquisa a partir das quais o estudo poderia ser constituído, discuti com o orientador quais eram os passos adequados e estabeleci um cronograma de atividades.

Contexto e Sujeitos da pesquisa

A escolha da cidade de Belo Horizonte como objeto de pesquisa se deu por dois motivos: primeiro pela questão pessoal, por ser a cidade que me abrigou desde que nasci e que me possibilitou vivenciar diversas experiências de esporte e lazer. Segundo, por contribuir com um trabalho fora do eixo Rio-São Paulo, o qual abriga a maior parte das poucas pesquisas realizadas na área, por concentrar grande parte da realização dos megaeventos que ocorrem no Brasil.

A definição dos sujeitos da pesquisa foi realizada em conjunto com o orientador. Inicialmente pensou-se em entrevistar os torcedores e gestores, mas optou-se por focar nos olhares dos gestores, devido aos poucos estudos existentes que privilegiam tais sujeitos como foco de investigação. Além disso, porque através da análise de suas idéias como ponto de partida poderia se delinear de forma mais assertiva, hipóteses, interesses, atores envolvidos e estratégias de ação, entendendo os fundamentos pelos quais são tomadas as decisões e são construídas as políticas públicas de esporte e lazer. (MENEUCCI, 2008)

Os gestores foram escolhidos tendo como base os projetos selecionados para análise, por isso, buscou-se inicialmente um formulador e um implementador de cada projeto em um total de seis entrevistados. Porém, por questões referentes à acessibilidade e disponibilidade, foram escolhidos como sujeitos da investigação dois responsáveis gerais por todos os projetos, um pertencente à esfera estadual e outro integrante da esfera municipal, e quatro relacionados com os projetos selecionado para análise, sendo dois especificamente ao projeto Modernização do Mineirão e Estádios Alternativos e dois ao projeto de Mobilidade Urbana.

Busquei, primeiro, desconstruir o olhar como cidadão e torcedor para então, sob a condição de pesquisador, pensar quais as indagações poderiam ser realizadas aos entrevistados, no que concerne à percepção dos elementos relevantes para a organização das informações e dados importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse ponto, novas questões surgiram: como abordar estes gestores? Qual instrumento utilizar? Estes aceitariam em participar da pesquisa?

A seguir descrevo os caminhos metodológicos da investigação e a estruturação dos procedimentos utilizados.

Métodos e instrumentos

Para cumprir os objetivos pretendidos nessa investigação adotou-se um método de pesquisa documental e de campo, de caráter qualitativo. Segundo Bruyne et all (1991, p.909), “várias técnicas podem e devem freqüentemente ser empregadas numa mesma pesquisa para reunir um feixe de dados ao mesmo tempo disponíveis, acessíveis e conforme a seu objetivo de investigação”.

O escopo principal não foi produzir um conjunto contíguo de resultados integrados, mas perceber as diferentes concepções dos entrevistados em relação às políticas públicas de esporte e lazer e a participação popular, bem como entender as possíveis modificações que as vivências de esporte e lazer dos belo-

horizontinos poderiam sofrer a partir das ações inscritas nos projetos escolhidos para análise.

A pesquisa documental foi importante, porém forneceu poucas informações devido ao número restrito de documentos que foram disponibilizados pelos gestores sobre os três projetos (Mobilidade Urbana, Modernização do Mineirão, Estádios Alternativos) integrantes do Planejamento Estratégico Integrado. Por isso, optou-se também por analisar o próprio PEI, pois este consistiu no documento base para a constituição dos projetos.

A análise dos documentos foi feita à luz da técnica da análise de conteúdo, apresentada por Bardin (1979). A análise de conteúdo, de acordo com os apontamentos do autor, versa sobre a descoberta de significações de diversos tipos de discursos, baseando-se na inferência ou dedução, mas que concomitantemente respeitem a critérios específicos propiciadores de dados em frequência em estruturas temáticas, buscando exprimir e revelar a riqueza de detalhes.

No trato com as fontes buscou-se compreender o significado próprio das citações, interpretando o sentido das palavras ou o que se apresenta “internamente” nelas. Nesta medida constata-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Ela permite inferências sobre a fonte, sobre a situação em que esta foi produzida ou até, por vezes, sobre o receptor ou destinatário das mensagens. Trata-se do ato de desmanchar um discurso e produzir um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de significação ao material objeto de análise. (BARDIN, 1979)

É importante ressaltar que as categorias de análise são os elementos-chave do código do analista e são habitualmente compostas por um termo-chave que aponta a significação central do conceito que se quer apreender, e de outros indicadores do campo semântico do conceito. Destaca-se que

apelar para estes instrumentos de investigação laboriosa de documentos, é situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim a P. Bourdieu passando por Bachelard, querem **dizer não <<à ilusão da transparência>> dos factos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão**

espontânea. É igualmente <<tornar-se desconfiado>> relativamente aos pressupostos, **lutar contra a evidência do saber subjectivo, destruir a intuição em proveito do <<construído>>, rejeitar a tentação da sociologia ingênua,** que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua própria subjectividade (BARDIN, 1979, p. 28). (grifo do autor).

Para este estudo foram definidas, a priori, três categorias de análise: concepções de políticas públicas de esporte e lazer, a participação popular no processo de formulação dos projetos escolhidos para análise do Planejamento Integrado e as ações propostas pelos projetos que incidirão nas vivências de esporte e lazer da população belo-horizontina. Estas categorias foram escolhidas na medida em que podem contribuir para clarificar e delimitar o objeto de estudo, bem como, porque se acredita que essas possuem uma relação entre si e auxiliarão na construção de uma análise mais rigorosa e consistente. Porém, a partir da leitura e análise dos documentos, bem como dos depoimentos dos gestores, sentiu-se a necessidade de criar-se uma nova categoria de análise que foi denominada de Impactos, legados e conflitos, devido à quantidade de dados e informações que apareceram de forma recorrente e relevante.

Quanto à pesquisa de campo, foi utilizado, como instrumento, a entrevista semi-estruturada com os seis gestores envolvidos na formulação e na implementação dos projetos escolhidos para análise do PEI, de forma específica ou generalista. Segundo Neto; Triviños (2004) esse instrumento permite a realização de explorações não-previstas possibilitando liberdade ao entrevistado para argumentar e explorar sobre o tema ou dissertar sobre aspectos que sejam relevantes sobre o que pensa.

Bruyne et all (1991) acrescentam que a entrevista semi-estruturada traz algumas vantagens ao pesquisador como incitações a responder e flexibilidade nas respostas. Isso direcionaria o entrevistado a responder sem, no entanto, retirar a liberdade de resposta do entrevistado como em uma entrevista estruturada ou questionário.

Para o entendimento do objeto de estudo torna-se necessário a ampliação das interpretações e reflexões da estrutura utilizada de forma a se organizar e sistematizar os dados. Minayo; Sanches (1993, p.6) afirmam que “É no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa”. Esse pressuposto possibilita o foco nas dinâmicas de significações, preferindo-se o entendimento de fenômenos sob os olhares dos sujeitos: o que estes manifestam, relatam e/ou vivenciam. Dessa forma, o investigador, na pesquisa qualitativa, usa uma diversa gama de práticas interpretativas inter-relacionadas, objetivando compreender melhor o objeto de estudo. Assim

(...) a fala torna-se reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles), e, ao mesmo tempo, possui a magia de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO; SANCHES, 1993, p.7).

Desse modo, as entrevistas foram desenvolvidas com o intuito de conseguir informações mais profundas do objeto de estudo, buscando-se uma compreensão mais consistente do entendimento dos gestores acerca das concepções de políticas públicas de esporte e lazer e de participação popular, e das ações registradas no Planejamento Estratégico Integrado que poderão influenciar/alterar as vivências de esporte e lazer dos Belo-horizontinos.

Para a realização das entrevistas foram respeitados todos os procedimentos éticos conforme estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi encaminhado o projeto de pesquisa conjuntamente à entrevista formulada a esta instância normalizadora que deferiu e aprovou o documento elaborado.

Para a apreciação e análise das informações provenientes das entrevistas, foram construídos cinco quadros de análise. Estes contêm as respostas fornecidas pelos gestores que demonstraram possuir um nível de associação maior com o objeto de estudo e as categorias de análise. O primeiro contém o perfil dos entrevistados, e os outros quatro foram divididos pelas categorias de análises. Sendo assim, o segundo foi intitulado Ações que podem influenciar as vivências de

esporte e lazer dos belo-horizontinos, o terceiro Concepções de políticas públicas de esporte e lazer, o quarto Concepções de participação popular e o quinto Impactos e legados.

Os quadros foram estruturados da seguinte forma: na borda esquerda foram colocadas as respostas dos entrevistados. A cada um destes foi atribuído uma letra para preservação de sua identidade. Na borda superior de cada um dos quadros foram elencadas as perguntas que foram realizadas na entrevista que foram separadas por nível de associação com as categorias de análise estabelecidas.

Para uma melhor compreensão da pesquisa este estudo foi organizado em quatro capítulos. Os dois primeiros são de caráter teórico e tiveram como objetivo subsidiar e dar consistência aos últimos dois capítulos que são analíticos. No primeiro foram apresentados referenciais teóricos relacionadas ao esporte, lazer e aos megaeventos, com ênfase nos impactos urbanos. No segundo são descritas conceituações teóricas acerca das políticas públicas, políticas públicas de esporte e lazer e participação popular.

Nos dois últimos capítulos foram realizadas as análises na tentativa de cumprir com os objetivos estabelecidos no estudo, sendo que no terceiro foi analisado o PEI e os documentos relacionados aos projetos escolhidos para investigação e no quarto foram analisadas as entrevistas realizadas com os gestores.

CAPÍTULO 1

1 MEGAEVENTOS: CONCEITOS E IMPACTOS

1.1 Conceito

Neste primeiro capítulo serão apresentadas conceituações de megaeventos, e serão discutidos alguns impactos e conflitos que podem e poderão ser gerados a partir da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, bem como as concepções de esporte e lazer e suas respectivas relações com os primeiros.

Tavares (2011) afirma que, nos últimos anos, o vocábulo megaevento tem feito parte do cotidiano dos brasileiros, aparecendo em periódicos, publicações, revistas, jornais e até em debates informais. Isto, devido ao fato do país ter sido escolhido para sediar a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016, dentre outros eventos importantes. Nesta direção, tem sido utilizado no senso comum como sinônimo de grandes competições esportivas, sendo abordado também pela mídia como eventos esportivos internacionais, que abarcam milhares de atletas e possuem a duração de aproximadamente um mês; capazes de produzirem impactos em diferentes áreas da sociedade e detentores de um grande valor simbólico.

Segundo o autor o termo vem sendo empregado sem maiores preocupações de esclarecimentos e conceituações devido à atenção deslocada aos possíveis legados que os megaeventos podem produzir. Esse fato contribui para que qualquer evento de médio e grande porte possa ser considerado um megaevento como o carnaval, os shows, os jogos universitários, as corridas, dentre outros.

Horne; Mazonreiter (2006, p. 2) utilizam a conceituação de Maurice Roche de acordo com o qual “megaeventos são mais bem compreendidos como eventos

culturais (inclusive comerciais e esportivos) de larga escala, os quais têm um caráter dramático, apelo popular de massa e significado internacional".²

Nesta direção, Shimmel apud Tavares (2011, p.17) argumenta que “os megaeventos podem ser considerados marcos da modernidade com longa tradição de integrar interesses industriais e corporativos com aqueles de governos em relação ao desenvolvimento urbano e imagem nacional”.

Os Megaeventos podem ser classificados ainda como eventos de curta e pré-determinada duração. Esses geralmente são grandiosos em relação ao público que envolve, à transmissão da mídia, aos nichos mercadológicos, aos níveis de financiamento, à participação do setor público, aos impactos políticos, às construções de estruturas e instalações, bem como são responsáveis por impactos econômicos e sociais na comunidade sede (HALL apud VILLANO et al, 2008).

A partir de tais definições pode-se entender que os megaeventos não se tratam somente de eventos que envolvem o esporte, por isso a necessidade de adjetivos como “esportivos” ajudam a nortear a natureza do megaevento que estamos tratando.

Horne; Mazerreiter (2006) afirmam que megaeventos como feiras e exposições internacionais têm ficado, cada vez mais, em segundo plano em relação àqueles esportivos que tem como principais expoentes as Olimpíadas e a Copa do Mundo devido a três fatores principais. O primeiro consiste no surgimento de uma enorme audiência mundial assistida graças ao desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação em massa, principalmente em relação àqueles ligados à transmissão de televisão abertas e fechadas. Além disso, as transmissões se tornaram um negócio extremamente lucrativo. Para transmitir a Olimpíada de Pequim em 2008, a rede televisiva estadunidense NBC pagou cerca de US\$ 894 milhões para ter direito às transmissões dos jogos. A European Broadcasters Union

²He states that mega-events are best understood as ‘large-scale cultural (including commercial and sporting) events, which have a dramatic character, mass popular appeal and international significance’ (ROCHE, 2000, p.1).

(EBU) pagou aproximadamente US\$ 443 milhões para transmitir para a Europa, enquanto a Canadian Broadcasters comprou os direitos de passar somente algumas imagens e competições por US\$ 45 milhões para o Canadá.

No que diz respeito à Copa do mundo, em 1990 os direitos de transmissão foram comercializados por US\$ 65,7 milhões (41% do total), os ingressos por US\$ 54,8 (34% do total) e os direitos de publicidade por US\$ 40,2 milhões (25%). Já nos anos de 2002 e 2006 somente para a comercialização da transmissão dos jogos da Copa do Mundo (excluindo os EUA) foram pagos cerca de US\$ 1,97 bilhões.

O segundo fator refere-se à aliança formada entre esporte-mídia-negócios. Esse modelo tripé atraiu diferentes empresas e corporações internacionais interessadas em comprar direitos de exclusividade de transmissão, em patrocinar eventos e comercializar marcas e produtos. O quadro abaixo mostra o aumento de patrocinadores da esfera privada no período entre a Copa do Mundo de 1990 até aquela de 2006.

Table 3: FIFA World Cup Partners 1990–2006

1990 Italy (9)	1994 U.S.A. (11)	1998 France (12)	2002 Korea/Japan (15)	2006 Germany (15)	Commercial Sector
Coca-Cola	Coca-Cola	Coca-Cola	Coca-Cola	Coca-Cola	soft drinks
Gillette	Gillette	Gillette	Gillette	Gillette	men's toiletries
Fuji	Fuji	Fuji	Fuji Film/ Fuji Xerox	Fuji Film	photographic
Philips	Philips	Philips	Philips	Philips	audio & television
JVC	JVC	JVC	JVC		audio & television
Canon	Canon	Canon			photography
Mars	Snickers	Mars			food
Vini Italia					wine
Anheuser- Busch		Casio*	Budweiser	Budweiser	beer/calculators
	MasterCard	MasterCard	MasterCard	MasterCard	credit cards
	McDonald's	McDonald's	McDonald's	McDonald's	fast-food restaurants
	Energizer				batteries
	General Motors	General Motors			automobiles
		Adidas	Adidas	Adidas	sports wear
			KT/NTT		telecommunications
			Hyundai	Hyundai	automobiles
			Toshiba	Toshiba	electrical goods
			Avaya	Avaya	communications
			Yahoo!	Yahoo!	internet services
				Continental	car tyres
				DeutscheTelekom	telecommunications
				Emirates	air transport

FIGURA 1: Patrocinadores da Copa do Mundo 1990-2006.

FONTE: Horne; Mazenreiter (2006, p. 7)

O terceiro fator diz respeito à nova percepção, por parte de gestores e governantes, de que os megaeventos são oportunidades valiosas de promoção e distinção de cidades, regiões e países, pois estes possibilitam a publicização e fortalecimento da imagem da mesma no nível internacional, bem como para estimular o desenvolvimento nas áreas comerciais, sociais, educacionais, culturais, urbanísticas, dentre outras.

Uma vez discutido o conceito de megaeventos, é de fundamental importância tentar compreender quais os possíveis impactos, legados e/ou conflitos que a realização deste no Brasil poderá ocasionar.

1.2 Impactos, Legados e Conflitos

Visando analisar os possíveis impactos que um megaevento pode gerar para uma cidade ou país sede, Tavares (2011) apresenta um estudo da New Zealand Tourism Research Institute³ dividido em impactos econômicos, socioculturais, ambientais e na saúde.

De forma sumarizada, no que diz respeito aos impactos econômicos, o autor assevera que:

- Os megaeventos são instrumentos privilegiados para a promoção do desenvolvimento do turismo em cidades e regiões;

- Não existe unanimidade sobre o melhor método para se mensurar os impactos dos megaeventos. As mensuráveis pós-megaeventos são mais confiáveis e criteriosas do que aquelas realizadas a posteriori, bem como grande parte dos estudos possuem metodologias deficientes;

- Nem todos os stakeholders (partes envolvidos) participam igualmente da distribuição de custos e benefícios. Estes últimos podem ser maximizados quando todas as partes interagem de forma conjunta e efetiva;

- Reformas estruturais e urbanas são utilizadas como um grande mote para a realização do megaevento, mas, para garantir benefícios à população, é necessário que não sejam somente retóricas da produção de legados;

No que se refere aos impactos sócio-culturais pode-se citar:

³Segundo os autores, foram consultados 8 bases de dados e 23 periódicos com a utilização de 20 termos de busca.

- O apoio e participação da comunidade são essenciais para o êxito do megaevento. O apoio à realização do mesmo é maior na medida em que a percepção de aferimento de benefícios cresce.

- A oposição é mais latente entre aqueles afetados diretamente ou que não possuem interesse no megaevento;

- Trocas culturais, elevação do perfil da cidade, autoestima, aumento do orgulho e do senso de comunidade são resultados positivos que podem se materializar com a realização do megaevento;

- As comunidades têm cada vez mais a percepção de que estão sendo exploradas por elites econômicas e políticas;

- São necessários mais estudos acerca do valor social de um megaevento e como as comunidades o percebem;

No que tange aos impactos ambientais ressalta-se que:

- Consumo de energia, transporte, gerenciamento de resíduos, reciclagem de lixo e impactos negativos ambientais são os principais temas relacionados à realização de megaeventos;

- Não existe uma associação na literatura às mudanças climáticas, no entanto políticas e discursos verdes têm sido institucionalizados em megaeventos;

- Opções de lazer que são ofertadas aos visitantes podem trazer mais danos ambientais do que a participação no próprio evento;

- Cooperação entre todos os atores pode influenciar na adoção de medidas ambientais;

- São necessárias mais pesquisas para analisar o impacto ambiental em megaeventos;

No que se relaciona aos impactos na saúde pode-se reportar:

- O sistema de monitoramento e atendimento de saúde geralmente são ampliados durante a realização do megaevento;

- Não existem evidências entre a realização do megaevento e o aumento de atividade física e/ou participação esportiva da população;

- As organizações esportivas normalmente não estão estruturadas para captar oportunidades produzidas pelo megaevento;

- É necessário estabelecer estratégias de desenvolvimento de longo prazo;

Nessa direção, Tavares (2011) relata ainda o estudo de Preuss sobre impactos positivos e negativos que podem ser produzidos com a realização do megaevento, impactos esses divididos em 4 categorias, que pode ser visualizado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Impactos

Tipo de impacto	Positivo	Negativo
Físico / ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de novas estruturas • Preservação do patrimônio • Promoção ambiental • Impactos esportivos 	<ul style="list-style-type: none"> • Prejuízos ecológicos • Mudanças em processos naturais • Poluição arquitetônica • Destruição do patrimônio • Superlotação • Estruturas não utilizadas (elefantes brancos)
Social / cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento no nível permanente de interesse local e participação e tipos de atividades relacionadas ao evento • Fortalecimento de valores e tradições regionais • Diminuição local do crime • Aburguesamento • Movimento voluntário mais forte 	<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização de atividades que eram livres • Potencial aumento do crime • Mudanças na estrutura da comunidade • aburguesamento • Deslocamento social
Psicológico	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do orgulho nacional/local e do espírito de comunidade • Aumento da consciência ecológica • Nacionalismo saudável (identificação) • Atmosfera festiva durante o evento 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência a atitudes defensivas tratando da região sede • Choque cultural • Manipulação comercial
Político / administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do reconhecimento internacional da região • Desenvolvimento de habilidades entre planejadores, políticos e outros • Entendimento internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Exploração econômica da população local / legitimar decisões impopulares • Distorção da real natureza do evento para refletir valores das elites • Inabilidade em atingir os objetivos • Aumento nos custos administrativos • Corrupção

FIGURA 2: Impactos gerados por megaeventos

FONTE: Preuss apud Tavares (2011, p.14)

Alguns dos impactos podem se constituir em legados para a população pós-realização do megaevento é o que afirmam Villano et all (2008). Segundo os autores, um megaevento esportivo que tenha tido um planejamento consistente e responsável provavelmente irá gerar cinco legados: os do evento em si; os da candidatura do evento, da imagem do país; os de governança e de conhecimento.

Como legados do evento em si, são considerados: as construções como os estádios e outros locais para realização de práticas esportivas; as construções de infra-estrutura em geral, como as obras de transporte e alojamento; o investimento em equipamentos esportivos, de segurança e tecnologia; a criação de empregos sejam eles temporários ou não, assim como um aumento nas oportunidades para profissionais especializados; como eventos secundários decorrentes do evento principal pode-se observar também um aumento da prática de atividades físicas

pela população em geral. Ou seja, tudo que ocorre em virtude da realização do megaevento.

Os legados da candidatura do evento são decorrentes da candidatura e independem do local ser escolhido ou não. Durante a candidatura o país já necessita de projetos e uma organização, assim como um planejamento urbano, tais projetos podem ser utilizados mesmo se o megaevento não ocorrer.

Os legados de imagem: o país contará com uma grande projeção de imagem internacional e as cidades sede com uma projeção nacional e internacional. Tal projeção irá mostrar a capacidade econômica e as oportunidades existentes em tais locais. No que se refere ao sentimento nacional, tal projeção irá gerar um nacionalismo e um sentimento de orgulho.

Os legados de governança englobam as mudanças administrativas e podem abranger desde o planejamento até a cooperação entre diferentes setores, sejam eles públicos ou privados.

Os legados de conhecimento incluem toda a transferência de conhecimento que ocorre em função do megaevento, como novos profissionais treinados e capacitados. Os conhecimentos gerados também podem ser repassados, de maneira indireta, chegando à comunidade em geral. A geração de informações e instituições capacitadas a analisar tais eventos, assim como o incentivo a pesquisa. Considerando também a permanência da infra-estrutura que será aproveitada pela população local após o megaevento e a permanência do conhecimento, podendo este ser aplicado a eventos futuros, tendo a vantagem de comparação e análises de quais intervenções obtiveram sucesso.

Segundo Villano; Terra (2008), os principais impactos gerados na cidade sede são: econômicos, sociais, de desenvolvimento na área de infra-estrutura e a criação ou remodelação da imagem desta. Tais impactos são as principais motivações das candidaturas.

Os cada vez mais rígidos processos de seleção e monitoramento das sedes têm assegurado, de forma mais eficaz, os retornos fecundos da realização dos Megaeventos. Têm-se como pontos importantes a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente da cidade sede. Tais exigências, unidas aos investimentos cada vez mais altos, podem configurar-se na produção de legados.

De acordo com tais autores, o termo legado é um conceito complexo e possui múltiplos significados, mas em uma definição reducionista podemos entendê-lo como heranças duradouras e positivas. Estas são originadas de impactos, gerados por diferentes ações que podem, devido ao fator tempo, sofrerem modificações em sua natureza. Isto é, um impacto pode ter a conotação de negativo em um primeiro momento, mas a médio e/ou longo prazo pode se transformar em uma herança positiva. Os autores citam o exemplo da construção ou ampliação de uma malha rodoviária que, inicialmente, traz consigo poluição sonora e tráfego lento, mas uma vez completada, proverá um maior bem estar, melhorias no transporte e mobilidade urbana à população da cidade sede, se tornando um importante legado.

Poynter citado por Mazo et al (2008) complementa a definição de legados, sistematizando-os em tangíveis e intangíveis. Os primeiros estão relacionados à infra-estrutura do Megaevento, pois se pode mensurar através de análise econômica, seu custo benefício. Os últimos dizem respeito ao impacto cultural gerado pela realização do Megaevento e seus efeitos podem assumir diferentes formas como: bem estar, memória oral, percepções subjetivas sobre mudanças nas cidades e nos projetos executados. Dessa forma, os legados segundo Cash-Man (apud MAZO et al, 2008) poderiam se materializar até na forma de lucros, investimentos e impostos para a cidade, bem como galerias museus, nomes de rua, monumentos, recordações e outros.

De acordo com Madruga (2008), o que motivaria o governo federal a investir na realização de Megaeventos como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ao invés de destinar tais recursos do orçamento federal às áreas de educação, saúde, transporte, saneamento, infra-estrutura, é no fato de que dificilmente tal quantia seria destinada a tais áreas, já que o governo utiliza-se de planos plurianuais,

baseados em suas prioridades, a partir das quais estabelece políticas públicas e curso de ações desejadas. Na não ocorrência de tais eventos, os recursos poderiam até ser destinados a tais fins, porém devido ao grande volume, seriam recebidos a longo-prazo. Com a confirmação de sua execução, o megaevento contribuiria para que esses fossem antecipados em médio prazo.

Filgueira (2008) aponta que a utilização de áreas que envolvem conhecimento, tecnologia e infraestrutura avançadas, poderá propiciar o acesso de camadas da população, antes não atingidas pelas políticas públicas, em diversas áreas. Ressalta ainda que é fundamental a participação da sociedade e das comunidades, e não somente de expertises, em todas as etapas e instâncias de formulação, execução e avaliação de políticas públicas, pois essa será a garantia de que os efeitos dessas últimas retornem às primeiras, no futuro, possibilitando importantes retornos sociais. Dessa forma, o megaevento pode contribuir para difusão e/ou manutenção dos direitos sociais com maior qualidade, igualdade e universalidade.

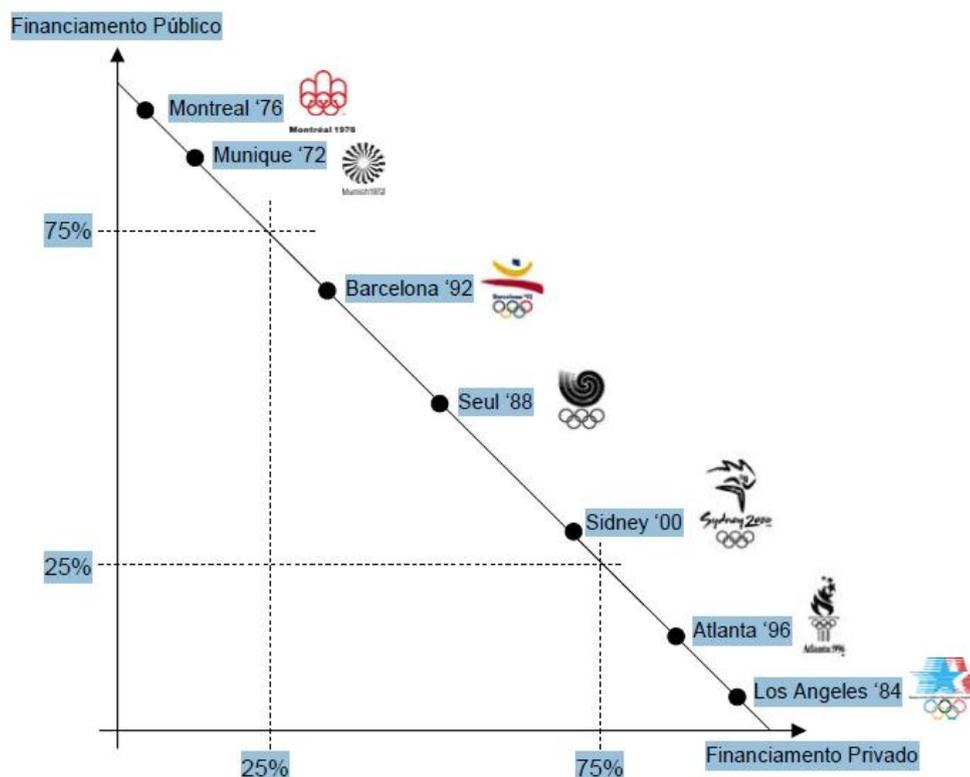
Dentro dessa perspectiva, Teles (2008) aponta também a importância do desenvolvimento do esporte educacional. A idéia seria construir uma matriz de formação esportiva nas escolas e universidades, na tentativa de gerar um desenvolvimento do cidadão de forma autônoma, democrática e participativa. Dessa forma, seria trabalhada a conscientização da importância do hábito da prática esportiva, atividade física e vivência no lazer de forma integral, na tentativa de um aumento de qualidade de vida. Nesse sentido, é necessária uma maior comunicação e um maior número de parcerias entre o Estado, as Escolas, Universidade e Clubes Esportivos e Sociais, os quais poderiam fomentar uma base esportiva mais sólida, bem como garantir a democratização do acesso às ofertas de atividades de Esporte e Lazer. As Escolas e os Clubes Esportivos e Sociais seriam os órgãos fundamentais desse processo, na qual as primeiras seriam responsáveis pela base do desenvolvimento esportivo e os segundos pelo seu aprimoramento dinâmico.

Porém, o autor chama a atenção também para o fato de que a Copa do Mundo pode trazer efeitos perversos, principalmente no que diz respeito aos setores econômicos e sociais. Tal tese, de acordo com o autor, tem sido ainda pouco discutida devido à não disponibilidade de dados suficientes para uma análise sólida sobre os impactos dos megaeventos e pela prescrição positiva realizada por alguns especialistas da área, que reproduzem para o Brasil, de forma absoluta, o que ocorreu em países de economia desenvolvida.

Nesta direção, a Golden Goal, empresa de gestão esportiva, produziu um estudo sobre os custos econômicos de realização de megaeventos, a partir do qual se pôde observar que estes têm sido cada vez mais altos. Os custos dos jogos olímpicos de Atenas, por exemplo, chegaram a US\$ 12 bilhões (cerca de 24,4 bilhões de reais) e somente os custos financiados pela iniciativa pública das olimpíadas de Londres 2012 já estão estimadas em aproximadamente 33,4 bilhões de reais.

Os debates sobre a utilização de recursos públicos em megaeventos têm ganhado destaque, principalmente em países em desenvolvimento onde estes poderiam ser alocados para solucionar outros problemas nacionais e pelas constantes manchetes de corrupções divulgadas pelas mídias locais e internacionais. Os jogos de Montreal de 1976 são utilizados normalmente como exemplo de grande utilização de recursos públicos que resultaram em um endividamento estatal de 2,8 bilhão de reais, que somente foi sanado em 2006, 30 anos após a realização do megaevento. A tabela abaixo apresenta a relação entre gastos realizados entre a iniciativa pública e privada nas olimpíadas de Munique em 1972 até Sidney em 2000.

Figura 1 – Modelo de Financiamento dos Jogos Olímpicos – 1972 a 2000



Fonte: Soldbera & Preuss 2007

FIGURA 3: Modelo de financiamento dos jogos olímpicos- 1972 a 2000
 FONTE: GOLDEN GOAL (2010).

A pesquisa afirma ainda que a maioria das pesquisas apresentadas pelas cidades sedes exibe uma relação de impactos tão positivos que acabam por servir de justificativa para a realização de altos investimentos públicos. Porém, geralmente são expostos planejamentos superficiais com poucos detalhamentos, não se discutindo a complexidade e dificuldade de mensuração dos impactos devido ao fato de alguns desses serem caracterizados como intangíveis e não se levando em consideração a imprevisibilidade de despesa de determinados itens e situações contingenciais. Isso contribui para que os orçamentos iniciais ultrapassem os limites planejados, como ocorreu nos jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, onde o orçamento provisionado era de R\$ 400 milhões, mas os gastos totais chegaram a aproximadamente R\$ 3,5 bilhões.

As principais críticas direcionadas aos modelos de impacto econômico consistem na não consideração de determinados custos como benefícios e de

custos de oportunidade e na utilização de gastos totais ao invés de custos marginais, bem como de multiplicadores para cálculos de impactos indiretos.

Em muitos estudos, a construção de um estádio, que em grande parte é investida na contratação de profissionais da construção civil (geração de empregos) e na compra de materiais de construção de fornecedores locais é considerada como um dos benefícios gerados pelo evento. Esta abordagem é incorreta, pois concentra a análise no aspecto da produção do projeto, ignorando o efeito do consumo real do produto. Na prática, de nada adianta investir na construção de um estádio, sem considerar a sua real utilização durante e depois do evento. Sem considerar a função ou aplicação do estádio, os mesmos efeitos da geração de empregos contados neste caso como benefícios, poderiam ser gerados se o governo simplesmente contratasse metade dos trabalhadores para abrir um buraco e a outra metade para tapá-lo. (GOLDEN GOAL, 2010).

A cidade de Sidney, por exemplo, teve que arcar com todos os prejuízos da maior arena que tinha sido construída para olimpíadas porque a empresa concessionária responsável faliu. Já a Grécia, gasta, em média, US\$ 100 milhões por ano para realizar a manutenção das infraestruturas construídas para os jogos.

Algumas alternativas utilizadas foram bem sucedidas. Na Olimpíada de Pequim, o estádio, que de acordo com o Comitê Olímpico Internacional (COI) deveria ter a capacidade para 75 mil pessoas, teve um plano de redução para 25 mil pós-jogos com o objetivo de otimizar sua utilização. Em Atenas foram utilizados navios aportados como alternativa a hotéis aumentando a capacidade de hospedagem na cidade durante o período do megaevento.

Como se podem observar os impactos, legados e conflitos poderão ocorrer em diferentes áreas. Porém, optou-se por apresentar a seguir aqueles relacionados às áreas urbanas e reassentamento de famílias, transporte e equipamentos esportivos, por se acreditar que estas estão diretamente relacionadas aos projetos escolhidos para análise, (Mobilidade Urbana, Estádios Alternativos, Mineirão) no referente estudo.

1.3 Impactos urbanos

Raeder (2010) afirma que, ao sediar grandes eventos esportivos, as cidades sofrem diferentes impactos no seu ordenamento territorial. Buscando referências em Raffestin, Haesbaert e Moreira o autor, primeiramente apresenta conceituações entre a relação espaço e território para então discutir questões e elementos referentes ao ordenamento territorial. Neste sentido, afirma que o espaço é anterior ao território, na medida em que a conformação do segundo é realizada a partir do primeiro, podendo-se entender território como um recorte espacial ou gama de relações sociais como no que englobam dinâmicas sociais e relações espaciais, porém não é só produto, mas também instrumento de produção.

O ordenamento territorial, então, encontra-se no centro dos conflitos entre diversos agentes pela supremacia na dinâmica de edificação de espaços como ressalta (RAEDER, 2010, p.19)

O ordenamento territorial nesta abordagem se dá a partir das tensões entre diferentes atores pela hegemonia no processo de produção espacial. Poderes da sociedade civil e do Estado se mobilizam para materializar suas intencionalidades no espaço; é neste embate de forças que os territórios são conformados e delimitados, num incessante movimento de construção de materialidades e imaterialidades que se definem pelo controle de mecanismos econômicos, políticos e culturais. São estes mecanismos então que, em grande medida, vão definir a produção espacial, podendo a hegemonia ser considerada como o arranjo de forças que detém o domínio destes mecanismos e o controle do uso do território, como faz lembrar Milton Santos com a formulação do conceito de território usado. Neste conceito, Santos afirma o caráter conflitivo do território ao assinalar que para alguns atores hegemônicos o território usado é um recurso para realização de seus interesses, enquanto que para aqueles hegemonzados, o território é um abrigo onde são construídas as estratégias de sobrevivência (HAESBAERT, 2004, p.58-59).

Haesbaert apud Raeder (2010) afirma que as políticas que envolvem o ordenamento territorial devem abarcar duas características básicas: o caráter político e o caráter integrador. O caráter político diz respeito às instituições e/ou atores que atuam de forma hegemônica na criação de espaço e de marcos legais, prescrevendo as regras do jogo. Já o caráter integrador refere-se às diferentes

maneiras de atuação da sociedade civil e/ou sociedade política capazes de promoverem arranjos espaciais, sejam estes materiais ou simbólicos.

Segundo Raeder (2010), a política que tem cercado os ajustamentos do ordenamento territorial das cidades tem sido imbuída de uma “competitividade empreendedora urbana”, de maneira que os gestores tem se pautado por uma lógica empresarial para o espaço urbano. Desse modo, estes têm adotado tal postura em resposta a três fatores principais: aos novos desafios globais de desenvolvimento na busca por benefícios na produção de bens e serviços, à atração de capitais e na exposição à mídia edificando novas imagens da cidade e à consecução de investimentos e recursos frente aos governos centrais. O problema é que os esforços vinculados à obtenção desses três fatores estão justificando e se conformando um lócus perfeito para que a lógica capitalista atue, possibilitando inclusive, a flexibilização de leis, contratos e normas para assegurar a rentabilidade dos capitais privados. (HARVEY apud RAEDER 2010)

Seguindo a lógica desse novo empreendedorismo urbano têm ocorrido também várias parcerias entre os setores públicos e privado na tentativa de atrair fontes externas ou internas de financiamento e novas fontes de emprego. Porém, a maioria dessas parcerias têm se direcionado na elevação do capital simbólico da cidade, preconizando o aferimento de rendas a partir da construção de marcos que possam representar singularidades simbólicas na cidade. Esse processo, a partir do qual a cidade tenta edificar uma nova imagem em nível global, é denominado *city marketing* ou marketing urbano. Entretanto, muitas vezes este encobre ou coloca em segundo plano grandes problemas como a educação, saúde, violência, dentre outros (RAEDER, 2010).

Apesar disso, muitos autores defendem esse novo relacionamento entre o setor público e privado baseado no aumento de competitividade do sistema urbano como forma de gestão espacial, mas segundo Compans apud Raeder (2010) essa dinâmica privilegia seis pontos: o estabelecimento de parcerias entre o setor público e privado, a criação de ambientes favoráveis aos negócios privados, a adoção de posturas negociadoras e flexíveis pelo poder público, a incorporação de uma

racionalidade empresarial na administração urbana, a venda de projetos públicos a investidores privados, a competitividade interurbana.

É nessa direção que Vainer (2000a) critica o processo decisório a partir do qual foi formulado o plano estratégico para a realização dos Jogos Pan-americanos cidade do Rio de Janeiro em 2007. De acordo com a autora, o consenso construído em torno do planejamento estratégico e as metodologias utilizadas para sua formulação - apresentados pelos gestores públicos cariocas, obteve sua legitimidade forjada, ao tratar de um discurso imbuído de suposta representatividade, mas que, na verdade, envolveu somente um pequeno grupo de indivíduos. Dessa forma, muitas vezes, o planejamento estratégico fornece a legitimidade para que os gestores atuem da forma como entendem que é o melhor para o gerenciamento da cidade.

Para Compans (2004:23) o planejamento estratégico define parâmetros para a inserção competitiva da cidade com a montagem de uma agenda de intervenções urbanas tangíveis e intangíveis orientadas por tendências mercadológicas. A autora considera ainda que o planejamento estratégico favorece a estruturação de parcerias entre os setores público e privado, bem como o *marketing* político. É a partir deste planejamento estratégico que gestores obtêm a legitimidade para a implementação dos programas e projetos delineados, sendo alguns deles geridos pelo próprio setor privado - especialmente os de maior rentabilidade. Neste sentido, o planejamento estratégico apresenta-se como meio hábil para a adoção do próprio empreendedorismo competitivo na gestão das cidades. (RAEDER, 2010, p.34)

Como contraponto a este ponto de vista, pode ser citado a argumentação de Friedmann (2005), de acordo com a qual o marketing urbano pode ser uma ferramenta útil para o desenvolvimento das cidades, desde que utilizado corretamente, pois de acordo com autor, um posicionamento de marketing adequado e uma imagem positiva gerada irão atuar como facilitadores na atração de investimentos, impactando no desenvolvimento econômico, cultural e social da cidade. O desenvolvimento acarretará em maiores possibilidades de promoção de imagem, gerando um ciclo.

O marketing urbano deve ser compreendido com as devidas especificidades. Este é um marketing voltado para as atividades urbanas e um marketing do

território, das regiões, das cidades. As políticas públicas devem atender as demandas dos cidadãos que são os clientes e buscar maximizar o funcionamento da cidade, atentando principalmente para as áreas sociais e econômicas. Os principais campos de atuação são: o desenvolvimento urbano, a cultura, o transporte, a economia, o lazer e o meio ambiente.

O marketing urbano é fundamental para promover o desenvolvimento de uma determinada região, seus principais objetivos são: tornar a cidade mais atraente a investimentos e valorizar determinado local. A orientação do marketing urbano é que a cidade e o mercado internacional estão intimamente ligados. A cidade tem uma oferta de serviços enquanto o mercado busca por locais que possam oferecer serviços. Nesta dinâmica, é fundamental que a cidade seja capaz de sinalizar os serviços que tem melhores possibilidades de oferecer, onde o mercado possa despendar menor valor por serviços melhores e a cidade possa maximizar seus ganhos. O marketing urbano é a ferramenta que permite à cidade (através de suas instituições) estar em permanente contato com os grupos de interesse do mercado internacional. O uso de tal ferramenta torna a comunicação mais fácil e gera benefícios para os dois lados. Desse modo, o marketing urbano é uma estratégia global, que visa maximizar tanto o potencial da cidade, quanto dos investidores, sejam eles empresas ou pessoas (visitantes ou residentes) (FRIEDMANN, 2005).

Porém, nessa abordagem utilizada pelo autor, fica clara a concepção mercadológica em que a cidade está colocada e que, para que ela prospere, deve atender às demandas do mercado internacional. Além disso, o autor trata os cidadãos como clientes, fato que pode ser observado pelo próprio conceito de marketing utilizado pelo autor.

O marketing é a atividade que permite que a organização esteja em permanente contato com seus consumidores (clientes), reconheça seus desejos e desenvolva produtos que correspondam a estes desejos e desenhe um programa de informação que faça com que os consumidores conheçam, de forma geral, os objetivos da organização. (KOTLER *apud* FRIEDMANN, 2005, p.7 – tradução nossa)⁴

4 El marketing es la actividad que permite a la organización quedar permanentemente en contacto con sus consumidores (clientes), reconocer sus deseos, desarrollar productos que correspondan a

Já Souza (2006) acredita que o *city marketing* ou planejamento urbano pode apresentar pontos positivos e não deve ser visto sempre como um problema, desde que não seja utilizado de forma ludibriosa, mascarando os demais problemas e vulnerabilidades urbanas presentes na cidade.

Toda essa dinâmica está relacionada com o que Raeder denomina de “espetacularização das cidades”. O autor busca em Guy Debord na obra “Sociedade do Espetáculo” a relação entre o espetáculo e as dimensões da vida, de acordo com o qual o espetáculo na modernidade vai além de um adereço decorativo, mas configura-se em agente e agência, resultado e gerador do modo de produção vigente e, em seu centro, encontra-se o consumo. Desse modo, as cidades também são impactadas por tal processo como Debord defende em suas teses.

Em suas teses sobre o ordenamento territorial, Debord escreve que o capitalismo se serve do urbanismo para refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário (tese 169); e numa crítica ao ordenamento territorial vigente em sua época, ele assevera que o urbanismo é a própria técnica da separação que prepara o solo para o desenvolvimento capitalista (tese 170). Ainda entre essas teses, destaque especial deve ser dado àquela de número 174 (na qual a assertiva de 40 anos atrás se revela atual) que afirma que o momento presente é o momento do autofagismo urbano, orientado pelos imperativos da organização técnica do consumo que conduz a cidade a consumir-se a si própria. Trata-se de uma tese que aponta diferentes leituras, sendo uma delas a da necessidade que o capitalismo tem de produzir novos espaços (ajustes espaciais) que atendam os ordenamentos definidos numa lógica de consumo que privilegia o ciclo de valorização e acumulação do capital. (RAEDER, 2010, p. 38)

Vainer (2000b) chega a comparar os prefeitos e gestores a vendedores ambulantes, na medida em que estes estão em constantes negociações referentes à venda da cidade. Estes podem ofertar diferentes produtos de acordo com a sua valorização pelo mercado, transformando os espaços, serviços e a própria cidade em mercadorias.

Dessa forma, os grandes eventos tem se tornado uma grande ocasião para que os gestores das cidades executem ações de reestruturação urbana e para o

estos deseos y diseñar un programa de información que da a conocer generalmente las metas de la organización” (KOTLER apud FRIEDMANN, 2000, p.7)

fortalecimento da imagem e da identidade da cidade. Estes eventos corroboram para a conformação de legitimidade para que seletos grupos promovam arranjos espaciais de acordo com seus interesses. Além disso, a grande exposição à mídia faz com que governantes não meçam esforços para promover esses grandes eventos, principalmente àqueles de maior repercussão como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, fazendo com que a cidade ofereça diferentes benefícios para aqueles que podem dispende de valores, sob a justificativa de movimentação da economia local. (RAEDER, 2010)

1.3.1 Mobilidade urbana e ordenamento territorial

Para se pensar nas mudanças que ocorrerão na área de transporte e nos seus possíveis impactos, é necessário primeiramente analisar espacialmente a cidade. Souza (2006) propõe a utilização de uma tipologia de escala geográfica alternativa mais adequada e relacionada diretamente com o planejamento e a gestão urbana dividida em: 3 escalas no âmbito local (microlocal, mesolocal, macrolocal), 1 escala regional, 1 escala nacional e 2 escalas internacionais (escala de grupo de países e escala global).

De acordo com Raeder (2010) as 3 primeiras escalas são onde se encontram a administração pública municipal mais próxima dos cidadãos e configuram-se naquelas mais utilizadas na gestão e planejamento de cidades. São elas:

a. Escala microlocal – são divisões espaciais múltiplas (sub-bairro, quarteirão, bairro) individualizados pela possibilidade de vivências significativas destes espaços por parte das pessoas no processo de formulação e avaliação de políticas como as habitacionais, os interesses individuais devem ser integrados àqueles coletivos; Neste nível, a participação popular e o controle sobre o ordenamento territorial é mais elevado; É responsável pela maior parcela de modificações nos preços devido a uma determinada intervenção urbana.

b. Escala mesolocal – consiste no nível da própria unidade territorial administrativa (Município) que constitui as regras de planificação e gerenciamento do território, bem como exerce uma grande influência na formação de preços da terra; é também vinculada ao sentimento de pertencimento de lugar percebido pelos indivíduos e da edificação da imagem da cidade, endógeno e exógeno.

c. Escala macrolocal – diz respeito às regiões metropolitanas das cidades próximas que geram fluxos de associação (trabalho, estudo, lazer etc); unidade territorial basilar para a criação de soluções compartilhadas por parte das diversas administrações municipais;

Para possibilitar os deslocamentos dos atletas e do público que participam dos megaeventos é necessária a realização de um conjunto de obras para adequar o sistema de transporte urbano da cidade sede. Isso se configura em uma grande oportunidade para que os gestores possam solucionar alguns problemas relacionados à mobilidade urbana na cidade, levando em consideração o aumento no volume de recursos providos pelos governos centrais devido à realização do megaevento. Essas ações podem apresentar diferentes impactos, podendo se configurar em ações tímidas e pontuais atingindo apenas a dimensão microlocal, ou mais audaciosas de forma que a cidade possa ser beneficiada pelas inversões alcançando a dimensão mesolocal ou, ainda, consistirem em grandes intervenções (ampliação de linhas de metrô, integração de sistemas modais de transporte, dentre outras) assegurando que uma grande parte da população seja favorecida atingindo a dimensão macrolocal. O ponto fulcral é que a mobilidade urbana seja impactada, gerando alternativas de baixo custo de transporte, de forma que todos os cidadãos obtenham ganhos. (RAEDER, 2010)

Buscando em Jacques Levy, Raeder assevera que mobilidade urbana vai muito além da viabilização de deslocamentos, mas está relacionada à distribuição espacial e material das/nas cidades. Além disso, o autor releva a importância que esta vem adquirindo para os cidadãos na medida em que é capaz de influenciar em diversas dimensões da vida humana. Levy trata a mobilidade classificando-a em 3 categorias: (I) a possibilidade relacionando-a com a acessibilidade a diversos locais

da cidade, (II) a competência referindo-se à disponibilidade de meios de deslocamento e à proximidade entre os mesmos, (III) e o capital o qual pode ser adquirido devido à mobilidade que se tem na cidade.

Pode-se observar ainda a relação entre a mobilidade, o valor da terra, e o local de moradia dos indivíduos. Nesse caso, a mobilidade urbana pode agir diminuindo ou aumentando ainda mais as desigualdades, já existentes, entre as pessoas, bairros e classes como pode ser percebido pelo trecho

A mobilidade está ainda relacionada à renda da terra, uma vez que os custos de deslocamento guardam forte relação com o local de moradia das pessoas. Desta forma, um sistema de transporte caro e ineficiente pode representar um alto peso tanto em termos de tempo como de recursos financeiros de que um cidadão dispõe, sendo inclusive o valor do seu imóvel diferenciado em relação a estes atributos. Residências no centro da cidade podem ter um valor mais alto pela proximidade em relação aos postos de trabalho disponíveis, enquanto que na periferia esta relação pode ser exatamente contrária. É neste sentido que políticas habitacionais que levam os pobres para periferias cada vez mais distantes do centro podem ter efeitos danosos para a sobrevivência destes supostos beneficiários. A implantação de sistemas de transporte que considerem estas especificidades em cada cidade, beneficiando as camadas que têm maior dificuldade em realizar seus deslocamentos, pode ter efeitos redistributivos significativos, minorando as desigualdades espaciais. São muito relevantes neste contexto, as intervenções em transportes em virtude dos GEEs, especialmente aquelas que contemplam demandas populares neste setor. (RAEDER, 2010, p.98)

No Pan-Americano disputado no Rio de Janeiro em 2007, várias promessas foram feitas pelo Prefeito do município no que diz respeito às obras que tinham o objetivo de melhorar a mobilidade urbana na cidade, porém somente foram realizadas intervenções em dimensão microlocal, viabilizando o acesso aos equipamentos esportivos e à Vila Pan-Americana. A exceção foi a ampliação do Aeroporto Santos Dumond, mas que, segundo o autor, a reforma já estava prevista antes da confirmação da realização dos jogos. O quadro abaixo relaciona a escala de impacto microlocal com suas ações correspondentes que foram realizadas na criação reformulação das estruturas de transporte e habitacionais para a recepção dos Jogos Panamericano do Rio de Janeiro.

Quadro 2.1 - Transporte no Pan 2007

Estruturas de Transporte	
Escala de impacto	Localizada em área de expansão
microlocal	obras realizadas apenas no entorno da vila dos atletas e dos equipamentos esportivos; faixas exclusivas nas principais vias de conexão da Cidade; linhas de ônibus dedicadas ao deslocamento dos espectadores

FIGURA 4: Transporte no Pan 2007.
 FONTE: Raeder (2010, p.103)

Desse modo, alguns gargalos da cidade poderiam ter sido tratados com a realização do megaevento, porém a Prefeitura carioca optou pela criação de faixas exclusivas para efetuar o deslocamento das pessoas diretamente envolvidas nos jogos. Visou-se, dessa forma, sobretudo o ajustamento da cidade para o espetáculo (que segundo o COI deve ser o único grande evento a ser realizado no período de realização do evento), pois de acordo com autor “o espetáculo não é feito para a cidade e sim na cidade, o que em última análise significa que importa mais o espectador que o cidadão (Raeder, 2010, p.103).”

1.3.2 Dos Equipamentos esportivos

Os megaeventos têm sido cada vez mais grandiosos assim como os equipamentos esportivos que são utilizados na sua realização. Estes podem ser construídos especificamente para as competições e/ou reformados e ajustados de acordo com as demandas do comitê organizador e da instituição responsável como a FIFA (no caso da Copa do Mundo) ou o COI (no caso dos jogos olímpicos). Tais equipamentos também podem ser utilizados para outras atividades congêneres de

natureza social, cultural e/ou religiosa, bem como para o usufruto dos cidadãos para vivências de esporte e de lazer. (RAEDER, 2010)

O que deve ser observado, porém, é que ao pensar na construção e/ou recuperação de equipamentos deve-se também observar dois pontos essenciais. O primeiro consiste na formulação de um plano de ocupação dos equipamentos pós-megaevento, para que os mesmos não se tornem dispendiosos ou até verdadeiros elefantes brancos como ressaltado por Raeder (2010, p.113):

Uma vez instalados os equipamentos esportivos devem ter seus usos posteriores planejados para os moradores da cidade. Quando ocorre o abandono destas instalações, revelasse então o retrato da produção espacial meramente espetacular, realizada para atender um evento que é pensado como construção de uma imagem urbana atraente para consumidores. A montagem de suntuosos estádios e arenas esportivas transmite a idéia de territórios modernos, cujos investimentos podem propiciar retorno econômico considerando que muitos capitalistas tiveram o mesmo sinal: o de que aquele território conta com a disposição dos atores em preparar as condições para a acumulação.

O segundo ponto consiste na maneira com que os equipamentos serão distribuídos pela cidade, pois sua repartição influenciará diretamente ao acesso aos mesmos, podendo beneficiar mais algumas classes.

Dependendo da forma como tais equipamentos são distribuídos pela cidade o acesso a eles poderá ser maior ou menor para camadas específicas da sociedade. Significa dizer que a concentração destes equipamentos em uma área urbana mais abastada pode acirrar as desigualdades espaciais ou, por outro lado, a instalação destas unidades em áreas populares pode aumentar o acesso de seus moradores a espaços públicos. Vale ressaltar que a manutenção destes equipamentos é cada vez mais onerosa tendo em vista que suas dimensões não são calculadas para atender às demandas da cidade, mas sim a de um espetáculo que pode tomar territórios como mero palco para o evento. (RAEDER, 2010, p. 113)

Desse modo, é necessário que os gestores pensem em longo prazo, utilizando-se de políticas capazes de fomentar o desenvolvimento social e cultural, bem como visando o oferecimento de alternativas de esporte e lazer à população. O esporte o lazer então não têm de assumir somente a centralidade no discurso dos organizadores do megaevento, mas devem ser concretizadas em ações políticas e sociais se configurando em benefícios para a sociedade, seja relacionado à saúde, a valores sociais, culturais, dentre outros.

Outro problema que pode surgir é a questão da sustentabilidade dos equipamentos pós-megaevento, pois a manutenção destes pode vir a ser inviável para a repartição pública que, devido a este fato, ou sob tal justificava, pode optar por privatizá-los. Isso ocorreu nos últimos jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, com o complexo esportivo João Havelange (Engenhão) que foi concedido ao Botafogo por um aluguel mensal de 36 mil reais. O autor chama a atenção também para uma declaração do governador do Estado do Rio de Janeiro dada durante os jogos referindo-se a demolição do parque aquático Maria Lenk e o estádio Célio de Barros que demonstrou a utilização política do esporte visando à divulgação da imagem da cidade, assim como a promoção de equipamentos voltados para o consumo: “Esses espaços não são tombados e podem ser convertidos em equipamentos que completariam o Complexo do Maracanã, como estacionamento, shopping, hotéis, centro de convenção e outros” (RAEDER, 2010)

Como se pode observar, ao sediar o megaevento, a cidade passará por inúmeras mudanças que poderão acarretar impactos também nas áreas de esporte e lazer, bem como provocar modificações nas vivências destes por parte dos belo-horizontinos. Para compreendermos como esses impactos podem influenciar em tais vivências é importante definirmos o que entendemos por lazer e, a partir disso, tentarmos entender de que forma essas possíveis modificações poderão agir sobre os mesmos.

1.4 Aproximações com o lazer

A definição de lazer realizada por Dumazedier em 1976 é ainda muito utilizada por diferentes áreas, principalmente aquelas relacionadas às ciências humanas. De acordo com o autor, o lazer

é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após

livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER apud GOMES, 2008, p.2)

Tal definição, porém, é alvo de algumas críticas de outros autores do campo do lazer. Faleiros apud Gomes (2008) afirma que o autor, através de suas proposições, prioriza a discussão acerca dos desdobramentos do que acredita consistir o lazer, em detrimento da busca por um entendimento da dinâmica social, que possibilita a vivência das atividades relacionadas ao mesmo. Desta forma, o lazer seria uma lacuna a ser preenchida por algumas atividades sociais. Além disso, com as atuais modificações nas relações entre os indivíduos e entre estes e a sociedade, resultantes principalmente do sistema capitalista vigente, o conceito de Dumazedier que foi formulado tendo como base as sociedades industriais do século XX, tende a perder parte de sua aplicabilidade e abrangência. Outra crítica, ressaltada por Gomes (2008) ao mesmo autor, refere-se, nesta medida, ao fato do entendimento do lazer em contraposição às necessidades e obrigações sociais, principalmente ao trabalho. Tal condição iria ao encontro de uma delimitação de fronteiras entre os últimos, o que poderia remeter a uma idéia de sociedade e de atividades desconectadas entre si, o que vai à contramão do que especialistas e pesquisadores do campo vem relatando, principalmente com o crescimento dos fluxos transnacionais e da globalização.

Gomes (2004) relata que no Brasil, no final dos anos 80, o lazer sofreu um redimensionamento, deixando de ser considerado um simples conjunto de atividades e aproximando-se mais de um viés cultural. Nessa perspectiva, a autora enfatiza a importância da cultura, como uma área de produção humana que inclui diferentes dimensões e expectativas. O Lazer neste sentido consistiria em um espaço para a fruição de várias manifestações culturais.

A autora então nos apresenta uma definição orientada pelas práticas culturais.

O Lazer compreende, dessa maneira, a vivência de inúmeras práticas culturais, como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de arte, dentre várias outras possibilidades. Inclui, ainda, o ócio, uma vez que esta e outras manifestações culturais podem constituir, em nosso meio social, notáveis experiências de Lazer. (GOMES, 2004, p.124)

Esta perspectiva nos faz crer que as definições de lazer de Gomes (2004) acrescidas das conceituações elaboradas por outros importantes teóricos do campo, corroboram para uma busca mais adequada do estabelecimento da conceituação do lazer. Como ressaltado anteriormente pela autora, o Lazer consistira em

uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004, p.125).

Também Elias; Dunning (1992, p. 112), em oposição à tradição dicotômica, compreendem o lazer como “um tipo de atividade que se insere no tempo livre, colocando o indivíduo como transformador da sua realidade, este, enquanto sujeito social pode dotar de sentido a atividade de lazer e aproximá-la da busca da excitação ou do prazer.” O prazer, seria entendido como uma forma de buscar um “descontrole controlado”. Para tais autores, embora o lazer se situe no limiar do descontrole, está fortemente correlacionado às dimensões culturais, podendo ser observado em atividades recreativas, na excitação no estádio de futebol, dentre outras. Desse modo, pode-se compreender que o lazer, assim como o futebol, constitui-se em uma esfera humana, que também é construída culturalmente.

Marcellino (1996) imprime outra discussão, relacionada ao Espaço Urbano e ao Lazer. Partindo da idéia de que no Brasil, o Espaço para o Lazer é um Espaço Urbano, afirma que

O aumento da população Urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento da infra-estrutura, gerando desníveis na ocupação do solo e diferenciando marcadamente, de um lado as áreas centrais, concentradoras de benefícios, e de outro a periferia, verdadeiro depósito de habitações.” (MARCELLINO, 1996, p. 25)

Tal processo corroborou principalmente para uma desigual distribuição e/ou centralização dos equipamentos não específicos e específicos, criando dificuldades para seu acesso e utilização, bem como contribuindo para a segmentação dos espaços públicos destinados ao lazer. Os primeiros equipamentos consistiriam em espaços em que os indivíduos poderiam vivenciar experiências de lazer, como o

espaço doméstico, bares, escolas, ruas, dentre outros. Já os segundos seriam detentores da mesma capacidade, porém teriam sido concebidos especificamente para a prática de diversas atividades de lazer. (MARCELLINO, 1996)

Criou-se, dessa forma, um paradoxo: por um lado as áreas centrais foram absurdamente valorizadas, inviabilizando a edificação de novos equipamentos públicos, incentivando-se cada vez mais a verticalização urbana. Pelo outro lado, a ampliação da malha urbana em direção às periferias produz um efeito imobiliário especulativo, o que entrava também o investimento em equipamentos e espaços públicos em áreas afastadas. Dessa forma, a renovação e a manutenção destes seguem uma lógica utilitarista favorecendo grupos mais abastados como descreve o autor no fragmento.

Mas não somente a urbanização é regida pelos interesses imediatistas do lucro. A visão utilitarista do espaço é determinante nos processos de renovação urbana [...] Além da alteração da paisagem, fato mais facilmente observado e que pela ausência de critérios contribui para a descaracterização do patrimônio ambiental e urbano e a conseqüente perda das ligações afetivas entre o morador e o habitat, a diminuição dos equipamentos coletivos, o aumento do percurso casa/trabalho, enfim, favorece pequenos grupos sociais em detrimento dos antigos moradores. Evitando a fixação residencial e privilegiando a ação econômica, as áreas renovadas freqüentemente se transformam em locais potencialmente inseguros e perigosos fora dos períodos de funcionamento comercial. (MARCELLINO, 2006, p.67)

Em muitos casos, um grande número de pessoas que habitam distante dos centros urbanos, gasta um tempo razoável na locomoção diária para deslocarem até seus postos de trabalho e retornarem para casa. Dessa forma, esses indivíduos além de serem prejudicados na questão da distribuição do espaço e dos equipamentos, também são lesados perdendo uma parte preciosa de seu tempo. Em algumas situações chegam a ver a luz do sol, retornando para seus lares somente para descansar para o próximo dia de trabalho.

Essa lógica de urbanização regida pelo lucro tem influenciado não só na concepção, mas também na gestão dos equipamentos de lazer, fazendo com que grande parte destes sejam gerenciados pela iniciativa privada, onde são praticados

preços elevados sob a justificativa de manutenção e bom funcionamento do equipamento de lazer. Marcellino, citando Santos e Lefebvre, nos mostra que

Ao ser submetida à lógica do lucro a cidade é rebaixada de obra (valor de uso e fruição) a produto para consumo (instrumento do valor de troca), e o espaço/tempo passam a ser considerados como itens de produção – mercadorias. Os espaços públicos passam a ser convertidos em espaços “privatizados” (SANTOS 1999; LEFEBVRE, 1991b, apud MARCELLINO, 2007, p.11).

Além disso, de acordo com Marcellino (1996) o fator econômico também pode ser responsável pela organização do tempo disponível das classes sociais, pelo acesso à educação, bem como pelo estabelecimento de uma relação de apropriação desigual no que diz respeito ao lazer, configurando-se em uma barreira interclasse social. Somam-se a esta outros fatores que também podem ter ação de barreiras, as quais o autor denomina de barreiras intraclasses, são eles: Sexo, Faixa Etária, nível de instrução, acesso ao espaço, violência, entre outros.

Dessa forma, essas barreiras contribuem para a manutenção do desequilíbrio ao acesso ao lazer, beneficiando algumas classes e grupos em prol de outros.

Neste capítulo procurou-se estabelecer relações entre as conceituações teóricas de megaeventos, lazer e esporte. No próximo capítulo, serão apresentados conceitos de políticas públicas e de participação popular, com o objetivo de subsidiar a análise, nos dois últimos capítulos, respectivamente, das concepções de políticas públicas de esporte e lazer e de participação popular inscritas nos projetos escolhidos para investigação e nos discursos dos gestores correlacionados aos mesmos.

CAPÍTULO 2

2. POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITUAÇÃO

Na primeira parte deste segundo capítulo serão apresentados alguns conceitos importantes relacionados às políticas públicas como algumas definições, a forma, as etapas, o contexto em que são elaboradas, bem como quem participa do processo, aprofundando especificamente as políticas públicas de esporte e lazer. Na segunda parte será apresentado o histórico da participação popular no Brasil, assim como conceituações de participação popular e elementos correlatos que servirão de subsídio para análise do objeto de estudo desta pesquisa.

As sociedades modernas estão se tornando cada vez mais complexas, e os indivíduos também vêm acompanhando este processo, podendo assumir uma pluralidade de características sociais, econômicas, políticas e culturais. De acordo com RUA (1998), tais distinções podem gerar alguns conflitos, na medida em que os indivíduos se inter-relacionam a partir de diferentes valores, idéias, interesses e desejos. No entanto, para que as sociedades continuem a existir, os desentendimentos precisam ser mantidos em um nível em que possam ser gerenciados, através de política ou coerção. Esta última versa na imposição de valores e interesses de um indivíduo e/ou instituição sobre outros. Já a política consistiria “no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destina à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” (RUA, 1998, p. 231).

A política e a política pública são instituições diferentes, porém se influenciam de maneira recíproca. Ambas se relacionam ao poder, entretanto, a política assume um caráter mais amplo e geral enquanto a política pública é mais específica e direcionada a determinados temas políticos. Porém, a política pública consiste em um fator comum à política e às decisões e ações do governo. Neste sentido, a política pode ser considerada também como a busca para o estabelecimento de

políticas públicas acerca de determinados assuntos ou na tentativa de influenciá-los. A partir disso, os governos e atores políticos, em embates em diferentes arenas e níveis, procuram constituir políticas públicas de sua preferência ou bloquear aquelas que não lhes são convenientes (LA HERA, 2006).

Seguindo nessa direção, Ruz (1998) define políticas públicas (policies) como *outputs* gerados pela atividade política, que fazem parte de um sistema de decisões e ações que dizem respeito à colocação valores.

Saraiva (2006) também traz importantes contribuições na medida em que entende as políticas públicas como

um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar esta realidade...estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. Com uma perspectiva mais operacional... é um sistema de decisões públicas que visam a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou a modificar a realidade, de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAIVA, 2006,p. 28).

E Menicucci complementa esta definição, argumentando que

uma política pública diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios. Nessa concepção, políticas públicas remetem a um conjunto de decisões e a um conjunto de ações para implementar decisões. (MENICUCCI, 2006, p.141).

Dessa forma, sob uma ótica mais descritiva, deve-se ressaltar que uma política pública consiste em ações, mas também em não-ações do setor público em relação a uma problemática ou um segmento da sociedade. (MENECUCCI 2006)

Além disso, é importante diferirmos política pública e decisão política. A primeira engloba mais do que uma decisão política e demanda diferentes ações estratégicas que são escolhidas com o objetivo de implementar as decisões adotadas. A última diz respeito a uma opção selecionada dentre uma gama de possibilidades, de acordo com a hierarquia de preferências dos agentes abrangidos,

e respeita os fins aos quais se quer atingir e aos meios disponíveis. Sendo assim, uma política pública implica necessariamente em uma decisão política, mas uma decisão política pode não chegar se transformar em política pública.

Frey (2000) apresenta também dois conceitos importantes para entender o contexto geral em que são formuladas as políticas públicas, o de *Policy Networks* ou rede política proposto por Hecló e o de *Policy Arena* ou arena política proposto por Lowi.

Policy Network consistem nas “interações entre diferentes instituições e grupos tanto do executivo, do legislativo como da sociedade na gênese e na implementação de uma determinada *policy*” (FREY, 2000, p.221). Isto é, são redes de relacionamentos sociais que se verificam ciclicamente, organizadas de maneira menos formal que as relações sociais institucionalizadas. Estas ganharam um papel de destaque nos processos decisórios das democracias modernas na medida em que os procedimentos formais determinados pelas constituições e ordenamentos perderam força nas últimas décadas. As *policy Networks* podem apresentar ainda um nível maior ou menor de barreiras à acessibilidade, de institucionalização e de controle, proporcionalmente à natureza e especificidade do tema. Nas políticas de defesa nacional, por exemplo, o número de atores tende a ser pequeno enquanto o número de barreiras de acesso tende a ser altos. Já nas políticas de temas como educação e saúde, um maior número de atores tende a se colocarem em torno destas, e um menor número de barreiras de acessos geralmente são verificadas.

Conflitos e coalizões são realizados na tentativa de fortalecimento perante as demais *policy networks*. É importante ressaltar que estas não são estáticas, sendo formadas e dissolvidas de acordo com o tema a ser discutido e os interesses a serem defendidos naquele determinado período de tempo, pelos diferentes grupos e atores políticos. Na sua maior parte, estes ocorrem na *policy arena*.

A *Policy Arena* pode ser entendida como os “processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo” (idem,

p.223). As políticas distributivas referem-se às políticas de baixo nível de conflito nos procedimentos políticos, pois normalmente distribuem benefícios e ocasionam baixos custos. Já as políticas redistributivas são caracterizadas pelo conflito, pois visam modificar o fluxo de recursos financeiros, legais e/ou sociais existente entre camadas, grupos e atores sociais. As Políticas regulatórias relacionam-se com as normas, decretos, ordenamentos, portarias e seu impacto na distribuição de custos e de benefícios não podem ser previamente definidos. Estes podem ser repartidos de forma equalizada ou pode atender a interesses individuais. As políticas constitutivas ou estruturadoras definem as regras do jogo, servindo de molde e estabelecendo parâmetros gerais a partir dos quais as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias serão discutidas e negociadas.

Uma vez entendido todos os conceitos, é importante sabermos quem participa de todo processo de formulação de políticas públicas, e como um problema e/ou assunto pode vir a fazer parte da agenda política.

2.1 Políticas Públicas: Atores, Estágios e formação da Agenda

Os grupos que fazem parte do sistema político, apresentando demandas ou realizando ações, que podem vir a se concretizar como políticas públicas são chamados de atores. Estes podem ser estatais (originados do Governo ou Estado) ou privados (originados da Sociedade Civil). Os primeiros executam funções públicas, e foram eleitos pela população para um determinado cargo por um determinado período de tempo (políticos), ou atuam de forma contínua na burocracia como os funcionários públicos. As propostas de políticas públicas geralmente partem do poder executivo que, por sua vez, as efetiva, enquanto a provisão de informações necessária ao processo de tomada de decisão por parte dos políticos, bem como a execução e monitoramento das políticas públicas é de responsabilidade dos servidores públicos. Idealmente, a burocracia é politicamente neutra, mas com frequência atua segundo seus próprios interesses, auxiliando ou prejudicando as ações governamentais.

Já os atores privados referem-se aqueles que possuem ausência de vínculo direto com o poder público ou estrutura administrativa do Estado. Estes podem ser: a imprensa, os centros de pesquisa, os grupos de pressão, de interesse e de lobbies, as Associações da Sociedade Civil Organizada (SCO), as entidades de representação empresarial, os sindicatos patronais e de trabalhadores, bem como outras instituições representativas da sociedade civil.

Os atores então interagem através das *policies network* dentro da *policy arena* na tentativa de resolver questões e assuntos que podem ascender ou não à agenda política.

Frey (2000) propõe uma subdivisão da ação pública em cinco estágios parciais do processo de resolução de problemas denominado por ele como *policy cycle*, baseado em uma seqüência de passos concernentes à dinâmica político-administrativa. Ciente de que existem outras propostas, o autor afirma que os estágios de formulação, implementação e controle dos impactos das políticas são comuns a todas e que, por isso, acrescenta alguns estágios a mais que são pertinentes para uma melhor análise de todo processo. Sua subdivisão consiste nos seguintes estágios: (I) percepção e definição de problemas, (II) agenda-setting, (III) elaboração de programas e decisão, (IV) implementação de políticas e (V) avaliação de políticas e eventual correção.

O primeiro estágio é onde um determinado fato pode ganhar relevância político-administrativa e se tornar um problema político. Isto é, consiste no momento em que uma questão levantada por políticos, pela sociedade civil e/ou administração pública, adquire destaque frente às demais questões passando a fazer parte do conteúdo das decisões políticas.

No segundo estágio é definido se um determinado tema será realmente inserido na pauta política a ser discutida ou será excluído ou reenviado para ser debatido em uma data posterior, independente de sua importância. Nesse estágio são avaliados também os possíveis cursos de ação, bem como as possibilidades do tema conseguir destaque na arena política.

No terceiro estágio é definido um curso de ação precedente ao ato de decisão. Nesse momento podem ocorrer conflitos e acordos entre os atores envolvidos e entre estes e os agentes dominantes na política e na administração. Normalmente é estabelecido um programa de compromisso negociado entre os atores mais influentes, que restringem as escolhas entre as diversas alternativas, ocorrendo raramente uma escolha efetiva entre todas as opções.

No quarto estágio são colocadas em prática as ações escolhidas no estágio precedente. Deve-se observar, porém, que, em muitas ocasiões, os efeitos de determinadas políticas não correspondem aqueles projetados no estágio de formulação.

No último estágio avaliam-se os programas, projetos e ações já implementados no que diz respeito aos impactos e resultados produzidos. Procura-se identificar as falhas, gaps e efeitos indesejados produzidos. A avaliação de acordo com os objetivos atingidos pode levar à implantação de ações corretivas, à modificação do programa implementado ou até a sua suspensão de um novo ciclo político. Essa fase é de suma importância, pois esta possibilita o desenvolvimento e melhoria contínua de ferramentas e instrumentos de ação pública. Porém, o controle e a avaliação não devem ser exclusivamente executados no último estágio, mas todas as fases do processo devem ser monitoradas e adaptadas na medida em que são percebidas divergências em relação às metas traçadas.

Como se pode perceber, as decisões políticas que se constituírem em políticas públicas podem abarcar diferentes áreas. No caso do presente estudo, se analisará as concepções de políticas públicas das áreas de esporte e lazer presentes no Planejamento Estratégico Integrado. Para tanto, é importante também conhecermos o contexto histórico em que os direitos sociais de esporte e de lazer se desenvolveram no Brasil, principalmente após a última constituição de 1988. A partir disso, poderemos compreender como as ações governamentais tem se pautado na constituição de políticas públicas nessas áreas.

2.2 Políticas Públicas de Esporte e Lazer

De acordo com Linhales (2001), o esporte tem passado por processos de modernização ao longo do tempo. Porém, as práticas antigas que víamos como a distribuição de jogos de camisas, construção de alambrados e de campos, dentre outras práticas eleitoreiras, continuam a se fazer presentes. Além disso, a tentativa de que a modernização também atinja a gestão pública do esporte tem apresentado como resultado o ajustamento e/ou subordinação do Estado às lógicas e demandas mercadológicas. Isso tem contribuído, para que o grau de pobreza, de disparidade e exclusão social continue crescendo a despeito das ações que vem sendo empreendidas pelo governo. Isto devido ao fato de que, na maior parte das vezes, o esporte é associado a uma finalidade assistencialista como: o esporte para coibir a violência, para diminuir o consumo de drogas, para reduzir a evasão escolar, ao invés de ser percebido e difundido como um direito social assegurado pela constituição nacional.

Nesta perspectiva, a autora apresenta importantes contribuições discutindo as inter-relações instituídas entre o setor esportivo e o Estado, e o processo de politização do esporte.

No que diz respeito ao processo de politização do esporte, a autora argumenta que, apesar de se tratar de um fenômeno moderno recente, o esporte se constituiu em diferentes períodos da história, ampliando sua legitimidade como prática social e alcançando diferentes segmentos, instituições e atores sociais. Participam e participaram deste processo, o Estado, o mercado, e as organizações da sociedade civil que estabelecem entre si diferentes tipos de relações.

O campo esportivo vem sofrendo também um processo de fragmentação e de multiplicação das organizações esportivas, que estão dando lugar a uma imensa gama de possibilidades de práticas, categorias, classificações, dentre outras. Concomitantemente, aumentaram estrondosamente a oferta de bens e serviços relacionados à sua prática que abarcam desde materiais e equipamentos

esportivos, passando por revistas, jornais e mídia, até recursos humanos como técnicos, preparadores físicos e administradores esportivos. Todas essas mudanças têm demarcado, cada vez mais, a influência de condicionantes socioeconômicos na maioria das relações esportivas estabelecidas entre os indivíduos, o mercado e o Estado.

A autora afirma ainda que o esporte configura-se em uma instituição e, como tal, é suscetível às predeterminações e às alterações de seus valores e significados.

Como um fenômeno social possuidor de certo grau de autonomia e legitimidade, o esporte constitui-se, então, como uma instituição não apenas vulnerável a predeterminações, mas também capaz de influir e alterar relações e valores em várias instâncias da vida social. Assim, o processo de inclusão da instituição esportiva em diferentes contextos históricos e sociais caracteriza-se como um movimento de trocas, capaz de comportar ações recíprocas e, por vezes contraditórias. (LINHALES, 2001, p. 34)

Além disso, esse processo é orientado por possibilidades de organização de interesses esportivos individuais e/ou coletivos e envolve diferentes práticas, canais de comunicação e instituições sociais, o que de acordo com tal contexto contribui para o surgimento de tensões e inflexões.

A instituição esportiva apresenta-se como locus onde coexistem interesses variados e potencialmente antagônicos. A trajetória do esporte é, marcadamente, influenciada por variados resultados, decorrentes de conflitos protagonizados por diferentes atores, dentre eles, o Estado. Esses interesses que o engendram acabam por recriá-lo permanentemente. (LINHALES, 2001, p. 34)

Porém, deve-se ressaltar que a instituição esportiva também é dotada de um locus privilegiado no que tange à edificação de sistemas de solidariedade, refletida na constituição dos times, clubes, federações e outras empreitadas de caráter coletivo. Neste sentido, estes últimos configuram-se na representação das identidades culturais e sociais de um determinado grupo. Também a partir dessas iniciativas, o esporte é difundido e institucionalizado e suas regras, costumes, significados, modalidades e classificações são ratificadas, reinventadas ou excluídas.

O direito ao esporte, segundo a autora, começou a se desenvolver na instituição da sociedade industrial, que contribuiu para a consolidação da divisão entre o trabalho e o tempo livre. Essa transformação também afetou os padrões de relacionamento entre esporte e Estado. Para analisar estes, a autora utiliza-se de um modelo teórico fundamentado em quatro correntes de interpretação, sendo duas de natureza pluralista e duas de natureza marxista.

As abordagens pluralistas subdividem-se entre pluralista-funcionalista e pluralista-conflitualista. Na primeira, parte-se do princípio de que o desenvolvimento das políticas sociais deve ser compreendido como fruto do processo de diferenciação e modernização da sociedade, a partir do qual a população passou a demandar do Estado ações capazes de salvaguardar o seu bem-estar. Neste sentido, o Estado é percebido com um tutor e intervém para garantir a manutenção do funcionamento adequado da sociedade, justificando-se dessa forma a necessidade de políticas sociais. Na segunda abordagem, pluralista-conflitualista, parte-se do mesmo princípio de que a intervenção do Estado se justificaria devido ao fato de que o processo de diferenciação afeta todos os indivíduos da população, porém, estes acreditam que a modernização da sociedade suscitou um aumento da mobilização política e social, e conseqüentemente das ações públicas empreendidas, que na verdade, constituem-se no reflexo do nível de organização das instituições sociais e suas respectivas capacidades de influência no Estado.

Ao contrário destas abordagens pluralistas que começam a delinear o direito ao esporte e ao lazer como direitos sociais, as abordagens marxistas imprimem um discurso de classe social, compreendendo a intervenção estatal, através de políticas sociais, como resultado do desenvolvimento do modelo capitalista; na perspectiva da manutenção do processo de acumulação capital inerente a garantia de um Estado de bem-estar e da regulação dos atritos gerados pelo sistema social de caráter excludente. Tanto as vertentes pluralista-funcionalista quanto as marxista-funcionalista convergem no entendimento de que o desenvolvimento de políticas sociais constitui iniciativas preventivas e sistêmicas que visam à manutenção da própria sociedade capitalista. Porém, a segunda defende que tal desenvolvimento tem como objetivo garantir o funcionamento do mercado e a reprodução da força de

trabalho. Desse modo, o esporte de acordo com tal concepção, pode ser considerado uma mercadoria de consumo, e/ou uma estratégia de conservação da força de trabalho. Assim, de acordo com a autora, o Estado pode alternar entre dois papéis

Ao mesmo tempo em que o Estado é identificado como co-autor do processo de reprodução do capitalismo, por intervir no setor esportivo e por desenvolver políticas que reforçam interesses e valores do capital, ele é também responsabilizado por facilitar o desenvolvimento de um mercado esportivo excludente e competitivo, não intervindo no sentido de minimizar ou regular as diferenças sociais que inviabilizam o acesso de todos à prática do esporte. Nesta perspectiva, a ação do Estado no setor esportivo é interpretada como tendo função estrutural de legitimação do modo de produção capitalista. (LINHALES, 2001, p. 48).

Já a matriz teórica marxista-conflitualista reconhece as estruturas sócio-econômicas como responsáveis pela manutenção da ordem nas sociedades capitalistas, mas defende que as ações do Estado são resultado de conflitos entre diferentes grupos sociais. Isto é, as ações públicas advêm da interseção tensional entre os problemas e as exigências sociais, que podem ser originadas por parte da elite com o objetivo da manutenção do *status quo*, ou através de pressões exercidas por parte da classe de trabalhadores. Dessa forma, esta vertente argumenta que o campo político assume uma posição de lócus capaz de dar lugar a conflitos sociais, mas também de legitimar a afirmação de direitos sociais e, por conseguinte, as ações do Estado direcionadas para este propósito. Não se pode esquecer, porém, que esse processo ocorre de forma subordinada ao processo de acumulação de capital que vigora no sistema capitalista. (idem, 2001)

Assim como o esporte, o lazer também possui diferentes discussões acerca de suas concepções, das inter-relações que estabelece com o Estado e a sociedade civil e, conseqüentemente, do processo de construção de políticas públicas voltadas para esta área.

De acordo com Marcellino (2001) a necessidade dos valores do lazer sempre fez parte da vida humana. O que ocorre é uma mudança de significados e concepções em diferentes períodos da história. O autor acredita que duas correntes tenham ganhado destaque após o advento da revolução indústria. Na primeira o

lazer seria percebido como uma mercadoria, isto é, como um elemento de entretenimento disponível para consumo. Nessa concepção, o lazer contribuiria para a manutenção das injustiças sociais. Na segunda corrente, o lazer seria gerado historicamente em diferentes períodos dentro da sociedade. Neste viés, o lazer seria dotado de uma dimensão cultural, e a partir da sua vivência seria capaz de gerar valores questionadores da ordem vigente. Segundo o autor, o que contribuiu para o avanço destas duas perspectivas foi, por um lado, o aumento das possibilidades de consumo de bens e serviços e, por outro lado, o crescimento da organização da sociedade civil, do poder público e de suas respectivas percepções acerca da necessidade de afirmar o direito ao lazer previsto na constituição.

Segundo Menicucci (2008), a exceção da vinculação ao campo do esporte, as políticas públicas de lazer constituem-se em ações recentes, as quais começaram a ganhar uma maior anuência a partir da constituição de 1988. Nesta, o lazer é definido como um direito social e na parte dedicada ao desporto, o termo lazer aparece associado ao conteúdo esporte, sendo definido como uma forma de promoção social por parte do poder público. Ainda de acordo com a autora, esse pouco tempo de vida do campo de estudo pode ser responsável pelo incipiente desenvolvimento de políticas públicas tanto para o esporte quanto para o lazer. Além disso, como as definições de direito ao esporte e ao lazer não foram acompanhadas pela criação de parâmetros legais que concorreriam para formulação de princípios, diretrizes e objetivos, as iniciativas e ações práticas que os envolve são tomadas a partir de escolhas autônomas dos gestores públicos e estes se apresentam, na maioria das vezes, de forma despreparada e/ou desorganizada.

Marcellino (2001) aponta ainda que o termo lazer tem aparecido, na maioria das vezes, associado a outros como: lazer e promoção social, lazer e violência, lazer e saúde, lazer e bem-estar, dentre outros. Tal prática corrobora para que o lazer só seja concebido como um elemento importante para a vida humana se este estiver vinculado a outros, não sendo possível justificá-lo dentro de uma dimensão própria. Desse modo, o lazer assumiria várias formas, ora de departamento, de

serviço, de setor, ora de secretaria, impondo e/ou sendo sobreposto em diferentes espaços pela cultura, educação, turismo, esporte, e assim por diante.

Outro problema ressaltado pelo autor é o fato de que a concepção de políticas públicas, de maneira geral, e principalmente no que diz respeito às políticas públicas setoriais de lazer são percebidas de maneira errônea ou pouco clara pela maioria da população. O que ocorre é que não se levaria em consideração o caráter setorial, e, por isso, sucederia o isolamento completo não se considerando o todo das relações sociais. Ainda no que diz respeito às concepções de políticas públicas, afirma-se a existência de três grupos. O primeiro é formado por indivíduos contrários à interferência total do Estado nas políticas setoriais como aquelas referentes ao lazer e apresentam a máxima: “como o Estado que já interfere tanto nas nossas vidas, pode interferir também no tempo livre de nossas famílias?” (*idem*, 2001, p.8). O autor argumenta que o grande problema desta concepção é que esta tem como base o princípio de que o acesso ao lazer é igualitário a todos, não existindo nenhuma restrição interclasse ou intraclasses social.

O segundo grupo é formado por indivíduos que são a favor do intervencionismo estatal a partir de uma hierarquia de necessidades ou de demandas das classes menos abastadas. Por fim, o terceiro grupo defende que as políticas de lazer devam servir de base para que o Estado satisfaça somente as necessidades de parte da população que se encontra na condição de excluída do consumo de bens culturais.

Ainda que a importância do lazer não seja formalmente externalizada pela população, o lazer corresponde a uma importante dimensão da vida humana e seu caráter relacional para com os indivíduos e/ou atividades é capaz de produzir diferentes vivências, impactos e experiências. Isto ocorre devido ao fato de que a concepção de lazer por uma grande parte da população não é percebida ainda como direito social e está vinculada a uma significação pejorativa, no sentido de que a exaltação ou reivindicação do lazer seria válida somente para assuntos solenes e/ou politicamente corretos veiculados pela mídia de massa que, na maioria das vezes, possui um cunho assistencialista ou funcionalista. O autor aponta como

exemplo o caso de áreas de alto índice de violência urbana em São Paulo que são explicadas pelo governador deste estado da federação como resultado da carência de opções de ocupações de lazer para os jovens. Em seu discurso, por exemplo, este último defende a instalação de quadras esportivas e outros equipamentos de lazer como meio de coibir a violência. (idem, 2001)

Por isso, o autor argumenta que uma política de lazer não deve basear-se em uma simples política de realização de atividades isoladas, mas é necessário que se tenha um olhar para uma política de reordenação dos tempos, do solo, dos equipamentos de esporte e lazer, dos espaços e transportes urbanos, dos salários, da jornada de trabalho, dos profissionais e voluntários, dentre outros. Tanto o lazer quanto o esporte são dotados de suas especificidades, até mesmo como políticas públicas, porém não devem ser tratados de forma insular das demais questões sociais. Desse modo, o município deve buscar constituir políticas setoriais, por meio de debates entre os setores representativos da população, estimulando e coexistindo com iniciativas da sociedade civil e iniciativas privadas. É necessário ter um entendimento de esporte e lazer extenso, fundado em conteúdos culturais e preocupado com a consequente transmissão e participação nestes. Isto é, uma compreensão que tenha como aliado a interdisciplinaridade e a pluridisciplinaridade dos profissionais e equipes responsáveis pelo desenvolvimento das ações setoriais, devido às interseções que o esporte e o lazer possuem com as demais áreas como o turismo, entretenimento cultural e as manifestações sociais.

Nesta direção, Menicucci (2008) apresenta alguns estudos e pesquisas na obra “Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer”, a partir dos quais é possível realizar um panorama sobre o esporte e o lazer em Belo horizonte e região metropolitana e sua relação com a gestão pública. Uma destas, consiste na pesquisa de Linhaes et al. que parte do pressuposto de que o esporte e o lazer compõem dimensões da vida social, bem como são capazes de produzir sentidos e significados a partir de diferentes práticas. A indagação colocada no estudo foi: “Como o esporte e lazer se organizam como setores de gestão pública municipal?” E o objetivo instituído consistiu em: “apresentar um retrato da

presença do esporte e do lazer nos municípios, tendo como foco principal as representações construídas pelos gestores acerca de suas próprias gestões.”

Os dados e as categorias de análise foram constituídos a partir de entrevistas com os gestores de esporte e lazer municipais. Foram encontradas e enunciadas pelos autores, algumas diferenças entre os municípios no que diz respeito à formação profissional dos gestores e do quadro de pessoal, às diferenças entre os equipamentos disponíveis, à concepção do lazer enquanto direito por parte dos entrevistados, à organização do lazer em um departamento independente do esporte e às diferentes concepções acerca da inclusão social. De acordo com a autora, este estudo fornece indícios interessantes para posteriores pesquisas, principalmente na busca pela construção de argumentos analíticos mais precisos e paradigmas explicativos mais consistentes sobre o tema.

O ‘retrato’ apresentado por Linhales et al. fornece um bom ponto de partida para a exploração de hipóteses que definam de forma mais precisa os interesses envolvidos, os respectivos atores, suas preferências e estratégias de ação, e as conseqüências para a configuração das políticas ou até para as não decisões. Se as idéias são ponto de partida bastante profícuo, não se pode perder de vista que elas expressam interesses, quadros normativos ou ideologias, sendo necessário compreender o percurso de idéias (e fundamentalmente dos atores que as expressam) e como elas afetam o processo de construção de políticas públicas. (MENICUCCI, 2008, p.191).

A autora ressalta que qualquer política pública que seja direcionada para o esporte e/ou lazer demanda infra-estrutura, serviços e regulação, isto é, consiste na intervenção do Estado sob a forma de regulação ou de serviços. Em relação à primeira forma, podem-se influenciar as estratégias e prover incentivos para diversos atores, bem como alterar os cursos de ações dos mesmos. Em relação à segunda forma, o foco reside sobre alocação de recursos, no que tange à maneira e ao espaço de extração e alocação destes.

Em outros termos, como qualquer política pública, também aquelas que tenham o esporte e/ou lazer como objeto de intervenção estão no centro dos conflitos políticos sobre a forma, grau e objeto de intervenção governamental. Mapear esses conflitos é um caminho para interpretar o estado da arte e das condições sob as quais estão sendo definidas e implementadas as políticas públicas. (MENICUCCI, 2008, p.192)

Pode-se entender, então, que o processo de constituição de políticas públicas e, especificamente neste estudo, aquelas de esporte e de lazer, é resultado de conflitos entre diferentes forças sociais e políticas em diferentes níveis e etapas. Desses conflitos e/ou de uma maior organização da sociedade civil ao longo das últimas décadas originou-se uma maior demanda por participação popular na constituição das políticas públicas no Brasil, como será apresentado a seguir.

2.3 Políticas Públicas e Participação Popular

De acordo com Maranhão; Teixeira (2006), a sociedade brasileira inicialmente se desenvolveu acreditando que os cidadãos não tinham capacidade de se organizar e definir suas preferências, sob tal cenário firmou-se um modelo de gestão autoritário e hierárquico. A abordagem teórica que dominou o pensamento político brasileiro durante um longo período de tempo e que analisava o impacto dos elementos étnico-culturais na edificação da sociedade brasileira foi denominada culturalista. Seus principais expoentes foram Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Gilberto Freire, dentre outros e seus principais focos teóricos convergiam em torno do clientelismo, do personalismo e da suposta incapacidade da sociedade brasileira em se movimentar para fiscalizar e transformara dinâmica política. Estes acreditavam que a formação do Estado Brasileiro favoreceu a socialização de valores de distanciamento e passividade tornando duvidosa a influência da população na política. (BAQUERO, 2001)

Essa tendência não participativa era conseqüência de governos e de uma estrutura social que favoreciam muito mais a desmobilização e a inércia do que a participação cidadã. Estabeleceu-se um consenso generalizado de que o país não tinha capacidade de reformar efetivamente as estruturas tradicionais do Estado, gerando um descompasso entre um acelerado desenvolvimento econômico e uma estagnação do desenvolvimento político, materializado na ausência de uma cidadania organizada e eficaz na defesa de seus interesses, o que somou uma deficiente mediação entre Estado-sociedade e partidos. (BAQUERO, 2001, p. 99)

Nesse contexto, no início dos anos 50, a tecnocracia surge como um dos principais elementos da industrialização brasileira, deixando no plano secundário a participação popular. Dessa forma, as principais decisões político-econômicas

ficaram a cargo dos técnicos nas agências do Estado de forma isolada, liberando-se assim espaço para a utilização de uma política clientelista e corporativista. Estes passaram a influenciar inclusive as ações que deveriam ser desempenhadas pelo parlamento que, historicamente, até esse período desenvolvia um papel secundário nas decisões estatais importantes, deixando que o poder Executivo centralizasse grande parte das decisões (BAQUERO, 2001).

Paralelamente a esse processo, com o crescimento das cidades e a percepção de alguns grupos como minorias que se sentiam excluídas, iniciou-se um desenvolvimento de movimentos populares e associações que buscavam algum tipo de pressão política.

Inicialmente, o escopo de grande parte desses grupos foi o de criar a emancipação e consciência dos indivíduos como cidadãos e por isso, atuavam utilizando processos educativos junto a grupos populares. Estes tinham como principal referência a Teologia da Libertação, o movimento pedagógico denominado Educação Popular de Paulo Freire e premissas do pensador Gramsci que preconizava que a mudança somente poderia ocorrer a partir do momento em que a maior parte da população alcançasse uma maior consciência das estruturas de desigualdade e opressão às quais era constantemente submetida, bem como de classe. (CICONELLO, 2008)

Ainda que esses grupos apresentassem uma grande pluralidade de sujeitos políticos, foram os setores progressistas da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que contribuíram para unificar os movimentos e para adquirir uma maior força política. Entre os decênios de 70 e 80, as CEBs empreenderam diversas tentativas relacionadas ao fortalecimento da autonomia e da organização de grupos e segmentos populares. Simultaneamente, devido à forte repressão a diversos espaços político-sociais, durante a ditadura militar, novas iniciativas de caráter associativo começam a surgir ou a serem reformuladas como nos fragmentos abaixo relatados pelo autor.

Paralelamente a esse movimento, em razão do intenso processo de urbanização vivido pela sociedade brasileira a partir dos anos de 1950, surgiram nas cidades centenas de associações de moradores e de bairros que reivindicavam serviços públicos para as suas comunidades, como água, saneamento, transporte, eletricidade, escolas e postos de saúde [...] Nesse mesmo período, constituíram-se, também, as primeiras organizações não-governamentais, como respostas da sociedade ao fechamento de diversos espaços sociais e políticos no Brasil, como sindicatos, universidades e partidos. Essas organizações - pautadas pela luta pelos direitos humanos e pela constituição de novos direitos - buscavam encontrar formas inéditas de ação política e de sociabilidade, constituindo uma nova dimensão ou segmento na vida associativa brasileira. Além disso, essas Ongs faziam parte de redes de solidariedade internacional, formadas por agências de cooperação da Europa e da América do Norte, que garantiam a sustentabilidade financeira e política de suas ações (CICONELLO, 2008, p.3).

Nesta direção, em meados de 1970, a luta contra o regime militar levou a um aumento da politização da sociedade, ocasionando uma conscientização popular de que era possível interferir na democracia. Diversos atores se articularam em prol de um Estado onde a participação popular fosse maior e onde a sociedade tivesse participação no processo decisório. A oposição ao regime militar e o movimento pelas Diretas Já podem ser considerados um marco para a participação social no Brasil, considerando que tal contexto ocasionou a ascensão da institucionalidade democrática na pauta de discussão, assim como aumento da participação popular em questões políticas (MARANHÃO; TEIXEIRA, 2006).

A constituição de 1988 também foi fundamental para o crescimento da participação popular, considerando que permitiu e deu amparo legal para a organização da sociedade civil e sua influência na formulação e cobrança no que diz respeito ao cumprimento de leis. Tal ordenamento permitiu, ainda, a criação de canais de participação locais como o Orçamento Participativo que permite à população opinar diretamente em alguns temas e gastos da prefeitura, abrindo o acesso, ainda que de forma superficial, às contas públicas (idem, 2006).

Foram criados também os conselhos de políticas públicas com o objetivo de concretizar os ideais participativos inscritos na constituição, promovendo uma maior participação e controle por parte da população em todos os estágios de constituição de políticas públicas. Nesses moldes, por exemplo, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), articulando os serviços públicos de saúde nos três níveis: federal,

estadual e municipal. Em cada um destes foi instituído um conselho de saúde, com poderes deliberativos e permanentes que deve contar, obrigatoriamente, com pelo menos metade dos participantes da sociedade civil. Concomitantemente, foram criadas as conferências, como espaços de discussão e debates, de caráter complementar aos conselhos de políticas públicas. Estas ocorrem em períodos regulares, normalmente de quatro em quatro ou de dois em dois anos. Contam com representantes da sociedade civil e de delegados eleitos na esfera municipal e posteriormente estadual que são escolhidos para representar a população nas conferências nacionais. O principal benefício aportado por essas iniciativas é a possibilidade de que determinados assuntos e temas ascendam às pautas debatidas, podendo vir a fazer parte da agenda política e serem levados em consideração no processo de formulação de políticas públicas, bem como uma oportunidade de monitoramento destas. (CICONELLO, 2008)

Observou-se também o crescimento de participações e movimentos não institucionais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e movimentos civis de campanha como a Ação de Cidadania Contra a Miséria, além de participações informais, como fóruns via internet ou telefone, normalmente defendendo e buscando articular interesses de causas pontuais (MARANHÃO; TEIXEIRA, 2006). De acordo com Gonh, “a participação popular, no novo paradigma, passa a ser vista como uma intervenção social, periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública” (2000, p.24).

Modesto (2002) acrescenta ainda que a participação popular pode ocorrer de duas formas: subjetiva ou objetiva. A participação subjetiva ocorre quando o indivíduo é motivado principalmente por interesses pessoais e não pode ser considerada exatamente uma participação popular. A participação objetiva apresenta maior grau de desenvolvimento político e ocorre quando o indivíduo se envolve nas tarefas do Estado, buscando melhorar a comunidade que vive e abrange questões de interesse geral.

De acordo com Modesto (1995) a participação popular em políticas públicas pode ser definida como a interferência dos cidadãos no controle, elaboração e realização de funções do Estado, ou seja, a participação e interferência do cidadão na administração pública, buscando defender interesses coletivos. Porém, não deve ser considerada como participação popular quando ela ocorre de forma compulsória ou devido a obrigações profissionais do cidadão, como em cargos públicos por exemplo.

Valla (1998, p. 9) complementa tal definição e apresenta também três sentidos alternativos de participação. O autor afirma

De forma geral participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, a execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico, etc). Outros sentidos mais correntes de participação são a modernização, a integração dos grupos 'marginalizados' e o mutirão (VALLA et all., 1993)

O vocábulo modernização refere-se à superação de atrasos tecnológicos e culturais de uma determinada sociedade. Diz respeito às novas maneiras de produzir e consumir, de inovações tecnológicas e culturais capazes de provocar significativas mudanças na sociedade, e que por isso, toda a população deveria ter acesso à participação. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, foi instituído o projeto Rio Cidade que visava, através da modernização, produzir uma melhoria visual da cidade. Porém, apesar do grande valor gasto, o saneamento básico das favelas, as áreas de risco de enchentes, bem como o transporte público, não foram contemplados. Dessa forma, como pode ser observada neste caso, a realidade brasileira não tem dado indícios de que a modernização tem possibilitado uma maior participação popular.

A expressão integração dos grupos 'marginalizados' leva em consideração de que grande parte da população, em razão da sua condição sócio-econômica, está fora da sociedade. Essa máxima dá a impressão de que a culpa da exclusão são dos próprios grupos que, por ignorância e apatia, tem dificuldade de ascender aos produtos e serviços básicos e de que existe a necessidade de integrá-los criando

incentivos e esclarecimentos para que estes possam participar das vantagens do progresso econômico e cultural. No entanto, estes grupos sempre estiveram dentro da sociedade, porém em uma condição de riqueza muito inferior em relação aos demais grupos dominantes e que, por isso, a integração deveria estar voltada para um nivelamento dos grupos, perpassando por melhores ordenados, serviços básicos e garantia de empregos. (VALLA, 1998)

O termo mutirão refere-se a uma modalidade de convite que é feita constantemente a população de baixa renda e/ou que habitam a periferia para que realizem com sua própria força de trabalho durante seu tempo de lazer e/ou descanso, ações e obras que deveriam ser executadas pelo governo. Tal dinâmica poderia ser percebida como um paradoxo, já que na maioria das vezes os governos em todos os níveis agem de forma autoritária decidindo isoladamente a cerca da qualidade e da quantidade dos serviços públicos prestados. Porém, quando este não é capaz de sanar o problema, convoca a população para resolvê-lo criando o que se pode denominar de “culpabilização da vítima”. Por exemplo, no caso do combate ao mosquito da dengue, caso a população contraia a doença, a culpa é dos cidadãos, pois estes foram alertados nas campanhas de como deveriam se portar para a prevenção da doença e não da incapacidade do governo em traçar ações e planos de combate ao mosquito. Dessa forma, a população sempre é culpada modificando-se apenas a justificativa apresentada para encobrir as falhas e lacunas deixadas pelo poder público: “A inoperância, ausência ou a irresponsabilidade das instituições sociais (que resultam em acidentes de trabalho, doenças infectocontagiosas e fracasso escolar, entre outras ocorrências) acabam sendo justificadas pelo local de moradia, o baixo salário, o nível de escolaridade” (VALLA, 1998, p.10).

De acordo com o autor tanto a modernização, quanto a integração dos grupos marginalizados e a culpabilização da vítima contribuem para a criação e manutenção da chamada “ditadura da urgência”, segundo a qual todos os problemas, a mercê de gestores e governantes, são considerados como urgentes, dando-lhes carta branca para definir onde, quando e porque atuar, sem discussões, debates ou participação da população.

Conjuntamente à participação, outros dois fatores relacionados às políticas sociais também tem sido muito debatidos nas últimas décadas: intersectoralidade, a transversalidade.

Com o crescimento das responsabilidades governamentais locais, que deve ser capaz de prover empregos, educação, cultura, moradia e transporte, a cidade se transformou em um agente político basilar e pólo central na inter-relação entre sociedade civil, iniciativa privada e as diferentes instâncias públicas. Além disso, deve se responsabilizar também pela articulação de iniciativas voltadas ao lazer que encontraria no município o lócus ideal para sua construção, provisão e fruição. Os desafios dos governos locais, porém, são grandes na medida em que devem amenizar problemas de exclusão social, assegurar uma vida digna e de qualidade, bem como asseverar a eficácia na gestão de políticas sociais. (MENEUCUCCI, 2006)

Para vencer tais desafios novas estratégias de gestão têm sido utilizadas. Como ponto inicial, os diagnósticos que têm sido feitos têm constatado que os problemas que são alvos das diferentes políticas setoriais são interligados e interdependentes. Além disso, é necessário que as políticas públicas sejam adequadas em relação à natureza dos problemas sociais, para que de fato estas consigam agir sobre eles. (MENEUCUCCI, 2006)

A partir da utilização deste instrumento, tem recebido destaque a proposição de articular as políticas sociais através da integração intersectorial e interinstitucional, na formulação, implementação e monitoramento das políticas sociais. A intersectorialidade então aparece como uma nova forma de analisar os conflitos sociais, a partir de uma visão holística do cidadão como relata a autora no trecho abaixo

A proposta da intersectorialidade tem sido definida como uma nova maneira de abordar os problemas sociais, enxergando o cidadão na sua totalidade e estabelecendo uma nova lógica para a gestão da cidade, superando a forma segmentada e desarticulada em que usualmente são elaboradas e implementadas as políticas públicas, fracionadas em diferentes setores (MENEUCUCCI, 2006).

Nessa proposição, além da integração entre atores individuais e institucionais, públicos e/ou privados, torna-se necessário gerar um conjunto de diferentes conhecimentos específicos, bem como a introdução de novas práticas no planejamento, execução e monitoramento da prestação de serviço, capazes de assegurar igual acesso a todos os grupos da sociedade. É necessária também uma mudança de paradigma dos gestores. Estes devem ter um entendimento compartilhado das finalidades, objetivos, ações, indicadores e ações articuladas, para que ocorra efetivamente uma construção coletiva. O compartilhamento de valores, a execução de parcerias e a criação de redes entre os atores podem contribuir na produção de conhecimento e nas intervenções e ações estabelecidas. É necessária uma mudança de cultura das organizações gestoras das políticas sociais e das ações institucionalizadas, capaz de permitir a participação da população, garantindo uma maior legitimidade e sustentabilidade em todo o processo, na medida em que políticas sociais têm poucas chances de se tornarem efetivas sem a participação do público alvo (MENEUCCI, 2006).

Outra perspectiva que vem ganhando força ao se visar uma maior articulação e efetividade das ações governamentais é a transversalidade. Esta deve ser utilizada devido à incapacidade dos aparatos governamentais na resolução de alguns problemas graças a sua natureza organizacional engessada e verticalizada como expõe a autora

As administrações públicas se organizam em estruturas fortemente formalizadas, verticais e definidas por sistemas técnicos especializados e complexos como saúde, educação, defesa, seguridade e outros. Entretanto, essa estrutura organizativa clássica não é capaz de resolver algumas situações, como: (1) demandas sociais ou de políticas públicas que não fazem parte das competências de uma única parte da estrutura orgânica vertical da corporação, mas que implicam toda a organização ou de parte significativa dela; e (2) a necessidade de dispor de uma visão integrada de determinados segmentos de população considerados como prioritários do ponto de vista da ação pública. Essas situações têm forçado o setor público a adotar visões, ou referências estruturantes na sua intervenção que não se ajustam às divisões clássicas da organização e que requerem novas respostas organizativas ou novas formas de trabalho (MENEUCCI, 2006, p.151).

Avritzer (2007) chama a atenção também para a discussão entre representação e legitimidade. De acordo com o autor, a representação pode ser

realizada por meio da advocacia. Nesse caso, esta prescinde de uma autorização ou de uma escolha e pode ser direcionada para a defesa de causas públicas e/ou privadas. As ONG's, por exemplo, que defendem bandeiras que vão além das fronteiras de seus estados nacionais, defendem agentes que não as indicaram para este papel. A mesma coisa ocorre no caso de uma associação de mulheres que defende seus direitos nacionalmente ou universalmente.

Ainda citando Avritzer, temos que “em todas essas circunstâncias, não é a autorização, e sim a afinidade ou identificação de um conjunto de indivíduos com a situação vivida por outros indivíduos que legitima a advocacia” (2007, p. 457)

A representação pode ocorrer também através da sociedade civil. Esta se relaciona de maneira recorrente às políticas públicas e pode se dar por meio da especialização temática e/ou da experiência. Esse tipo de representação detém em sua base uma escolha entre representantes da sociedade civil, definida geralmente no interior de associações civis onde são concebidas afinidades, valores e interesses. Um exemplo é uma organização, conselho, ou organismo criado por agentes da própria sociedade civil para defender e/ou atuar em relação a um determinado problema ou política social.

A terceira forma pela qual a representação pode ocorrer é a forma eleitoral. Nesta, atores da sociedade civil votam em representantes da mesma, autorizando, através do voto, que os eleitos defendam os representados de acordo com as idéias, valores, programas e projetos propostos. Assim, temos o quadro abaixo que relaciona as formas de representação na política contemporânea existentes.

Formas de Representação na Política Contemporânea

Tipo de Representação	Relação com o Representado	Forma de Legitimidade da Representação	Sentido da Representação
Eleitoral	Autorização através do voto	Pelo processo	Representação de pessoas
Advocacia	Identificação com a condição	Pela finalidade	Representação de discursos e idéias
Representação da sociedade civil	Autorização dos atores com experiência no tema	Pela finalidade e pelo processo	Representação de temas e experiências

FIGURA 5: Formas de representação na política contemporânea
 FONTE: Avritzer (2007, p.458)

A representação eleitoral define também um quadro de relacionamento entre esta e as demais representações, isto é, entre a eleitoral e a não eleitoral (advocacia e sociedade civil). Estas relações podem ocorrer de forma complementar, hierarquizada, conflituosa, de acordo com a proposta política eleita. A forma como estas se inter-relacionam influenciará também a legitimidade das ações e processos realizados pelo corpo político representativo, impactando na construção da agenda política como argumenta Avritzer

Um aspecto importante dessas novas formas é que elas não aparecem puras na política contemporânea. As eleições continuam sendo a maneira mais democrática de escolha dos representantes, mas, uma vez eleitos, estes se encontram com a advocacia de temas e a representação da sociedade civil. Aqueles representantes que ignoram essa representação, seja no âmbito nacional, seja no internacional, tendem a se deslegitimar entre os seus próprios eleitores e têm sido muitas vezes incapazes de implementar a sua própria agenda. (2007, p.458)

Neste capítulo procurou-se apresentar as conceituações e o processo de formulação de políticas públicas, dando ênfase àquelas de esporte e lazer, e inter-relacionando com o papel da participação popular em todo o processo.

A seguir serão apresentados os três projetos que foram escolhidos para investigação, bem como será realizada a análise dos mesmos a partir das considerações teóricas apresentadas.

CAPÍTULO 3

3 ANÁLISE DOS PROJETOS ESCOLHIDOS

3.1 Planejamento Estratégico Integrado

Neste capítulo serão apresentados e discutidos o Planejamento Estratégico Integrado realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo governo de Minas Gerais, bem como o que foi possível recolher de informações em fontes oficiais dos três projetos escolhidos para análise (Modernização do Mineirão, Estádios Alternativos, Mobilização Urbana) à luz dos conceitos teóricos apresentados nos dois primeiros capítulos. Optou-se por analisar também o Planejamento Estratégico Integrado, primeiramente por ser este o documento redigido em conjunto pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Governo de Minas Gerais que deu origem aos projetos selecionados para investigação e, consecutivamente, porque os gestores de ambas as instituições cederam poucas apresentações e documentos, alegando que os três projetos definidos para o estudo não foram redigidos formalmente como o PEI.

O alto grau de complexidade determinado pela FIFA exigiu um esforço e um modelo de organização integrado entre Federação, Estados e cidades-sede para a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Nessa direção, foi constituído um planejamento estratégico integrado entre o Governo de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, divulgada no dia 27 de outubro de 2009, no seminário “BH Copa 2014: Desafios e Oportunidades para Minas Gerais”. O objetivo da criação deste, por parte das referidas instâncias, foi o de criar ferramentas de gestão que pudessem garantir uma utilização eficaz dos recursos necessários para a implementação de projetos vinculados à realização da Copa em Belo Horizonte. Nesse sentido, a Prefeitura e o Governo estabeleceram, conjuntamente, uma visão a qual desejam alcançar: “Minas Gerais e Belo Horizonte Integrados na gestão da

Copa de 2014 como alavanca para o desenvolvimento econômico, social e cívico.” (MINAS GERAIS; BELO HORIZONTE, 2009, p.11)

Pode-se notar que, na visão estabelecida, aparecem os termos desenvolvimento econômico, social e cívico o que condiz com a definição mais ampla de megaeventos defendida por Horne; Mazonreiter (2006) e Shimmel apud Tavares (2011) que acrescentam a questão econômica, o desenvolvimento urbano e cultural e significado internacional da realização do evento.

Foi instituído também, pelo Decreto Estadual n. 45.112 de 2 de junho de 2009 e posteriormente modificado pelo Decreto n. 45.345 de 19 de abril de 2010, o Núcleo de Gestão das Copas, presidido por Tadeu Barreto Guimarães Coordenador Executivo do Programa Estado para Resultados (EpR), que possui formação na área de economia e composto pelos dirigentes das Secretarias de Estado de Esportes e Juventude (SEEJ), Planejamento e Gestão (SEPLAG), Desenvolvimento Econômico (SEDE), Turismo (SETUR), Transportes e Obras Públicas (SETOP), bem como do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Através do mesmo decreto foi criado o Comitê Executivo das Copas dirigido pelo Coordenador Executivo do Programa Estado Para Resultados (PEPR). Estabeleceu-se ainda que a coordenação das ações referentes à Copa de 2014 que abarcam as áreas de infra-estrutura esportiva, de transporte terrestre e aéreo, turística, de saúde e segurança pública, comunicação, dentre outras estará a cargo dos membros do Escritório de Gerenciamento de Projetos das Copas, órgão vinculado ao PEPR. O documento não deixa claro, porém, a partir de qual metodologia esses dirigentes foram nomeados.

O documento que materializa o Planejamento Estratégico Integrado elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Estado de Minas Gerais apresenta-se dividido em seis capítulos, tratando de temas relacionados à realização da Copa de 2014. Nesses capítulos serão expostos: a composição do modelo integrado de gestão, o mapa estratégico, a carteira de projetos, a estrutura de governança cooperada, a estrutura de controle e os níveis de alinhamento.

3.1.1 Modelo Integrado de Gestão

O modelo Integrado de Gestão é formado por seis diferentes blocos que possuem a função de guiar o debate sobre o que é relevante na execução do planejamento e no gerenciamento das atividades intrínsecas à realização da Copa.

O primeiro - Documento Referência - representa o conjunto de dados que foi usado na edificação do modelo integrado de gestão que tem como base o acordo da cidade-sede estabelecido entre a FIFA e os Governos Estadual e Municipal, o documento de Candidatura de Belo Horizonte como cidade-sede do Governo do Estado e as pesquisas do Ministério do Turismo.

O segundo - Mapa Estratégico - é formado pelos objetivos constituídos no planejamento estratégico integrado.

O terceiro engloba os projetos que integram Carteira de Projetos do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte em paralelo à Carteira de Projetos transversais;

O quarto - Estrutura de Governança - visa definir a governança de carteira de forma individualizada e a governança de carteira de forma cooperada.

O quinto - Estruturas de Controle - objetiva apresentar metodologias e ferramentas de gestão como: formalização e padronização de diagnósticos, planos de trabalho e gestão à vista.

O último - Alinhamento - diz respeito aos graus de alinhamento definidos desde o processo de edificação do modelo de gestão ao sistema de planejamento, execução e controle do Projeto Copa 2014 levando em consideração, também, a necessidade de alinhamento para a inserção de novos projetos oriundos de novas demandas que poderão emergir durante o período de execução dos trabalhos.

Foram consideradas ainda três prerrogativas para o funcionamento ideal do modelo de gestão:

- 1) definir como o Estado e o Município querem ser percebidos pela sociedade no que concerne ao planejamento e execução dos projetos e, ao mesmo tempo, atender às expectativas dos públicos interessados no megaevento;
- 2) alinhar as expectativas da FIFA, dos torcedores e da sociedade;
- 3) deixar legados para a sociedade na medida do possível.

Essas três prerrogativas sumarizam o que a PBH e o Governo de Minas querem alcançar através do modelo de gestão. Entretanto, ao analisarmos os dois primeiros pontos pode-se perceber que apesar da sociedade e dos torcedores aparecerem, o atendimento às expectativas dos públicos interessados no megaevento, bem como das expectativas da FIFA aparecem como contrapontos. Além disso, o documento não definiu quem são os públicos interessados no megaevento, mas os distinguiu da sociedade. O terceiro ponto deixa transparecer que o objetivo não é deixar legados para a sociedade, mas que estes podem vir a ser gerados.

3.1.2 Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico foi formulado a partir da Visão anteriormente citada e das informações presentes no Documento Referência. Esse último serviu de alicerce para a elaboração dos grupos estratégicos e grupos temáticos, os quais possuem a função de nortear o estabelecimento dos objetivos de forma esclarecedora e concisa.

Os eixos estratégicos pautam horizontalmente o Mapa Estratégico, tanto no planejamento quanto no acompanhamento, além de imprimirem uma abordagem mais prática. Estes foram divididos em Eixo de Operação, Eixo pré-Operação e Eixo de Infra-estrutura. Já os eixos temáticos, pautam o Mapa Estratégico verticalmente possibilitando a união dos objetivos através de temas de natureza estratégica e foram divididos nas 6 áreas elencadas abaixo:

- Infra-estrutura Esportiva;
- Mobilidade;
- Turismo e Hotelaria;
- Comunicação e Marketing;
- Utilidade Pública (segurança, saúde, energia, telecomunicação, ação social e meio ambiente);
- Requisitos da FIFA;

3.1.3 Carteira de Projetos

As conexões entre os projetos e os objetivos estratégicos foram estabelecidas por meio de itens de controle (indicadores e metas) para cada um destes objetivos, como demonstrado no quadro abaixo.

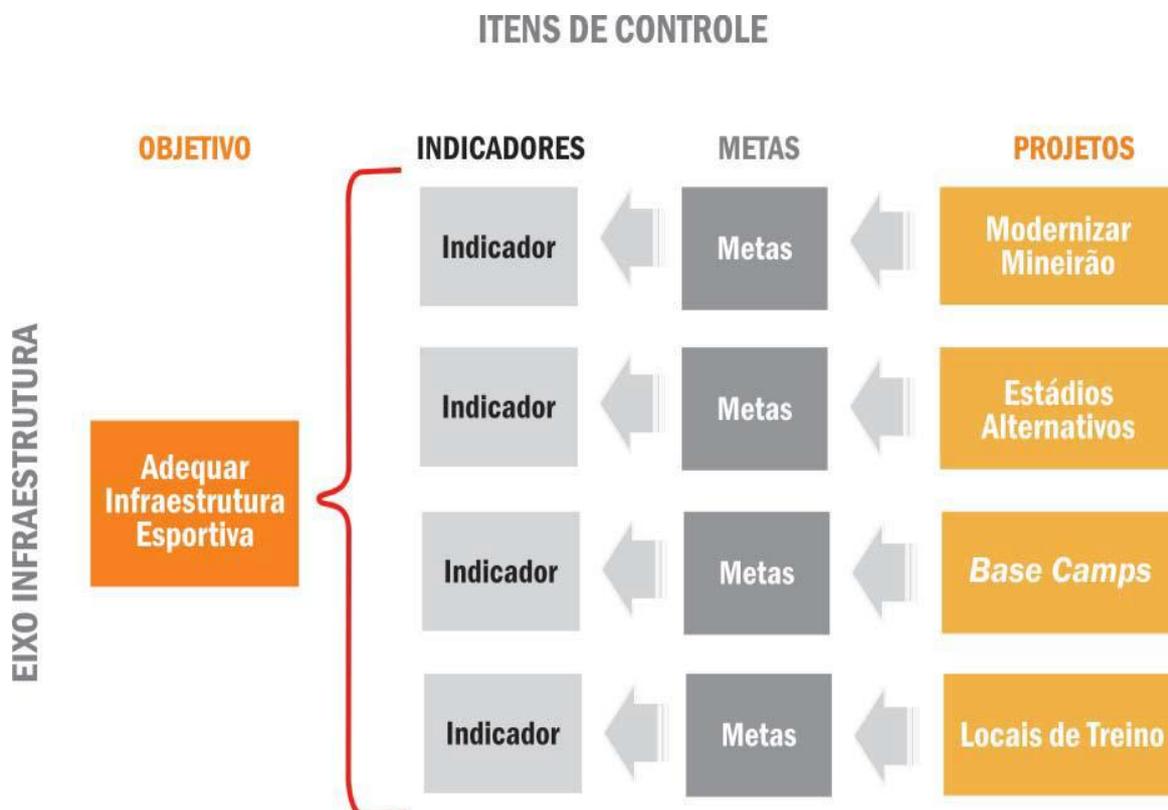


FIGURA 6: Exemplo de relação entre projetos e objetivos estratégicos do eixo Infraestrutura através dos itens de controle.

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014, (2009, p.25).

Como se pode constatar, os dois projetos escolhidos para análise (Modernizar Mineirão, Estádios Alternativos) estão conectados a um mesmo objetivo (Adequar Infraestrutura esportiva) e a um mesmo eixo, o de Infraestrutura.

Essa lógica de definição de projetos por objetivos tem como finalidade que a Carteira de Projetos consista no maior agrupamento de ações possível. Além disso, a quantidade de projetos e objetivos deve buscar o maior agrupamento possível, sem prejudicar a operação.

Os projetos que compõem a Carteira de projetos totalizam 54 projetos. Desses, 39 estão citados no planejamento estratégico e são considerados prioritários por estarem diretamente relacionados aos eixos estratégicos de infraestrutura e pré-operação e que, por conseqüência, servirão de suporte para aqueles de operação.

Isto posto, é importante advertir que no PEI constam somente os títulos de todos os projetos e a descrição resumida dos 39 citados do que concerne cada projeto. Desse modo, não se tem anuência se o projeto já está em execução, em qual etapa se encontra ou se realmente será realizado, como demonstrado no quadro abaixo.

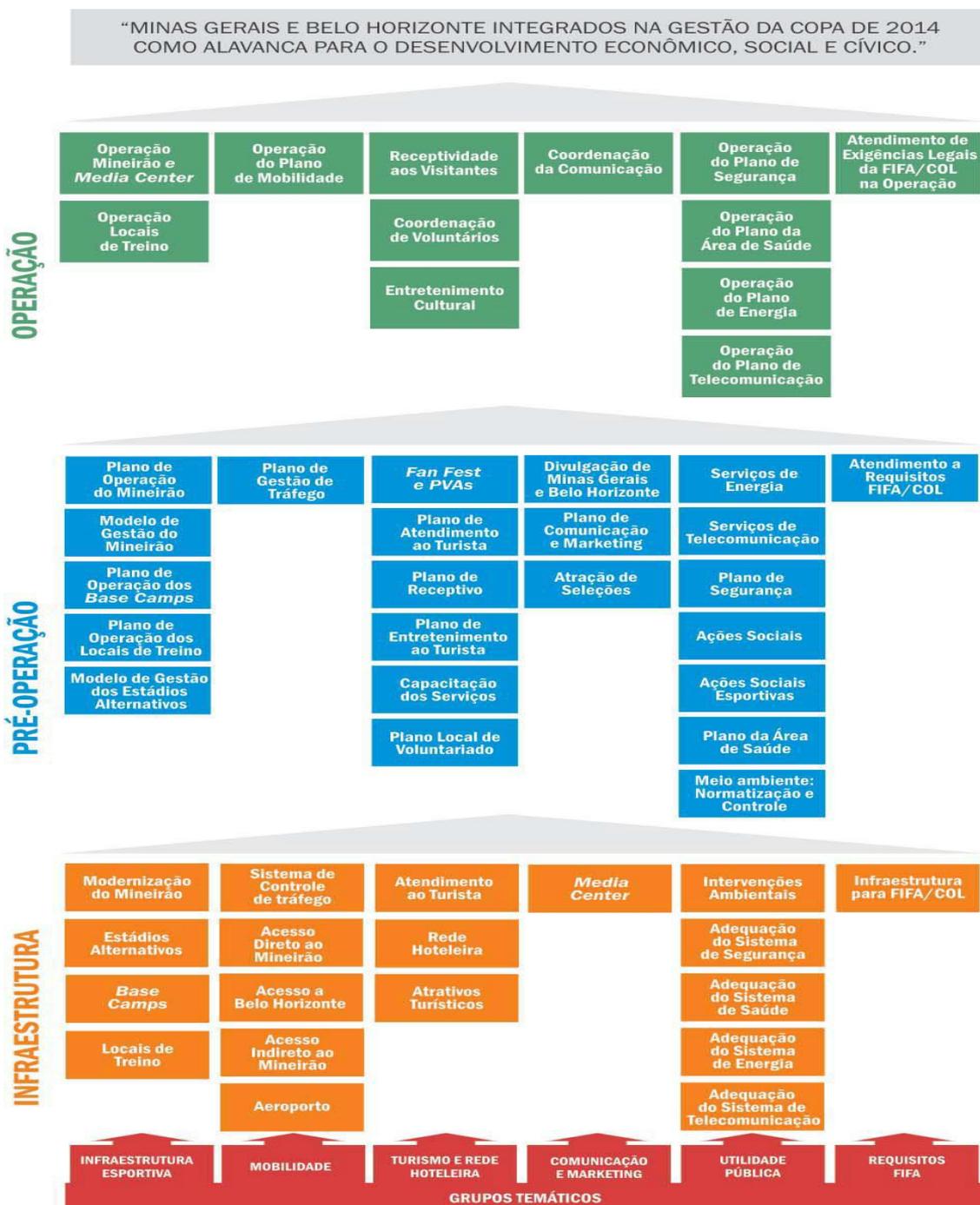


FIGURA 7: Carteira geral dos projetos Copa 2014.

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014, (2009, p.26).

Os projetos da Carteira Geral de Projetos foram numerados e classificados a partir de três níveis: Projetos no âmbito do Estado e da Prefeitura, Projetos no âmbito somente do Estado, Projetos no âmbito somente da Prefeitura. A figura abaixo elucida essa lógica e mostra a relação dos projetos.



FIGURA 8: Carteira geral dos projetos Copa 2014

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014, (2009, p.27)

Foram elaboradas 3 matrizes para auxílio na gestão dos projetos: matriz de Transversalidade, matriz de Alcance dos Projetos e a matriz de Alcance e Investimentos. A primeira foi criada sob a justificativa de que alguns projetos serão gerenciados diretamente por estruturas independentes enquanto outros serão acompanhados pelo grupo executivo do Governo de Minas e da Prefeitura de Belo

Horizonte. Dos 40 projetos que contém suas descrições no planejamento estratégico, 24 são transversais (responsabilidade de estruturas do Governo e do Município), 8 são específicos do Governo de Minas Gerais e 7 são específicos da Prefeitura. Caso a ação transversal for de alta relevância para o projeto, o coordenador de cada carteira de projetos pode indicar que a gestão seja feita pelo grupo executivo. A definição do grupo executivo é feita em base a estratégia definida de condução das ações e sua estrutura é matricial.

A matriz de Alcance dos Projetos apresenta uma síntese entre a Carteira de Projetos e sua distribuição nos níveis de alcance, bem como busca alinhar a base concreta dos projetos da Carteira com a visão definida para o Projeto Copa 2014. Dos 54 projetos, 6 são direcionados ao atendimento de demandas da FIFA, 24 focados no atendimento das expectativas do torcedor e 24 deixarão legados para a sociedade.

É importante ressaltar que todos os projetos relacionados com o eixo estratégico de Infraestrutura deixarão legado para a sociedade. Esse aspecto alinha a Carteira de Projetos à Visão definida, ou seja, a orientação clara de que o evento deve servir para antecipar investimentos que estruturam o desenvolvimento econômico e social, amparado por uma sólida base de sustentação ambiental. Além disso, não deixa de atender aos requisitos da FIFA e às expectativas do torcedor cívico. (MINAS GERAIS; BELO HORIZONTE, 2009, p.42)

Apesar da afirmação transcrita no PEI de que 48 projetos estão relacionados à expectativa do torcedor e aos legados e somente seis estão relacionados às exigências da FIFA, o documento não expõe quais são estas expectativas e nem qual é o entendimento de legado, relacionando-o apenas aos projetos do eixo estratégico da infraestrutura e/ou fornecendo exemplos de algumas ações que podem se constituir em legados para a sociedade. Além disso, é preciso atentar-se para o fato de que, como resalta Tavares (2011), as intervenções urbanas podem ser utilizadas como um grande mote para a realização do megaevento, mas para que estas se consolidem em ganhos para a população é necessário que não se

constituam somente em discursos sobre a produção de legados. Existe dificuldade também segundo o autor, na mensuração de impactos pré-megaevento, sendo estudos a posteriori mais criteriosos e confiáveis. A figura abaixo mostra a relação entre os projetos do PEI e suas relações diretas com a produção de legados, com o atendimento da expectativa do torcedor e com o cumprimento das exigências da FIFA.

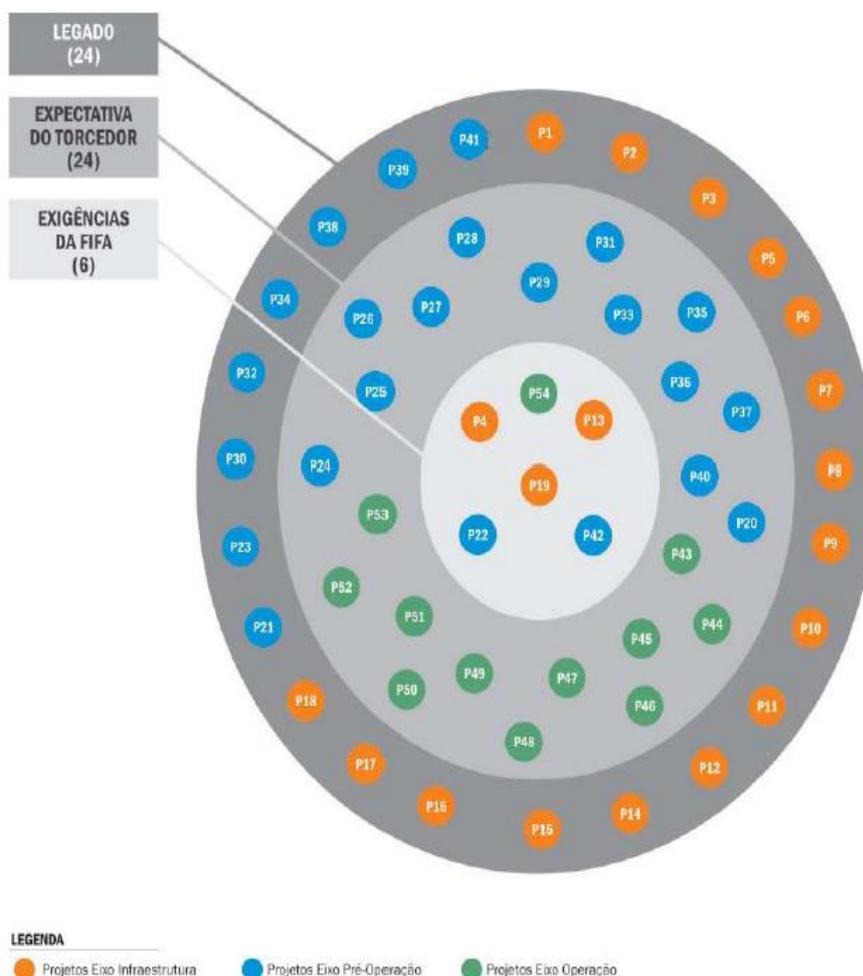


FIGURA 9: Matriz de alcance de projetos

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014, (2009, p.42)

Já a matriz de Alcance e Investimentos busca articular o alcance dos projetos com os investimentos realizados de forma complementar a matriz de Alcance dos Projetos. Essa matriz é utilizada como ferramenta de gestão na medida em que as

ações previstas nos projetos vão se concretizando, complementando a estrutura final de operação.

Essa matriz, como ferramenta de gestão da Carteira de Projetos, tem natureza prescritiva, ou seja, grande parte dos projetos ainda não conta com estruturas orçamentárias completas, pois se encontra em fase de desenvolvimento, a exemplo do Projeto de Modernização do Mineirão. Nesse contexto, na medida em que os projetos vão sendo desenvolvidos, a matriz passa a ser preenchida e a orientar de forma clara as relações de investimentos e os níveis de alcance dos projetos. Contudo, projetos localizados no eixo estratégico da infraestrutura contam com uma classificação de investimentos considerada de média a alta, em termos de geração de um legado para a sociedade. São exemplos as intervenções esportivas em estádios, projetos de mobilidade que envolvam a construção e a melhoria de acesso ao Mineirão, melhoria e ampliação de aeroportos e modernização de sistema de controle de tráfego.

O grande risco da matriz é a sua “própria natureza prescritiva”, pois tendo sua estrutura orçamentária sendo completada posteriormente, ou até com o projeto em andamento pode gerar impactos negativos como Preuss apud Tavares (2011) preconiza, como o aumento dos custos administrativos e/ou corrupção. Além disso, deve-se atentar também para o estudo realizado pela Golden Goal (2010) citado no primeiro capítulo, o qual relata que as cidades-sedes apresentam impactos extremamente positivos para justificar a realização de investimentos públicos de alto valor, porém os mesmos são baseados em planejamentos superficiais e na maioria das vezes não levam em consideração a imprevisibilidade de despesas de determinados componentes e situações conjunturais, contribuindo para que orçamentos iniciais extrapolem os limites pré-estabelecidos como ocorreu nos jogos Pan-Americanos em 2007 na cidade do Rio de Janeiro.

O quadro inscrito no PEI sintetiza a idéia explanada sobre a Matriz de Alcance dos investimentos, deve-se advertir, porém que este foi inserido somente como exemplo conceitual não fornecendo informações sobre a posição que cada projeto ocupa.

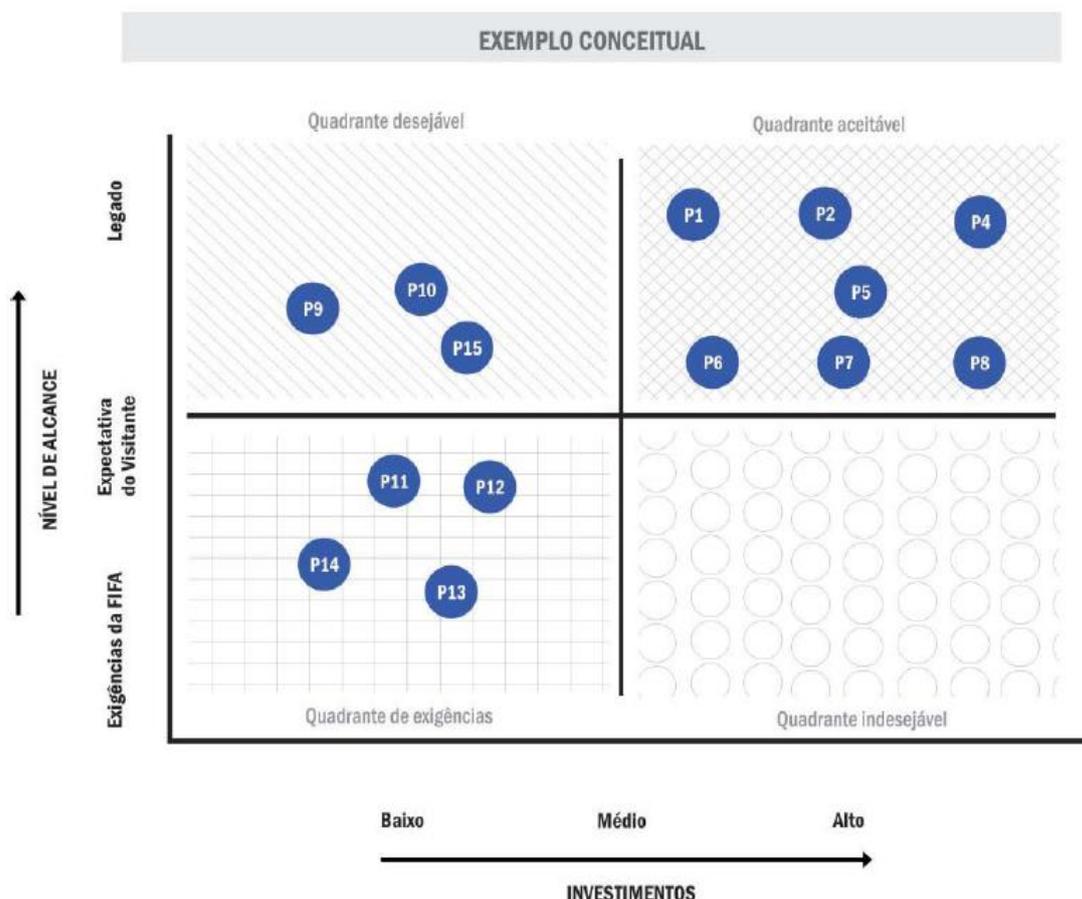


FIGURA 10: Exemplo conceitual

FONTES: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014, (2009, p.43).

3.1.4 Estrutura de Governança Cooperada

A Estrutura de Governança está diretamente relacionada ao grau de descentralização das decisões realizadas na estrutura definida. Esta se movimenta em duas direções. Na primeira visa articular a expectativa da FIFA, dos torcedores e da sociedade civil como um todo e os limites das possibilidades. Na segunda direção articula à execução da Carteira de Projetos, integrada por quatro níveis de Governança.

No primeiro nível está a Estrutura de Governança do Governo do Estado e seus respectivos projetos específicos e exclusivos. No segundo nível encontra-se a

Estrutura de Governança dos projetos específicos de responsabilidade exclusiva da Prefeitura de Belo Horizonte. No terceiro nível está colocada a estrutura matricial dos projetos que engloba as atividades transversais produzidas pelas carteiras de projetos. Este nível é equivalente ao primeiro estágio de governança cooperada, compostas por integrantes do Estado e da Prefeitura e alguns níveis de deliberações operacionais, e é denominado Grupo executivo.

O Grupo Executivo tem, prioritariamente, a função de assessoramento para prover o suporte às decisões da Estrutura de Governança Cooperada. Compõem suas responsabilidades, o acompanhamento dos projetos como co-responsáveis por suas execuções e o tratamento de todas as demandas de transversalidade, visando apoiar a gestão da Carteira de Projetos específica do Estado e da Prefeitura. Além disso, centralizará todos os contatos com a FIFA e o Comitê Organizador Local, bem como analisará todas as demandas de novas inserções. Assim estruturada, o grau de decisão sobre as demandas de novas inserções estará sempre no âmbito da Governança Cooperada – nível IV – ou no âmbito da gestão de cada Carteira de Projetos, nos níveis I e II. Caberá ao Grupo Executivo, portanto, se movimentar nas duas direções com o propósito de sempre prover as informações necessárias às tomadas de decisão.

No quarto nível de Governança, está a Governança Cooperada, composta pela alta administração que corresponde aos chefes do executivo ou seus representantes e aos dois gestores coordenadores do Grupo Executivo.

Nesse ponto, cabe ressaltar que apesar da asseveração de que a Estrutura de Governança está relacionada com o grau de descentralização das decisões, pode-se perceber, pelo próprio fragmento descrito acima, que o Grupo Executivo centraliza todos os contatos entre a FIFA e o Comitê Organizador Local e ainda tem de se movimentar fornecendo informações nos demais níveis para que as decisões sejam tomadas, o que nos infere a pensar que este possui o controle sobre todas as ações realizadas, bem como torna o processo dependente do mesmo. Além disso, o documento não cita a existência de fiscalização sobre as decisões tomadas pelo Grupo Executivo, bem como da publicização das mesmas, sendo o controle

baseado somente sobre o cumprimento ou não das metas estabelecidas. Na figura abaixo temos demonstrado os quatro níveis da estrutura de governança cooperada em relação ao grau de atuação e responsabilidade da carteira de projetos.



FIGURA 11: Carteira de Projetos

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014, (2009, p.47).

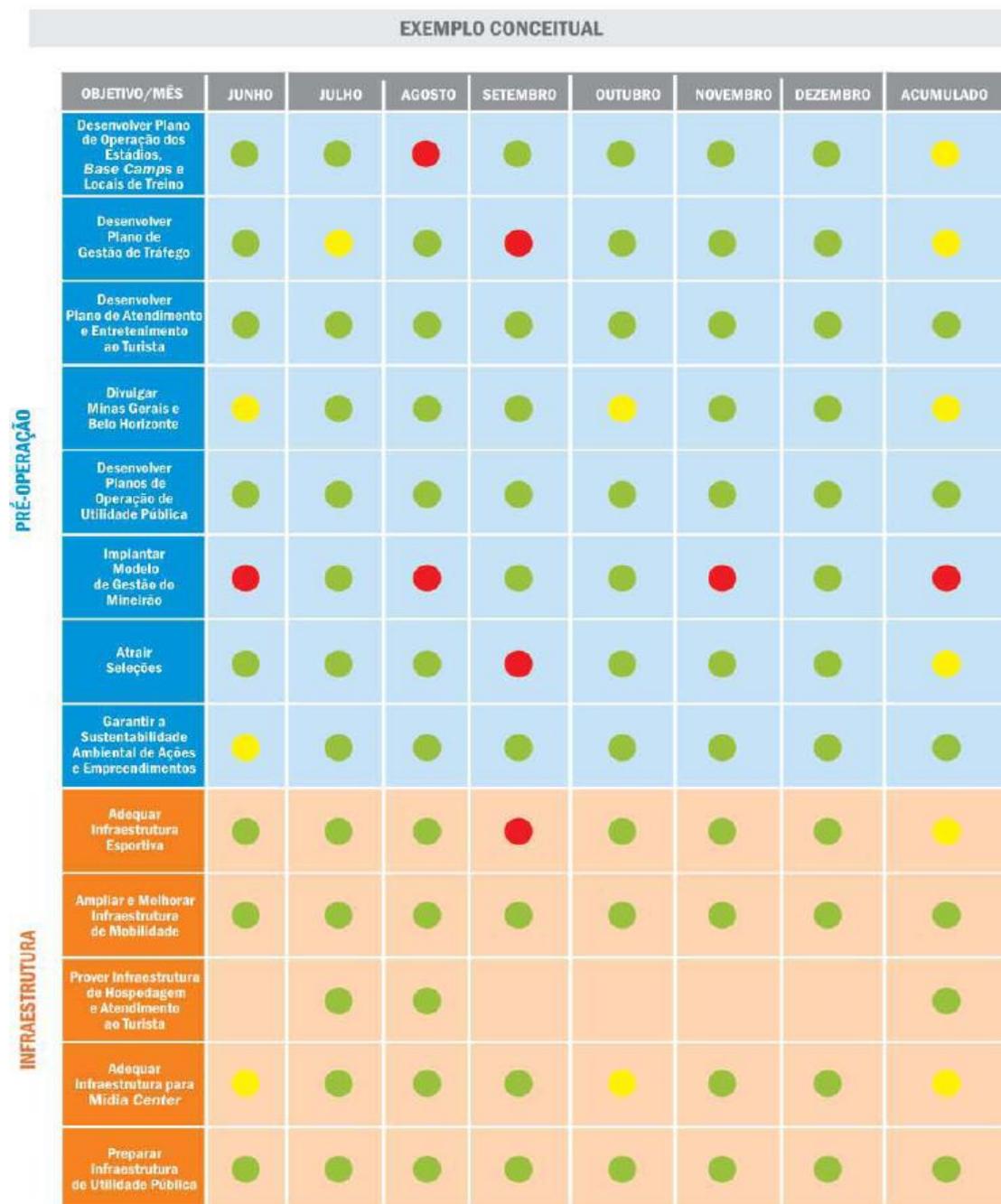
3.1.5 Estruturas de Controle

A Estrutura de Controle é utilizada pelas Estruturas de Governança em seus quatro níveis (Governo do Estado de Minas Gerais, Prefeitura de Belo Horizonte, Grupo Executivo, Governança Cooperada). As descrições colocadas no planejamento estratégico sobre estruturas de controle somente dizem respeito ao Grupo Executivo, pois as demais estruturas possuem seus próprios sistemas de monitoramento. A estrutura de painel consolidado poderá auxiliar na execução do controle no âmbito da Governança Cooperada.

Como estruturas de controle são utilizadas o mapa estratégico e o painel de controle. O primeiro consiste no ponto de articulação entre a formulação e implantação da estratégia e contém as sínteses de todos os objetivos relevantes da gestão. É utilizado seguindo um fluxo: uma vez que os recursos são alocados nos projetos, as metas estabelecidas para cada objetivo devem ser atingidas e os indicadores melhorados. É esse processo que permite dividir a estratégia nos âmbitos tático e operacional. As decodificações das informações são realizadas através do Painel de Controle. Este possui a natureza prescritiva e estabelece os padrões que devem ser adotados nas ferramentas de avaliação e monitoramento do planejamento. Ele pode tratar não só os objetivos estratégicos para controle, mas também pode abarcar seus respectivos projetos e subprojetos.

Caso as metas não sejam alcançadas, é utilizado o procedimento de diagnóstico (diagrama de causa e efeito), separando as causas ao problema central buscando atingir a raiz do problema. E sucessivamente o gestor apresenta um plano de ação objetivando solucionar o problema.

Na figura seguinte, vemos um exemplo de painel de controle, a partir do qual os gestores pretendem utilizar para efetuar o acompanhamento e controle dos status dos projetos.



Legenda:

- Valores em torno da meta
- Valores afastados da meta a um determinado valor para menos
- Valores muito afastados da meta

FIGURA 12: Painel de controle

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014, (2009, p.52).

3.1.6 Níveis de Alinhamento

O Alinhamento está colocado em todos os blocos de cada etapa e na composição dos itens descritos em cinco níveis, são eles:

1. Alinhamento para elaboração do Documento Referência.
2. Alinhamento para a formação da Visão.
3. Alinhamento entre os eixos estratégicos e os grupos temáticos para a construção do Mapa Estratégico.
4. Alinhamento entre o Mapa Estratégico e a Carteira de Projetos.
5. Alinhamento para definir inserções estratégicas no Projeto Copa 2014.

No primeiro nível de Alinhamento, busca-se articular o conteúdo dos três documentos elaborados pelo Governo de Minas Gerais, pela FIFA e pelo Ministério do Turismo. Foram realizadas também visitas técnicas à Alemanha, à África do Sul, e outros países que sediaram grandes eventos, bem como foram adquiridas informações no seminário ocorrido na Fundação Dom Cabral que contou com a participação de representantes do Governo do Estado, da Prefeitura, do Col, da África do Sul, da Alemanha e de empresários. A figura abaixo demonstra a partir de qual nível de alinhamento foi constituído o documento referência para a realização da Copa do Mundo em Belo Horizonte.

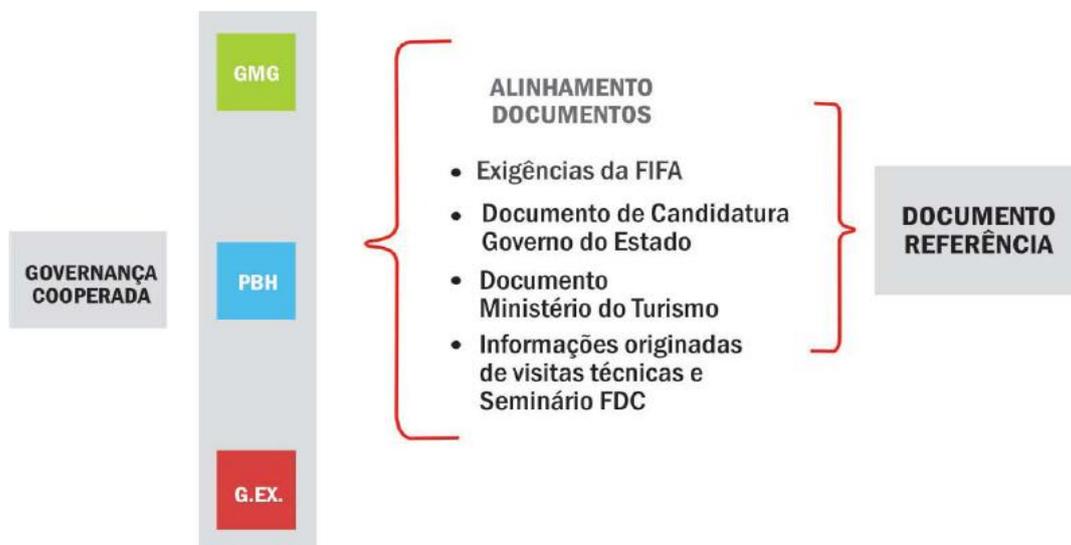


FIGURA 13: Primeiro nível de alinhamento

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014, (2009, p.58).

No segundo nível de alinhamento procurou-se alinhar as exigências da FIFA, as expectativas do torcedor e os limites das possibilidades orçamentárias e financeiras para a definição da visão. Novamente as expectativas do torcedor são mencionadas, porém não é explanado sobre o que estas consistem.

No terceiro nível de alinhamento objetivou-se integrar o conteúdo do Documento Referência ao Mapa Estratégico por meio dos eixos estratégicos

No quarto nível buscou-se o alinhamento entre a Carteira de Projetos com as demais estruturas do Estado e da Prefeitura, através de entrevistas e reuniões com diferentes secretarias e órgãos das administrações direta e indireta.

No último nível de alinhamento é estabelecida a forma de inserção de novas demandas de natureza estratégica e até mesmo operacional introduzidas pelo Grupo Executivo.

Assim, definir o caminho preferencial de entrada dessas inserções no modelo torna-se essencial para o seu funcionamento de forma integrada com todas as partes interessadas. As propostas de novas inserções estratégicas serão introduzidas no modelo via Grupo Executivo que compartilhará a análise no terceiro

nível da governança e as remeterá para a Governança Cooperada, na forma de parecer opinativo para a decisão final. Esses procedimentos devem ser formalizados em estruturação de processo, pois se trata de um dos processos críticos inerentes à Gestão Cooperada do planejamento integrado.

Novamente o Grupo Executivo parece centralizar as operações na medida em que é prevista, no quinto nível de alinhamento, a inserção exclusiva por parte deste grupo de demandas de natureza estratégica. Mas, deve-se observar que o documento aponta que estas são remetidas à Governança Cooperada e apresentadas em forma de opinião.

Por último, é necessário também realizar algumas considerações sobre o PEI transversalmente ao objeto de estudo e às proposições teóricas apresentadas previamente.

Os vocábulos esporte e cultura aparecem inscritos somente duas vezes no documento inteiro. Já o vocábulo educação somente aparece nesta lista que elenca secretarias que possivelmente participaram da redação do documento, enquanto o vocábulo lazer nem aparece redigido no mesmo. A partir da ocorrência destes termos pode-se inferir que, apesar destas secretarias serem assinaladas como participantes da elaboração do PEI, as mesmas não tiveram interesse ou não conseguiram influenciar os demais formuladores do projeto na inserção dos termos. Levando em consideração esses condicionantes, não foi possível compreender, a partir do Planejamento Estratégico Integrado quais as concepções de políticas públicas de esporte e lazer inscritas no documento.

Outro ponto que deve ser destacado é o fato de que o PEI não menciona participação popular no corpo do texto. Desse modo, de acordo com a concepção de participação popular de Modesto (1995), a partir da qual deveria existir a interferência na administração pública buscando a defesa dos interesses coletivos, não considerando as obrigações profissionais do indivíduo em cargos públicos, somente pela leitura do documento não fica claro se houve participação popular na formulação e escrita do PEI.

Vainer (2000a) adverte ainda que, muitas vezes, o planejamento estratégico integrado promove legitimidade aos gestores para que os mesmos atuem da forma como pensarem que será o melhor para a cidade. A autora relembra que no Pan-Americano do Rio de Janeiro gestores empunharam discursos embebidos de uma suposta legitimidade, porém, apenas um pequeno grupo participou efetivamente da formulação do planejamento estratégico. Compans apud Raeder (2010) complementa esta proposição, afirmando que é a partir do planejamento estratégico que os gestores obtêm legitimidade para a implantação de programas e projetos, sendo alguns gestados pela iniciativa privada, normalmente aqueles de maior rentabilidade.

3.2 MINEIRÃO

Neste subcapítulo, bem como nos dois subseqüentes serão descritos e analisados os três projetos que foram escolhidos para a análise. A intenção inicial era realizar uma análise profunda dos projetos, porém um número limitado de documentos, informações e apresentações foram cedidos pelas fontes oficiais. Espera-se que, a partir dos relatos que foram colhidos dos gestores, os quais serão analisados no quarto capítulo possa-se realizar uma análise mais criteriosa sobre os projetos.

O projeto Modernização do Mineirão é o primeiro projeto do Planejamento Estratégico Integrado e visa em sua descrição, “a modernização do estádio com vistas a adequações de infraestrutura para a Copa 2014, promovendo a sustentabilidade após o evento” (MINAS GERAIS; BELO HORIZONTE, 2009, p.29) .

Já no título do projeto cabe chamar a atenção para o termo modernização, pois este tem sido usado freqüentemente com o significado de geração de novos benefícios e suplantação de um modelo ultrapassado. Mas Linhales (2001) atenta para o fato de que essa concepção não pode ser automaticamente considerada

válida, pois, em alguns casos, este termo tem sido usado para representar um ajustamento e/ou subordinação às lógicas e demandas mercadológicas. A partir somente das modificações enunciadas no projeto, não é possível entender qual significado este vocábulo pode assumir e em que medida estas mudanças poderão influenciar nas práticas do esporte e do lazer que tinham lugar no estádio antes da reforma estrutural.

Como se pode observar no quadro abaixo, além do projeto de “Modernização do Mineirão” existem também mais dois projetos correlacionados, o “Plano de Operação Mineirão” e o “Modelo de Gestão Mineirão” que serão abordados de maneira complementar ao primeiro, mas que não se constituem no foco de análise deste estudo.



FIGURA 14: Descrição Projetos Modernização do Mineirão
 FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014,, 2009, p.30-31.

O “novo Mineirão”⁵ terá uma esplanada de 80 mil metros quadrados no mesmo nível de acesso ao interior do estádio, e terá capacidade para 65 mil pessoas. O projeto prevê tornar o estádio uma arena multiuso que poderá ser utilizada para eventos e diversas modalidades esportivas, culturais, de lazer e religiosas. Além disso, o novo espaço contará com 7 mil metros quadrados para comércio e um estacionamento com 2.521 vagas, sendo 1.534 cobertas e 987 descobertas. Está prevista também a construção de uma passarela do Mineirinho para o Mineirão de 15 metros de largura para o trânsito de pessoas, atletas e imprensa.

A partir das modificações elencadas pode-se perceber que o estádio passará por várias reformulações, bem como, de acordo com o PEI, sofrerá também ajustes de acordo com as demandas da FIFA, mas apesar da enunciação de que o estádio poderá ser utilizado para outros eventos e práticas e da presença do comércio, nos documentos não é apresentado um plano de ocupação pós-evento. Raeder (2010) ressalva que é fundamental a formulação deste, bem como que seja pensada a relação que será estabelecida entre o equipamento esportivo e a população da cidade de Belo Horizonte para que o mesmo não se torne oneroso ou até um elefante branco.

Outro ponto que deve ser indagado é se as modificações que ocorrerão no estádio influenciarão/modificarão as vivências de esporte e lazer dos frequentadores e da população local.

De acordo com Gomes (2004) o lazer orientado pelas práticas culturais abrange inúmeras práticas como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte, diferentes formas de arte, dentre outras atividades. Cabe questionar, portanto, de que forma serão gerenciados os espaços pela concessionária responsável pelo estádio e se o “novo Mineirão” se constituirá em um espaço de fruição destas vivências por parte da população belo-horizontina.

⁵Informações retiradas do site oficial do Governo de Minas Gerais: Disponível em: <<http://www.novomineirao.mg.gov.br/noticia.php>> Acesso em: 07 out.2010. e em OLIVEIRA et al. (2011)

A figura abaixo mostra o modelo arquitetônico que o estádio deverá ter após a reforma.



FIGURA 15: Modificações nos setores arquibancada e gramado do estádio
FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014, 2009, p.11.

Neste ponto cabe realizar também indagações sobre algumas questões que os documentos não abordam: será que a retirada do setor Geral, o qual normalmente

abrigava os torcedores de menor poder aquisitivo e que possuíam uma lógica própria de tradição e cultura do torcer nesta área continuarão freqüentando o estádio? Os preços que eram praticados e que possibilitavam o acesso destes torcedores serão mantidos pós-reestruturações?

Caso a gestão do estádio se oriente por uma lógica do lucro e preços elevados sejam praticados como justificativa da manutenção do equipamento, Marcellino (1996) afirma que esta dinâmica pode se configurar também em uma barreira interclasse social, na medida em que estabelece uma relação de apropriação desigual no que se refere ao acesso ao lazer.

A obra foi prevista em 3 etapas. Na primeira (25 janeiro/junho 2010) foram feitos ajustes estruturais das vigas de sustentação do estádio. O custo deste investimento foi de R\$ 8,2 milhões realizado pelo governo do Estado. Na segunda etapa (26 de junho/20 de dezembro) foi executada a demolição de parte da arquibancada inferior e da geral e o rebaixamento em 3,4 metros do gramado, com 3,5 milhões de recursos do Estado de Minas Gerais. Já na última etapa (22 de dezembro de 2010/dezembro 2012) o Mineirão será adequado aos requisitos exigidos pela FIFA. O custo total da obra está orçado em R\$ 654 milhões e será gerenciado em um modelo gestão compartilhada entre o Governo do Estado de Minas e a empresa Minas Arena, responsável pela obra e concessionária do estádio pelo período de 25 anos. Além disso, para o início da operação do empreendimento, o Governo de Minas forneceu 25 milhões para compra de equipamentos de informática, desenho de processos, contratação de funcionários e parceiros e aquisição de telão; 16,3 milhões para cobrir custos relacionados às garantias exigidas pelo edital de licitação; 1,8 milhões para os custos com a de contratação de empresa de certificação ambiental e fiscalização de obras; elevando o custo da obra para 697,7 milhões.

No quadro abaixo podem ser observadas as etapas que envolvem a realização do projeto “Modernização do Mineirão”.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES - GOVERNO DE MINAS

OBJETIVO GERAL - GARANTIR A INFRAESTRUTURA ESPORTIVA					
OBJETIVO ESPECÍFICO - ALTO NÍVEL DE EXCELÊNCIA NO MINEIRÃO					
Entrega Copa do Mundo 2014	ENTREGAS 2011				
	Linha de Atuação	Marcos	Data de Entrega	Vinculação Estratégica	Órgão Responsável
Mineirão Modernizado em operação	Obra do Mineirão	Serviços preliminares concluídos	31/3/2011	Projeto Estruturador: Copa do Mundo 2014 Ação: Gestão e Infraestrutura Esportiva	SECOPA
		Projetos executivos concluídos	19/6/2011		
	Contratação do Verificador Independente da operação do Mineirão	Versão final do Termo de Referência	15/9/2011		SECOPA SEDE
		Publicação do extrato do contrato	17/2/2012		
	Contratação de consultoria para elaboração de projetos para o Memorial do Esporte do Mineirão	Projeto conceitual para o Memorial do Esporte do Mineirão elaborado	10/10/2011		SECOPA
		Proposta para pleito à Lei de Incentivo a Cultura (Lei Rouanet) enviada	3/11/2011		
	Alimentação subterrânea de energia - Mineirão	Contrato com a CEMIG para alimentação subterrânea de energia para o Mineirão assinado	24/5/2011		SECOPA CEMIG
Governança da Concessão Administrativa do Mineirão	Manual de Governança da Concessão Administrativa do Mineirão elaborado	30/4/2011	Agenda Setorial SECOPA		

FIGURA 16: Matriz de Responsabilidades- Projeto Modernização do Mineirão

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte Matriz de Responsabilidades de Minas Gerais- Copa 2014, (2009, p.7.)

A SECOPA (Secretaria de Estado extraordinária da Copa do Mundo) forneceu um artigo intitulado: “O compartilhamento de ganhos nas PPPs: Um estudo de caso na concessão administrativa para a modernização ‘do complexo do Mineirão’ no contexto da Copa de 2014”, no qual apresenta a parceria pública privada como a melhor alternativa da divisão de custos e compartilhamento de ganhos no caso de concessão administrativa do Mineirão. Neste artigo os autores asseveram que existe uma forte sinergia entre as parcerias públicas privadas e o Project finance (Projeto Financeiro). Dessa forma a parceira público privada entre Minas Arena/Governo de Minas foi implementada sob a forma deste último.

Muito embora sejam conceitos bastante distintos, é possível identificar uma forte sinergia entre as PPP's e o *project finance*. As distinções são latentes tanto na finalidade quanto no foco, enquanto as parcerias são classificadas como uma espécie de colaboração entre Estado e iniciativa privada, o segundo é uma técnica de captação de recursos com limitação de responsabilidades e alocação de riscos.(CAMPOS et all, 2011)

Foi criado um modelo de remuneração e pagamentos especificamente para o projeto de modernização do complexo do Mineirão, em função do alto valor de investimento em relação à receita realizada pela concessionária na operação do

estádio e dos riscos de demanda flutuante mediante o desempenho e decisões dos clubes. O modelo de remuneração prevê o pagamento pelo Governo à Concessionária a soma das parcelas pecuniárias mensais (P_b) acrescidas à parcela de ajuste sazonal anual. Foram apresentados três possíveis cenários: a) A margem operacional se iguala à margem de referência. b) A margem operacional é menor que a margem de referência – nesse caso o governo paga uma importância resultante da diferença entre o valor de referência e a margem operacional, sendo o pagamento público maior do que o previsto. c) A margem operacional é maior que a margem de referência – nesse caso a Governo disponibiliza um bônus para compor o fluxo de caixa da Concessionária de 50% da margem operacional que superar a margem de referência. O valor de referência e a margem de referência foram fixados em R\$ 3,7 milhões e R\$ 2,59 milhões respectivamente. A figura seguinte reproduz o gráfico de compartilhamento dos ganhos nas parcerias.

Gráfico 1 – Compartilhamento de receitas entre Concessionária e Poder Concedente

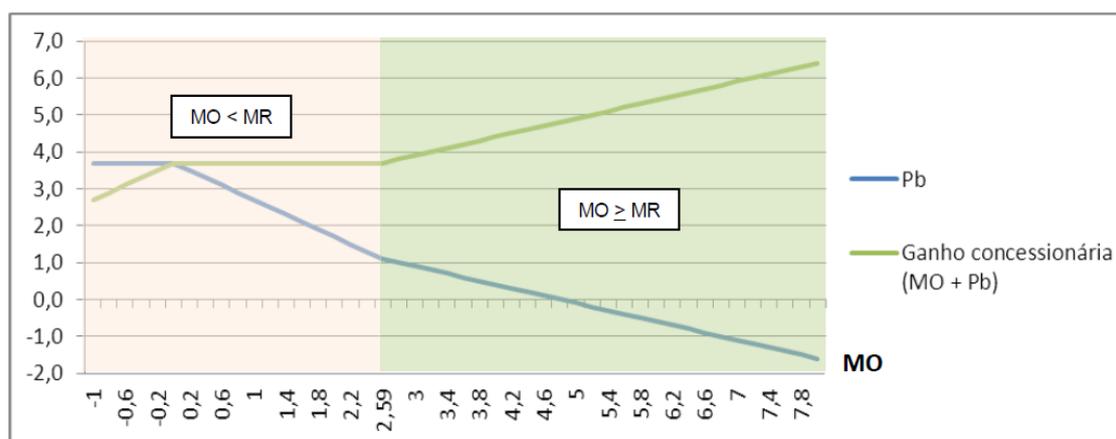


FIGURA 17: Gráfico de compartilhamento dos ganhos nas parcerias..
Fonte: OLIVEIRA et all. (2011, p. 22)

Na tentativa de explicar essas novas parcerias que vêm surgindo entre o setor público e o privado, Raeder (2010) ressalta que um novo empreendedorismo urbano tem surgido com o objetivo de angariar fontes externas ou internas de financiamento. Porém, ressalta que, na maioria das vezes, estas ações têm sido direcionadas para o aumento do capital simbólico da urbe na medida em que visa à obtenção de receita privilegiando a construção de marcos simbólicos; objetivando a promoção da imagem da cidade em nível global. Nesta direção, Compans apud

Raeder (2010) afirma que essa dinâmica pode contribuir ainda para o estabelecimento de atmosferas favoráveis aos negócios privados, à adoção de comportamentos flexíveis pelo poder público, à incorporação de uma lógica empresarial na administração urbana, assim como da venda de projetos públicos a investidores privados. Além disso, o empenho público somente nestas parcerias pode mascarar ou deixar de combater problemas relacionados às áreas como a educação, saúde, violência.

Outro ponto que não fica claro a partir dos documentos cedidos é de que forma será garantida a sustentabilidade do estádio pós-evento, menção inscrita na descrição do projeto, uma vez que, ao analisarmos o quadro de compartilhamento de receitas e o papel sobre a parceria público privada estabelecida entre a concessionária e o Governo de Minas Gerais (GMG), atenta-se para o fato de que caso a margem operacional não seja maior que a margem de referência, o governo sempre terá que compensar ao investidor pagando a diferença entre as duas margens. O grande problema que pode surgir, é que dessa forma o GMG poderá ter de assumir os possíveis prejuízos do estádio caso este não apresente uma percentual consistente de assiduidade e volume de freqüentadores, descaracterizando seu papel como instituição pública.

3.3 ESTÁDIOS ALTERNATIVOS

O projeto Estádios Alternativos é o segundo projeto do Planejamento Estratégico Integrado e visa em sua descrição, “prover Minas Gerais de estádios alternativos que possibilitem a continuidade dos campeonatos de futebol enquanto o Mineirão estiver em obras e melhorar a infraestrutura para o recebimento de eventos esportivos e culturais”. A figura abaixo mostra a descrição dos projetos relativos aos Estádios Alternativos.

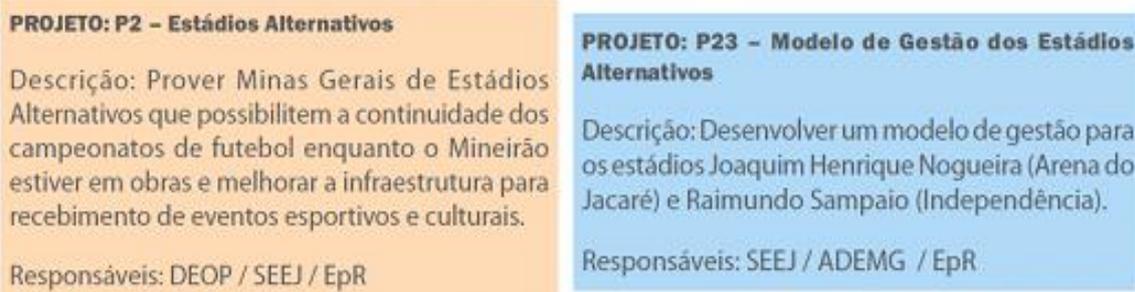


FIGURA 18: Descrição Projetos Estádios Alternativos

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014 (2009, p.30-31)

Os dois estádios que foram escolhidos para sede dos jogos e eventos enquanto o Mineirão estiver em obras foram o estádio Joaquim Henrique Nogueira (Arena do Jacaré) e o estádio Raimundo Sampaio (Independência). O primeiro é o estádio do Democrata de Sete Lagoas e dista 70 quilômetros da cidade de Belo Horizonte. Este passou por uma reforma a partir da qual foram instaladas cadeiras em todo o estádio e iluminação para jogos noturnos, seu estacionamento foi expandido, foram construídas novas cabines de imprensa sua capacidade foi aumentada para 20.063 pessoas. A obra foi iniciada no dia 17 de setembro de 2009 e finalizada em janeiro de 2010 para o recebimento dos campeonatos a partir do mesmo ano.

Já o segundo teve seu edital de licitação publicado em 06 de outubro de 2009, tendo as obras iniciadas em novembro de 2009 e sua previsão de término para setembro de 2010. Porém, passou por uma reforma completa e ficará sob a administração do Governo de Minas pelo período de 20 anos e três meses como acordado no contrato de cessão de utilização. assinado com o América Futebol Clube, time “proprietário” do estádio.

O estádio Independência⁶ foi construído para Copa de 1950 sob um pedido de Rivadavia Côrrea Meyer, então presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), por meio do jornalista Cânor Simões Coelho ao prefeito da Capital Mineira Otacílio Negrão de Lima. O presidente da CBD alegava que Belo Horizonte

⁶Disponível em <<http://www.novomineirao.mg.gov.br/independencia.html>>. Acesso em 20/11/2011.

não possuía um estádio com capacidade suficiente para sediar o evento. O prefeito então aceitou o pedido e deu início a construção do estádio que ficaria sob a administração do Sete de Setembro, por esse ser o clube do bairro Floresta, onde foi construído e por ser o único clube da capital a não possuir um estádio. O estádio chegou a sediar 3 partidas da Copa do Mundo de 1950: Iugoslávia 3 x 0 Suíça, Estados Unidos 1 x 0 Inglaterra, Uruguai 8 x 0 Bolívia. Em 1989, o América Futebol Clube arrendou o estádio para sediar seus jogos.

O novo Independência⁷ terá capacidade para 25 mil pessoas com assentos cobertos, 422 vagas de estacionamento, nova iluminação, auditório para coletivas, duas lojas, 32 bares e lanchonetes e 18 cabines de imprensa de rádio e TV a um custo total de 120 milhões de reais custeado pelo Governo de Minas e pelo Governo Federal.

Abaixo podem ser visualizadas as etapas envolvidas no projeto de reestruturação do estádio.

OBJETIVO GERAL - GARANTIR A INFRAESTRUTURA ESPORTIVA					
OBJETIVO ESPECÍFICO - ALTO NÍVEL DE EXCELÊNCIA NO INDEPENDÊNCIA					
Entrega Copa do Mundo 2014	ENTREGAS 2011				
	Linha de Atuação	Marcos	Data de Entrega	Vinculação Estratégica	Órgão Responsável
Independência Modernizado em operação	Obra	Fornecedor para execução da etapa 2 contratado	18/10/2011	Projeto Estruturador: Copa do Mundo 2014 Ação: Estádio Alternativo - Independência	SEEJ SECOPA SETOP
		Obra concluída	27/12/2011		
	Modelagem da PPP - Independência	Validação do modelo de concessão	20/4/2011	Projeto Estruturador: Copa do Mundo 2014 Ação: Gestão e Infraestrutura Esportiva	SECOPA SEDE
		Publicação do edital de licitação	2/8/2011		
		Contrato de parceria assinado	5/12/2011		
	Reforço de alimentação de energia no estádio	Contrato com a CEMIG assinado	30/6/2011		SECOPA CEMIG
		Obras concluídas	30/12/2011		

FIGURA 19: Etapas de reestruturação do estádio Independência

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Matriz de Responsabilidades de Minas Gerais- Copa 2014. (2009, p.9).

⁷Disponível

em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/8469/OBRAS+DO+INDEPENDENCIA+ESTAO+CHEGANDO+AO+FIM.html>>. Acesso em: 14 out.2011.

Em relação a este projeto, apenas um documento foi cedido por fontes oficiais e o mesmo não era específico, por isso, de acordo com sua descrição, o objetivo estabelecido é a provisão de estádios para que os campeonatos de futebol não sejam interrompidos, bem como o melhoramento da infraestrutura para receber eventos esportivos e culturais.

Porém, as questões que competem ressaltar são os custos que mais uma vez foram arcados pelo Governo Federal e GMG e o impacto que as modificações no Estádio e em seu entorno podem ter gerado para a população local. Será que as mudanças realizadas no Estádio Arena do Jacaré, bem como a realização dos jogos na cidade de Sete Lagoas influenciaram/alteraram as vivências de esporte e lazer dos cidadãos da região?

A mesma inquirição poderá ser feita para o Estádio Independência, durante o período de reforma e quando este estiver operando.

3.4 MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana é tratada no grupo temático “mobilidade” no planejamento estratégico integrado pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Estado de Minas Gerais em sete projetos. Em quatro destes projetos (5, 6, 8, 25) o gerenciamento é realizado pela instância municipal, o projeto 9 “Ampliação do aeroporto Tancredo Neves” está a cargo da instância estadual e o projeto 7 estão sob a responsabilidade das duas instituições.

. Deve-se ressaltar, porém, que apesar do tema mobilidade urbana abarcar vários projetos como pode ser observados no quadro abaixo, optou-se por tratá-los como se fosse um. Esta escolha foi feita pelo fato dos próprios gestores os tratarem como se fossem um único projeto.

<p>PROJETO: P5 – Sistema de Tráfego</p> <p>Descrição: Modernização do sistema de controle de tráfego para atender às necessidades da Copa 2014.</p> <p>Responsável: BHTRANS</p>	<p>PROJETO: P7 – Acesso a Belo Horizonte</p> <p>Descrição: Criar e revitalizar terminais rodoviários para melhoria das condições de acesso a Belo Horizonte.</p> <p>Responsáveis: BHTRANS</p>
<p>PROJETO: P6 – Acesso Direto ao Mineirão</p> <p>Descrição: Realizar obras de mobilidade urbana visando à melhoria do acesso direto ao Mineirão para atender à demanda de tráfego durante a Copa 2014.</p> <p>Responsável: SMURBE</p>	<p>PROJETO: P8 – Acesso Indireto ao Mineirão</p> <p>Descrição: Realizar obras de mobilidade urbana visando à melhoria do acesso indireto ao Mineirão para atender à demanda de tráfego durante a Copa 2014.</p> <p>Responsável: SMURBE</p>
<p>PROJETO: P7 – Acesso a Belo Horizonte.</p> <p>Descrição: Realizar obras de mobilidade urbana visando à melhoria do acesso à cidade de Belo Horizonte, às cidades turísticas de Minas Gerais e potenciais <i>Base Camps</i> para atender à demanda de tráfego durante a Copa 2014.</p> <p>Responsáveis: SETOP / SETUR</p>	<p>PROJETO: P9 – Aeroporto Internacional Tancredo Neves</p> <p>Descrição: Ampliar e modernizar o Aeroporto Internacional Tancredo Neves com vistas a atender à demanda da Copa 2014.</p> <p>Responsáveis: SEDE</p>
<p>PROJETO: P25 – Plano de Gestão de Tráfego</p> <p>Descrição: Desenvolver e implementar planos de gestão de tráfego para o período da Copa 2014, promovendo maior facilidade de acesso direto e indireto ao Mineirão e aos principais pontos de eventos.</p> <p>Responsável: BHTRANS</p>	

FIGURA 20: Descrição Projetos Mobilidade Urbana

FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Planejamento Estratégico Integrado – Projeto Copa 2014 (2009, p.32-33).

A primeira questão que se destaca é o fato de que nenhum dos projetos em sua descrição aborda o termo cidadão belo-horizontino, ou menciona melhorias direcionadas a estes, mas em sua quase totalidade visam o melhoramento do acesso ao Mineirão, à cidade de Belo Horizonte, às cidades turísticas de Minas Gerais dando a impressão que o foco dos mesmos repousa em torno da mobilidade dos turistas que virão à capital Mineira para assistir à Copa do Mundo. Compete perguntar; então, se não seriam necessários projetos que abarcassem os cidadãos de outras regiões da cidade que se deslocam diariamente e se deslocarão de suas casas durante o megaevento participando e/ou trabalhando.

Raeder (2010) afirma que existe uma estreita relação entre a mobilidade, o valor da terra e local da moradia dos indivíduos. Nessa conjectura, a mobilidade urbana pode contribuir para o aumento ou para a diminuição das desigualdades

entre estes, entre bairros e/ou entre classes. Um sistema de transporte custoso e ineficiente pode significar um grande ônus em relação ao tempo e aos recursos financeiros que cada cidadão possui. Desse modo, a implantação de sistemas de transporte que considerem as demandas de cada cidade, bem como privilegiem classes que possuem mais obstáculos ao deslocamento, pode provocar efeitos distributivos, mitigando desigualdades financeiras e espaciais.

Pode-se recuperar neste caso, o exemplo do Pan-Americano do Rio de Janeiro, citado anteriormente, onde existiam várias demandas de intervenções que poderiam melhorar a mobilidade da cidade, porém, os gestores optaram por interceder somente a partir de uma concepção de dimensão microlocal, priorizando o acesso aos equipamentos esportivos e à Vila Pan-Americana, à exceção da ampliação do aeroporto Santos Dumont, beneficiando-se dessa forma, o espectador do evento e não o cidadão.

Nesta direção, o autor argumenta que a realização do megaevento se configura em uma grande oportunidade para que os gestores possam atuar na solução de outros problemas relacionados à mobilidade urbana na cidade, levando em consideração o grande aporte financeiro de recursos fornecidos pelos órgãos federais, estaduais e municipais para viabilizar a realização do megaevento.

A relação entre o custo das intervenções planejadas e os órgãos de financiamento pode ser visualizada no quadro abaixo. Os custos destas serão, em grande parte, do Governo Federal financiados pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), mas contará também com uma contrapartida da Prefeitura de Belo Horizonte como podem ser visualizados no quadro abaixo.

Mobilidade Urbana – Financiamento PAC Copa
CUSTOS DAS
INTERVENÇÕES

EMPREENDIMENTOS	INVESTIMENTO TOTAL	FINANCIAMENTO GOV. FEDERAL	CONTRAPARTIDA PBH
BRT Antonio Carlos / Pedro I	588.184.777,20	382.250.000,00	205.934.777,20
BRT Pedro II	233.500.000,00	146.000.000,00	87.500.000,00
BRT Área Central	57.894.736,84	55.000.000,00	2.894.736,84
Ampliação da central de Controle de Tráfego	31.578.947,37	30.000.000,00	1.578.947,37
Via 210 (Via do Minério / Teresa Cristina)	106.220.000,00	72.000.000,00	34.220.000,00
Via 710 (Andradas / Cristiano Machado)	174.910.000,00	78.000.000,00	96.910.000,00
BRT Cristiano Machado	52.631.578,95	50.000.000,00	2.631.578,95
Boulevard Arrudas Teresa Cristina	221.052.631,58	210.000.000,00	11.052.631,58
TOTAL	1.465.972.671,94	1.023.250.000,00	442.722.671,94

FIGURA 21: Custos das Intervenções para criação do BRT
 FONTE: Belo Horizonte. Mobilidade em Belo Horizonte – Copa 2014 (2010)

Por ser responsável pelo maior número de projetos, a Prefeitura de Belo Horizonte cedeu alguns documentos através da BHTRANS, empresa responsável pela regulação e fiscalização de transportes e trânsito de Belo Horizonte. Os documentos são apresentações realizadas pelos gestores que contém as principais ações planejadas para a capital mineira no que diz respeito à mobilidade urbana.

As ações estão sumarizadas na pirâmide abaixo, divididas em um plano operacional para a Copa das confederações de 2013 e para a Copa do mundo de 2014 e consistem em um elenco de tarefas e atividades que serão executadas durante o mês de realização destes eventos e em projetos estratégicos da BHTRANS que serão realizados ao longo da preparação para as duas competições. O plano operacional tem como principais focos a mobilidade entre o aeroporto de Confins, o Mineirão e a área central da cidade, enquanto os projetos estratégicos visam à realização de obras que viabilizem o plano operacional, bem como intervenções em outras áreas da cidade.



FIGURA 22: Pirâmide Mobilidade Urbana
 FONTE: Belo Horizonte. Projeto Sustentador – Copa 2014- (2009)

O plano operacional está sendo licitado e o orçamento previsto é de R\$ 10.000.000,00. O processo licitatório ocorrerá entre 01/08/2011 e 30/11/2011. A empresa vencedora trabalhará em conjunto com a BHTRANS nas operações e ações durante os dois eventos.

As etapas envolvidas nos projetos de mobilidade urbana presentes no documento “Matriz de Responsabilidades” podem ser observadas a seguir.

OBJETIVO GERAL - GARANTIR MOBILIDADE					
OBJETIVO ESPECÍFICO - EFICIÊNCIA DO TRANSPORTE URBANO					
Entrega Copa do Mundo 2014	ENTREGAS 2011				
	Linha de Atuação	Marcos	Data de Entrega	Vinculação Estratégica	Órgão Responsável
Infraestrutura viária urbana adequada	Requalificação urbana e ambiental do Ribeirão Arrudas	Av. do Ribeirão Arrudas (Av. Tereza Cristina) entre a Rua Senador Lúcio Bittencourt e a Rua José Bicalho, incluindo a Ponte C	31/10/2011	Projeto Estruturador: RMBH	SETOP
		Av. do Ribeirão Arrudas (Av. Tereza Cristina) entre a Av. Presidente Castelo Branco e a Rua Bastilha	31/12/2011	Ação: Urbanização de Favelas e Revitalização do Arrudas/Tereza Cristina (PAC Arrudas)	

OBJETIVO GERAL - GARANTIR MOBILIDADE					
OBJETIVO ESPECÍFICO - ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL					
Entrega Copa do Mundo 2014	ENTREGAS 2011				
	Linha de Atuação	Marcos	Data de Entrega	Vinculação Estratégica	Órgão Responsável
Infraestrutura viária adequada	Plano Estadual de Mobilidade para a Copa do Mundo FIFA 2014	Plano Estadual de Mobilidade para a Copa do Mundo FIFA 2014 concluído	30/7/2011	Agenda Setorial	SECOPA SETOP SEGEM SEDE SETUR
	Adequação do Projeto Executivo da LMG 800 no AITN	Convênio com o DER publicado	30/6/2011	Projeto Estruturador: Inserção Competitiva das Empresas Mineiras no Mercado Internacional	SEDE SETOP
Edital para contratação de projetos executivos publicado		24/8/2011	Ação: Implementação do Plano Macroestrutural do Vetor Norte da RMBH		
Infraestrutura aeroportuária adequada	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) de Aeroportos Regionais - Centros de Treinamento de Seleções	EVTE Poços de Caldas contratado	15/8/2011	Projeto Estruturador: Copa do Mundo 2014 Ação: Gestão e Infraestrutura de Base Camps	SETOP SECOPA
		EVTE Poços de Caldas realizado	20/12/2011		
		EVTE Patos de Minas contratado	15/8/2011		
		EVTE Patos de Minas realizado	20/12/2011		
		EVTE Ipatinga contratado	15/8/2011		
		EVTE Ipatinga realizado	20/12/2011		
		EVTE Divinópolis contratado	15/8/2011		
	EVTE Divinópolis realizado	20/12/2011			
Reforma do aeroporto de Varginha	Licitação para contratação de projetos para reforma do aeroporto de Varginha homologada	15/9/2011			

FIGURA 23: Matriz de Responsabilidades- Projetos Mobilidade Urbana
 FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Matriz de Responsabilidades de Minas Gerais- Copa 2014; (2009, p.17)

OBJETIVO GERAL - GARANTIR MOBILIDADE					
OBJETIVO ESPECÍFICO - MELHORIA DO NÍVEL DE CONFORTO DO AEROPORTO INTERNACIONAL TANCREDO NEVES (AITN)					
Entrega Copa do Mundo 2014	ENTREGAS 2011				
	Linha de Atuação	Marcos	Data de Entrega	Vinculação Estratégica	Órgão Responsável
AITN preparado para atender à demanda da Copa do Mundo FIFA 2014	Implantar sala de situação para monitorar o andamento das ações relativas ao desenvolvimento do AITN - TPS 1, Pátio, Pista e TPS 2	Sala de situação implantada	31/8/2011	Agenda Setorial	SEDE
	Construção do Terminal 2	Licitação para contratação de empresa para elaboração de EIA/ RIMA homologada	1/9/2011	Projeto Estruturador: Inserção Competitiva das Empresas Mineiras no Mercado Internacional Ação: Desenvolvimento do AITN	
		Aditivo ao Acordo de Cooperação SEDE e INFRAERO para atualização de prazos, de forma a permitir o repasse de recursos para a contratação dos projetos básico/ executivo assinado	24/6/2011		
		Licitação da contratação do projeto básico e executivo das obras do T2 homologada	30/11/2011		

FIGURA 24: Matriz de Responsabilidades- Projetos Mobilidade Urbana
 FONTE: Minas Gerais; Belo Horizonte. Matriz de Responsabilidades de Minas Gerais- Copa 2014; (2009, p.18)

Já nas demais obras dos projetos estratégicos da BHTRANS foram utilizados alguns indicadores de mobilidade urbana de Belo Horizonte com pode ser observado no quadro abaixo.



FIGURA 25: Indicadores de Mobilidade Urbana em Belo Horizonte
 FONTE: Belo Horizonte. Corredores de BRT em implementação (2009, p.2).

Compete, primeiramente, individualizar alguns pontos relacionados aos indicadores apresentados que chamaram a atenção. Como pode ser observado, menos da metade dos deslocamentos diários é realizado pelo transporte coletivo e a frota de veículos representa quase um terço dos números de viagens/dia na capital.

Além disso, Belo Horizonte possui apenas 28 km de linha de trem metropolitano ficando atrás de várias capitais, inclusive com a população e a extensão menor do que a mesma, como pode ser verificado no quadro abaixo:

PERFIL DO SISTEMA METROFERROVIÁRIO NO PAÍS		
Região Metropolitana	Sistema	Malha total em 2009
São Paulo (SP)	trem e metrô	323,1 km (260,8 km de trem e 62,3 km de metrô)
Rio de Janeiro (RJ)	trem e metrô	265 km (225 km de trem e 40 km de metrô)
Recife (PE)	trem e metrô	71 km (31,5 km de trem e 39,5 km de metrô)
Natal (RN)	trem	56,2 km
Brasília (DF)	metrô	42,4 km
Porto Alegre (RS)	metrô	33,8 km
Maceió (CE)	trem	32,1 km
João Pessoa (PB)	trem	30 km
Belo Horizonte (MG)	metrô	28,1 km
Fortaleza (CE)	trem	20 km
Salvador (BA)	trem	13,5 km
Teresina (PI)	trem	12,6 km

FIGURA 26: Perfil do sistema Metroferroviário no Brasil
FONTE: Oliveira, 2010.

Em conformidade com os documentos, a partir destes indicadores foram estudadas algumas formas de intervenção na mobilidade da cidade e foram levantadas algumas possibilidades: metrô subterrâneo, trem de superfície ou elevado, VLT e BRT.

O BRT (Bus Rapid Transit) que consiste em um sistema de corredores e/ou faixas exclusivas de transporte coletivo por ônibus foi o escolhido. De acordo com a

BHTRANS esta modalidade de transporte apresentaria melhor custo-benefício, como é demonstrado no quadro abaixo.

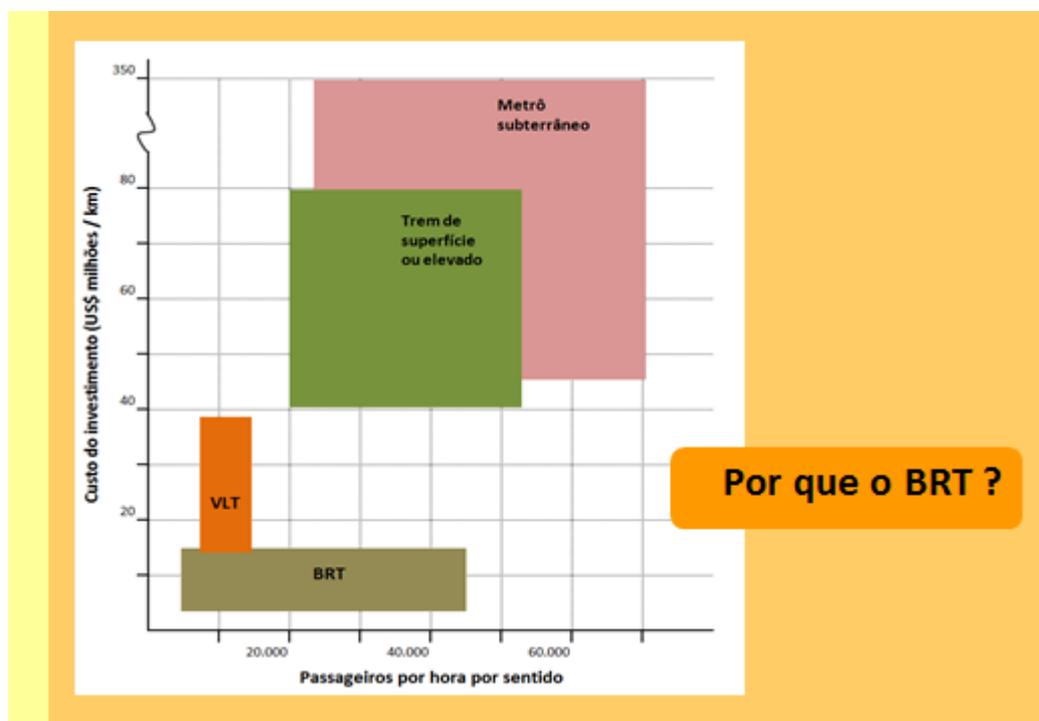


FIGURA 27: Escolha BRT custo x passageiro

FONTE: Belo Horizonte. Corredores de BRT em implementação (2009)

Dessa forma, as intervenções para a Copa de 2014 em nove focos principais, são eles: Revitalização do anel rodoviário, BRT Antônio Carlos/ Pedro I, BRT Pedro II/ Carlos Luz, BRT Cristiano Machado, BRT Área Central, Boulevard Arrudas, implantação da Via 210 e da Via 710 e ampliação da Central de Controle de Tráfego, conforme demonstrado na figura abaixo.

BRT em Belo Horizonte



FIGURA 28: Relação de BRT's em Belo Horizonte

FONTE: Belo Horizonte. Mobilidade em Belo Horizonte – Copa 2014 (2009, p.21.)

A partir das relações de custo benefício de cada modal de transporte, dos indicadores apresentados, da opção realizada pelos gestores, assim como das áreas que sofrerão intervenções destacas no mapa, cabe indagar se a opção pelo BRT atenderá às demandas dos cidadãos que habitam na cidade e na região metropolitana? As obras localizadas nos três corredores e nas áreas centrais atenuarão os problemas de mobilidade urbana da cidade pós-megaevento?

Além disso, é necessário atentar que o acesso ao esporte e lazer também passam pelo crivo da mobilidade urbana. Marcellino (1996) argumenta que o espaço para o esporte e lazer no Brasil configura-se em um espaço urbano, isso devido ao fato de que o crescimento da população urbana não foi seguido pelo desenvolvimento da infraestrutura, o que produziu desarranjos na ocupação do solo, tendo-se nas áreas centrais uma concentração de benefícios/equipamentos enquanto na periferia ocorre a ausência ou a dispersão. Em muitos casos, os indivíduos despendem tanto tempo na locomoção de suas casas para irem e retornarem do trabalho, que acabam tendo pouco tempo livre ou disponível para

vivências de esporte e lazer, e ainda acabam por ser lesados outra vez no que diz respeito à distribuição dos espaços e dos equipamentos.

Por isso, levando em consideração os pontos levantados e analisados, bem como os altos custos das intervenções, é necessário que os gestores pensem em longo prazo, gerando opções de baixo custo de transporte, de maneira que todos os cidadãos possam auferir benefícios.

No próximo capítulo mostraremos a análise das falas dos 6 gestores relacionados aos projetos escolhidos para investigação, colhidas através de entrevistas. Acredita-se que a partir destas pôde-se analisar se os documentos oficiais estão em divergência ou convergência com os discursos, bem como a percepção destes em relação à realização da Copa do Mundo de 2014 na cidade de Belo Horizonte.

4.0 A VOZ DOS GESTORES

Os capítulos anteriores trouxeram conceitos e elementos que possibilitaram compreender toda uma teia de relações que envolvem impactos, legados e/ou conflitos que o sedimento de um megaevento pode gerar para a cidade de Belo Horizonte. Estabeleceu-se também um diálogo entre estes e as políticas públicas, especificamente aquelas que dizem respeito ao esporte e lazer, e à participação popular, na medida em que se acredita que os primeiros poderão produzir efeitos na concepção e formulação de tais políticas.

Para tanto, é importante apresentar alguns relatos colhidos nas entrevistas realizadas com seis gestores envolvidos no processo de formulação e/ou execução dos projetos escolhidos para análise (Modernização do Mineirão, Estádios Alternativos, Mobilidade Urbana). Estes relatos, analisados à luz das fontes teóricas e empíricas poderão delinear os olhares que esses gestores possuem acerca das concepções de políticas públicas de esporte e lazer e de participação popular, bem como das ações propostas nos projetos investigados que incidirão nas vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos.

Os relatos foram divididos em cinco quadros (Ver anexo V), sendo o primeiro referente aos dados dos entrevistados e os demais concernentes às categorias de análise estabelecidas no estudo, que foram individualizadas por blocos de perguntas. A priori haviam sido constituídas 3 categorias (concepções de políticas públicas de esporte e lazer, concepções de participação popular, ações propostas nos projetos investigados que incidirão nas vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos), porém a partir das entrevistas realizadas com os gestores, constatou-se a necessidade da inserção de uma quarta categoria de análise que foi denominada impactos e legados da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte.

4.1 Perfil dos entrevistados

A partir da realização das entrevistas, pude perceber que, apesar dos gestores entrevistados estarem atuando em projetos do Planejamento Estratégico Integrado, possuem uma heterogeneidade em suas formações educacionais e experiências profissionais. Dos seis entrevistados, cinco são do sexo masculino, sendo que três estão envolvidos em todos os projetos escolhidos para análise e três estão alocados especificamente em um destes projetos. Porém, o que chamou a atenção foi o fato de que apesar de não fazerem parte das secretarias de educação, cultura, esporte ou políticas sociais, onde talvez se encontre um número maior de funcionários e gestores com experiência profissional no campo de esporte e lazer, nenhum destes possui experiência prévia na área. Esta condição não os desqualifica para o gerenciamento dos projetos, até porque os 54 projetos integrantes do Planejamento Estratégico Integrado abarcam diferentes áreas, mas ao se tratar da organização de um megaevento esportivo que abrange também elementos como cultura, esporte e lazer seria interessante a presença de um gestor que pudesse representar e trazer contribuições da área, bem como expor suas deficiências e demandas que poderiam ser levadas em consideração em todo o processo.

4.2 Vivências de esporte e lazer

Em relação às ações propostas nos projetos investigados que incidirão nas vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos, podem-se destacar algumas questões interessantes para compreendermos de que forma estas podem alterar/influenciar na fruição de tais vivências.

No capítulo anterior foram descritas quais as modificações previstas no projeto “Modernização do Mineirão” que o estádio sofrerá para receber a Copa do Mundo de 2014. Cabe ressaltar, então, alguns pontos referentes ao projeto,

relatados pelos gestores, que não foram descritos na oportunidade por não estarem inscritos nos documentos cedidos pelas fontes oficiais.

Na parte externa do estádio será construída uma esplanada como já mencionado, porém é a partir das entrevistas que se pôde compreender que alguns gestores entendem que esta área poderá vir a ser utilizada pela população como opção de entretenimento, visitação, passeio e consumo como pode ser observado nos seguintes fragmentos

E, na parte externa do Mineirão, está se construindo uma grande esplanada, que é uma grande laje, em torno de 80mil metros quadrados, que vai abraçar todo o estádio, ou seja, debaixo dessa laje você vai ter estacionamento, vai ter lojas, vai ter acesso ao estádio, enfim. E, por cima dessa laje, o público vai poder acessar, em dias de jogos, o estádio também. Então, vai ficar uma estrutura que deixa um pouco de ser um estádio e passa a ser um complexo multiuso, né. Porque nessa parte externa, nessa esplanada é possível você realizar vários eventos também. (Entrevistado B)

Então, o Mineirão vai ser o novo ponto focal da cidade em termos de o chamado grande parque, que vai ter todas as áreas de passeio, vai ter as lojas, vai ter várias lojas no Mineirão, lojas importantes, Museu do Futebol, visitação, a parte externa do Mineirão vai estar aberta diariamente pra população usar. Então vai ser, vamos dizer, o novo chamado Eldorado de visita para o povo de Belo Horizonte, o povo mineiro e o povo que vier de outras partes do Brasil e do mundo também. (Entrevistado E)

Porém, um dos gestores ressaltou que a área será de acesso semipúblico, isto é, será aberta somente em algumas ocasiões como nos finais de semana, o que pode limitar a utilização do equipamento e conseqüentemente de algumas vivências por parte da população e das comunidades do entorno do estádio.

Ela é livre acesso, vai ser um acesso semipúblico, porque vai ter portões de acesso a essa área, nós não podemos deixar aberto todo dia, a noite toda, não dá. Mas a gente pretende, em alguns momentos, tipo nos sábados, domingos, abrir, então, pra uso da comunidade também, significando, como eu falei, um espaço multiuso. Significando também essa área semipública uma opção de entretenimento pra comunidade da Pampulha. (Entrevistado B)

Ao pensarmos nessa nova área que será criada e suas possíveis relações que poderão ser estabelecidas com os belo-horizontinos é importante recuperar proposições de Raeder (2010). O autor adverte ao se construir e/ou remodelar equipamentos esportivos é essencial que seja formulada paralelamente um plano de

ocupação, bem como seja observada a sua distribuição e acesso para que possa realmente se converter em benefícios para a sociedade.

Novamente como inscrito no projeto o termo modernização aparece nas entrevistas, tanto para referir-se ao projeto “Modernização do Mineirão”, quanto para o estádio Independência integrante do projeto “Estádios Alternativos”, alinhado a duas conotações diferentes.

Inicialmente o termo aparece relacionado à expressão arena de multiuso, à ideia de superação dos equipamentos obsoletos e à substituição do torcedor pelo cliente.

No Independência, nós estamos falando... Em ambos os casos, modernização é criar um patamar novo de arenas multiuso. Ou seja, nós estamos acostumados em BH a não ter esse tipo de equipamento. Nossos equipamentos são absolutamente obsoletos do ponto de vista de conforto, segurança, nível dos serviços prestados. (Entrevistado A)

Então, a questão que é uma exigência da FIFA para o Mineirão e que foi rebatida em alguma medida para o Independência, nesse projeto de modernização, é criar um novo conceito de arena multiuso, um novo conceito de arena de futebol, que vai trazer com isso um novo conceito do negócio futebol, na medida em que você vai ter maior nível de conforto pro cliente, pro torcedor, que deixa de ser um mero torcedor e passa a ser um cliente. Porque ele vai ter todo um serviço de camarote, de cadeiras, de bares com exclusividade, de marketing esportivo que ganha um equipamento que ele vai ser muito mais explorado que no equipamento antigo. Fora que vai ser um equipamento que não vai ser só para práticas esportivas, é para shows, pequenos eventos, grandes eventos. (Entrevistado A)

Nesse ponto, vale ressaltar que, a partir dos depoimentos apresentados, pode-se perceber que cada vez mais as relações entre os equipamentos, as empresas, o Estado e população são afetadas por lógicas empresariais. Linhales (2001) argumenta que essa tentativa de modernização tem se configurado na adaptação e/ou submissão às dinâmicas e às demandas mercadológicas.

Nesta direção, Marcellino (2006) por meio das proposições de Santos e Lefebvre, corrobora com tal concepção afirmando que uma vez que a cidade é subordinada à lógica do lucro, esta é relegada da condição de obra para produto de consumo, e o espaço/ tempo passa a ser percebidos como fatores de produção e

mercadoria. Dessa forma, os espaços públicos se transformam em espaços privatizados e o lazer passa a ser considerado como uma mercadoria, atividade de entretenimento disponível para consumo, reforçando-se as injustiças sociais.

Sucessivamente o vocábulo modernização aparece relacionado ao significado internacional, tecnologia e sustentabilidade.

Aí, você vê a questão dos estádios de futebol. Nós estamos construindo o Mineirão, reformando o Mineirão. Vai ser um estádio pra 64.500 pessoas, um estádio super moderno, de um gabarito internacional em todas as suas instâncias, desde o apito e o gramado, até as arquibancadas, até a tecnologia. Aí, nós vamos ter o Mineirão totalmente sustentável. Vamos ter o Mineirão que vai ter as, vamos dizer, as placas fotovoltaicas pra produzir energia solar para o Mineirão. Não vai ser uma energia que vai atender a toda demanda do Mineirão, mas vai ser uma energia que vai atender a uma grande parte do Mineirão. Aí, nós temos a recuperação das águas pluviais; aí, nós vamos ter uma recuperação do lixo. (Entrevistado E)

Aqui é importante destacar que, mesmo que o estádio tenha sido remodelado e idealizado pelos seus gestores para se tornar uma referência na promoção da imagem da capital, a iniciativa produziu externalidades positivas, ao se incorporar concepções de sustentabilidade ambiental como a utilização de energia solar e o tratamento da água e dos resíduos produzidos.

Sucessivamente, é possível perceber outra linha de pensamento entre alguns gestores que perpassa pela realização de ações que visam atingir a consciência e o comportamento dos cidadãos, porém, a meu ver, estas estão embasadas novamente no recepcionamento dos turistas e na criação de uma imagem aliada a um sentimento de orgulho pelo sedimento da Copa do Mundo na capital.

Essa questão de uma cidade e a gente hoje percebe, é uma cidade que gasta muito pra manter toda a sua estrutura urbana, os equipamentos urbanos e tal. E há um vandalismo tremendo! Pichação em tudo quanto é prédio, faixa de pano pra tudo quanto é lado, arreventa banco de praça, destrói equipamento, telefone público, e por aí vai. Eu acho que isso é importante, né, de (sic) que a Prefeitura faça um pouco um trabalho disso, investir na mudança de atitude. (Entrevistado C)

Sim, sim. Bom, eu não posso nem falar muito porque é um projeto que ainda tá (sic) em construção. Mas a nossa idéia é que a gente comece, a partir do início do ano que vem a fazer um trabalho de tanto de passar informação, fazer campanhas de sustentabilidade, de limpeza da cidade, de bem receber, né, visitantes e tal, até campanhas, até, assim, atividades

esportivas. Em todas as nove regionais, em diversas escolas, em praças públicas, com o tema Copa do Mundo, assim, né?! (Entrevistado D)

A idéia é que a gente consiga fazer com que a população comece a participar e comece a se interessar pelo futebol, assim. Na realidade, nós já somos extremamente interessados pelo futebol. Mas que ela comece ver (sic), assim, realmente estamos recebendo uma Copa do Mundo. Então, que está em... Tá (sic), assim, em desenvolvimento ainda, mas a idéia é que a gente faça, assim, vamos dizer, assim, mil jogos pela cidade inteira, em diversos parques, em diversas escolas, em diversas áreas públicas. E que a população participe, né, desses campeonatos. A gente, de repente, vem, pega algumas pessoas famosas pra jogar e faça algum show, algum tipo de manifestação cultural. Então, espero que a gente tenha isso e que a gente comece a, e que isso fixe, né, seja fixo até a Copa do Mundo (Entrevistado D)

Já o entrevistado F traz contribuições interessantes ao realizar proposições para além do megaevento ou que, a partir deste, possa se criar benefícios, conscientizações e mudanças de comportamentais que possam ser mantidas ao longo do tempo.

Por exemplo, estacionamento: a política de estacionamento tem que ser coerente com o que a gente quer pra cidade. Se a gente quer estimular o modo coletivo não motorizado não tem mais sentido a gente separar uma parte das ruas importantes da cidade pra gente deixar o carro estacionado. É privatizar o espaço que é público. (Entrevistado F)

- [...] E, aí, como que a gente acha que pode mudar e a Copa do Mundo ela pode ajudar nisso, né?! É mostrar, é criar projetos que, simbolicamente, eles apresentem essa mudança de prioridade. É você colocar o transporte coletivo como carro chefe dos projetos? É uma novidade. Porque, até então, e tem muita gente que ainda acredita: "Ah, vamos resolver? Vamos ampliar, alargar avenida, vamos construir viaduto, vamos fazer tudo." E isso a gente já sabe que não vai dar certo, tava (sic) levando a gente pro buraco. Então, a política de mobilidade, ela tem que ter coerência entre as políticas, coerência entre os projetos. E cada projeto vai ser um cartão de visita do outro. (Entrevistado F)

Nas duas proposições anteriores o entrevistado reforça a importância do investimento no transporte público, beneficiando o coletivo em prol do individualismo. Nas duas subseqüentes propõe a utilização da bicicleta como possibilidade de transporte e de lazer, a partir da criação de ciclovias para a Copa do Mundo. E sugere ainda o melhoramento de calçadas e vias para que estas possam ser utilizadas para caminhadas.

Bom, tem na questão do lazer tem uma questão importante, aí, que a questão da bicicleta, né, que ela não tá (sic) exatamente vinculada à Copa

do Mundo. Mas eu acho que ela vai ter um potencial durante a Copa do Mundo, que é a implantação das ciclovias e estimular o uso da bicicleta. E, estimular o uso da bicicleta tanto estimula e dá uma possibilidade de lazer pela bicicleta, pelo uso da bicicleta, quanto o contrário, né, quanto você usar a bicicleta como lazer te (sic) cria uma possibilidade de você usar como transporte, também, né, tem esse vice-versa. (Entrevistado F)

Então, eu acho que primeiro, a qualidade das vias melhor, com calçadas mais largas, com espaços para caminhada e tudo, é, com certeza, algo que, de um lazer, digamos, ou um lazer esportivo, quer dizer, que é da caminhada, que é do passeio, de algo assim, ou mesmo pra você usufruir da cidade e, aí, outras atividades de lazer. Você vai... Capital do boteco, quer dizer, cê (sic) vai pras (sic) ruas, cê (sic) vai ter mais carinho com as ruas. Talvez não seja tão direto, né, não é um objetivo da Política de Mobilidade de melhorar o lazer. Isso não é um objetivo declarado, é um objetivo indireto, né, é um resultado indireto. E acho que vai ajudar. (Entrevistado F)

Indo ao encontro dessas proposições é oportuno recuperar a ideia defendida por Marcellino (1996) de que no Brasil, o espaço para o lazer se configura em um espaço urbano devido ao desenvolvimento desigual entre o aumento da população e de infraestrutura urbana, onde a primeira cresceu em uma velocidade maior. Esse processo contribuiu para uma assimetria na distribuição e/ou centralização dos equipamentos, gerando dificuldades a seu acesso e utilização. Dessa forma, as propostas do entrevistado F poderiam mitigar os impactos dessa dinâmica explanada pelo autor.

No que diz respeito às ações sociais pode-se captar a partir dos depoimentos do entrevistado D o rebaixamento ao segundo plano destas, bem como uma espécie de tentativa de “terceirização” das iniciativas.

E tem uma série de ações, assim. Na área social a gente tem a gente tá (sic) fazendo agora um portfólio de diversas áreas, de diversos projetos que existem pra que a gente consiga vender, né, esses projetos para patrocinadores da FIFA e para parceiros que queiram investir com o conceito de atuação em áreas sociais e que possam melhorar a condição das ações sociais que nós temos. Isso é muito feito durante copas do mundo, assim, então... A Nike é uma empresa, que, como ela não é parceira FIFA, então, a forma que ela tem de expor a marca dela durante o evento é fazendo ações nesse nível. Então, a gente vai em busca pra que a gente tenha um grande centro. Na África do Sul, eles fizeram mais focados na AIDS, aqui eles podem fazer mais focados em drogas. (Entrevistado D)

A FIFA também faz esse tipo de trabalho, ela escolhe uma atividade cultural, desculpa, ela escolhe uma atividade social pra que ela tenha uma atuação, pra que ela dê condições de melhoria de infraestrutura de campo, às vezes ela fornece uniforme, dá uma cara também mais social pra Copa. Então, a gente não quer perder essas oportunidades. A gente quer que

essas oportunidades venham pra Belo Horizonte e que a gente tenha ganhos com elas. (Entrevistado D)

[...] A FIFA ela sempre tendo uma atuação voltada pro futebol. Então, são escolinhas de futebol e, aí, ela pega essa, essa... E, aí, realmente dá uma cara nova, uma motivação nova para aquela região ou para aquela população que ali tá, né, naquele projeto. (Entrevistado D)

Compete nesse ponto, discutirmos o papel do Estado no fomento às políticas sociais. Raeder (2010) através de considerações de Compans ressalta que o relacionamento crescente entre iniciativa pública e privada, a partir de uma lógica mercadológica pode gerar a incorporação de uma racionalidade empresarial na administração pública, bem como a venda de projetos públicos a investidores privados. Através dos relatos acima se pode perceber que os dois pontos apresentados parecem estar presentes no discurso do gestor D, o que nos leva a pensar que tais políticas sociais só ocorrerão caso haja interesse do setor privado na adoção ou financiamento de algum projeto.

Por último, em relação às ações que podem incidir nas vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos, aparecem várias práticas que têm como foco o torcedor, a partir de quatro linhas de concepção/atuação. A primeira segue a asserção de que o Mineirão, antes da reforma, não tinha ou tinha em condições deficientes, segurança, conforto e serviços de qualidade e que o novo estádio proverá um nível bem maior desses três elementos. Esse discurso faz referência, como já foi discutido no capítulo anterior, à questão de modernização dos equipamentos, podendo-se perceber, nos relatos abaixo, elementos da teorização de Linhales (2001) que afirma que o processo de modernização anunciado pelos gestores tem se constituído, cada vez mais, na adequação e/ou subordinação às lógicas mercadológicas. Deve-se chamar a atenção também para um possível processo de elitização dos freqüentadores, bem como da restrição do acesso aos mesmos, devido a barreiras econômicas ou ao próprio ambiente poderá ser constituído. (Marcellino, 1996)

De novo, eu acho que é mudar um paradigma de torcedor. Hoje, quando o Mineirão tava (sic) aberto, é unânime a pergunta de: “quem já foi ao Mineirão?” – todos levantam a mão. “Quem gostou do serviço que teve no Mineirão?” – todos abaixam a mão. Ou seja, os serviços prestados nesses equipamentos eram muito aquém da demanda. (Entrevistado A)

E o que acontece é que você sem esses equipamentos apropriados, você tava (sic) tirando o prazer de uma parcela da sociedade de ir ao estádio. Ela preferia ficar vendo o jogo em casa, pelo pay-per-view, que isso pra ela era mais valor do que ir ao estádio. Então, eu acho que essa mudança, ela permite uma mudança de hábitos. (Entrevistado A)

Eu acho o seguinte: o preço primeiro a gente vai ter que ver o que é o mercado, o que é possível praticar no mercado, não é?! Porque pra você manter sua atividade, também não adianta botar um preço muito alto e não vir ninguém. Então, eu acho que o preço não vai mudar muito do que vem sendo praticado, não há porque mudar muito. Até pra você cativar realmente as pessoas a continuar freqüentando o estádio. (Entrevistado B)

E você pode mudar esse conceito, ou seja, a idéia de camarote ela cresce. E quando você olha a experiência no mundo, seja Europa, seja Estados Unidos -, você vê que isso é um paradigma que funciona muito bem lá fora. E cada vez mais nosso nível de renda vai chegar a um patamar em que a gente tem uma nova oportunidade de um novo negócio, em que você não vai não só pra ver o jogo. Você vai almoça, fica lá, usa aquele espaço, acontece o jogo e você tem um momento de lazer ali, com jogo ou sem jogo. Então, acho que essa é a grande mudança. (Entrevistado A)

A segunda linha abrange questões relacionadas ao comportamento do torcedor. Estas visam modificar/adequar tais comportamentos ao novo espaço e às demandas/modelo da FIFA. Através dos relatos abaixo se pode notar que a concepção do gestor B de estádio e torcedor parte da comparação com modelos norte-americanos e europeus. O problema é que este não leva em consideração uma cultura e uma tradição do torcer existente antes da reforma do estádio. Dessa forma, as modificações salvaguardadas pelo padrão FIFA parecem ter um tom de imposição ao comportamento do torcedor.

A idéia nossa no Mineirão, e o projeto está sendo desenvolvido dessa forma, a visibilidade é 100% em todos os lugares do estádio. Você vai ter sentado você vai ter perfeitamente condições de ver o jogo, não é?! Logicamente, tem aquele lance mais agudo, a torcida fica em pé, depois aquele chute passa raspando, né, senta depois. (Entrevistado B)

A idéia de subir nas cadeiras, por exemplo, que era uma prática comum aqui no Mineirão, não vai ser possível, porque o sistema de cadeiras vai ser outro, o sistema de cadeiras rebatível. Então, ela só fica aberta se a pessoa sentar, se a pessoa levantar ela fecha, né. E ficar pulando em cima dela não vai dar certo, porque ela vai fechar, ele vai enfiar a perna e vai acabar se machucando. Então, a idéia é ter um outro tipo de comportamento. Novos equipamentos, novo mobiliário e novas eras, né, de torcedores, né?! Eu acho que talvez, aí, tenhamos alguns problemas no início, até as pessoas se adequarem, mas eu acredito que o apelo vai ser grande, nós vamos trabalhar fortemente nessa questão de campanhas de conscientização, essa coisa toda pra que a gente consiga colher os frutos que a gente tá (sic) esperando. (Entrevistado B)

O público não vai mudar. Mas o público vai ter que entender, cê (sic) entende, também que não dá pra comer alguma coisa e jogar o papel no chão, tá?! Todo mundo eu acho que vai ser muito bacana, que o público... O público que vai a jogo de futebol o que ele mais quer mesmo é ser bem tratado do lado, por aqueles que administram o estádio e, principalmente, torcer apaixonadamente pelo futebol. (Entrevistado E)

Agora, existem campanhas também, nós chegamos a ver alguma coisa, principalmente nos Estados Unidos, de campanhas de consumo responsável de álcool, na qual o torcedor ele é monitorado, né?! E, quando ele apresenta alguns sinais de perturbação do seu normal, é feito um bafômetro nele, teste de bafômetro. Se ele estiver dentro daquilo que é permitido na legislação lá deles, ele ganha um ingresso para o próximo jogo. É um prêmio por consumo responsável de álcool. (Entrevistado B)

[...] As pessoas vão ter muito mais facilidade de se localizar no Mineirão e saber onde que o ingresso dele tá (sic) previsto ele sentar. (Entrevistado B)

A terceira linha diz respeito à concepção que se tem da atuação e comportamento das torcidas organizadas e a promoção de “uma ética do torcer”. Nesse sentido, o torcedor é abordado como cliente e seu comportamento como prejudicial ou benéfico para o “negócio”.

Sim, porque eu acho que nós temos uma questão de cultura. Ou seja, a questão de torcida organizada é uma questão um tanto quanto polêmica. Eu acho que eles têm o direito de se organizar enquanto torcedores, mas não de virar um grupo sem lei, que fica ativando violência e coisas do tipo, porque, de novo espanta o negócio. A questão depredar um ativo não é, de novo, tolerável. E isso vai ter que ser obviamente aculturado, criar-se a cultura de valorização daquele ativo. Então, você vai ter uma segurança patrimonial muito maior do que você já tinha antes, a exemplo do que é um shopping. Você não vê num shopping uma torcida organizada invadindo e fazendo um quebra-quebra. (Entrevistado A)

Campanhas de conscientização, no apoio dos clubes, né, também, mostrando o que é o conceito do torcedor legal, né, o torcedor que veio realmente pra torcer, o torcedor que gosta do futebol. Acho que a gente tem que mexer muito é nessa questão do emocional das pessoas, né. (Entrevistado B)

Uma vez apresentado e discutido o que os entrevistados relataram sobre as ações que estão previstas nos projetos que poderão influenciar/alterar as vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos, é interessante compreendermos quais as concepções de políticas públicas de esporte e lazer são declaradas pelos mesmos, pois a partir disso, pode-se inferir o que os gestores pensam e planejam no que diz respeito à formulação, alteração e manutenção de políticas relacionadas a estas. Tais concepções serão apresentadas no próximo subcapítulo.

4.3 Concepções de políticas públicas de esporte e lazer

Inicialmente, foi indagado aos entrevistados sobre a importância da existência de uma concepção de políticas públicas na organização e realização de megaeventos. Esta pergunta foi útil na medida em que possibilita entendermos quais as concepções de políticas públicas dos gestores, bem como qual a relação pode ser estabelecida entre estas e a Copa de 2014 de acordo com os mesmos. Alguns fragmentos das respostas estão colocados abaixo.

É ter a concepção do papel do Estado, é ter concepção do ciclo político em que ele está inserido. É ter noção de atividades inerentes à ação do Estado, que tem políticas tradicionais e políticas que são mais tempestivas. No caso de grandes eventos, são políticas públicas mais tempestivas. (Entrevistado A)

- Então, eu não acho que grandes eventos não sejam políticas públicas. Eu acho que é um tipo de política pública, com características específicas mais pontuais. Então, da mesma maneira em que turismo tem uma política pública de atração de eventos pra questão de turismo na cidade, o grande evento ele passa a ser uma política pública específica. Obviamente, não é uma política de Estado, porque ela tem início, meio e fim. Então, ela é mais com a cara de um projeto do que de uma ação contínua e regular do Estado. [...] E, aí, a grande diferença é entender qual é o papel do Estado nos grandes eventos e qual é o papel que ele tem só que induzir e fomentar. (Entrevistado A)

Delineiam-se, como se pode perceber pelos relatos do entrevistado A, que políticas públicas é ter o entendimento do papel do Estado e de suas respectivas atividades, assim como do ciclo político em que esse está envolvido. Tais idéias estão em convergência com os conceitos teóricos apresentados capítulo II, na medida em que, de acordo com entrevistado A, as políticas públicas estão relacionados às ações do Estado e a um ciclo político.

Porém, percebe-se que a abordagem em relação ao tema é muito superficial e tangencial, não levando em consideração a relação entre as decisões/ações empreendidas pelo Estado e suas demandas/efeitos da/na sociedade, assim como os objetivos destas ações e, ainda, quais os limites, recursos e problemas na implantação das mesmas. Essa inferência fica mais clara quando comparamos, por exemplo, com as definições apresentadas por Saraiva (2006, p.28) que argumenta que as políticas públicas consistem em

um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar esta realidade [...] por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Pode-se citar também a concepção de Menecucci (2006, p.141) que assevera que “uma política pública diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios”.

Além disso, o ambiente conflituoso onde as questões e/ou problemas políticos são discutidos, o número de *players* ou grupos que participam como atores, bem como as redes, coalizões e alianças que são feitas na tentativa de atender os interesses defendidos, abordados por Frey (2000), foram pouco relatados, como se houvesse uma harmonia e/ou consenso nas decisões tomadas pelo Estado, principalmente àquelas relacionadas à Copa do Mundo, cabendo apenas o debate entre este e a FIFA.

Deve se ressaltar ainda que o processo de elaboração, execução e avaliação de políticas públicas não deixa de ser uma política pública por possuir início, meio e fim, sendo o megaevento (Copa do Mundo de 2014) um acontecimento que envolve diferentes intervenções Estatais. Neste sentido, ao se analisar o depoimento dos entrevistados, percebe-se que estes confundem o objeto das políticas públicas e suas ações/decisões correlacionadas, com as próprias políticas públicas, como se pode visualizar nos seguintes fragmentos:

Vai ser um momento interessante, porque estamos aguardando aí essas discussões do Governo Federal com a FIFA, porque isso também são políticas públicas saber: “Ok, vamos ter a meia entrada para o idoso? Vamos ter a meia entrada para o estudante? Vamos ter a meia entrada para não sei o quê? Vamos ter bebida alcoólica no estádio, não vamos ter?”. Então, vai ser um novo teste para o Brasil pra saber como é que nós vamos lidar com esse tipo de política, visar o esporte né?! (Entrevistado E)

Ah, tem muita. É o cheiro, é o sabor e o trabalho de políticas públicas muito, muito certo. Por isso que nós estamos falando: política pública pra mim não é só política pública do momento, é aquilo que vai ficar de legado. E uma coisa que vou tornar a repetir é que Belo Horizonte e Minas Gerais não têm nenhuma obra que não vai ser um legado fortíssimo pra população. A expansão do aeroporto, e a melhoria dos estádios, e a

mobilidade urbana, e a hotelaria, são as novas rotas de turismo e a capacitação das pessoas, tudo isso vai ser um grande legado. (Entrevistado E)

Dessa forma, é importante lembrarmos a diferenciação entre política pública e decisão política apresentada no capítulo teórico, a partir da qual a primeira abarca mais do que uma decisão política e requer diversas ações estratégicas, as quais são impostadas com o intuito de por em prática as decisões empreendidas, enquanto a última refere-se a uma opção elegida dentre uma série de possibilidades de acordo com a hierarquia de interesses dos atores envolvidos, levando em consideração os objetivos que se visa atingir e os recursos disponíveis. Portanto, uma política pública alude obrigatoriamente em uma decisão/ação política, mas uma decisão/ação política pode não chegar a se constituir em política pública.

Outro ponto que se deve destacar a partir dos relatos, é a visão de alguns entrevistados de que os objetivos principais da Copa do Mundo consistem na captação de possibilidades e investimentos e na realização de grandes obras e apenas secundariamente é afirmado que esta pode gerar modificações de pensamento, melhorias de políticas públicas e ações sociais.

[...] O que eu acho que nós estamos fazendo, da melhor forma possível, é captar essas possibilidades, trazer isso pra Belo Horizonte. Porque essas oportunidades não vão pras (sic) doze cidades de forma igualitária, elas vão, realmente, a gente tem que fazer um exercício de trazer o máximo para Belo Horizonte. E nos beneficiar delas, né?! Agora o quê que (sic) isso vai gerar de positivo, ou se vai ser uma coisa simplesmente pontual ou não...O nosso trabalho todo aqui é na construção de que seja deixa da alguma coisa de positivo, seja deixado um legado. Então, espero que isso gere mudanças de pensamento, mudanças de melhorias de políticas públicas, espero que sim. Mas, hoje, não sei te (sic) dizer o que exatamente, entendeu?! Isso vai ter que ser vivido, né, pra que seja construído. (Entrevistado D)

Mas, de novo, o foco da política esportiva de um grande evento não é esse foco de política pública do esporte. Ele é um foco muito mais ligado à política pública de atração de investimentos. Nós estamos falando de uma credibilidade internacional pra atrair e pra cumprir contratos. Ou seja, eu tô (sic) falando de grandes obras e não de ações sociais. Ações sociais é uma parte pequena do que a gente pode atrair com os parceiros de marketing esportivo e fazer em conjunto. Mas, de novo, a política esportiva do Estado é uma, a política de um grande evento esportivo é outra. E elas podem ser complementares, mas não são concorrentes. (Entrevistado A)

O entrevistado D, por exemplo, não acredita ou não sabe ainda quais as contribuições no que diz respeito às políticas públicas, a realização da Copa do

Mundo poderá trazer, tendo alegado dificuldade inclusive em visualizar a relação entre estes. Isto pode apontar para o fato de que nas decisões tomadas, isso não foi levado em consideração ou ficou em segundo plano, sendo, mais uma vez, ressaltada a visão do megaevento como gerador de oportunidades.

Não, eu acho que uma coisa é existir a política pública. Na realidade, ela já tem, né, as suas diretrizes, ela já tem o seu foco. A realização da Copa, na realidade, isso é uma coisa que várias pessoas questionam, assim, né: “O que é que a Copa vai fazer na área social? O que é que a Copa vai fazer na área... A Copa vai tirar os mendigos da rua?” Eu acho que, na realidade, não é muito assim que funciona, né?! Porque senão a Copa viraria uma própria gestão pública, assim, de políticas públicas pra trabalhar em diversas frentes. (Entrevistado D)

Mas eu não vejo mudanças de políticas públicas, assim. Eu não vejo como relacionar, na realidade, porque o que a Copa realmente faz é alavancar oportunidades, é dar chances a uma série de situações. E isso nós estamos tentando aproveitar da melhor forma possível. Mas, assim, mudanças expressivas, eu não saberia te dizer o que, especificamente, antes de passar pelo processo, né, assim. Nós temos de ver como que essas ações vão funcionar dentro da Prefeitura e como que elas vão gerar uma mudança interna, né?! Eu acho que teria que ter essa avaliação. Mas, a princípio, é usufruir dessas oportunidades da melhor forma possível. (Entrevistado D)

Sucessivamente, procurou-se colher os entendimentos dos gestores em relação às políticas públicas de esporte e lazer, indagando-os sobre qual a concepção estes possuem sobre o tema, pois, em conformidade com Menicucci (2008), as idéias constituem-se em um ponto de partida muito úteis uma vez que, por meio destas, são manifestados interesses, normas e ideologias (dos agentes que os expressam) que influenciam na dinâmica de formulação de políticas públicas.

No primeiro depoimento é citado que é papel do Estado elaborar políticas públicas de esporte e lazer e incentivar a prática esportiva da população.

Eu acho que é papel do Estado fazer políticas de esporte e lazer, fomentar a prática esportiva, da população. Infelizmente, a gente não tem a cultura que eu acho que é a vitrine de todos, como a cultura norte-americana de valorização do esporte, mas o papel do Estado é fazer essa valorização, seja por meio das federações esportivas profissionais, seja no esporte amador, ligado à escola. E, aí, de novo você mistura uma ou duas políticas importantes, que é a política de educação com a política de esportes. [...] Então, acho que a política pública na área de esporte ela vai muito nessa linha de fomento, de apoio, de criação de um ambiente pro esporte, que é

um vetor também que tem seu vetor com a saúde, com a coisa da vida saudável. (Entrevistado A)

Qualquer política pública que seja orientada para o esporte e/ou lazer requer infraestrutura, serviços e regulação, isto é, refere-se à intervenção do Estado sob a natureza de regulação ou de serviços. No que diz respeito à primeira maneira, podem-se influenciar as estratégias e aprovisionar estímulos para diferentes agentes, bem como modificar as decisões dos mesmos, enquanto na segunda maneira, o ponto central repousa sob a distribuição de recursos. Portanto, em convergência com o entrevistado A, é função do Estado também à elaboração de políticas públicas de esporte e lazer, áreas que começaram a tomar uma forma mais consistente a partir da constituição de 1988.

Outro ponto que pode ser mencionado é a influência das demais instituições em todo o processo. O entrevistado ressalta, por exemplo, a escola e as federações. Por isso, para que compreendamos o papel destas instituições, é importante entendermos o processo de politização que o esporte vem sofrendo. Este se refere ao fato de que o esporte se instituiu em diferentes períodos da história, aumentando sua legitimidade como prática social e atingindo diversos segmentos, instituições e agentes; tendo como integrantes deste processo o Estado, o mercado, e as organizações da sociedade civil (Linhales, 2001). Dessa forma, outras instituições também participam indiretamente do processo de formulação de políticas. Porém, não acredito que o modelo estadunidense proposto pelo entrevistado seja o mais adequado a ser seguido, pois, neste, o Estado confia as responsabilidades de incentivo e fomento ao esporte e ao lazer à esfera privada, apresentando apenas um papel discreto na regulação de políticas que envolvem as áreas.

Nesta direção, pode-se destacar um fragmento a partir do qual o entrevistado A, reitera esse papel do Estado o qual parece defender.

E a Copa do Mundo é um grande evento. Enquanto grande evento é lazer? Sim. Enquanto ele é possibilidade de geração de equipamento público, que vai gerar outros tantos eventos como opção de lazer pra sociedade? Ok, mas, de novo, eu não crio uma política pública do lazer pra fazer a Copa do Mundo. A Copa do Mundo gera oportunidades, que podem até ser

potencializadas com outras políticas públicas. Mas eu sou meio cético do ponto de vista pensar uma política pública do lazer, por exemplo. Eu acho que o lazer é muito individual, então, eu sou contra a idéia do Estado ficar pensando o que é o lazer de cada um. O Estado tem que prover oportunidades. (Entrevistado A)

Para compreendermos a concepção argumentada pelo gestor, pode-se recuperar a discussão empreendida por Marcellino (2001, p.8), de acordo com o qual existem três diferentes grupos em relação ao entendimento de políticas públicas. O primeiro é integrado por indivíduos contrários à intervenção integral do Estado nas políticas setoriais como aquelas atinentes ao lazer, que encontram amparo no seguinte postulado: “como o Estado que já interfere tanto nas nossas vidas, pode interferir também no tempo livre de nossas famílias?”. Entretanto, a grande problemática desta lógica é que esta tem como alicerce o fundamento de que o acesso ao lazer é igualitário a todos, não havendo restrições interclasse ou intraclasse social. O segundo grupo defende o intervencionismo por parte do Estado a partir de uma ordem de necessidades das classes mais empobrecidas. Já o último grupo defende que o Estado deve interferir com políticas de esporte e de lazer apenas na parcela da população que se encontre na posição de excluída do consumo de bens culturais. Através da leitura do fragmento pode-se perceber que o entrevistado A, aproxima-se da primeira concepção explana pelo autor.

Nesta mesma linha, Linhales (2001), analisando a relação entre esporte, lazer e Estado emprega um modelo teórico baseado em quatro correntes de interpretação, sendo duas de natureza pluralista e duas de natureza marxista. Indo ao encontro do que foi relatado pelo entrevistado exponho somente as duas primeiras, por acreditar que sua concepção pode ser encontrada em uma destas. As abordagens pluralistas podem ser seccionadas entre pluralista-funcionalista e pluralista-conflitualista. Na primeira, parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento das políticas sociais deve ser entendido como resultado do processo de diferenciação e modernização da sociedade, a partir do qual os cidadãos passaram a demandar do Estado ações capazes de salvaguardar o seu bem-estar; sendo o Estado considerado como um tutor, interferindo somente para garantir a manutenção do funcionamento apropriado da sociedade.

Na corrente pluralista-conflitualista, parte-se do mesmo pressuposto de que a intervenção do Estado é explanada pelo processo de diferenciação que atinge a todos os cidadãos, porém, estes defendem que a modernização da sociedade promoveu uma ampliação da mobilização política e social, e, por conseguinte, das ações públicas desempenhadas.

Outra questão que se pode apreender a partir dos relatos dos entrevistados consiste no fato de alguns destes não possuem uma ideia clara da concepção de lazer, recorrendo-se sempre ao vocábulo cultura como forma de legitimação da ideia exposta.

Lazer, aí, eu acho que lazer tem um instrumento com cultura. Então, lazer, cultura, aí, você pode falar que cultura não é só lazer, cultura é formação. [...] Então, na minha concepção, esporte é lazer, mas esporte também é formação, esporte é também é saúde. E lazer, da mesma maneira. Lazer é um pouco de cultura, é um pouco de esporte. (Entrevistado A)

A gente sabe que a cultura não é uma coisa que pode ser totalmente colocada no mercado, na medida em que se ela ficar muito vendida ela deixa de ser cultura e passa a ser publicidade. Então, ela tem um lugar de formação cultural, que é maior do que o lazer. E, aí, enquanto uma política cultural você vai gerar opções de lazer para a sociedade, com os festivais, com essas opções. Mas, a priori, eu não consigo nem imaginar uma política stricto sensu de lazer. (Entrevistado A)

Então, eu acho que a Copa, quer dizer, quando se fala em qualquer construção de qualquer centro de formação de atletas ou de centros esportivos, de prática de esporte é como se tivesse falando da construção de uma escola. Você tá (sic) oferecendo cultura, cê tá (sic) oferecendo lazer, cê tá (sic) oferecendo satisfação, cê (sic) está oferecendo capacitação pras (sic) pessoas, enfim. (Entrevistado B)

O lazer como define Gomes (2004, p.125) consiste em uma dimensão cultural, mas vai, além disso, como se pode visualizar na definição apresentada pela autora:

uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaco conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo.

Marcellino (2001) chama a atenção também para o fato de que o termo lazer aparece na maioria das vezes associados a outros como: lazer e promoção social, lazer e violência, lazer e saúde. Tal ocorrência pode ser visualizada nos fragmentos

citados acima. Além disso, de acordo com o autor, esta lógica corrobora para que o lazer só seja considerado como um fator importante na vida humana se estiver vinculado aos demais para o auferimento de legitimidade, não tendo valor dentro de uma dimensão própria. Dessa forma, o lazer é concebido ora como departamento, ora como serviço, ora como secretaria e/ou sendo subjugado em diversos espaços pelo turismo, educação, esporte, dentre outros.

Nesta direção, a partir da leitura das seguintes narrativas pode-se salientar também a concepção por parte de alguns gestores acerca do esporte como uma atividade assistencialista. Esta consideração, assim como foi apontado por Marcellino sobre o lazer, que o esporte não seja valorizado autonomamente, tendo seus incentivos justificados somente se associados às questões de vulnerabilidades sociais.

Eu acho que a maior prova disso é quando você faz um trabalho numa comunidade de baixa renda, né?! Qual que é o, o quê que (sic) talvez seja o que dá o upgrade àquela comunidade é quando cê (sic) consegue implantar ali centro esportivo. Aquilo modifica, aquilo vai atender tanto a criança, quanto até o adulto. São várias pessoas, que vão, elas vão poder ter um espaço pra que elas interajam, não fiquem cada um em sua casa, cuidando dos seus problemas. Ali, é um momento em que todo mundo se une, e os esportes coletivos têm muito essa finalidade, né, de mostrar, de montar uma teia, uma cadeia de solidariedade entre os jogadores pra que o grupo consiga um objetivo final. Então, isso fortalece. Eu acho que o esporte fortalece o sentimento de cidadão, esse sentimento de sociedade, esse sentimento das pessoas, elas unidas elas podem, como dizia a música que canta, né, que “um mais um é sempre mais que dois”, né?! (Entrevistado B)

Olha, eu acho que, assim, o Governo, né, em todas as esferas ele incentiva e ele sabe que o esporte é esse, né, esse elo, essa porta da socialização das pessoas, e de tirar menino de rua e sair da droga. E dá, às vezes, até mesmo, chegar a uma melhor, uma oportunidade de vida melhor para aquela pessoa e pra sua família, né?! (Entrevistado C)

- Então, os projetos sociais, por exemplo, as políticas públicas de lazer, elas podem até ter uma certa influência, mediante as oportunidades que a gente vai tendo. Mas eu não vejo, assim, como que a Copa vai fazer essa alteração. Eu acho que ela vai criando essas melhorias. Por exemplo: se a gente tem um projeto social, voltado ao esporte, voltado ao lazer, que a gente tem um patrocinador, tem uma pessoa, tem uma empresa que vem investe e dá melhor condição para aquele projeto, automaticamente aquele projeto vai ser extremamente beneficiado. (Entrevistado D)

Dessa forma, o esporte tem passado por várias modificações e adequações durante o tempo, mas práticas antigas e eleitoreiras que o envolvem, continuam a

fazer parte das ações políticas. Isto é, ao invés de ser considerado e disseminado como um direito social garantido pela constituição é recorrente vermos a sua utilização e associação a fins assistenciais como: esporte para combater a violência, para reduzir o consumo de drogas, para diminuir a evasão escolar. Soma-se a isso, o remodelamento e/ou subordinação do Estado às dinâmicas e às demandas mercadológicas em um processo denominado por Linhales (2001) de “modernização”, traços que podem ser percebidos a partir do terceiro fragmento. A autora defende ainda que todas essas questões e práticas têm colaborado para que o nível de pobreza, desigualdade e exclusão social continuem aumentando apesar das ações que vêm sendo realizadas pelo governo.

Além disso, foram frisados também nos depoimentos obstáculos que podem ampliar ainda mais estas questões como a corrupção e alto custo de acesso ao esporte e seus respectivos equipamentos.

Eu acho que o esporte, ele é muito mais, né, tá muito mais na mão de, vamos dizer assim, de cartola, dessas empresas que fazem gestão e tal. E o investimento que é eu acho que fica muito mais na fala, na participação do Governo. Eu acho que o dinheiro existe, mas ele é um pouco desviado, sabe?! Tem alguns, vamos dizer, assim, a caixa d'água tem alguns ladrões aí que não sabe pra onde é que vai. E, aí, temos poucas praças de esporte públicas, né?! O acesso ao estádio ele não é barato. O acesso a esporte especializado ele custa dinheiro, porque transporte, o próprio equipamento, tênis, ainda mais quando exige esses equipamentos e os acessórios, né?! (Entrevistado C)

Você vê nós estamos aí com 200 milhões de habitantes, agora é que nós tivemos a primeira medalhista olímpica de ouro no Brasil, né?! (Entrevistado C)

A questão dos equipamentos é um tema fundamental para se discutir o acesso ao esporte e ao lazer, bem como das políticas públicas que possuem esses dois elementos como foco. O entrevistado E cita algumas das possibilidades que poderão propiciar vivências de esporte e lazer.

Eu acho que lazer também tem que fazer parte disso, porque você não pode ter uma praça... Por isso que, pra mim, é tão importante essa esplanada que está sendo construída ao redor do Estádio do Mineirão, que vai ser uma grande praça de lazer para Belo Horizonte, para Minas Gerais. (Entrevistado E)

Por exemplo: ainda é muito incipiente o número de pessoas que conhecem Inhotim, por exemplo. Aquilo ali é uma praça de lazer e cultura

extremamente importante, não pra Minas Gerais, mas pra todos os brasileiros e todos os visitantes de fora do Brasil, que freqüentam ali. Ali é uma união perfeita entre uma obra erguida, o meio ambiente, a arte, a cultura. E que ainda é muito incipiente o número de pessoas que conhecem aquilo. Então, aquilo ali tem que ser mais divulgado pra que a gente possa ter novos Inhotins espalhados pelo Estado de Minas Gerais. As rotas das grutas, a rota Lund, o reconhecimento da importância das cidades mineiras. (Entrevistado E)

[...] Temos, aí, o Círculo Cultural da Praça da Liberdade, que vai ser um novo centro de atração do Estado de Minas Gerais. (Entrevistado E)

O que deve ser observado então é se estas possibilidades serão acessíveis a todos os públicos tanto no que diz respeito aos preços praticados, às opções de mobilidade, bem como aos incentivos governamentais para que estas iniciativas sejam sustentáveis e os diferentes conhecimentos e experiências possam ser apreendidos por toda a população.

Neste sentido, o entrevistado F, aponta para uma alternativa interessante, mesmo argumentando não ser da área do lazer, a importância do investimento em ciclovias e em bicicletas, como opção de lazer, de transporte e de sustentabilidade ambiental que pode ser verificada nos fragmentos abaixo

Bom, não é minha área, né?! Política de lazer não é a minha área. De bicicleta, eu posso te (sic) dizer é o seguinte: existe uma questão-chave pra, se a gente quer, aquele conceito da gestão da demanda, se a gente quer que alguém ande de bicicleta, a pessoa tem que ter bicicleta. Quem não tem bicicleta não vai andar, mas tem que ter acesso a bicicleta, a uma bicicleta alugada, a uma bicicleta pública, como tem algumas políticas. Então, a política de lazer, ela pode ajudar e muito a estimular as pessoas a terem bicicleta. (Entrevistado F)

[...] Se você vai todo dia pra uma escola, que é mais vezes perto da sua casa, que você poderia ir de bicicleta e é mais barato, mais rápido, mais bacana pra você ir de bicicleta do que ir a pé ou ir de ônibus. E a sua faculdade coloca lá um bicicletário, você consegue ir de bicicleta? Você vai ter a bicicleta usando todo dia? É uma política de lazer, é uma opção de lazer, que é usar, passear de bicicleta no final de semana. Então, é um estímulo, nesse sentido. (Entrevistado F)

Bicicleta cabe no esporte! Por exemplo, o grupo que a gente chama de cicloativistas, né, o grupo de ONG mais atuante em Belo Horizonte é o MountainBike BH, na área de bicicletas. O MountainBike é uma atividade de lazer que é muito feita em Belo Horizonte. É sair da cidade pra fazer as trilhas no mato, com aquela bicicleta feita pra uso na montanha. Isso é uma atividade esportiva de lazer, né, não é o esportivo de competição, mas é um esportivo de lazer. Então esse, esse grupo é um grupo que está defendendo esse espaço e atua na política pública. Então, eu acho que

bicicleta, mobilidade e lazer tem tudo a ver. E tem um espaço até pra dialogar mais. (Entrevistado F)

São iniciativas e ações como as supracitadas que podem contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer. Aquelas que privilegiem o coletivo, o acesso e a utilização consciente dos equipamentos por parte da população.

Por isso, levando em consideração todas as questões discutidas, vale à pena recuperar algumas colocações essenciais realizadas sobre as políticas públicas de esporte e lazer que complementam os pontos que foram debatidos.

Qualquer política pública, mesmo aquelas que tenham o esporte e/ou lazer como foco, encontra-se no núcleo dos conflitos políticos. Analisar estes conflitos é um percurso que pode possibilitar compreender em que contexto e sob quais condições as políticas públicas estão sendo planejadas e executadas. (MENECCUCCI, 2008)

Além disso, uma política de lazer não deve fundamentar-se em uma mera política de execução de atividades isoladas, mas é necessária uma concepção que englobe uma política de reordenação dos tempos, do solo, dos equipamentos de esporte e lazer, dos espaços e transportes urbanos, salários, dentre outros. O esporte e o lazer possuem suas unicidades, porém não devem ser tratados de forma isolada das outras questões sociais. Dessa forma, o município deve objetivar a edificação de políticas setoriais, através da discussão entre segmentos representativos da população, que privilegiem a interdisciplinaridade e a pluridisciplinaridade em iguais condições com os setores privados.

É exatamente sobre participação popular que será debatido no próximo capítulo à luz dos conceitos teóricos e dos discursos e olhares dos gestores.

4.4 Concepções de Participação Popular

Assim como foi realizado no subcapítulo anterior, visou-se analisar as vozes dos gestores para compreender qual a concepção estes possuem acerca de participação popular e, sucessivamente, se houve participação popular no processo de formulação dos projetos escolhidos para a análise.

Inicialmente o que se pode perceber a partir dos depoimentos é que os gestores possuem diferentes formas de entendimento de participação popular. Por isso, é interessante elencá-las e discuti-las a partir dos conceitos teóricos apresentados no estudo.

A primeira concepção que aparece trata a participação popular como a atuação em organizações sociais.

Eu acho que primeiro: existem as entidades de classe, não é?! Tem associação de bairro, tem as entidades da sociedade organizada, em vários aspectos, tem a própria Federação do Comércio, Federação da Indústria. Então, quer dizer, eu acho que tem aí os movimentos sindicais, os movimentos de igreja, de religiosos, né?! Eu acho que tem várias formas de se organizar, né?! E tem que essas organizações também procurarem saber como que elas podem participar. Não é só ficar de braços cruzados esperando alguém chamar. (Entrevistado B)

Desde final da década de 50 começaram a surgir movimentos populares e associações que objetivavam algum tipo de contestação política. A partir da década de 70 e 80, durante a ditadura, se procurou um nível maior de interferência. Desse modo, com fim do período militar e com a promulgação da constituição de 1988, a sociedade aumentou seu nível de politização, fato que pode ser comprovado, por exemplo, pelo aumento do número de instituições como as citadas acima (MARANHÃO; TEIXEIRA, 2006). Mas o que chama a atenção são as duas últimas considerações do entrevistado B, pois, sendo esse um gestor público, o mesmo deveria prover informações às instituições, bem como procurar envolvê-las durante todo o processo de elaboração de políticas públicas.

A segunda concepção refere-se à participação popular como o recebimento da Copa do Mundo por parte da população e dos comerciantes, assim como o acompanhamento das ações organizadas pelo Governo e pela Prefeitura em eventos abertos ao público. Nesse ponto, a partir da leitura dos fragmentos abaixo, a participação pública parece ficar restrita aos cidadãos que possuem algum tipo de atividade comercial e/ou aqueles que participarem de ações isoladas promovidas pela gestão pública chancelada pela presença da FIFA.

Olha, eu que acho que sim, né, porque, de certa forma, né, é uma cidade que já tem uma vocação de cidade de negócios. Isso já é então uma vocação popular - a área hoteleira, a área de restaurante, a área turística, a própria área de comércio. Belo Horizonte tem a maior feira urbana aberta do Brasil, né, que é a Feira da Afonso Pena que vende artesanato. Isso, de certa forma, é uma participação popular, em que traga um evento desse porte, né?! (Entrevistado C)

[...] agora dia 16 vai ser inaugurado o cronômetro regressivo dos mil dias pra Copa, né?! E Belo Horizonte vai ser uma cidade que foi agraciada em receber uma comissão da FIFA, que virá nos prestigiar aqui na inauguração desse relógio. Então, assim, é a participação popular, né?! À medida que vai ter telões na Praça da Liberdade e tal, e que o povo pode estar participando. E dali pode ver a seriedade com que tá (sic) sendo tratado pelo Governo do Estado, pela Prefeitura. (Entrevistado C)

A terceira concepção aborda a participação popular como o voluntariado que será oferecido pelos órgãos públicos, aos cidadãos para trabalhar na organização durante o evento, alegando-se tal condição como uma porta de entrada para o mercado de trabalho. Esse modelo tem sido importado de outros países e seus governos têm utilizado freqüentemente essa prática na organização de megaeventos. O que poderia ser indagado é se um evento desse porte, que trará grandes benefícios econômicos como sustentado pela maioria dos gestores, não deveria compartilhá-los também com estes cidadãos? Ou ainda, uma vez que o evento terminar será possível absorver toda essa mão de obra?

[...] oportunidade. Várias pessoas, os jovens, principalmente, né, vai ter aí uma grande chance de participar como voluntariado, né?! É uma porta de entrada para o trabalho. É uma porta de entrada, né, pra na frente conseguir uma carteira assinada, um local de trabalho, quer seja na área de hotelaria, uma outra área qualquer, né. (Entrevistado C)

A quarta define participação popular como o comparecimento em eventos organizados pela sociedade e instituições sociais. Esta iniciativa pode ser muito benéfica à sociedade, na medida em que permite a difusão das informações a partir de proposições das instituições, porém, acredito que estas não devem consistir em meras apresentações ou seminários, sendo necessário que estas ocasiões se transformem em espaços de debates e discussões.

[...] Então, o que a gente faz hoje, nesse primeiro momento, é ser, é participar de todas as chamadas, todos os convites que nós recebemos, tanto, né, em eventos da sociedade organizada, quanto em escolas. Nós, né, todo convite que a gente recebe pra gente ir não sei aonde falar sobre projetos, explicar que a gente tá (sic) fazendo, a gente aceita todos eles. (Entrevistado D)

A quinta trata participação popular como o envolvimento e troca de informações entre a população e o comitê de organização da Copa através da internet e redes sociais. A tecnologia tem avançado muito rápido e a internet tem se consolidado como um meio de comunicação importante para a sociedade. Porém, deve-se ressaltar que nem todos os cidadãos brasileiros possuem acesso à rede. Além disso, é imprescindível saber se as informações intercambiadas, via sistema, estão recebendo tratamento adequado, bem como se está ocorrendo o retorno destas à população.

E o que a gente quer é fazer é, a partir dessas ações, de envolver a população, e a partir também da internet, de redes sociais, que a gente consiga ter ali uma geração de informação. E que a própria população entre fale assim: “Olha, não estou gostando disso!” ou “Vocês já pensaram naquilo?”. E isso servir como uma base de troca de informação entre o Comitê e a população, de uma forma geral, né?! (Entrevistado D)

A sexta refere-se à participação popular como a abertura e o apoio ao recebimento de projetos por parte de pessoas físicas e jurídicas, que possam vir a ser implementados, bem como ter suas idéias aproveitadas pela gestão pública.

Então, o que a gente vem, outra coisa que a gente faz também é que a gente recebe muitos projetos, né?! Têm diversos projetos, diversas pessoas, às vezes físicas, às vezes jurídicas, elas vêm: “Olha, estamos pensando em fazer isso assim, eu acho que isso pode agregar com o serviço público.”. Então, a gente tá (sic) sempre aberto a ver essas alternativas e essas possibilidades, que, às vezes, vêm muitas idéias interessantes, pra que elas realmente façam, tenham nosso apoio e façam, viabilizem, né, façam parte do próprio projeto. (Entrevistado D)

A sétima trata a participação popular como o espaço de discussão nas reuniões com outros departamentos como o Turismo, bem como aquelas realizadas com ONG's e órgãos federais, estaduais e municipais. As reuniões interdepartamentais, assim como aquelas realizadas com instituições da sociedade civil são de fundamental importância para a promoção de um espaço democrático. Porém, a partir do segundo depoimento do gestor D, tem-se a impressão de que este acredita na existência de uma hierarquia, no sentido de que somente após o alinhamento com as instâncias públicas, pode-se estender à participação da população.

Existem, no turismo existe claramente, né, eles já estão todos. A gente tem reuniões periódicas, cada um dividido no seu grupo. A gente faz reuniões de explanação apresentando, eles interferem com o quê que (sic) eles estão fazendo. A gente tem, praticamente, uma carteira pública e privada, do que tá (sic) sendo construído juntos, assim. (Entrevistado D)

A cultural nós vamos começar agora. Então, a gente já tem tido várias reuniões com algumas ONGs, com algumas entidades, com algumas empresas e a Fundação de Cultura, que a gente tem até essa semana a Câmara Temática de Cultura lá em Brasília. Então, o Governo Federal tá (sic) começando agora a definir diretrizes, como que essa área vai ser trabalhada. É uma câmara temática que, na realidade, ela trabalha com cultura, ações sociais e educação. E é importante que tenha um alinhamento federal, estadual, municipal, pra que a gente consiga ampliar isso pra população, né?! (Entrevistado D)

Apresentadas as sete concepções que foram colhidas por meio das entrevistas com os gestores é importante cotejá-las com as conceituações de participação popular expostas nos capítulos teóricos.

Neste sentido, a participação popular pode ser entendida como a intervenção dos cidadãos no monitoramento, formulação e execução de funções na administração pública, objetivando a defesa dos interesses coletivos (MODESTO, 1995). Ou ainda como as diversas ações que diferentes segmentos sociais colocam em práticas na tentativa de influenciar a elaboração, realização, controle e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos da área social. (VALLA, 1998)

Partindo destes dois entendimentos e da leitura das concepções dos gestores, percebe-se que alguns elementos de participação popular foram

abarcados em seus depoimentos. Mas, se fizermos uma análise mais criteriosa, as respostas dadas de forma isolada por cada gestor foram muito superficiais e amplas, não focando no cerne do que consistiria uma participação efetiva e ativa da população nas políticas públicas.

O entrevistado F chama a atenção para o papel duplo que a participação popular pode estabelecer, por um lado, aumentando a qualidade das políticas públicas e, pelo outro, possibilitando o entendimento desta a toda população. Entretanto, realiza quatro ressalvas. Na primeira afirma que apesar da capital Mineira ser considerada uma cidade onde existe ocorrência de participação, há certa dificuldade de mobilizar as pessoas para as discussões, o que faz com que sempre os mesmos indivíduos participem.

Olha, não tem dúvida, que a participação popular ela torna a política pública, ela... Eu entendo que ela é uma coisa de duas mãos: ela tanto melhora a política pública, o fato de você ter a oportunidade de a cidade estar participando, quanto ela melhora a própria participação na hora (sic) que a população entende a política pública. Então, é uma coisa de duas mãos. A gente tem uma dificuldade hoje em dia, na questão de participação popular, especialmente em Belo Horizonte, que tem uma cultura de participação muito forte, que é de conseguir mobilizar pras (sic) discussões. Então, existem alguns canais que estão estabelecidos, que normalmente eles são ocupados por um grupo de pessoas ou muitas, que estão, aí, há algum tempo nesse trabalho de participação. (Entrevistado F)

Na segunda assevera que a participação popular não deve ocorrer necessariamente sempre, alegando que somente uma parte das decisões deve ser compartilhada. O problema é que em seu discurso não fica claro em que parte do processo a população deve participar e qual recurso será utilizado para tomar conhecimento do que a população demanda. Além disso, a penúltima frase deixa dúvida ao alegar que serão propostas continuamente políticas públicas e que será captada a reação da população em relação às mesmas, pois não se compreende se a população participará antes ou somente depois da implantação das políticas públicas.

Então, eu entendo que a gente tem que ter, a gente que sempre ta (sic) buscando esse diálogo. Agora, o diálogo não é necessariamente, ou não é o tempo inteiro, ou não precisa ser o tempo inteiro, ou pode não ser o tempo inteiro um diálogo de: "Vamos lá consultar o que a população quer pra depois desenvolver a política pública." Eu acho que é um diálogo de:

“Vamos o tempo inteiro saber o que a população quer, vamos o tempo inteiro propor políticas públicas, estar ouvindo a reação das pessoas ao que a gente propõe. E vamos uma parte compartilhando as decisões com a população.”. (Entrevistado F)

Na terceira ressalva o entrevistado afirma que existem diferentes canais de comunicação com a população, porém nem todos os indivíduos participam do diálogo devido ao jogo de interesses/conflitos existentes. Esse jogo de interesses pode ser verificado nos apontamentos realizados por Frey (2000) que argumenta que os atores e/ou grupos interagem entrando em conflitos e realizando alianças, através da *Policy Network* ou rede de interações política, com o objetivo de fortalecer seus próprios interesses. Isto processo ocorre na *Policy Arena* ou Arena política, onde as dinâmicas de conflito e concordância são tratadas de acordo com sua natureza distributiva, redistributiva, regulatória ou constitutiva. Além disso, a utilização dos canais pela população é de fundamental importância, pois é através destes que determinados assuntos podem ascender à agenda política e serem considerados no processo de formulação de políticas públicas (CICONELLO, 2008). Por isso, a necessidade de que todos tenham acesso aos canais e possam participar deste, equilibrando os benefícios e dividindo os custos.

Então, o que a gente constrói são canais de participação para dialogar. E isso Belo Horizonte tem muito, não é pouco, não. Tem um monte de conselho, um monte de reunião, um monte de audiência que acontecem. O que não quer dizer que todo mundo é consultado, é óbvio. Isso existe e muito. E isso é suficiente pra todo mundo achar que tá bom? Isso é suficiente pra ter o diálogo, pra gente levar o diálogo a 100% da população, pra concordar com tudo? Não dá. Até porque a política é essencialmente a arte do conflito, né, do jogo de interesses. Você nunca vai ter todo mundo atendido. (Entrevistado F)

A última ressalva diz respeito à legitimidade dos canais de participação estabelecidos em Belo Horizonte, pois, de acordo com o entrevistado, estes foram oferecidos pelo Estado ao invés de terem sido conquistados pela população. Dessa forma, como se pode visualizar no fragmento abaixo, a lógica é invertida pelo gestor, que questiona se realmente a população da capital tem demandado sua participação.

Realmente me dá um pouco a impressão de que a gente pode sim e tem que tar (sic) o tempo inteiro discutindo a participação popular. Formas disso, o tempo inteiro. Acho que isso é absolutamente legítimo e a gente

tem que batalhar por isso. Agora, achar que já resolveu o problema não é verdade e tem vários formatos. Eu tenho um texto ,acho que é, eu não sei se é do Niesab, de quem que é, que eu li há muitos anos, que fala que participação é conquista. Participação, porque a grande crítica que se faz em Belo Horizonte é exatamente essa, que os canais de participação foram oferecidos pelo Estado. E que isso já deslegitima a participação em si, que a participação tem que ser conquistada pela população. Então, a gente pode inverter: será que a cidade de Belo Horizonte quer participar tanto assim? Tá (sic) batalhando por essa participação? E, aí, cabe ao Governo saber atender a essa demanda. (Entrevistado F)

Uma vez analisadas as concepções de participação popular dos gestores, buscou-se entender se houve participação popular no processo de organização e/ou se haverá na realização da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte também através dos depoimentos dos entrevistados.

A partir de alguns depoimentos pôde-se perceber que os gestores imprimem ideia de que não houve ou não haverá participação popular por diferentes motivações que são elencadas e discutidas a seguir.

O entrevistado A, por exemplo, parte do princípio, como se pode observar no relato a seguir, de que não houve participação na própria escolha do sedimento do evento no Brasil. Realmente não houve escolha, já que a candidatura ao evento foi realizada pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol), chancelada pelo congresso brasileiro e apresentada à FIFA, não havendo nenhuma consulta popular formal. Porém, esta condição não exime a gestão pública de zelar pela participação popular durante todo o processo de organização da Copa do Mundo.

Eu acho que a pergunta é outra: houve participação popular na escolha na decisão de o Brasil ser sede da Copa do Mundo? A resposta é não. O Governo Federal, quando foi decidir, não fez nenhum grande ato ou nenhum grande plebiscito se queríamos ou não ser sede. (Entrevistado A)

Sucessivamente, alega que há um curto espaço de tempo entre a organização da Copa e sua realização, fato que não permitiu que os projetos e o planejamento passassem por todas as instâncias normais e canais disponíveis. Aqui cabe ressaltar que o Brasil foi escolhido como sede no dia 30 de outubro de 2007, quase sete anos antes da data prevista para a realização da Copa do Mundo, e a escolha das cidades sedes foi realizada no dia 31 de maio de 2009, cinco anos

antes do megaevento. Por isso, acredito que a justificativa utilizada pelo gestor sobre a questão temporal deve ser relativizada.

Não estou falando que não teve uma participação nos modelos de um Conselho Nacional da Juventude, uma coisa, mas, de novo, que tira diretrizes. E o grande ponto é: as diretrizes estavam, de alguma forma, colocadas e o tempo não favoreceu. Um processo de participação popular do Conselho, por exemplo, demora coisa de seis meses, um ano. E, de novo, nós não estamos falando de uma miríade de possibilidades. Eu acho que existem essas fórmulas legítimas e estabelecidas do processo, tanto orçamentárias quanto de planejamento, que são submetidas às instâncias normais. Existe o canal de comunicação pra sociedade colocar; e ainda existe essa ação e atividade que não é obrigatória, mas é um dever do ponto de vista moral de estar em contato permanente, desse diálogo com a sociedade. (Entrevistado A)

O entrevistado A declara, ainda, que o envolvimento da população para com o planejamento da Copa foi discreto, como se pode perceber a partir do primeiro fragmento abaixo, devido ao momento político eleitoral em que o planejamento foi constituído e como se pode perceber a partir do segundo fragmento, devido ao ambiente institucional que o gestor e os projetos estão inseridos, devendo obedecer aos requisitos da FIFA. Neste ponto deve-se chamar a atenção às duas questões, pois, a população deveria manter um diálogo constante com as ações realizadas pela gestão pública, também nos períodos eleitorais quando esta escolhe seus representantes. Além disso, o fato de lidar com expectativas não deve ser um elemento determinante para envolver a população, pois uma decisão política poderá gerar sempre a quebra das mesmas para alguns indivíduos ou grupos. Pois, como ressaltado anteriormente a partir de Frey (2000), por detrás das ações estatais sucedem diversos conflitos e jogos de interesses.

E, aí, você pode falar assim: “Mas no planejamento da Copa do Mundo teve envolvimento da população?” Muito mais discreto do que poderia ter tido. Mas a gente tem que lembrar sempre que a gente tá (sic) num momento complicado, ou seja, o planejamento foi feito em 2010, que era um ano político eleitoral e que não tinha as melhores condições institucionais de se fazer um grande movimento participativo, porque, obviamente, estariam misturadas as questões partidárias. (Entrevistado A)

Então, eu acho que essa discussão de participação tem que ser bem dosada do ponto de vista do ambiente institucional em que a gente está inserido, das possibilidades. Porque também gerar participação onde vai ter quebra de expectativa é muito complicado, ou seja, você não pode prometer qualquer coisa, porque a gente tem que cumprir um calhamaço de requisitos da FIFA. ‘, a gente tem um ambiente muito limitado das ações. E as decisões foram tomadas do ponto de vista de otimizar gasto público, de

gerar os melhores incentivos pra entrega da obra no prazo, pra redução do risco construtivo por parte do Estado, de novo, nessa ótica do gasto público e afins. (Entrevistado A)

Já o entrevistado B defende a ideia de que a população não participou na fase que seria adequada a sua participação e que a etapa não consiste em um momento apropriado para a intervenção da população. Nesta mesma direção, o entrevistado D argumenta que existem projetos em que há afinidade com a população e, portanto, esta pode participar e existem aqueles que são estritamente públicos e que não cabe a participação popular. De acordo com os as proposições teóricas defendidas por Modesto (1995) e Valla (1998), não existe uma etapa específica em que a população deva participar, mas o ideal é que esta participe de todo o processo na tentativa de que ela receba os benefícios gerados a partir da política formulada.

Olha, eu não sei, porque todo projeto, toda obra dessa normalmente tem audiências públicas, né, onde as pessoas podem se manifestar. Depois vem a parte de licenciamento ambiental, que tem também as audiências públicas. Então, acho que os processos, os processos eles estão construídos em cima de possibilidade de participação popular. O que às vezes acontece é que as pessoas reclamam muito que não participaram, mas na hora em que podiam participar, eles não quiseram participar. Eles querem participar numa fase que não é uma fase adequada deles participarem, não é?! (Entrevistado B)

[...] O setor público faz determinadas ações e o privado determinadas ações. Agora, tem projetos que são restritamente públicos, por exemplo, Plano de Mobilidade para a Copa? É público, é responsabilidade da BHtrans, dos né... Segurança? É público, não tem como a gente dividir isso com a população. Agora, o que tiver afinidade, assim, de desenvolvimento junto, em conjunto com a população, a intenção é que seja feito conjunto. (Entrevistado D)

O entrevistado D argumenta que na elaboração do PEI houve a participação somente de um pequeno grupo, mas que nos projetos como o de turismo houve reuniões com os departamentos e os empresários. Este fato corrobora com a questão foi citada anteriormente através de Raeder (2010) sobre o que ocorreu no Pan Americano do Rio de Janeiro, sendo o planejamento estratégico muitas vezes legitimado pelo discurso dos gestores, dando-lhes carta branca para realizar ações como desejam, mas ocultando que na verdade somente um grupo restrito de pessoas participou de sua elaboração.

Não. A participação popular, na realidade, na construção do Planejamento Estratégico foi, realmente, definido (sic) por um grupo pequeno. Agora, a construção de cada projeto, por exemplo, o turismo. A gente fez um trabalho com o turismo em que a gente chamou as entidades, empresários, todo o trade turístico, né, pra participar, pra fazer o levantamento de projetos - o quê que (sic) é importante, o quê que (sic) não é-, imprensa. (Entrevistado D)

Os entrevistados B e D, ao tratar a participação popular como o acesso aos jogos da Copa no Estádio, advertem que esta será restrita em razão ao preço dos ingressos que serão cobrados pela FIFA durante o megaevento. Chama a atenção ainda para uma possível elitização que pode ocorrer, privilegiando somente as pessoas com mais poder aquisitivo. Aqui existe realmente um problema, pois os estádios possuem um número restrito de lugares. O que se pode fazer para amenizar essa contenda, seria a criação de políticas como a meia-entrada para os estudantes e idosos, o oferecimento de ingressos a preços mais acessíveis, ou até o sorteio de parte dos ingressos a parte da população brasileira que não teria condição de assistir aos jogos no estádio por condições socioeconômicas desfavoráveis.

Olha, a Copa do Mundo, até pelo tamanho dela, do evento, megaevento que ela é, ela acaba elitizando um pouco. A participação popular ficou muito prejudicada numa Copa do Mundo, né. Apesar de haver um esforço da FIFA em ter algumas ações, tipo os fanfests que eles fazem, os telões que eles botam na cidade, pra que as pessoas possam ver os jogos e tal. Mas aquela emoção do estádio acaba, sendo, realmente, pra menos ainda, pra privilegiados, mesmo, até pelos custos dos ingressos, que não são baratos. (Entrevistado B)

O estádio é um outro ponto que eu acho que a população vai ter acesso, mas num número muito menor, primeiro, pelo número realmente menor de espaço, de pessoas, né, são 70 mil... (Entrevistado D)

Setenta mil pessoas como capacidade do estádio. E são ingressos mais caros, são ingressos... Na realidade, a região do Mineirão ela vai ser, vai existir uma região marcada em volta, que é a parte de exclusividade da FIFA. E, nesse momento, ela passa a ser dona, né, entre aspas, desse perímetro. Então, assim, ela vai, ela que dita as ordens de valor de ingresso, quem entra, quem não entra, como que funciona. (Entrevistado D)

Já a partir de outros depoimentos pode-se perceber que os gestores defendem o contrário, isto é, que ocorreu participação popular no processo de organização e/ou planejamento da Copa do Mundo.

Os entrevistados A, B e C descrevem, por exemplo, que realizaram discussões e/ou diálogos com a comunidade e entidades de classes representativas. Estas discussões são de fundamental importância para captar realmente quais são as demandas das comunidades e para mitigar possíveis impactos negativos.

Então, existe uma fase quando se tem uma concepção do projeto: “como nós vamos fazer?”, discute com a comunidade, né?! O que nós estamos fazendo agora, nós estamos discutindo com a comunidade. Nós estamos dando chance de uma participação popular, tanto na comunicação das nossas intenções, como também ouvir deles as necessidades. E ver de que forma também nós podemos nos adequar a essas necessidades, né?! (Entrevistado B)

Fora isso, especificamente nos equipamentos Mineirão e Independência, você tem um trabalho muito rígido de condicionante ambiental com a comunidade do entorno, ou seja, que ela, sim, tenha uma participação alta no diálogo dessas políticas. (Entrevistado A)

Eu acho assim, ela já está ocorrendo. Às vezes a gente não percebe (sic) porque fica um pouco isolado, né?! Mas já houve algumas reuniões com a comunidade ali do bairro São Luiz, com relação ao Mineirão, o impacto do estádio, do novo estádio, né?! Está tendo reuniões com entidades de classe representativas – taxista, CDL, hotelaria, por aí vai, área de turismo, a área da saúde tem participado, a nossa área da mobilidade através nas nossas CRTTs - os Conselhos Regionais de Transporte e Trânsito -, que é a oportunidade que a gente tem levado. Eles perguntam, se nós não temos a resposta, depois devolvemos pra eles, né, através de nossa Assessoria de Mobilização Social, através da imprensa. (Entrevistado C)

Pode-se ressaltar, ainda, a questão dos ambulantes que trabalhavam no entorno do Mineirão antes das obras. Embora o entrevistado relate propostas interessantes para solucionar o problema, este se exime, na medida em que afirma que a questão se configura em um problema social. Com certeza, esta consideração é legítima, porém deve-se ressaltar que a realização do projeto de modernização do Mineirão contribuiu também para que esses indivíduos fossem deslocados e se encontrassem em uma posição mais frágil. Não se trata então de responsabilizar mais a esfera privada ou pública, mas ambas deveriam agir em conjunto para resolver a contenda.

Então, por exemplo, aquele público que vende, os vendedores ambulantes do Mineirão do passado, o quê que (sic) vamos fazer? Não é um problema nosso, é um problema social sério, muito sério, que precisa ser resolvido, né. (Entrevistado B)

Então, quer dizer, a gente tem que conversar com o Governo pra ver de que forma que a gente pode propor idéias, sugerir soluções pra esse pessoal. Talvez o caminho correto era (sic) a gente treinar, capacitar profissionalmente todos eles e botar eles exercendo funções dentro da estrutura do Mineirão. Aí, já num regime de trabalho formal, né, não mais na informalidade, como eles eram antes, carteira assinada, fundo de garantia, né. (Entrevistado B)

Então, capacitação profissional, capacitação profissional não só do barraqueiro, mas também da família dele, da esposa, dos filhos que já estiverem já em idade de trabalho, pra que eles também possam gerar renda pra a família, entendeu?! Eu acho que tem idéias, aí, muito boas de trabalhar essas questões. Agora, a participação popular no processo ela existe. Agora, as pessoas também têm que estar dispostas a participar. (Entrevistado B)

Podem-se recuperar as colocações de Valla (1998), segundo o qual alguns grupos são tidos como marginalizados devido à sua categoria socioeconômica, encontrando-se fora da sociedade. Esse postulado contribui para a formação da imagem de que a responsabilidade da exclusão é dos próprios grupos por suas deficiências de acesso aos produtos e serviços básicos e de que há a obrigação de integrá-los, instituindo incentivos para que estes possam acessar ao desenvolvimento socioeconômico. De acordo com o autor, esses grupos ininterruptamente estiveram contidos na sociedade, mas em condições de poder aquisitivo inferior em relação a outros grupos hegemônicos, por isso, a integração dos mesmos deve ser voltada para o equacionamento entre os grupos. Dessa forma, as ações propostas pelo entrevistado devem ir além do discurso, se concretizando e auxiliando para o nivelamento destes.

O entrevistado D, defende também que foram realizados convites a grupos e entidades da área cultural e social buscando aumentar a participação da população.

Na área cultural, a gente tá (sic) tentando iniciar esse trabalho também, chamando todos os envolvidos na área social, na área cultural, grupos de teatro, assim, né, tem várias entidades também que participam e que atuam num trabalho cultural. (Entrevistado D)

Em relação à participação popular na constituição do PEI, o entrevistado A relata, por exemplo, que o este foi aprovado nas instâncias apropriadas por representantes da população segundo a democracia.

[...] o projeto de Planejamento Integrado, ele foi apresentado na Assembléia. A Assembléia é um espaço que é participativo? Sim. Teve uma audiência pública por causa dele? Teve. O projeto, enquanto projeto, dentro do nosso orçamento, ele é discutido de aprovado pela Assembléia – PPA. Então, o que foi feito foi feito com participação, com representantes? Sim, segundo a democracia. (Entrevistado A)

Entretanto, de acordo com os preceitos teóricos de Avritzer (2007) apresentados sobre reputação e legitimidade, não basta que os representantes tenham sido escolhidos por meio de eleição, mas estes devem zelar pela advocacia de temas e pela representação da sociedade civil, de maneira a não se deslegitimar frente a seus eleitores.

Já no que diz respeito ao projeto do Mineirão, argumenta-se, a partir do relato abaixo, que os canais como o site e o fale conosco estiveram abertos continuamente, mas não ocorreu nenhum tipo de incentivo à participação por se acreditar que os torcedores dos clubes Mineiros, pela rivalidade ou paixão poderiam contribuir negativamente a construção do projeto. Ora, se são estes torcedores os que sempre utilizaram o equipamento esportivo, bem como deverão ser aqueles que o utilizarão após o megaevento, os mesmos deveriam ter sido ouvidos de forma significativa, pois poderiam trazer elementos baseados na cultura e na tradição do torcer, as quais correm o risco de serem sobrepujadas pela modernização, referida como o conformo e à melhora nos serviços pelo gestor. Além disso, a disponibilidade de site e do fale conosco não pode ser confundida com participação popular.

A gente sempre teve o site, ou seja, os portais, principalmente o do Mineirão sempre teve aberto e os fale conosco normal, ou seja, o canal existe. Se você perguntar: “Existe um grande fomento pra esse canal pra que todo mundo dê sua opinião?”. Não, a gente nunca fez nenhuma grande campanha, porque a gente também não julgou ser essa a melhor aplicação dos recursos públicos, uma vez, de novo, mistura vários tipos de sentimento. Nós estamos falando do futebol, cruzeirenses e atleticanos, por natureza, têm sentimentos opostos e vão sempre pensar na paixão. Então, instigar uma coisa muito mais participativa, com relação ao Mineirão, por exemplo, não é algo que ajude a construir. (Entrevistado A)

É defendida, também, a concepção de que não é interessante para a esfera pública a organização do megaevento de forma isolada, porque, por um lado, esta não conseguiria cumprir todas as demandas e, por outro, porque a população

precisaria sentir como se ela estivesse acolhendo o megaevento. Através da leitura dos fragmentos tem-se a impressão de que a população é utilizada para receber os turistas e visitantes criando-se no imaginário e/ou reforçando-se o mito de acolhedora e festeira.

A gente entende que tanto na África do Sul, quanto na Alemanha, diversas conversas que a gente teve com os organizadores desses dois países é que é impossível e não é interessante que o setor público faça sozinho. E não é interessante, não é interessante por vários motivos: primeiro que a gente não vai conseguir fazer tudo. Segundo que é importante que a população sinta que, na realidade, é (sic) eles que tão (sic) recebendo o evento. Não é um evento público, assim, no sentido da gestão pública, é um evento amplo pra população. (Entrevistado D)

[...] Então, eu acho que pra população vai ser muito interessante porque vai ser um momento em que Belo Horizonte vai tá (sic) recebendo (sic) pessoas de fora, né, acho que a gente não tem essa experiência, né?! E eu acho que nós, por natureza, somos acolhedores, a gente gosta de receber gente de fora, isso faz parte da nossa. (Entrevistado D)

[...] Eu acho que a nossa festa vai ser muito maior, porque a nossa população ela é festeira por natureza e ela adora futebol, né?! (Entrevistado D)

Além disso, alguns movimentos sociais têm sua legitimidade questionada, como se pode observar nos fragmentos abaixo. Assim como a questão da reputação e legitimidade dos representantes da população discutidas previamente, existe também a preocupação contrária, isto é, a consideração por parte dos gestores sobre a validade de demandas apresentadas por determinados movimentos sociais.

Então, aqui em BH a gente viu um movimento inicial do “Abre a Copa no Mineirão”, mas, que no fundo também, teve um ator político importante, que comprou essa bandeira por trás e hoje está no Ministério do Esporte, esse movimento inclusive já perdeu muita força. (Entrevistado A)

Tem o movimento do Metrô, mas também muito patrocinado por políticos interessados, de novo, legitimamente. E você tem ainda movimentos de minorias, daquela ideia de custo concentrado, benefício difuso; aqueles onde o custo é concentrado, eles vão se mobilizar. E, aí, tem alguns Movimentos de Atingidos pela Copa, que a gente também acha tem outros interesses que não só o dos atingidos, mas existem, são legítimos. Mas, de novo, onde aquilo, os custos são concentrados, porque ninguém se junta quando o benefício é difuso. (Entrevistado A)

Por último, através deste fragmento do entrevistado F pode-se refletir sobre como a participação popular poderia ocorrer no processo de organização e na realização da Copa do Mundo em Belo Horizonte.

O que pode... Eu não sei te (sic) dizer como é que poderia ser feito, ter um Comitê Popular da Copa do Mundo, eu não sei, não sei como é que poderia. Eu não consigo nem imaginar. Porque uma coisa, que quando a gente fala em ter participação popular não é tudo, obviamente, né?! Não existe, não existe uma participação... Não é que não existe. Existem modelos de participação popular plena. Mas não é o que a gente tem praticado no Brasil. Talvez, não sei se caberia numa cidade do tamanho de Belo Horizonte. (Entrevistado F)

Pôde-se perceber, através dos relatos e das análises apresentadas, que as concepções de participação popular não foram muito consistentes. Sendo assim, a discreta participação popular declarada nos projetos, ações e no PEI podem ser um reflexo desta condição.

Dessa forma, na tentativa de subsídios teóricos para reflexão do último fragmento pode-se ressaltar os pontos defendidos por Menecuci (2006). De acordo com a autora, as políticas sociais têm obtido resultados positivos quando integradas de maneira intersetorial e interinstitucional na elaboração, implantação e controle das mesmas. A intersetorialidade classificada como uma nova forma de tratar conflitos sociais, considerando o indivíduo como um todo e instituindo uma dinâmica de gestão para urbe, diferente daquela praticada de forma segmentada, aparece com um fator importante para o avanço das políticas sociais. É necessária ainda uma mutação de paradigma e de cultura dos gestores. Estes devem ter uma compreensão compartilhada das finalidades, objetivos, ações, indicadores e ações articuladas, para que suceda verdadeiramente uma construção coletiva, permitindo a participação da população, dinâmica que pode assegurar uma maior legitimidade e sustentabilidade em todo o processo de constituição de políticas sociais.

Nesta direção, assim como a intersetorialidade, a transversalidade pode se revelar em uma ferramenta muito útil colaborando para alcançar uma maior articulação e efetividade das ações governamentais, indo além das estruturas estatais engessadas e fornecendo uma visão holística sobre segmentos da

população que deveriam ser levados em consideração de forma prioritária nas decisões políticas.

Por último, no próximo subcapítulo serão analisadas as falas dos gestores no que diz respeito à quinta categoria de análise, que foi acrescentada às três que tinham sido definidas a priori, devido à recorrente menção aos termos impactos e legados e conceitos correlacionados.

4.5 Impactos e Legados

Inicialmente é importante destacar os depoimentos dos gestores em relação à indagação: A atual gestão do (a) Estado de Minas Gerais/Prefeitura de Belo Horizonte visa atingir algum objetivo para a cidade de Belo Horizonte através da organização e realização da Copa do Mundo de 2014?

O que chama atenção é que grande parte dos gestores vêem a realização da Copa do mundo com um negócio e uma oportunidade de promover a imagem da cidade como se pode perceber através da leitura dos relatos abaixo:

E, no fundo, o que a gente está buscando como grandes impactos dessa Copa do Mundo é a questão de visibilidade, ou seja, da imagem do estado e da geração de novos negócios, ou seja, alavancar a economia, e esse impacto então até em termos de PIB com a Copa do Mundo. (Entrevistado A)

Você tem uma atenção do mundo, que tá (sic) toda voltada pra cá, né. Os negócios são extremamente incrementados com a Copa do Mundo, a parte, a vida econômica de uma cidade, de um estado, de um país. A questão do esporte também ela fica bastante em evidência, né. Então, eu acho que tem um ganho técnico-esportivo também com a Copa do Mundo, ela deixa um legado. (Entrevistado B)

[...] Então, tudo isso, essa somatória é que faz pra mim a grande Copa do Mundo. Por isso que eu uso uma expressão e vou continuar usando: pra mim, Copa do Mundo não é um evento esportivo, é um grande negócio, é uma grande oportunidade para todos. E o negócio é cada vez explorar melhor isso. (Entrevistado E)

Você tá (sic) pensando num equipamento de 64 mil pessoas, como ele vai ser, 64 mil pessoas é o que vem de turista de negócio ao longo de talvez um ano, na cidade de Belo Horizonte. Você pode então, na medida em que você tem um grande evento, um grande clássico, um grande show, se você encher esse Mineirão de gente de fora, você tem, num dia, aquela movimentação de turistas e de serviço. E, aí, de novo, o impacto econômico

é fundamental. Copa é negócio, Mineirão é negócio, futebol é negócio. É paixão, sem dúvida, mas é fortemente um espaço de negócio. (Entrevistado A)

Friedmann (2005) defende o argumento de que o marketing urbano pode se configurar em um instrumento útil para o desenvolvimento das cidades, pois um posicionamento de marketing adequado e uma imagem positiva gerada agem como elementos facilitadores na atração de investimentos e no desenvolvimento econômico, cultural e social da cidade. O marketing urbano, de acordo com o autor, é importante para implementação de melhorias de uma determinada região, tendo com principais metas, tornar a cidade mais atraente e aquilatar um determinado local.

Nesta dinâmica, é essencial que a cidade evidencie os serviços que pode oferecer para aumentar seus ganhos, utilizando o marketing urbano como estratégia para maximizar o potencial da cidade, dos investidores e dos consumidores (clientes), sendo estes empresas ou pessoas (visitantes ou residentes).

Porém, a principal crítica à Friedmann é que este incorpora intrinsecamente ao processo uma concepção mercadológica à cidade, condicionando seu desenvolvimento ao atendimento das demandas do mercado. Isto fica claro na medida em que o autor trata os próprios cidadãos como clientes em suas conceituações.

Souza (2006) apresenta um contraponto afirmando que o marketing urbano pode contribuir positivamente para a cidade, desde que não seja utilizado para o mascaramento das demais problemáticas e vulnerabilidades presentes na urbe. O perigo, portanto, reside no aprisionamento a essa lógica de oferta e demanda do mercado.

Raeder (2010) por meio de proposições de Debord denomina esse processo de “espetacularização das cidades” afirmando que, no centro das relações entre o espetáculo e as dimensões da vida, localiza-se o consumo como resultado e

gerador do modo de produção vigente; sendo as cidades também impactadas por tal dinâmica.

Nesta direção, Vainer (2000b) equipara prefeitos e gestores a vendedores ambulantes, ao apontar que os mesmos encontram-se em contínuas negociações, transformando a própria cidade em mercadoria.

Desse modo, os megaeventos se tornaram uma grande oportunidade para que os gestores das cidades realizem intervenções urbanas e fortaleçam a imagem e a identidade da cidade. Além disso, servem para vestir legitimidade para que um restrito grupo promova modificações espaciais segundo seus interesses. (RAEDER, 2010)

Outro ponto citado pelos entrevistados é que a Copa consiste em uma oportunidade para antecipar as ações e recursos governamentais.

[...] Então, pra mim, a Copa do Mundo tá (sic) sendo um grande gancho, muito importante exatamente pra fazer com que nós os governantes, mesmo a iniciativa privada, que comecem a realizar as coisas que já deveriam ter sido começadas. (Entrevistado E)

- A Copa vai... A gente enxerga ela como uma grande oportunidade. E, aí, primeiramente uma oportunidade pra antecipar algumas das decisões, pra viabilizar recursos pra alguns dos projetos. (Entrevistado F)

Recuperando o discurso de Madruga (2008), o que explicaria o grande investimento do governo federal na realização de Megaeventos como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, e, portanto, a provisão de tais recursos do orçamento federal para outras áreas como educação e cultura, consiste no fato de que, dificilmente tal valor seria direcionado às mesmas, pois o governo utiliza-se de planos plurianuais, fundamentados nos interesses defendidos pelos atores políticos, que servem de subsídio para a formulação de políticas públicas e para o processo de tomada de decisões. Com a realização dos megaeventos, os recursos poderiam até ser alocados para estas áreas, no entanto, devido ao grande volume, seriam destinados a longo-prazo.

Sucessivamente os gestores relataram as dificuldades de realização da Copa Mundo no Brasil. O entrevistado A disse que as principais consistem na estrutura federativa, na estrutura de controle e na limitação de recursos.

Eu diria desafios. Eu acho que os principais são: essa, a nossa estrutura federativa, estrutura de controle. (Entrevistado A)

Ou seja, então, a gente tem um excesso de controle e não é à toa que a coisa mais difícil que tem hoje é fazer uma licitação. Fazer porque todo mundo fica muito apegado aos detalhes e perde a visão do todo. (Entrevistado A)

Existe muito o que controlar, em termos a gente tem os escândalos de corrupção e tudo mais. Mas acho que isso tem que de fato terminar, mas a gente vive um pêndulo, porque junto com a corrupção você trava; na busca de acabar com a corrupção você cria um engessamento muito grande da máquina. E dá uma autonomia muito grande a esse grupo de controle, é, ou seja, a esse grande número de órgãos de controle que fica sempre fora do timing da entrega e do fazer. Então, se a Copa do Mundo for esperar eles, com certeza, ela não acontece no Brasil. (Entrevistado A)

E, aí, eu acho então que, de novo, caindo, entrando no papel de gestor dentro dos governos subnacionais a grande dificuldade é fazer acontecer com um limite de recursos. E, aí, você tem que caminhar pra fazer muito em parceria e criar fórmulas novas de execução. E acho que é o que está sendo feito. E, de novo, nós vamos ter a copa possível, uma copa que vai ser um grande show. De novo, acho que o brasileiro nasceu pra essa questão de evento, a gente faz isso com uma naturalidade muito grande, de improviso. (Entrevistado A)

Essa questão de limitação de recursos pode ser relacionada com o estudo da Golden Goal (2010), mencionado no primeiro capítulo, que aponta para um sentido divergente ao afirmar que, cada vez mais, o custo da realização de um megaevento tem aumentado e, como consequência, também a parcela de investimento público. O estudo relata que, principalmente nos países em desenvolvimento, o endividamento é maior como ocorreu nos Jogos Olímpicos de Montreal no Canadá.

Nesta direção, os gestores D e F mostram que o controle e o limite de recursos podem influenciar no não cumprimento e/ou finalização de algum projeto.

Mas o que mais me preocupa, assim, é se a gente vai conseguir ter um benefício aquém ou superior do que a gente tem condição de ter, assim. E, realmente, o tempo tá (sic) passando. Nós instalamos o relógio dos mil dias, aquilo ali vai virar uma angústia geral pra quem tá (sic) trabalhando no evento porque cada dia a menos é um dia a menos. E cada dia a menos é uma obra que vai sendo menos possível de ser viabilizada, né?! É um projeto que beneficiaria a população, que não vai atender até o período da

Copa, porque não vai ser iniciado. Então, assim, essa corrida contra o quê que (sic) a gente pode conseguir alavancar e trazer investimento, utilizando a Copa como uma desculpa, entre aspas, né, é o que mais me preocupa hoje, assim. (Entrevistado D)

E outro dia me contaram que o estádio da Fonte Nova, que era pra ser o segundo maior do Brasil, foi inaugurado, bonitinho, em 1951. É o timing, né, não adiantou, nada, né?! Mas, impedir a realização da Copa, não existe a menor possibilidade. (Entrevistado F)

Por exemplo, agora, um bom exemplo é o Corredor da Pedro II. O quê que (sic) aconteceu na Pedro II, que é um corredor importante, Pedro II – Carlos Luz, pra atender o acesso ao Mineirão por um lado da cidade, pra criar essa alternativa. O projeto ficou mais caro do que o que estava previsto. Então, não ia caber no orçamento da Copa do Mundo. Então, houve uma decisão da prefeitura de adiar a implantação desse corredor. Então, talvez, provavelmente, não ficará pronto para a Copa do Mundo. Mas, para a Copa do Mundo, vai ter um serviço de prioridade para o transporte coletivo por esse, por essa área. (Entrevistado F)

Dessa forma, acredito que seja necessário que os mecanismos de controle e de liberação de recursos andem juntos, para não engessar as decisões tomadas, mas também não sejam ausentes em todo o processo, possibilitando o desvio de verbas e o gasto público excessivo.

As imposições e definições relacionadas à FIFA para com a Copa do Mundo do Brasil também foram relatadas como dificuldades pelo entrevistado C.

[...] O que nos assusta é justamente é (sic) as imposições, as diretrizes da FIFA, de quem não pode entrar na área do estádio, as questões de segurança com a presença de chefes de Estado, né?! Então, essas coisas é que, pra nós, é ainda, vamos dizer assim, um pouco estranhas, pela forma com (sic) que o evento exige. (Entrevistado C)

É justamente que não pode, né, só vai entrar na área do estádio quem tiver ingresso, né, não entra veículo particular. Tem que ter um tratamento especial pra família FIFA. Quem que é a família FIFA? São as delegações, arbitragem, convidados especiais, convidados Vips, autoridades que a FIFA convida . E aquelas pessoas que têm algum tipo de ingresso que ela autoriza, que quem tiver com um ingresso daquele pode ir com um grupo de quatro pessoas no veículo. Então, assim, tem esse tipo de tratamento, né?! (Entrevistado C)

[...] O que nós tamo (sic) tendo um pouco de dificuldade são as questões que a FIFA tem que nos passar, né?! Por exemplo, quais serão as seleções que virão jogar, aonde vai (sic) ser definidos os campos de treinamento, se vai ter algum centro de treinamento de seleções. Então, assim, essas definições a gente sabe que só vão acontecer lá pra 2012, final, meados de 2013 e tal. E, aí, isso nos, de certa forma, exige muito a nossa capacidade de visualizar, né, de estimar o quê que isso significa. (Entrevistado C)

O grande problema é que se passa a impressão de que os interesses da FIFA prevalecem em qualquer hipótese em relação aos interesses dos cidadãos belo-horizontinos, não se debatendo ou analisando o impacto dessas diretrizes e imposições para a cidade e para o país.

Consecutivamente, foi indagado aos gestores acerca das contribuições positivas e negativas que a realização da Copa do Mundo de 2014 poderá trazer para Belo Horizonte.

Em relação às positivas foram recorrentes alguns elementos, em consonância com Villano; Terra (2008), que declaram que os principais impactos gerados na cidade sede são de natureza econômica, social, de infraestrutura e de reestruturação da imagem da mesma.

O crescimento do turismo e a reconhecimento da imagem da cidade-sede, por exemplo, foram impactos citados pelos gestores, uma vez que acreditam que ocorrerá uma reestruturação da hotelaria e um fluxo maior de turistas, bem como a valorização da cidade e do país.

E Belo Horizonte é uma grande capital, uma grande cidade. E Minas Gerais é um grande estado, com suas belezas dignas de estar nessa imagem e, de novo, a imagem é só a primeira coisa que vai. Muito fluxo de turista, de negócios, de oportunidades de serviço é gigantesca. Fora isso, ficam todas as melhorias que não seriam possíveis sem a Copa do Mundo. (Entrevistado A)

Sem dizer, né, das melhorias que a gente consegue enxergar, que são mais palpáveis, né, que é a reforma, embelezamento da cidade, melhoria, aí, de asfalto, edifícios revigorados, né, recuperados. Enfim, né, é um evento muito interessante do ponto de vista de mostrar a cidade, né, pro mundo, né, o despertar. Foi o que eu falei, é o portal de passagem de uma cidade provinciana, pra uma cidade cosmopolita e tudo mais, né?! A gente aprender a conviver com muitos povos na rua, no dia-a-dia, rede hoteleira e por aí vai. (Entrevistado C)

[...] Pra Belo Horizonte eu acho que, sem dúvida, que é a porta de entrada, né, para o conhecimento, né?! (Entrevistado C)

Então, mobilidade, a parte de eventos, a parte de hotelaria também, melhor condição de hotelaria, o que isso também gera maior, maior condição de visitantes e de eventos. A reestruturação, a revitalização de várias áreas de Belo Horizonte. (Entrevistado D)

Esses pensamentos vão ao encontro da pesquisa realizada pela New Zealand Tourism Research Institute, citada por Tavares (2011), que assevera que os megaeventos são ocasiões privilegiadas para a promoção de ações voltadas para o turismo das cidades e regiões. Estão também em conformidade com Villano et al (2008) que afirmam que o país e as cidades sede terão uma projeção ampliada nacionalmente e internacionalmente, denominado por eles de legados de imagem. Porém, os mesmos autores alegam que esses legados só ocorrerão na medida em que o megaevento possua um planejamento consistente e responsável, o que pela análise feita até aqui não pode ser assegurado

Melhorias de infraestrutura e capacitação de mão-de-obra também foram citadas como possíveis contribuições positivas.

Olha, contribuição um: infraestrutura, né, mobilidade melhorada; melhoria de espaços de realização de eventos, o que pode causar maior giro econômico nesse aspecto de serviço, que é a nossa vocação, Belo Horizonte é uma cidade prestadora de serviços. (Entrevistado D)

Um outro legado que a gente vem discutindo, que é o uso do estacionamento do Mineirão, que tá sendo feito estacionamento lá, como bolsão de estacionamento integrado ao BRT. A gente ainda não garantiu isso como uma política que vá sobrar, mas pode acontecer. (Entrevistado F)

Eu acho que, com certeza, a gente vai ter um ganho em profissionalizar essa mão-de-obra nessa área, talvez em melhor condição tanto profissional, quanto até de idiomas, isso depende, na realidade do investimento da população em si, do interesse da população. (Entrevistado D)

O legado que isso pode trazer? Os investimentos. [...] Se você pegar em segurança pública, se você pegar saúde, recentemente foi inaugurado um heliponto lá no hospital, no pronto-socorro do João XXIII, aqui no Centro. Corpo de bombeiros tá se aparelhando com mais equipamentos e tal pra combater incêndio e catástrofe e não sei mais o quê. Polícia Militar também, treinamento, né?! O nosso próprio Plano de Operação de Transporte e Trânsito, né, olha um plano desse tamanho, né, dessa abrangência que a cidade ganha, né, pra poder enfrentar, né, questões de contingência, que possam acontecer na cidade. Então, nós estaremos muito mais preparados para prestar um serviço melhor para o cidadão. (Entrevistado C)

Neste sentido, podemos relacionar os relatos acima aos possíveis legados definidos por Villano et al (2008) como legados em si e legados de conhecimento. Os primeiros consistiriam nas intervenções e obras realizadas nos equipamentos esportivos, de segurança e tecnologia, bem como na criação de empregos

temporários, enquanto os últimos dizem respeito à transferência de conhecimento capaz de formar novos profissionais capacitados, gerar informações e incentivar a pesquisa e o desenvolvimento.

Além disso, esses dois legados também podem ser inseridos na discussão proposta por Poynter citado por Mazo et al (2008), remetendo os legados em si aos legados tangíveis, os quais poderiam ser mensurados economicamente e os legados de conhecimento aos legados intangíveis, os quais se relacionam com os impactos culturais que podem ser produzidos nas cidades e nos cidadãos.

Foram citadas ainda como contribuições positivas a sustentabilidade, políticas tarifárias e o transporte para o lazer como iniciativas governamentais que podem refletir na mudança do comportamento das pessoas.

O que eu acho que a gente ainda pode e, aí, é um desafio pra esses dois anos que faltam, é potencializar mais, que é aquilo que eu falei da Câmara Temática da Sustentabilidade, que eu falei a política tarifária. Tem outras ações que a gente pode implantar, aproveitando a Copa do Mundo, que fiquem como legado. Então, eu falei da política tarifária pro transporte de lazer, né, praticar política tarifária diferente. Então, por exemplo, na questão de bicicletas, uma das idéias que a gente tem é que os hotéis tenham bicicleta para emprestar pros (sic) seus hóspedes. (Entrevistado F)

Eu acho que a mudança de comportamento ela, ela pode acontecer, eu torço pra que ela aconteça em vários aspectos, na questão da amorização (sic) pela cidade da própria população. (Entrevistado D)

Todos estes impactos positivos relatados pelos gestores, caso venham a ocorrer, podem contribuir para um maior acesso de faixas da população que não são atingidas pelas políticas públicas como afirma Filgueira (2008). Dessa forma, é fundamental a participação de toda a sociedade para que os benefícios possam retornar à mesma. Também é necessário um comprometimento dos gestores para com suas decisões e ações políticas que visem à produção destes legados.

Já no que diz respeito às contribuições negativas que a realização da Copa do Mundo pode trazer para Belo Horizonte foram relatadas poucas questões por parte dos gestores. Os entrevistados A e D levantaram a possibilidade de ocorrer

algum fato como um atentado terrorista que pudesse gerar uma mídia e/ou imagem negativa para a cidade.

Se a gente fizer um trabalho mal feito, a imagem que é boa ela pode ser ruim. [...] Então, do mesmo jeito que a imagem pode ser uma imagem muito positiva, tanto por incapacidade nossa, quanto por tragédias, podem trazer imagens muito ruins para o mundo, do ponto de vista de um grande evento. Ou seja, você tem muita gente reunida, digamos que você tenha um atentado terrorista. Isso pode marcar como um grande legado negativo pra cidade. (Entrevistado A)

Agora, o que mais pode se fazer de negativo, se realmente acontecer alguma coisa pontual, que tem algum reflexo maior, é a imagem, né?! A gente tem que saber, realmente, bem receber. A gente tem que, realmente, ter a nossa população participando e querendo que todos se sintam bem recebidos em Belo Horizonte, pra que a gente não tenha nenhum tipo de mídia negativa. E, aí, tenha um efeito ao contrário assim, né?! Tudo o que a gente tá (sic) construindo pra ter de positivo (Entrevistado D)

O entrevistado B advertiu sobre a questão da sustentabilidade econômica pós Copa do Mundo, demonstrando preocupação com a manutenção dos serviços e do comércio da cidade caso não se tenha feito um bom planejamento capaz de assegurar a continuidade do fluxo de visitantes pós-megaevento.

O que pode ter de negativo, talvez vá ser, o que pode ser melhor ou pior nesse negativo a partir de um bom planejamento. É pensar no que fazer com o legado. E, depois da Copa, o quê que (sic) vira? O quê que (sic) acontece? Não vamos ter mais tanta gente na cidade, não vamos ter os turistas da Copa. Mas nós podemos ter outros turistas aqui que vão manter o nível de atividade que estava na época da Copa. É esse o planejamento que tem que se pensar, porque senão você vai ter desemprego em massa. Não é bom, né?! Por exemplo: acabou a Copa, cadê os ocupantes do hotel? Não tem. Cadê os ocupantes aqui de um monte de táxi? Não tem. Então, você começa a ter um prejuízo de algumas classes, começa a ter desemprego, reduz o nível de atividade, em alguns setores, o setor do comércio, principalmente vai sentir muito, né?! (Entrevistado B)

Nesta direção, o gestor F também demonstra ter uma apreensão em relação à velocidade em que o processo de organização da Copa do Mundo vem ocorrendo, o que pode contribuir para que algumas etapas do planejamento sejam saltadas ou omitidas, bem como seja realizado o excesso de gastos que possam gerar grandes dívidas para Belo Horizonte como ocorreu no Pan-Americano do Rio de Janeiro.

Agora, eu não consigo imaginar o quê que (sic) a Copa do Mundo pode deixar de negativo. Eu sei, por exemplo, que existem algumas críticas à Copa do Mundo, que é nos impactos das obras da Copa do Mundo. Como eu tô te (sic) falando, as obras, elas já estavam previstas,

independentemente da Copa do Mundo ou não, não é a Copa que tá (sic) causando isso. O que talvez a Copa esteja fazendo é acelerando isso. E, aí, talvez, atropelando um pouco, não dá tanto tempo pra cidade, ou não dá argumento pra você encontrar uma alternativa. Porque é a Copa do Mundo, você tem prazos, tem que fazer e, aí, acaba avançando um pouco mais rápido do que o normal. Eu acho que é uma crítica possível, é que esse processo tenha sido mais atropelado do que seria. (Entrevistado F)

Ah, desculpa (sic)! A não ser que seja dívida, que a gente gasta um dinheiro que a gente não tem, o que também não é o caso. Vamos pensar: quando o Rio de Janeiro fez o Pan-americano dizem que sobrou uma dívida imensa, né?! (Entrevistado F)

Por último, é importante relacionar estas últimas questões com as considerações realizadas por Teles (2008), na medida em que o autor afirma que a realização da Copa do Mundo pode produzir efeitos perversos, uma vez que os resultados positivos que ocorreram em alguns países são transferidos para outras localidades a partir de uma lógica absoluta sem questionamentos. No estudo realizado pela Golden Goal (2010) também é advertido que os impactos apresentados pelos gestores geralmente são tão positivos que acabam por servir de justificativa para decisões e investimentos governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender as concepções de Políticas Públicas de Esporte e Lazer e de Participação Popular presentes em três projetos do Planejamento Estratégico Integrado da Copa do Mundo de 2014 do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte e nos discursos de seus formuladores, bem como analisar as ações inscritas nestes projetos que incidirão nas vivências de esporte e lazer dos belo-horizontinos.

Como metodologia utilizada optou-se pela pesquisa documental e de campo de caráter qualitativo. Os documentos Planejamento Estratégico Integrado e os três projetos escolhidos para análise (Modernização do Mineirão, Estádios Alternativos e Mobilidade Urbana), foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Para pesquisa de campo foram entrevistados 6 gestores diretamente relacionados com os projetos, com o intuito de delinear os olhares dos mesmos, em relação ao objeto de estudo, bem como dar mais consistência e rigor à análise.

No primeiro capítulo foram apresentados alguns conceitos de megaeventos. Através destes, pôde-se perceber que os mesmos não estão estritamente relacionados ao esporte, mas também a elementos importantes como cultura, desenvolvimento urbano, interesses privados e públicos, mercado, mídia, infraestrutura, política, sociedade, significado internacional, dentre outros, por isso a necessidade do adjetivo esportivo.

Vimos também que os megaeventos esportivos têm ganhado cada vez mais importância devido à sua grande audiência em nível mundial, à aliança formada entre esportes-mídia-negócios e à percepção por parte dos gestores e governantes como uma grande oportunidade de promoção e desenvolvimento da cidade e/ou do país.

A partir de estudos e pesquisas da área, foram apresentados os possíveis impactos e legados positivos e/ou negativos que uma cidade ou país poderá sofrer/gerar ao sediar um evento deste porte e, especificamente com o objetivo de subsidiar as discussões e os debates, foram aprofundados os impactos urbanos (intervenções no espaço urbano, transporte e mobilidade urbana, equipamentos esportivos), por se acreditar que estes estão diretamente relacionados aos projetos escolhidos para análise.

No segundo capítulo pôde-se compreender que, para garantir a existência da sociedade, é necessário gestar em um nível adequado os conflitos que são gerados nas inter-relações entre esta e os indivíduos e entre os mesmos, as quais abrigam em seu centro uma disputa de poder.

Por meio das conceituações de política, políticas públicas, decisão política, pôde-se entender as diferenças entre cada conceito e as relações estabelecidas entre si, onde a política possui um caráter mais amplo e são utilizadas para gerenciar os conflitos sociais e relações de poder, enquanto as políticas públicas possuem uma natureza mais específica e buscam o equilíbrio social em uma determinada área ou política.

Ao se descrever os estágios de formulação das políticas públicas, o ambiente onde são constituídas, as redes, coalizões que são criadas e os atores que participam deste processo, pôde-se conhecer também como um determinado assunto se transforma em problema, que sucessivamente ascende à agenda política e, ao ser considerado politicamente relevante, fomenta a elaboração de uma ou mais ações governamentais e/ou políticas públicas.

A partir dos conceitos de políticas públicas de esporte e lazer, suas inter-relações entre o Estado, Sociedade Civil e esfera privada, assim como a trajetória em que estas políticas vêm sendo constituídas no Brasil, pôde-se perceber que estas ainda são práticas recentes e frágeis. Além disso, constatou-se que é fundamental que concepções de políticas públicas que envolvam o esporte e lazer não sejam tratadas de forma isolada das outras questões sociais e que todas as

partes envolvidas no processo em que o Estado ocupa uma posição fulcral, devem focar, considerar e respeitar as demandas reais das comunidades, as quais servem de base para a formulação de determinadas políticas públicas na tentativa de garantir eficiência e eficácia das mesmas.

Através do entendimento de concepção de participação popular e dos relatos do desenvolvimento desta no contexto sócio-político brasileiro a partir da década de 50, pôde-se compreender o papel das instituições sociais (Estado, Sociedade Civil, Empresas) no incentivo e na criação de espaços e canais de diálogo, na integração intersetorial e interinstitucional e na adequada e legítima representação política em um ambiente de pluralidade.

No terceiro capítulo foram analisados o PEI e os três projetos escolhidos para análise. A partir da análise do PEI verificou-se que o mesmo não mencionava os termos ou conceitos relacionados às concepções de políticas públicas de esporte e lazer e de participação popular, não fazendo referência também a quais atores participaram de seu processo de formulação. Pode-se intuir, também por meio da leitura e análise do documento, que este foi constituído levando em consideração o turista, as expectativas dos torcedores e as imposições/requerimentos da FIFA e que o grupo Executivo centraliza todas as decisões.

Ao se analisar os projetos “Modernização do Mineirão” e “Estádios Alternativos”, verificou-se que serão empreendidas várias modificações que poderão influenciar/modificar nas vivências de esporte e lazer da população belo-horizontina nestes espaços e no entorno.

Com base na análise do projeto “Mobilidade Urbana” constatou-se que várias obras e intervenções serão realizadas visando a Copa do Mundo, porém que em sua grande maioria ficarão restritas às áreas próximas ao estádio e centrais e no percurso entre as mesmas.

No quarto capítulo foram analisadas as falas dos gestores no que diz respeito às quatro categorias de análise. No que diz respeito às vivências de esporte e lazer,

pôde-se perceber, pelos discursos dos gestores, que várias modificações foram propostas a partir de uma lógica mercadológica, onde cada vez mais o cidadão e o torcedor cedem lugar para a condição/ relação cliente consumo. Dessa forma, a cidade se transforma cada vez mais em uma cidade espetáculo, privatizando o esporte e o lazer como mercadorias e serviços, fato que pode ser verificado pela dependência em relação à iniciativa privada para que as ações sociais para Copa do Mundo sejam colocadas em prática.

No que se refere às concepções de políticas de esporte e lazer constatou-se que alguns gestores possuem concepções tangenciais e superficiais, não tendo claro a sua importância e a sua relação com a organização da Copa do Mundo de 2014, bem como acreditando que não é papel do Estado prover lazer à sociedade. Além disso, não possuem uma ideia clara da concepção de lazer, bem como possuem uma visão sobre do esporte vinculada ao mercado e/ou relacionada ao assistencialismo, sendo indicado para situações de vulnerabilidades sociais.

É importante ressaltar, porém, que algumas iniciativas propostas por alguns gestores, caso se tornem realidade como a criação de ciclovias como opção de transporte e lazer pode-se configurar em um importante benefício para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos belo-horizontinos e de sustentabilidade ambiental.

Sobre a concepção de participação popular pode-se compreender também que alguns gestores possuem uma concepção muito superficial e ampla, não entendendo seu caráter central e importância no processo de construção dos projetos elaborados visando à realização da Copa do Mundo na capital Mineira. Também não fica claro, a partir dos depoimentos, se a participação popular ocorreu efetivamente, em que parte do processo e se esta deveria, de fato, ocorrer, pois as afirmações dos gestores são conflitivas sobre a questão.

Em relação aos impactos e legados relatados pelos gestores pode se ressaltar que a grande maioria enxerga a realização do megaevento como um “negócio” e uma oportunidade de antecipar decisões e recursos governamentais, de

aumentar o fluxo de turistas e de promover a imagem da cidade. Dessa forma, os principais legados consistiriam naqueles econômicos, de infraestrutura e de capacitação dos cidadãos que trabalharão no megaevento. Quanto aos legados negativos, poucas questões foram ressaltadas pelos gestores, sendo mencionada apenas uma preocupação maior com a uma possível imagem negativa, um possível excesso de gastos como ocorreu no Pan-americano do Rio de Janeiro e no atropelamento do processo de organização como um todo.

Por último, devem-se ressaltar as limitações desse estudo, na medida em que o mesmo não pode ser generalizado para todas as áreas que envolvam políticas públicas de esporte e lazer e participação popular, pois se restringiu aos documentos e às entrevistas com os gestores diretamente relacionados com os três projetos escolhidos para análise. Essa pesquisa também não visa esgotar o assunto, servindo de subsídio para que sejam empreendidas novas investigações.

No entanto a presente pesquisa traz importantes contribuições para que possamos pensar o papel da população e dos gestores na construção das políticas públicas de esporte e lazer e da importância do diálogo/participação contínuo entre as partes, os impactos e legados que a realização da Copa do Mundo pode produzir para a cidade de Belo Horizonte, as ações governamentais previstas que poderão alterar/modificar as vivências de esporte e lazer dos cidadãos, bem como a possibilidade de perceber tais questões sob um viés incomum de ser encontrado na literatura, o dos gestores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, 2007, v.50, n.3, p.443-464.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAQUERO, MARCELLO. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**. 2001, v.15, n.4, . 98-104. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400011>>. Acesso em 08/08/2011

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF. Senado, 1998

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. 5.ed. RJ: Editora Francisco Alves, 1991.

BELO HORIZONTE. Empresa de transportes e trânsito de Belo Horizonte. Prefeitura de Belo Horizonte. BH Notícias. Planejamento estratégico integrado para a Copa de 2014. Disponível em: <<http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Imprensa/Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%20Copa%202014>>. Acesso em: 28 nov.2010.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Mobilidade em Belo Horizonte – Copa 2014**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte. 2010. 36 slides. Color. Acompanha texto.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Corredores de BRT em implantação**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte. 107 slides. Color. Acompanha texto

BELO HORIZONTE. BHTRANS. Projeto sustentador: Copa 2014. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal. 8 slides. Color. Acompanha texto.

CICONELLO, Alexandre. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. 2008. Disponível em:

<http://www.oxfam.org.uk/resources/downloads/FP2P/FP2P_Brazil_Social_participation_as_democracy_CS_PORTUGUESE.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2011.

COPAC – Comitê dos atingidos pela Copa 2014. Disponível em <http://atingidoscopa2014.wordpress.com/about/>.. Acesso em 10 ago.2011.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo, Perspectiva, 1976.

ELIAS, Nibert; DUNNING, Erich. **Memória e sociedade**: a busca da excitação. Lisboa: 1992.

FILGUEIRA, Julio Cesar Monzú. Importância dos legados de megaeventos esportivos para a política nacional do esporte: cidade, cidadania e direitos dos cidadãos. In: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L.M.; DACOSTA, L. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 65-74.

FREY, Klaus, Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas públicas**, n.21, 2000. Brasília: IPEA. p. 211-259

FRIEDMANN, Reinhard. Marketing estratégico de cidades. **Abaco**. n.44-45, Gijón-2005.

GOHN, Maria Da Glória. **Cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil. Motivivência**. Florianópolis, ano XI, v. 14, p.15-32. Maio 2001.

GOLDEN GOAL. **Calculando o impacto econômico de mega-eventos esportivos**
Disponível em:
<http://www.goldengoal.com.br/br/downloads/Retorno_Jogos_Olimpicos.pdf>.
Acesso em 23 set.2010.

GOMES, Christianne Luce.(org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Christiane Luce. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. 2. Ed. Ver. e ampl- belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HORNE, J; MANZENREITER, W. An introduction to the sociology of sports megaevents. *In*: HORNE, J; MANZENREITER, W. (Ed.). **Sports Mega-Events: SocialScientific Analyses of a Global Phenomenon**. (Special Issue: The Sociological Review Monograph Series) v. 54, Issue Supplement s2, December 2006. p. 1-24.

LAHERA, Eugenio Parada. Política y políticas públicas. *In*: Saravia, Enrique; Ferrarezi, Elisabete. (Org.). **Políticas públicas**. Coletânea. v. 1, Brasília: ENAP, 2006, p. 67-96.

LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. *In*: MARCELINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 31-56.

MADRUGA, Djan. Megaeventos esportivos como gestão de custos oportunidade. *In*: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L.M.; DACOSTA, L. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 59-64.

MARANHÃO, Tatiana Amorim; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Participação no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos. *In*: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.). **Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira**, São Paulo: Instituto Pólis. p.109-119.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores associados, 1996

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. *In*: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associado, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: Uma introdução**. 4 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2006

MARCELLINO, Nelson; BARBOSA, Felipe; MARIANO, Stéphanie. Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental. *Licere*, Belo Horizonte, v.1, n.3, dez.2007

MAZO, Janice Zarpellon; ROLIM, Luis Henrique; PEREIRA DaCOSTA, Lamartine. Em Busca de uma Definição de Legado na Perspectiva de Megaeventos Olímpicos. *IN PEREIRA DA COSTA, Lamartine e Outros (Editores)*. **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 119-121

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de lazer: questões analíticas e desafios político. In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES, Meily (Orgs.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.136-164.

MENICUCCI, Telma. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES, Meily (ORG). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.179-202.

MENICUCCI, Telma. **Gestão de políticas públicas: estratégias para construção de uma agenda**. CONGRESO NACIONAL DE RECREACIÓN COLDEPORTES / FUNLIBRE. 4, 2006, Bogotá. Anais...Bogotá: FUNLIBRE,2006. Disponível em: <http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/TMenicucci.html#Uso_apropiado_del_documento>. Acesso em 17 out. 2011.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cad. Saúde Pública**. 1993, vol.9, n.3, p. 237-248

MINAS GERAIS. **Decreto Nº 45.345**, DE 19 DE ABRIL DE 2010. Altera o Decreto n.º 45.112, de 2 de junho de 2009, que cria o Núcleo de Gestão do Projeto Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014 e dá outras providências

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45112**, de 03 de junho de 2009. Cria o Núcleo de Gestão do Projeto Copa das Jornal Minas Gerais, Confederações de 2013 e dá outras providências.

MINAS GERAIS; BELO HORIZONTE. Programa Estado Para Resultados – ERP. Brasil (MG). **Planejamento estratégico integrado: Projeto Copa 2014. Governo de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://www.estadoparare resultados.mg.gov.br/dmdocuments/Planejamento_Estrat%C3%A9gico_Integrado_Projeto_Copa_2014.pdf>. Acesso em: 28 Nov.2010.

MINAS GERAIS. Portal Oficial do Governo de Minas Gerais. **Programa Estado para Resultados – EPR**. Brasil (MG). Disponível em: <<http://www.estadoparare resultados.mg.gov.br/index.php/conheca/copa-2014>>. Acesso em: 28 Nov.2010.

MINAS GERAIS. Secretaria Extraordinária para a copa do mundo. Disponível em: <<http://www.novomineirao.mg.gov.br/noticia.php>> . Acesso em: 15 out.2011

MODESTO, Paulo. **Participação popular na administração pública: mecanismos de operacionalização**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 54, 1 fev. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2586>>. Acesso em: 1 dez. 2010.

MODESTO, Paulo. Direito e poder político, estado e direito: o problema da legitimidade. In: **Revista dos Tribunais (RT)**, São Paulo, ano 84, v. 7. 11 jan., p. 57-62, 1995.

MOLINA NETO, Vicente; TRIVINOS, Augusto N. Silva. **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Mariana. Depois de sp, trem e metrô devem subir em bh, recife e teresina. O globo. São Paulo, 23 fev. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1500561-5598,00.html>>. Acesso em: 25 fev. 2010

OLIVEIRA et all. Um estudo de caso na concessão administrativa para a modernização 'do complexo do Mineirão' no contexto da copa de 2014. CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 4, 2011, CONSAD: Brasília, 2011.

PIRES, G.L.; GONÇALVES, A. **Cultura Esportiva e Mídia – abordagem crítico emancipatória à partir da Educação Física**. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (CONBRACE), 12, 2001, Caxambu. *Anais...* Campinas: CBCE, 2001.

RAEDER, Sávio. **Jogos e cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos**. 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social. Brasília: Ministério do Esporte, 2010

REZENDE, Cláudia. **BH se prepara para o Mundial**. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br>>. Acesso em: 10 jun.2009.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria I. V. de (Orgs.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 231-260.

RUBIO, Kátia. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. São Paulo, **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, v. 16, n.2: p.130-43, jul./dez. 2002. Disponível em <www.usp.br/eef/rpef/v16n22002/v16n2p130.pd>. Acesso em 03 mar. 2011.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: Saraiva, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Org.). **Políticas públicas**. Coletânea. v. 1, Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42.

SEBRAE. **Políticas Públicas**. Conceitos e Práticas. v. 7. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008 (Políticas Públicas).

SEBRAE. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson. Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: SEBRAE, 2008. (Políticas Públicas).

SOUZA, Marcelo. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TAVARES, Otávio. Megaeventos Esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 11-35, jul/set de 2011.

TELLES, Fernando. Legado de Megaeventos Esportivos Sustentáveis: a importância das instalações esportivas. In: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L.M.; DACOSTA, L. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 107-116.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAINER; Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000a

VAINER; Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER; Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 105-119.

VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 14 (sup. 2): p.7-18, 1998

VASCONCELOS, Douglas Wanderley. **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008;

VILLANO, Bernardo; TERRA, Rodrigo. Definindo a temática de legados de megaevento esportivos. In: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L.M.; DACOSTA, L. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 103-106.

VILLANO, B. et al. Seminário legados de Megaeventos esportivos: pontos de convergência. In: DaCOSTA, L. P. et al. (Ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 47-50.

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Termo de esclarecimento relativo à pesquisa de mestrado do pesquisador Carlos Eduardo D. Munaier Lages

E-mail: cadu_lages@yahoo.com.br Website: <http://gefut.wordpress.com>

Telefone de contato: (31) 3372-0702 Celular: (31) 8866-8443

Comitê de Ética em Pesquisa – UFMG – Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 –
Unidade Administrativa II –

2º andar – Sala 2005 – CEP: 31270 – 901 BH – MG Telefax: (31) 34094592 – E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Prezado(a) gestor(a), você está sendo convidado à participar da pesquisa de mestrado intitulada “A Copa de 2014 na capital mineira e relações com políticas públicas de esporte e lazer – estudo a partir de projetos que compõem o Planejamento Estratégico Integrado do Estado de Minas Gerais e da prefeitura de Belo Horizonte” do pesquisador Carlos Eduardo Dias Munaier Lages, orientado pelo Profº Drº Sílvio Ricardo da Silva, da Universidade Federal de Minas Gerais. O estudo tem como principal benefício subsidiar a elaboração de políticas públicas de esporte e lazer e áreas correlatas. A sua contribuição consiste em responder a uma entrevista com quinze (15) perguntas relativas às temáticas da pesquisa. Esta entrevista será gravada em um gravador digital, terá duração aproximada de 40 minutos e posteriormente será transcrita para utilização na dissertação do referido pesquisador. Cabe ressaltar que a qualquer momento você poderá desistir de participar por qualquer motivo, sem nenhum ônus. É importante informar que a participação na pesquisa é totalmente voluntária não cabendo nenhum tipo de

remuneração. Todos os dados aqui coletados serão utilizados somente para fins desta pesquisa. Coloco-me a disposição para quaisquer dúvidas que surjam sobre a pesquisa e agradeço a contribuição.

Diante de tais esclarecimentos eu _____
me proponho a participar como entrevistado da presente pesquisa.

Data: ___ / ___ / ___

Assinatura do entrevistado: _____.

Assinatura do pesquisador: _____.

ANEXO 2 - ROTEIRO ENTREVISTA 1

- 1) Qual a sua função/cargo designado na realização da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte?
- 2) Qual a sua formação educacional?
- 3) A atual gestão do(a) Estado de Minas Gerais/Prefeitura de Belo Horizonte visa atingir algum objetivo para a cidade de Belo Horizonte através da organização e realização da Copa do Mundo de 2014? Se sim, qual(is)?
- 4) Em qual(quais) projeto(s) do Planejamento Estratégico você está operando e/ou é responsável?
- 5) Quais as ações estão previstas para serem realizadas no(s) projeto(s) em que você está atuando?
- 6) Qual dessas ações poderá ter impacto nas vivências de esporte e lazer da população Belo Horizontina? E de que forma?
- 7) Existe alguma dificuldade para a realização da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte? Se sim, qual?
- 8) Em sua opinião, em quais as áreas o(s) projeto(s) poderá ter impacto? (Cultural, Econômico, Político, Educacional, Social, etc)
- 9) Visando a preparação para o mundial, está prevista alguma ação/atividade para/com a população belo-horizontina em relação à Copa do Mundo?
- 10) Em sua opinião, é importante que exista uma concepção de políticas públicas na organização e realização de megaeventos?
- 11) Qual a sua concepção de políticas públicas de esporte e lazer?
- 12) Houve participação popular na elaboração/constituição do(s) projeto(s)? Está prevista participação popular em algum momento da realização da Copa do Mundo em Belo Horizonte e/ou no período anterior ou posterior ao megaevento?
- 13) Qual a sua concepção de participação popular?
- 14) De que forma a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, poderá contribuir para a cidade de Belo Horizonte e seus habitantes?
- 15) A realização da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte poderá produzir contribuições negativas para a cidade e seus habitantes. Se sim, quais?

ANEXO 3 - CARTA DE ANUÊNCIA DA UFMG À PREFEITURA DE BELO HORIZONTE.



À PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

25 de NOVEMBRO de 2011

Venho, através deste, dar anuência á instituição da realização do projeto de dissertação de mestrado de Carlos Eduardo Dias Munaier Lages, sob a orientação do Prof. Dr. Sílvio Ricardo da Silva. O presente projeto faz parte da linha de Lazer, Cidade e Grupos Sociais do Mestrado em Lazer-Interdisciplinar da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

O projeto se intitula “A Copa de 2014 na capital mineira e relações com as políticas públicas de esporte e lazer – estudo a partir de projetos que compõem o planejamento estratégico integrado do Estado de Minas Gerais e da prefeitura de Belo Horizonte”. Para tanto, serão estudados 3 projetos deste planejamento para a Copa de 2014 e será proposto a um formulador e a um implementador de cada projeto vinculados à instituição que participe da pesquisa através de entrevista formulada pelo pesquisador. A contribuição destes consiste em responder a uma entrevista com quinze (15) perguntas relativas às temáticas da pesquisa. Esta entrevista será gravada em um gravador digital, e terá duração aproximada de 40 minutos e posteriormente será transcrita para utilização na dissertação do referido pesquisador. Cabe ressaltar que a qualquer momento os mesmos poderão desistir de participar por qualquer motivo, sem nenhum ônus. É importante informar que a participação na pesquisa é totalmente voluntária não cabendo nenhum tipo de

remuneração. Todos os dados aqui coletados serão utilizados somente para fins desta pesquisa.

O estudo tem como principal benefício subsidiar a elaboração de políticas públicas de esporte e lazer e áreas correlatas, por isso acredito que a pesquisa poderá produzir importantes contribuições para a instituição e para a população belo-horizontina. Coloco-me a disposição para quaisquer dúvidas que surjam sobre a pesquisa e desde já agradeço a contribuição.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva
(orientador)

Carlos Eduardo D. M. Lages
(orientando)

ANEXO 4 - CARTA DE ANUÊNCIA DA UFMG AO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



AO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

25 de NOVEMBRO de 2011

Venho, através deste, dar anuência á instituição da realização do projeto de dissertação de mestrado de Carlos Eduardo Dias Munaier Lages, sob a orientação do Prof. Dr. Sílvio Ricardo da Silva. O presente projeto faz parte da linha de Lazer, Cidade e Grupos Sociais do Mestrado em Lazer-Interdisciplinar da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

O projeto se intitula “A Copa de 2014 na capital mineira e relações com as políticas públicas de esporte e lazer – estudo a partir de projetos que compõem o planejamento estratégico integrado do Estado de Minas Gerais e da prefeitura de Belo Horizonte”. Para tanto, serão estudados 3 projetos deste planejamento para a Copa de 2014 e será proposto a um formulador e a um implementador de cada projeto vinculados à instituição que participe da pesquisa através de entrevista formulada pelo pesquisador. A contribuição destes consiste em responder a uma entrevista com quinze (15) perguntas relativas às temáticas da pesquisa. Esta entrevista será gravada em um gravador digital, e terá duração aproximada de 40 minutos e posteriormente será transcrita para utilização na dissertação do referido pesquisador. Cabe ressaltar que a qualquer momento os mesmos poderão desistir de participar por qualquer motivo, sem nenhum ônus. É importante informar que a participação na pesquisa é totalmente voluntária não cabendo nenhum tipo de

remuneração. Todos os dados aqui coletados serão utilizados somente para fins desta pesquisa.

O estudo tem como principal benefício subsidiar a elaboração de políticas públicas de esporte e lazer e áreas correlatas, por isso acredito que a pesquisa poderá produzir importantes contribuições para a instituição e para a população belo-horizontina. Coloco-me a disposição para quaisquer dúvidas que surjam sobre a pesquisa e desde já agradeço a contribuição.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva
(orientador)

Carlos Eduardo D. M. Lages
(orientando)

5 QUADROS DE ENTREVISTAS

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

Quadro 1: Perfil dos entrevistados						
Entrevistado	Sexo	Formação Educacional	Experiência Profissional	Experiência na área de esporte e lazer	Função/Cargo	Projetos do PEI que atua
A	Masculino	Graduação em Administração Pública na Fundação João Pinheiro Graduação em Ciências Econômicas na PUC Minas	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Programa Estado pra Resultados Agenda de Melhorias	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Gerente do programa Copa 2014/ Chefe de gabinete da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo	Mineirão e Estádios Alternativos
B	Masculino	Graduação em Engenharia Civil na Universidade Federal de Juiz de Fora	Concessionária Rio-Juiz de Fora, da Concer.	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Diretor-presidente da Minas Arena	Mineirão
C	Masculino	Graduação em Engenharia Civil	Secretaria do Transporte - Pára de Minas Sindicato do Transporte de Passageiros BHTrans	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Coordenador do Planejamento da Operação da Mobilidade pra Copa.	Mobilidade Urbana
D	Feminino	Graduação em Administração Pós Graduação em Finanças	Samir Samarco Vale do Rio Doce	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Gerente do Projeto Sustentador da Copa Gerente-geral	Todos escolhidos para análise
E	Masculino	Mestre em Economia Internacional pela Universidade de Boston Especialização em Administração de Empresas pela Universidade de Michigan Gerenciamento Executivo pela Universidade Columbia e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.	Cargil Ligth Bunge Cemig Codemig BDMG	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Secretário Extraordinário da Copa do Mundo	Todos escolhidos para análise
F	Masculino	Graduação em Engenharia Civil	BHTrans	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Gerente de Coordenação de Mobilidade Urbana	Mobilidade Urbana

Quadro 2: Ações que podem influenciar as vivências de esporte e lazer dos Belohorizontinos

Quadro 2: Ações que podem influenciar as vivências de esporte e lazer dos Belohorizontinos			
Entrevistado	Quais as ações estão previstas para serem realizadas no(s) projeto(s) em que você está atuando?	Quais dessas ações poderá ter impacto nas vivências de esporte e lazer da população Belo Horizontina? E de que forma?	Visando a preparação para o mundial, está prevista alguma ação/atividade para/com a população belo-horizontina em relação à Copa do Mundo?
A	<p>- No Mineirão, ele tá (sic) em obra, então, nós temos hoje a grande ação que é obra.</p> <p>- Além disso, a gente tá (sic) fazendo a ação de criação do Museu de Futebol, que vai ser hospedado no Mineirão, que é a idéia de ter a política pública de cultura colocada nisso.</p> <p>- O Mineirinho praticamente foi reconstruído, mesmo. A única coisa que permaneceu foi a antiga estrutura do vestiário. O Mineirão também, ou seja, a única coisa que ficou em pé foi o anel de concreto e o resto todo foi remodelado.</p> <p>- No Independência, nós estamos falando... Em ambos os casos, modernização é criar um patamar novo de arenas multiuso. Ou seja, nós estamos acostumados em BH a não ter esse tipo de equipamento. Nossos equipamentos são absolutamente obsoletos do ponto de vista de conforto, segurança, nível dos serviços prestados.</p> <p>- Então, a questão que é uma exigência da FIFA para o Mineirão e que foi rebatida em alguma medida para o Independência, nesse projeto de modernização, é criar um novo conceito de arena multiuso, um novo conceito de arena de futebol, que vai trazer com isso um novo conceito do negócio futebol, na medida em que você vai ter maior nível de conforto pro cliente, pro torcedor, que deixa de ser um mero torcedor e passa a ser um cliente. Porque ele vai ter todo um serviço de camarote, de cadeiras, de bares com exclusividade, de marketing esportivo que ganha um equipamento que ele vai ser muito mais explorado que no equipamento antigo. Fora que vai ser um equipamento que não vai ser só para práticas esportivas, é para shows, pequenos eventos, grandes eventos.</p>	<p>- De novo, eu acho que é mudar um paradigma de torcedor. Hoje, quando o Mineirão tava (sic) aberto, é unânime a pergunta de: "quem já foi ao Mineirão?" – todos levantam a mão. "Quem gostou do serviço que teve no Mineirão?" – todos abaixam a mão. Ou seja, os serviços prestados nesses equipamentos eram muito aquém da demanda.</p> <p>- E o que acontece é que você sem esses equipamentos apropriados, você tava (sic) tirando o prazer de uma parcela da sociedade de ir ao estádio. Ela preferia ficar vendo o jogo em casa, pelo pay-per-view, que isso pra ela era mais valor do que ir ao estádio. Então, eu acho que essa mudança, ela permite uma mudança de hábitos.</p> <p>- Então, você pode ter o retorno de famílias ao Mineirão. O Mineirão não tinha segurança e o nível de conforto pra você levar um filho, uma mulher e tudo mais com tranquilidade.</p> <p>- E você pode mudar esse conceito, ou seja, a idéia de camarote ela cresce. E quando você olha a experiência no mundo, seja Europa, seja Estados Unidos -, você vê que isso é um paradigma que funciona muito bem lá fora. E cada vez mais nosso nível de renda vai chegar a um patamar em que a gente tem uma nova oportunidade de um novo negócio, em que você não vai não só pra ver o jogo. Você vai almoçar, fica lá, usa aquele espaço, acontece o jogo e você tem um momento de lazer ali, com jogo ou sem jogo. Então, acho que essa é a grande mudança.</p> <p>- Sim, porque eu acho que nós temos uma questão de cultura. Ou seja, a questão de torcida organizada é uma questão um tanto quanto polêmica. Eu acho que eles têm o direito de se organizar enquanto torcedores, mas não de virar um grupo sem lei, que fica ativando violência e coisas do tipo, porque, de novo espanta o negócio. A questão de predação de um ativo não é, de novo, tolerável. E isso vai ter que ser obviamente aculturado, criar-se a cultura de valorização daquele ativo. Então, você vai ter uma segurança patrimonial muito maior do que você já tinha antes, a exemplo do que é um shopping. Você não vê num shopping uma torcida organizada invadindo e fazendo um quebra-quebra.</p> <p>- Isso não quer dizer que a gente vai elitizar o futebol. Acho que o futebol continua sendo um esporte muito democrático a que vai ter acesso esses torcedores das classes C e D, mas</p>	<p>- Então, quando eu falo da questão da mudança cultural da torcida com aquele equipamento, a maior preocupação disso é do parceiro privado que tá (sic) lá hoje. Porque é a ele que cabe fazer a manutenção e fazer a exploração daquele equipamento. Então, eu acho que, sem dúvida nenhuma, essas campanhas vão ocorrer tanto no sentido de valorizar e as pessoas terem orgulho de Minas na Copa. E, aí, talvez uma ação mais nossa, de indução mais nossa, mas também da importância do Mineirão na cidade, no Estado, que é uma campanha que tem todo o interesse do parceiro privado que hoje tem o Mineirão como um ativo, um negócio. E, aí, ele vai fazer outra campanha sobre segurança, sobre promover os shows e eventos e ter uma casa lotada, que isso é valor pra ele.</p>

		<p>num novo patamar de cultura. Então, com certeza, o hábito de torcer vai ser diferente. Vai ser mais civilizado, em alguma medida, de novo, você tem a questão das cadeiras, que elas entram no lugar da antiga arquibancada geral, você deixa de ter isso, isso também traz uma civilidade maior. Porque antes onde você poderia ter uma pessoa você tinha cinco pessoas ocupando aquele mesmo espaço. Isso não é nada civilizado, voltando àquela questão de segurança, serviço e nível de conforto.</p>	
B	<p>- Hoje, a obra consiste na construção de um novo lance de arquibancadas inferiores. Aquele lance todo superior tá (sic) sendo mantido; a fachada tá (sic) sendo mantida por conta da, é uma fachada tombada pelo Patrimônio Histórico. Então, nós estamos mantendo a fachada, mantendo o anel superior, mantendo a cobertura da arquibancada, aquela cobertura vai ser prolongada em mais 26 metros. Então, nós vamos, vai se fechar um pouco aquele vão do ball da cobertura lá em cima, vai ser um pouco mais fechado. [...] Com o rebaixamento do campo 3,5 metros, você consegue, então, encaixar mais um elemento que não tinha no Mineirão. O Mineirão não tinha um pavimento de camarotes. Então, esses camarotes vão ficar imediatamente abaixo do anel superior, entre o anel superior e o anel inferior. [...] Então, basicamente está se mantendo uma estrutura de anel superior internamente e construindo um novo anel inferior com camarotes, restaurantes, bares, novas lanchonetes, novos bares, novos sanitários.</p> <p>- E, na parte externa do Mineirão, está se construindo uma grande esplanada, que é uma grande laje, em torno de 80mil metros quadrados, que vai abraçar todo o estádio, ou seja, debaixo dessa laje você vai ter estacionamento, vai ter lojas, vai ter acesso ao estádio, enfim. E, por cima dessa laje, o público vai poder acessar, em dias de jogos, o estádio também. Então, vai ficar uma estrutura que deixa um pouco de ser um estádio e passa a ser um complexo multiuso, né. Porque nessa parte externa, nessa esplanada é possível você realizar vários eventos também.</p> <p>- Ela é livre acesso, vai ser um acesso semipúblico, porque vai ter portões de acesso a essa área, nós não podemos deixar aberto todo dia, a noite toda, não dá. Mas a gente pretende, em alguns momentos, tipo nos sábados, domingos, abrir, então, pra uso da comunidade também, significando, como eu falei, um espaço multiuso. Significando também essa área semipública uma opção de entretenimento pra comunidade da Pampulha.</p>	<p>- Eu acho que sim. Eu acho a idéia é aumentar a frequência das pessoas. As pessoas se sentirem mais motivadas a ir ao estádio. Entender que, lá, agora, ele tem um equipamento de melhor qualidade, mais conforto, mais segurança, né. E, com isso, eles possam participar. E estando lá dentro também você tenha outras atividades a serem feitas que não somente o futebol.</p> <p>- A presença do restaurante, nós vamos ter um restaurante de 1.600 metros quadrados. Isso é um baita restaurante, isso, aí, as pessoas podem, por exemplo, resolver ir almoçar no estádio, ficar pro(sic) jogo, né, podem resolver almoçar no horário do jogo, então, almoçam e vêem o jogo ao mesmo tempo. Ou então, depois do jogo resolver ficar lá pra jantar com os amigos, comemorar a vitória do time.</p> <p>- Então, essa mudança de gestão do espaço ela vai refletir, certamente, numa diferença muito grande para os usuários, os torcedores. E a gente espera que a gente consiga acertar, consiga agradar os anseios deles. Logicamente, manteremos pesquisa de opinião em ação, ouvindo, ouvidoria da empresa, enfim, nós queremos colher as informações, colher as impressões de quem usar pra poder melhorar. Trabalhar num processo de melhoria contínua.</p> <p>- Eu acho que as organizadas elas precisarão ser reorganizadas. Acho que é um cenário diferente. Eu acho que eu não tenho nada contra as organizadas, eu acho que é uma forma de manifestação válida e justa. Mas eu acho que tem que ter algumas mudanças comportamentais. Não se justifica mais alguns atos de vandalismo, de violência. Eu acho que há como se ter uma torcida organizada de forma mais civilizada, de uma forma mais... Eu acho que esteja, aí, também um dos grandes desafios nossos de como tratar as questões de segurança do estádio de forma que garanta a todos, inclusive às organizadas, uma segurança adequada pra assistir à partida.</p> <p>- A idéia nossa no Mineirão, e o projeto está sendo desenvolvido dessa forma, a visibilidade é 100% em todos os lugares do estádio. Você vai ter sentado você vai ter perfeitamente condições de ver o jogo, não é?! Logicamente, tem aquele lance mais agudo, a torcida fica em pé, depois</p>	<p>- Campanhas de conscientização, no apoio dos clubes, né, também, mostrando o que é o conceito do torcedor legal, né, o torcedor que veio realmente pra torcer, o torcedor que gosta do futebol. Acho que a gente tem que mexer muito é nessa questão do emocional das pessoas, né.</p>

	<p>Em relação à comunidade, a gente já tem, nós temos uma equipe de trabalho que já está trabalhando no relacionamento com a comunidade, tentando entender quais são as questões que envolvem a comunidade e o Mineirão. Tentar já começar a trabalhar essas questões pra que, quando da inauguração, essas questões já estejam, esses impactos possam estar mitigados. Então, a gente possa desenvolver um trabalho de forma harmoniosa com a comunidade, que é interesse nosso também. Nós não queremos impor, nem acho que devemos impor nossos interesses àqueles interesses da comunidade.</p> <p>- [...] As pessoas vão ter muito mais facilidade de se localizar no Mineirão e saber onde que o ingresso dele tá (sic) previsto ele sentar.</p> <p>- [...] Ele tem que ser setorizado, porque o estádio, você, até mesmo por questões de prioridades de ocupação. Você tem que, tipo assim, você precisa de ter (sic) um planejamento de ocupação de estádio. Até mesmo pra você, num caso, num jogo especial você dedicar um setor a uma torcida adversária.</p> <p>- [...] A gestão do estádio passa a ser nossa, da Minas Arena, né?! E, na parte interna do estádio, vamos ter toda a gestão, não só a parte de operação do estádio, mas também de toda a parte de segurança do estádio vai ser nossa. A Polícia Militar vai atuar fora do estádio. O estacionamento também com segurança nossa, com operação nossa.</p>	<p>aquele chute passa raspando, né, senta depois.</p> <p>- A idéia de subir nas cadeiras, por exemplo, que era uma prática comum aqui no Mineirão, não vai ser possível, porque o sistema de cadeiras vai ser outro, o sistema de cadeiras rebatível. Então, ela só fica aberta se a pessoa sentar, se a pessoa levantar ela fecha, né. E ficar pulando em cima dela não vai dar certo, porque ela vai fechar, ele vai enfiar a perna e vai acabar se machucando. Então, a idéia é ter um outro tipo de comportamento. Novos equipamentos, novo mobiliário e novas eras, né, de torcedores, né?! Eu acho que talvez, aí, tenhamos alguns problemas no início, até as pessoas se adequarem, mas eu acredito que o apelo vai ser grande, nós vamos trabalhar fortemente nessa questão de campanhas de conscientização, essa coisa toda pra que a gente consiga colher os frutos que a gente tá (sic) esperando.</p> <p>- [...] Essa questão de bebida no estádio, que foi feita essa, essa proibição...Eu não acredito que essa seja a solução. - Com a Copa vai liberar. Aí, eu te pergunto: se na Copa pode, por quê que(sic)não pode nos outros tempos, né?! Então, quer dizer, eu vejo o seguinte: eu acho que a bebida ela tem que ser uma coisa, você tolher a bebida lá o quê que (sic)você, você tá (sic) incentivando o consumo excessivo antes do jogo. As pessoas bebem muito mais antes do jogo do que bebiam antes, porque sabem que lá dentro eles não podem. Então, eles bebem muito lá fora.</p> <p>- Agora, existem campanhas também, nós chegamos a ver alguma coisa, principalmente nos Estados Unidos, de campanhas de consumo responsável de álcool, na qual o torcedor ele é monitorado, né?! E, quando ele apresenta alguns sinais de perturbação do seu normal, é feito um bafômetro nele, teste de bafômetro. Se ele estiver dentro daquilo que é permitido na legislação lá deles, ele ganha um ingresso para o próximo jogo. É um prêmio por consumo responsável de álcool.</p> <p>- Eu acho o seguinte: o preço primeiro a gente vai ter que ver o que é o mercado, o que é possível praticar no mercado, não é?! Porque pra você manter sua atividade, também não adianta botar um preço muito alto e não vir ninguém. Então, eu acho que o preço não vai mudar muito do que vem sendo praticado, não há porque mudar muito. Até pra você cativar realmente as pessoas a continuar freqüentando o estádio.</p> <p>- A gente acha que vai mudar um pouco. Um pouco vai mudar, porque muitas das pessoas que hoje... Eu acho assim: quem hoje vai ao estádio vai continuar indo ao estádio. Nós vamos aumentar o número de pessoas que vão ao estádio. Então, nós não vamos tolher ninguém de ir ao estádio. Não vai se elitizar o futebol pela modernização do estádio. Não, a idéia não é essa, é o contrário. É popularizar mais ainda o esporte através da melhoria das instalações.</p>	
--	---	---	--

		<p>- Acredito que sim. Acredito que sim porque, por exemplo, nós vamos ter, como eu te falei, nós vamos ter equipamento, instalações lá que vão funcionar sete dias por semana. O restaurante, mesmo, vai funcionar todos os dias. Se você quiser ir numa terça-feira almoçar, jantar no Mineirão, você vai poder ir. Isso é um ganho pra comunidade. O pessoal ali no entorno vai ter vantagens disso, né?! Esse espaço semipúblico, uma área grande, daquele tamanho, pra você atuar semipúblico é uma melhoria no entretenimento das pessoas, no lazer das pessoas, né?! E ele, logicamente, tem os seus pontos negativos, né?! Um jogo de grandes proporções ali sempre leva um pouco de tumulto à região.</p>	
C	<p>- [...] Nosso, aqui dentro, nós temos melhoria do transporte coletivo, que é o BRT, né, que foram escolhidos para a Copa do Mundo os corredores Antônio Carlos, Antônio Carlos-Pedro I Cristiano Machado, Pedro II e Catalão. Só que Pedro II e Catalão o projeto tá (sic) sendo revisto, porque os recursos que estavam, inicialmente, foram orçados, à medida que você tem que começar a fazer algumas áreas, desapropriar pra poder implantar o projeto físico na via, nós deparamos que esses valores, que são contrapartida da Prefeitura de desapropriação, tão (sic) ficando mais caros que o próprio projeto.</p> <p>- Sim, tem uma questão que a gente tem que levar em consideração. O BRT também é um transporte de massa, que ele pode atingir até na faixa de 40, 45 mil passageiros-hora-sentido. E isso tem um custo, não é?! Talvez o metrô poderia (sic) ser melhor, porque alcançaria até 70, 60 mil passageiros-hora-sentido. Mas o custo de implantação e o tempo pra que isso seja implantado ele requer um tempo maior. E o que a gente não teria, né. Nem o recurso suficiente, porque, se em cima do solo o preço já está caro, embaixo do solo também ele é muito caro. Porque já em muitas concessionárias que se apropriaram de redes subterrâneas, água, esgoto, telefonia, comunicação, e por aí vai.</p> <p>- Então, não é só o custo direto da obra. É o custo indireto que uma obra dessas requer, né?! Então, eu acho que foi é, levando em consideração recurso disponível, valor pela área consolidada, que nós já estamos nela, né, não é uma área rural, é uma área já urbana e o prazo, que nós temos. Então, o projeto BRT ele atende o que nós precisamos de ofertar (sic) em termos de oferta de transporte público pro Mineirão, que nós vamos ter dois grandes corredores, né: Antônio Carlos e a Pedro II-Catalão. E o corredor Cristiano Machado, ele é um corredor mais destinado, no caso da</p>	<p>- Ah, sim, porque a oportunidade de você ter aqui próximo um evento internacional isso mexe muito com as pessoas, né?! Isso muda muito a vida da cidade, né?! E eu acredito, assim, como o esporte, né, ele é uma forma de fazer a socialização das pessoas, né, dos povos principalmente, né, você chegar e poder conhecer um monte de russo, de sei lá, de europeu. Então, quantas pessoas só conhecem pela televisão que vão ter a oportunidade de andar com a pessoa, né, lado a lado, né. A gente, o cara que sabe inglês um pouco, oportunidade de estar trabalhando como voluntariado ou trabalhando, sei lá, num hotel ou num outro tipo de serviço melhor e tal. E poder ter a oportunidade de falar mandarim, falar francês e tal, né.</p>	<p>- Em termos da Prefeitura, a Prefeitura e até mesmo o Governo do Estado têm uma preocupação grande de mobilizar a cidade, né, pra preparar pra receber o visitante, né?! O povo é o cartão de visita, né, num evento desses, né?! Preparar do ponto de vista de questão de ser mais paciente, questão de não é preciso ninguém ficar tentando entender a língua, falar grego, falar italiano, falar espanhol, não precisa de nada disso. Quem tá lá fora é que tem que conhecer um pouco da nossa língua. Mas, eu acho que, nas questões de atitude, sabe?!</p> <p>- Essa questão de uma cidade e a gente hoje percebe, é uma cidade que gasta muito pra manter toda a sua estrutura urbana, os equipamentos urbanos e tal. E há um vandalismo tremendo! Pichação em tudo quanto é prédio, faixa de pano pra tudo quanto é lado, arreventa banco de praça, destrói equipamento, telefone público, e por aí vai. Eu acho que isso é importante, né, de (sic) que a Prefeitura faça um pouco um trabalho disso, investir na mudança de atitude.</p> <p>- [...] Agora, tem outras ações que são ações paralelas, que elas permitem, né, dar um tratamento mais direcionado pro visitante. Por exemplo: férias escolares. Muda o calendário de férias, né, pra o quê? Pras pessoas, né, da cidade, né, diminuir as suas viagens, né. A gente já sabe que em período de férias escolar (sic) a gente tem uma redução, aí, na faixa de 15 a 20% dos deslocamentos, não é?! - As pessoas têm também condição de participar, de ir mais cedo. Não tem aquele corre-corre, né, jogo de Brasil, você sabe disso, né, "Ah, vou trabalhar de manhã e saio uma hora mais cedo". - Então, esse tipo, né, de situação, de ações são ações viáveis, né?! Mudança de... Enfim, fazer eventos em regiões mais adensadas pra que aquela pessoa que não possa ir até o estádio ou que não</p>

	<p>Copa, a ligar a área central ao Aeroporto de Confins. E ele fica sendo um corredor, né, como entrando como um plano B, né, como se fosse ali uma reserva técnica nossa pra poder desviar trânsito, alguma coisa desse tipo.</p> <p>- [...] Mas eu te falo o seguinte: o principal corredor pra transportar, principal corredor de transporte público da Copa vai ser a Antônio Carlos. Porque ele oferece uma capacidade maior, entendeu, porque ele tem via segregada do ônibus. E a via que é segregada pro ônibus ela tem duas faixas por sentido, que permitem ultrapassagens. A Avenida Pedro II e a Avenida Catalão, né, a Carlos Luz, ela também será usada. Mas com uma capacidade menor do que a capacidade da Antônio Carlos em termos de transporte coletivo, né?! É evidente que é capacidade menor, mas é capacidade, né?!</p> <p>- E, agora, evidentemente, nós não vamos poder ficar desprezando se aquele corredor que não tem uma capacidade pra levar, se nós já temos um e temos a capacidade de 40 mil passageiros-hora-sentido, né, e o outro vai ser uma ajuda. E é uma ajuda na faixa aí de 28, 30 mil passageiros-hora-sentido. Então, nós temos ali condição de colocar no Mineirão, na área do Mineirão, né, na faixa aí de uns 50 mil passageiros-hora-sentido, 60, tranquilamente.</p> <p>- Igual quem vai à Disney, né, você vai numa fila de uma hora e meia. Mas a fila vai, volta tem um monte de coisa, de painel, de retrato, de atrativo pra pessoa, né, distrair ao longo daquele caminho. Aí, você demora lá uma hora e meia, você, às vezes, nem percebe que foi uma hora e meia. Então, nós vamos ter que usar esse tipo de, não sei como, mas né... "Ah, vamos no (sic) Mineirão, aproveitar que não fomos à Lagoa da Pampulha, fazer uma visita à Igreja da Pampulha." Tem isso também, não sai todo mundo de lá que quer vir pro centro. Muita gente que vai pra lá, vai querer, mora no bairro Ouro Preto, vai a pé, não vai, né, então...</p>		<p>quer, mas que ele possa participar, né, assistindo numa grande praça, num telão, na festa, numa coisa desse tipo.</p>
D	<p>- Não, a gente tem uma série de propostas, né. E a gente não tem recursos suficientes para essa série de propostas. Então, por exemplo, na área de obras pra revitalização da cidade, nós fizemos um levantamento, tanto de revitalização em termos de infraestrutura mesmo, de reforma de calçada, reforma de prédios, né, de prédios culturais, de revitalização da orla da Pampulha, da Lagoa, a gente tem uma série de ações mapeadas, de projetos mapeados, revitalização de parques, né?! Então a gente tem isso mapeado e a gente tá buscando recursos com o Governo Federal.</p>	<p>- Eu acho que ela pode dar melhor condição ao que existe hoje, né?!</p> <p>- Então, são esses pontos que esses tipo de projetos podem beneficiar, né, inclusive criarem novos, né?! Se esses estão funcionando bem e existe uma outra possibilidade de criar um novo programa, eles criam também, que isso aumenta o número de jovens incluídos na sociedade, a partir do esporte. E a gente tem que fazer, avaliar, assim, qual que vai ser o tema, né, de realmente agregar esses jovens carentes em um programa de inclusão: eles têm que estudar, eles têm que, tem uma série... Às vezes, vem olheiro da FIFA, isso tudo</p>	<p>- Sim, sim. Bom, eu não posso nem falar muito porque é um projeto que ainda tá (sic) em construção. Mas a nossa idéia é que a gente comece, a partir do início do ano que vem a fazer um trabalho de tanto de passar informação, fazer campanhas de sustentabilidade, de limpeza da cidade, de bem receber, né, visitantes e tal, até campanhas, até, assim, atividades esportivas. Em todas as nove regionais, em diversas escolas, em praças públicas, com o tema Copa do Mundo, assim, né?!</p> <p>- A idéia é que a gente consiga fazer com que a população comece a participar e comece a se</p>

	<p>- Além desse mapeamento, a gente tem uma série de outras ações, por exemplo, embelezamento da cidade também, né?! Então, a gente tem, a gente definiu algumas regiões específicas da Copa, né?! O que é controverso, porque, na realidade, há intenção que a gente consiga trazer a Copa pras(sic) nove regionais. Então, a gente tem previsões de ações específicas, culturais e de entretenimento em todas as nove regionais. Mas a gente tem um foco maior onde a gente vai ter uma exposição maior de mídia, assim, durante o evento, que é Pampulha e Centro-sul, assim. Pampulha, Centro-sul, pegando desde a Pampulha até o Parque das Mangabeiras, né?! É mais ou menos a nossa prioridade de dar uma cara melhor para a cidade.</p> <p>- E tem uma série de ações, assim. Na área social a gente tem, a gente tá (sic) fazendo agora um portfólio de diversas áreas, de diversos projetos que existem pra que a gente consiga vender, né, esses projetos para patrocinadores da FIFA e para parceiros que queiram investir com o conceito de atuação em áreas sociais e que possam melhorar a condição das ações sociais que nós temos. Isso é muito feito durante copas do mundo, assim, então... A Nike é uma empresa, que, como ela não é parceira FIFA, então, a forma que ela tem de expor a marca dela durante o evento é fazendo ações nesse nível. Então, a gente vai em busca pra que a gente tenha um grande centro. Na África do Sul, eles fizeram mais focados na AIDS, aqui eles podem fazer mais focados em drogas.</p> <p>- A FIFA também faz esse tipo de trabalho, ela escolhe uma atividade cultural, desculpa, ela escolhe uma atividade social pra que ela tenha uma atuação, pra que ela dê condições de melhoria de infraestrutura de campo, às vezes ela fornece uniforme, dá uma cara também mais social pra Copa. Então, a gente não quer perder essas oportunidades. A gente quer que essas oportunidades venham pra Belo Horizonte e que a gente tenha ganhos com elas.</p> <p>- [...] A FIFA ela sempre tendo uma atuação voltada pro futebol. Então, são escolinhas de futebol e, aí, ela pega essa, essa... E, aí, realmente dá uma cara nova, uma motivação nova para aquela região ou para aquela população que ali tá, né, naquele projeto.</p>	<p>motiva, né, o próprio menino que está ali jogando. Então, acho que, assim, benefícios, com certeza, são interessantes, assim, são bons, né?!</p>	<p>interessar pelo futebol, assim. Na realidade, nós já somos extremamente interessados pelo futebol. Mas que ela comece ver (sic), assim, realmente estamos recebendo uma Copa do Mundo. Então, que está em... Tá (sic), assim, em desenvolvimento ainda, mas a idéia é que a gente faça, assim, vamos dizer, assim, mil jogos pela cidade inteira, em diversos parques, em diversas escolas, em diversas áreas públicas. E que a população participe, né, desses campeonatos. A gente, de repente, vem, pega algumas pessoas famosas pra jogar e faça algum show, algum tipo de manifestação cultural. Então, espero que a gente tenha isso e que a gente comece a, e que isso fixe, né, seja fixo até a Copa do Mundo</p> <p>- Então, por exemplo, se a gente conseguir, eu estava conversando com o pessoal da SLU esses dias, avaliando como que a gente vai trabalhar com a SLU, na época da Copa. E eles me apresentaram vários dados e é impressionante a falta de noção, mesmo, do cidadão, em relação ao lixo, né, assim. Eles fazem a varrição na Afonso Pena quatro vezes ao dia e a Afonso Pena continua suja. Então, eles até pensaram em pegar uma grande caixa de acrílico, colocar ali no Pirulito da Praça Sete e ir jogando, durante um dia o lixo ali dentro, pra população enxergar qual que é o volume do lixo que é gerado, que é jogado no chão, no entorno ali da Praça Sete.</p> <p>- Então, eu acho que tem algumas ações que, realmente, a mudança de comportamento ela depende de uma constância de ações, que, realmente, com o tempo, num período de tempo, a pessoa passa a não ter coragem de jogar aquele lixo ali, a começar a pensar em reciclar, a começar a pensar em evitar, né?! Mas, eu acho que existem algumas ações que já estão gerando mudança de comportamento. O fato de a gente ter excluído, de ter sido uma capital que tirou a sacola plástica do supermercado, eu acho que isso tudo vai fazendo com que a população entenda, né, algumas mudanças que têm que acontecer.</p> <p>- Em relação ao torcedor, especificamente, é complicado, porque existe uma emoção muito grande, ali, né, na hora da torcida. Mas eu acho que a violência ela, realmente, tem que ser... Ela tem que ser evitada e, de alguma forma, tem que ser punido, quem tá (sic) realmente promovendo e provocando a violência na torcida. Eu acho que é importante que isso seja bem pontuado, com bastante rigor, pra que comecem a avaliar o que é que vale, ou que é que</p>
--	--	---	---

			não vale a pena, né. E até que ponto, num momento de lazer, ali... Eu, por exemplo, nos últimos tempos pra cá, eu parei de ir ao Mineirão. Eu fiquei morrendo de receio. Eu passei por algumas situações lá de aperto, que eu falei assim: "Ah, não vou me sujeitar a isso.".
E	<p>- Temos muito o que fazer, temos muito o que realizar, as obras estão em andamento. Os BRTs que vão ser construídos na cidade de Belo Horizonte são extremamente importantes e fundamentais para uma melhor locomoção das pessoas, de uma forma mais rápida e melhor. Hoje, nós vamos... O BRT vai transportar, em Belo Horizonte, 750 mil pessoas por dia, contra um metrô hoje que transporta 150, 160 mil pessoas. É claro que nós vamos ter um metrô aqui na cidade, mas não vai ser o metrô pra Copa do Mundo, vai ser o metrô pós-Copa do Mundo.</p> <p>- Aí, você vê a questão dos estádios de futebol. Nós estamos construindo o Mineirão, reformando o Mineirão. Vai ser um estádio pra 64.500 pessoas, um estádio super moderno, de um gabarito internacional em todas as suas instâncias, desde o apito e o gramado, até as arquibancadas, até a tecnologia. Aí, nós vamos ter o Mineirão totalmente sustentável. Vamos ter o Mineirão que vai ter as, vamos dizer, as placas fotovoltaicas pra produzir energia solar para o Mineirão. Não vai ser uma energia que vai atender a toda demanda do Mineirão, mas vai ser uma energia que vai atender a uma grande parte do Mineirão. Aí, nós temos a recuperação das águas pluviais; aí, nós vamos ter uma recuperação do lixo</p> <p>- Vamos ter um Museu do Futebol, onde muitos estádios no Brasil são construídos ou do mundo são construídos, mas esquecem a memória, a história.</p> <p>- Vamos ter uma esplanada do lado de fora do Mineirão, pra fazer, pra deixar o Mineirão mais um estádio mais pra futebol mesmo, lá dentro. E, do lado externo do Mineirão, que é chamada a plataforma, vamos ter áreas pra shows, shows musicais ou eventos culturais das mais diversas formas, ou eventos religiosos, onde vai ter uma capacidade pra 65 mil pessoas.</p> <p>- Então, o Mineirão vai ser o novo ponto focal da cidade em termos de o chamado grande parque, que vai ter todas as áreas de passeio, vai ter as lojas, vai ter várias lojas no Mineirão, lojas importantes, Museu do Futebol, visitação, a parte externa do Mineirão vai estar aberta diariamente pra população usar. Então vai ser, vamos dizer, o novo chamado Eldorado de visita para o povo de</p>	<p>- Vai melhorar muito, porque também não se esqueça de que nós estamos fazendo uma grande reforma no Estádio do Independência. O Estádio do Independência vai ser um novo estádio pra 25 mil pessoas, um estádio que tá (sic) sendo construído com os mais, com os sistemas mais modernos, em toda a sua dimensão. Nós vamos ter um gramado padrão FIFA, padrão mundial, nós vamos ter uma iluminação padrão mundial, nós vamos ter uma cobertura padrão mundial.</p> <p>- Eu acho que vai dar mais condições, ao estádio, inclusive às famílias. E eu acho que vai ser um grande início de uma grande profissionalização do futebol no Estado de Minas Gerais. No estádio, o futebol vai levar famílias e vai mostrar pra todos que são dois grandes estádios profissionais. Isso aí vai ajudar muito aos clubes de Minas Gerais a também buscar solidificar a profissionalização deles. Claro que Minas Gerais tem hoje vários dos maiores clubes do Brasil, dois expoentes do futebol brasileiro. Então, nós estamos acreditando fortemente que a cultura do futebol, dentro do Estado de Minas Gerais, vai melhorar muito com o evento dos dois novos estádios.</p> <p>- O público não vai mudar. Mas o público vai ter que entender, cê (sic) entende, também que não dá pra comer alguma coisa e jogar o papel no chão, tá?! Todo mundo eu acho que vai ser muito bacana, que o público... O público que vai a jogo de futebol o que ele mais quer mesmo é ser bem tratado do lado, por aqueles que administram o estádio e, principalmente, torcer apaixonadamente pelo futebol.</p>	<p>- É, veja o seguinte: primeiro, antes da Copa, nós vamos abrir o estádio para jogos do Campeonato Mineiro, jogos do Campeonato Brasileiro, da Copa Libertadores da América, da Sul-americana e torneios específicos, jogos amistosos grandes importantes. A nossa expectativa é que esses torcedores vão ao estádio pra ver uma grande partida de futebol.</p>

	<p>Belo Horizonte, o povo mineiro e o povo que vier de outras partes do Brasil e do mundo também.</p> <p>- Aí, você me pergunta: "Mas, qual é o mote, o que Belo Horizonte pensa do futuro?". Belo Horizonte tá pensando seriamente que quer ser uma das capitais brasileiras mais fortes em turismo de negócios. E, pra isso, é preciso ter uma hotelaria adequada, está sendo construída (sic) 29 hotéis novos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, eu diria mais especificamente no colar metropolitano de Belo Horizonte. E tem outros 17, tem muito mais. Mas nós acreditamos que, até a Copa do Mundo, outros 17 hotéis vão começar a construção. Então, nós estamos falando aí de passar Belo Horizonte, arredondando os números, pra ser mais amplo, de 25 para 50 mil leitos, numa cidade que vai precisar disso no futuro.</p> <p>- [...] O Aeroporto Internacional Tancredo Neves está sendo expandido agora. O Terminal I vai estar pronto para a Copa do Mundo; vai haver um terminal remoto pra atender o excesso de demanda que vai na época. Mas também está sendo projetado, há um projeto executivo do Terminal II, projeto executivo que está sendo elaborado pelo Governo de Minas Gerais, a pedido da própria Infraero, já que os investimentos aeroportuários são investimentos exclusivamente federais, mas estamos trabalhando com ele.</p> <p>- Então, tem tanta coisa acontecendo. Vamos estar trabalhando(sic) na promoção de produtos mineiros, aproveitando também o gancho da Copa do Mundo: o nosso café de Minas, o nosso queijo de Minas, a nossa cachaça de Minas.</p> <p>- Vamos ter uma série de rotas de turismo: a rota Lund, a Inhotim, as cidades históricas, as cidades chamadas o Círculo das Águas. As serras de Minas Gerais que são muito consideradas por visitantes de todo o mundo, né?! Então, nós vamos ter a roda Lund, vamos ter as grutas, vamos ter tudo isso à disposição de todos os turistas que vierem aqui.</p>		
F	<p>- Olha, em relação ao Plano de Mobilidade, a gente espera articular os projetos. Então, todos os projetos de BRT, o projeto do metrô, os projetos pra bicicleta, os projetos para o modo a pé, a logística urbana, a informação ao usuário, a central de operações, todo o conjunto de políticas do setor de mobilidade têm que tar (sic) coerente e articulado entre si.</p> <p>- Por exemplo, estacionamento: a política de estacionamento tem que ser coerente com o que a gente quer pra cidade. Se a gente quer estimular o modo coletivo não motorizado não tem mais sentido a gente</p>	<p>- Bom, tem na questão do lazer tem uma questão importante, aí, que a questão da bicicleta, né, que ela não tá (sic) exatamente vinculada à Copa do Mundo. Mas eu acho que ela vai ter um potencial durante a Copa do Mundo, que é a implantação das ciclovias e estimular o uso da bicicleta. E, estimular o uso da bicicleta tanto estimula e dá uma possibilidade de lazer pela bicicleta, pelo uso da bicicleta, quanto o contrário, né, quanto você usar a bicicleta como lazer te (sic) cria uma possibilidade de você usar como transporte, também, né, tem esse vice-versa.</p> <p>- Então, eu acho que primeiro, a qualidade das vias melhor,</p>	<p>- Não, olha, no caso dessas políticas macro de mobilidade não identifiquei nada do que você tá (sic) falando.</p> <p>- Pois é, pra Copa não tem nenhum projeto formatado, mas tem o que a gente não falou, que é o projeto que o Gabriel coordena, que é a pré-operação e a operação da Copa. Pra isso, provavelmente, vamos ter que ter algumas coisas mais focadas em alguns públicos. E, talvez, o que a gente falou nesse sentido, é a informação. A informação eu acho que vai ser algo chave, uma campanha de informação, de</p>

<p>separar uma parte das ruas importantes da cidade pra gente deixar o carro estacionado. É privatizar o espaço que é público.</p> <p>- [...] E, aí, como que a gente acha que pode mudar e a Copa do Mundo ela pode ajudar nisso, né?! É mostrar, é criar projetos que, simbolicamente, eles apresentem essa mudança de prioridade. É você colocar o transporte coletivo como carro chefe dos projetos? É uma novidade. Porque, até então, e tem muita gente que ainda acredita: “Ah, vamos resolver? Vamos ampliar, alargar avenida, vamos construir viaduto, vamos fazer tudo.” E isso a gente já sabe que não vai dar certo, tava (sic) levando a gente pro buraco. Então, a política de mobilidade, ela tem que ter coerência entre as políticas, coerência entre os projetos. E cada projeto vai ser um cartão de visita do outro.</p> <p>- Então, o BRT, que é o Corredor Rápido por Ônibus, que a gente vai implantar, inicialmente, tavam (sic) previstos três corredores e, agora, um deles até não viabilizou o recurso completo, vai ser implantado um projeto parcial, né?! Então, os dois corredores Antônio Carlos – Pedro I e Cristiano Machado é (sic) um Corredor Rápido por Ônibus, que é um salto de qualidade em relação ao ônibus que tem hoje.</p> <p>- E a gente tem um projeto que chama Citybus. Para a Copa do Mundo, ele vai ter informação muito mais qualificada, inclusive nos pontos de ônibus. Cê (sic) vai chegar num ponto de ônibus e vai saber o tempo que demora a passar a sua linha de ônibus. Então, se ele vai levar dez minutos, quinze minutos, dá tempo de você atravessar a rua, vai comprar alguma coisa na padaria, ou você senta, fica tranquilo, sabendo que ali vai demorar.</p> <p>- Parte do Citybus que tá com dinheiro pra ser usado na Copa, né, mas é o Citybus, que é informação; o corredor de BRT da Pedro II – Carlos Luz, o corredor de BRT da Cristiano Machado. E, agora, provavelmente, o corredor de BRS, que não é o BRT, é uma prioridade ao transporte coletivo na Pedro II – Catalão, Carlos Luz, né, criando três possibilidades de acesso nesse eixo Norte, tanto pro Mineirão, tanto na direção do aeroporto e pra esse lado.</p> <p>- É claro que tem outros projetos da BHtrans, que vão ajudar, inclusive, ao próprio Projeto de Mobilidade, que é o caso do táxi.</p>	<p>com calçadas mais largas, com espaços para caminhada e tudo, é, com certeza, algo que, de um lazer, digamos, ou um lazer esportivo, quer dizer, que é da caminhada, que é do passeio, de algo assim, ou mesmo pra você usufruir da cidade e, aí, outras atividades de lazer. Você vai... Capital do boteco, quer dizer, cê (sic) vai pras (sic) ruas, cê (sic) vai ter mais carinho com as ruas. Talvez não seja tão direto, né, não é um objetivo da Política de Mobilidade de melhorar o lazer. Isso não é um objetivo declarado, é um objetivo indireto, né, é um resultado indireto. E acho que vai ajudar.</p> <p>- [...] E, dentre essas idéias, dentre essas ações pra potencializar isso, uma delas é ter uma tarifa diferenciada para o turista. Então, você pagar um preço só por três dias de transporte ou por um dia.</p> <p>- Então, eu acho que uma política tarifária dando certo na Copa do Mundo, ela tem potencial pra gente ter uma tarifa que seria muito útil aqui para o lazer, seria uma tarifa semanal, ou tarifa mensal, que tem isso em alguns países do mundo.</p> <p>- [...] Porque se você pegar a pessoa que anda todo dia de ônibus, já paga cinco dias por semana passagem pra ir e pra voltar, por que que (sic) ela tem que pagar mais para usar no final de semana? Ela poderia ganhar, já que ela já contribui tanto com o sistema de transporte, ela poderia ganhar gratuitamente o final de semana, ou pagar menos no final de semana.</p> <p>- Então, se você tiver uma política tarifária desse tipo, vai facilitar o quê? Sair de casa, um lazer longe de casa. Porque o lazer perto de casa ele depende talvez da calçada, se ele tiver uma relação com os projetos de mobilidade. Quer dizer, ele depende, essencialmente, da sociabilidade do seu bairro, de acesso a lazer no seu bairro, de uma política de descentralização de política cultural, de política esportiva, de ter, né, atratividade perto da sua casa. Como isso não vai acontecer pra tudo, o lazer depende um pouco do transporte.</p>	<p>você envolver as pessoas pela informação. Agora, de mobilização, assim, de... Não tô (sic) me lembrando de nada, assim, específico.</p>
--	---	--

Quadro 3: Concepções de políticas públicas de esporte e lazer

Quadro 3: Concepções de políticas públicas de esporte e lazer		
Entrevistado	Em sua opinião, é importante que exista uma concepção de políticas públicas na organização e realização de megaeventos?	Qual a sua concepção de políticas públicas de esporte e lazer?
A	<p>- É ter a concepção do papel do Estado, é ter concepção do ciclo político em que ele está inserido. É ter noção de atividades inerentes à ação do Estado, que tem políticas tradicionais e políticas que são mais tempestivas. No caso de grandes eventos, são políticas públicas mais tempestivas.</p> <p>- Então, eu não acho que grandes eventos não sejam políticas públicas. Eu acho que é um tipo de política pública, com características específicas mais pontuais. Então, da mesma maneira em que turismo tem uma política pública de atração de eventos pra questão de turismo na cidade, o grande evento ele passa a ser uma política pública específica. Obviamente, não é uma política de Estado, porque ela tem início, meio e fim. Então, ela é mais com a cara de um projeto do que de uma ação contínua e regular do Estado. [...] E, aí, a grande diferença é entender qual é o papel do Estado nos grandes eventos e qual é o papel que ele tem só que induzir e fomentar.</p>	<p>- Eu acho que é papel do Estado fazer políticas de esporte e lazer, fomentar a prática esportiva, da população. Infelizmente, a gente não tem a cultura que eu acho que é a vitrine de todos, como a cultura norte-americana de valorização do esporte, mas o papel do Estado é fazer essa valorização, seja por meio das federações esportivas profissionais, seja no esporte amador, ligado à escola. E, aí, de novo você mistura uma ou duas políticas importantes, que é a política de educação com a política de esportes. [...] Então, acho que a política pública na área de esporte ela vai muito nessa linha de fomento, de apoio, de criação de um ambiente pro esporte, que é um vetor também que tem seu vetor com a saúde, com a coisa da vida saudável.</p> <p>- E, aí, você vai me perguntar: o quê que (sic) a Copa conversa com isso, ou seja, o quê que (sic) um grande evento conversa com isso?! Pouco, em um lugar, e muito em outro. Então, a Copa obviamente é muito focada em futebol, que é a Copa do Mundo. Se fosse Olimpíada, a gente poderia dar outros exemplos. [...] Então, sempre que tem uma Copa do Mundo fora, internamente a imagem do futebol é muito colocada. E você tem um fomento da prática esportiva só com essa questão de imagem, que é veiculada e vendida, e esse espírito que é gerado. Sendo aqui isso é muito mais forte. E, aí, obviamente, você tem a oportunidade de fazer projetos sociais que envolvam o futebol pra questão não só de talentos, mas pra inclusão social e coisas do tipo, que, aí, já se misturam mais com a política esportiva.</p> <p>- Mas, de novo, o foco da política esportiva de um grande evento não é esse foco de política pública do esporte. Ele é um foco muito mais ligado à política pública de atração de investimentos. Nós estamos falando de uma credibilidade internacional pra atrair e pra cumprir contratos. Ou seja, eu tô (sic) falando de grandes obras e não de ações sociais. Ações sociais é uma parte pequena do que a gente pode atrair com os parceiros de marketing esportivo e fazer em conjunto. Mas, de novo, a política esportiva do Estado é uma, a política de um grande evento esportivo é outra. E elas podem ser complementares, mas não são concorrentes.</p> <p>- Lazer, aí, eu acho que lazer tem um instrumento com cultura. Então, lazer, cultura, aí, você pode falar que cultura não é só lazer, cultura é formação. [...] Então, na minha concepção, esporte é lazer, mas esporte também é formação, esporte é também é saúde. E lazer, da mesma maneira. Lazer é um pouco de cultura, é um pouco de esporte.</p> <p>- E a Copa do Mundo é um grande evento. Enquanto grande evento é lazer? Sim. Enquanto ele é possibilidade de geração de equipamento público, que vai gerar outros tantos eventos como opção de lazer pra sociedade? Ok, mas, de novo, eu não crio uma política pública do lazer pra fazer a Copa do Mundo. A Copa do Mundo gera oportunidades, que podem até ser potencializadas com outras políticas públicas. Mas eu sou meio cético do ponto de vista pensar uma política pública do lazer, por exemplo. Eu acho que o lazer é muito individual, então, eu sou contra a idéia do Estado ficar pensando</p>

		<p>o que é o lazer de cada um. O Estado tem que prover coisa que, oportunidades.</p> <p>- A gente sabe que a cultura não é uma coisa que pode ser totalmente colocada no mercado, na medida em que se ela ficar muito vendida ela deixa de ser cultura e passa a ser publicidade. Então, ela tem um lugar de formação cultural, que é maior do que o lazer. E, aí, enquanto uma política cultural você vai gerar opções de lazer para a sociedade, com os festivais, com essas opções. Mas, a priori, eu não consigo nem imaginar uma política stricto sensu de lazer.</p>
B		<p>- Eu acho que é muito importante, uma sociedade onde não se valoriza o esporte ela é uma sociedade pobre, pobre em todos os seus sentidos. Mas também não podemos encarar só o esporte como um negócio econômico-financeiro sem pensar nessa finalidade de cidadania que o esporte proporciona a qualquer um, né?! Você se sente parte integrante de um conjunto de pessoas.</p> <p>- Então, eu acho que a Copa, quer dizer, quando se fala em qualquer construção de qualquer centro de formação de atletas ou de centros esportivos, de prática de esporte é como se tivesse falando da construção de uma escola. Você tá (sic) oferecendo cultura, cê tá (sic) oferecendo lazer, cê tá (sic) oferecendo satisfação, cê(sic) está oferecendo capacitação pras (sic) pessoas, enfim.</p> <p>- Eu acho que a maior prova disso é quando você faz um trabalho numa comunidade de baixa renda, né?! Qual que é o, o quê que (sic) talvez seja o que dá o upgrade àquela comunidade é quando cê (sic) consegue implantar ali centro esportivo. Aquilo modifica, aquilo vai atender tanto a criança, quanto até o adulto. São várias pessoas, que vão, elas vão poder ter um espaço pra que elas interajam, não fiquem cada um em sua casa, cuidando dos seus problemas. Ali, é um momento em que todo mundo se une, e os esportes coletivos têm muito essa finalidade, né, de mostrar, de montar uma teia, uma cadeia de solidariedade entre os jogadores pra que o grupo consiga um objetivo final. Então, isso fortalece. Eu acho que o esporte fortalece o sentimento de cidadão, esse sentimento de sociedade, esse sentimento das pessoas, elas unidas elas podem, como dizia a música que canta, né, que "um mais um é sempre mais que dois", né?!</p>
C		<p>- Olha, eu acho que, assim, o Governo, né, em todas as esferas ele incentiva e ele sabe que o esporte é esse, né, esse elo, essa porta da socialização das pessoas, e de tirar menino de rua e sair da droga. E dá, às vezes, até mesmo, chegar a uma melhor, uma oportunidade de vida melhor para aquela pessoa e pra sua família, né?!</p> <p>- Eu acho que o esporte, ele é muito mais, né, tá muito mais na mão de, vamos dizer assim, de cartola, dessas empresas que fazem gestão e tal. E o investimento que é eu acho que fica muito mais na fala, na participação do Governo. Eu acho que o dinheiro existe, mas ele é um pouco desviado, sabe?! Tem alguns, vamos dizer, assim, a caixa d'água tem alguns ladrões aí que não sabe pra onde é que vai. E, aí, temos poucas praças de esporte públicas, né?! O acesso ao estádio ele não é barato. O acesso a esporte especializado ele custa dinheiro, porque transporte, o próprio equipamento, tênis, ainda mais quando exige esses equipamentos e os acessórios, né?!</p> <p>- Você vê nós estamos aí com 200 milhões de habitantes, agora é que nós tivemos a primeira medalhista olímpica de ouro no Brasil, né?!</p>

D	<p>- Não, eu acho que uma coisa é existir a política pública. Na realidade, ela já tem, né, as suas diretrizes, ela já tem o seu foco. A realização da Copa, na realidade, isso é uma coisa que várias pessoas questionam, assim, né: "O que é que a Copa vai fazer na área social? O que é que a Copa vai fazer na área... A Copa vai tirar os mendigos da rua?" Eu acho que, na realidade, não é muito assim que funciona, né?! Porque senão a Copa viraria uma própria gestão pública, assim, de políticas públicas pra trabalhar em diversas frentes.</p> <p>- Mas eu não vejo mudanças de políticas públicas, assim. Eu não vejo como relacionar, na realidade, porque o que a Copa realmente faz é alavancar oportunidades, é dar chances a uma série de situações. E isso nós estamos tentando aproveitar da melhor forma possível. Mas, assim, mudanças expressivas, eu não saberia te dizer o que, especificamente, antes de passar pelo processo, né, assim. Nós temos de ver como que essas ações vão funcionar dentro da Prefeitura e como que elas vão gerar uma mudança interna, né?! Eu acho que teria que ter essa avaliação. Mas, a princípio, é usufruir dessas oportunidades da melhor forma possível.</p> <p>- [...] O que eu acho que nós estamos fazendo, da melhor forma possível, é captar essas possibilidades, trazer isso pra Belo Horizonte. Porque essas oportunidades não vão pras (sic) doze cidades de forma igualitária, elas vão, realmente, a gente tem que fazer um exercício de trazer o máximo para Belo Horizonte. E nos beneficiar delas, né?! Agora o quê que (sic) isso vai gerar de positivo, ou se vai ser uma coisa simplesmente pontual ou não...O nosso trabalho todo aqui é na construção de que seja deixa da alguma coisa de positivo, seja deixado um legado. Então, espero que isso gere mudanças de pensamento, mudanças de melhorias de políticas públicas, espero que sim. Mas, hoje, não sei te(sic) dizer o que exatamente, entendeu?! Isso vai ter que ser vivido, né, pra que seja construído.</p>	<p>- Então, os projetos sociais, por exemplo, as políticas públicas de lazer, elas podem até ter uma certa influência, mediante as oportunidades que a gente vai tendo. Mas eu não vejo, assim, como que a Copa vai fazer essa alteração. Eu acho que ela vai criando essas melhorias. Por exemplo: se a gente tem um projeto social, voltado ao esporte, voltado ao lazer, que a gente tem um patrocinador, tem uma pessoa, tem uma empresa que vem investe e dá melhor condição para aquele projeto, automaticamente aquele projeto vai ser extremamente beneficiado.</p>
E	<p>- Ah, tem muita. É o cheiro, é o sabor e o trabalho de políticas públicas muito, muito certo. Por isso que nós estamos falando: política pública pra mim não é só política pública do momento, é aquilo que vai ficar de legado. E uma coisa que vou tornar a repetir é que Belo Horizonte e Minas Gerais não têm nenhuma obra que não vai ser um legado fortíssimo pra população. A expansão do aeroporto, e a melhoria dos estádios, e a mobilidade urbana, e a hotelaria, são as novas rotas de turismo e a capacitação das pessoas, tudo isso vai ser um grande legado.</p> <p>- Aqui nós não vamos ter nenhum elefante branco, nós não vamos ter nenhum elefante preto, não tem elefante marrom, nem nada, tá?! Aqui nós vamos ter obras feitas que vão se perpetuar com o uso intensivo da população. Não tem nenhuma, você pode observar, não tem nenhuma obra que não é extremamente importante para Minas Gerais. Nós não estamos construindo nada para a Copa do Mundo. Nós estamos construindo algo que vai servir para a Copa do Mundo e vai servir muito mais depois da Copa do Mundo.</p>	<p>- Vai ser um momento interessante, porque estamos aguardando aí essas discussões do Governo Federal com a FIFA, porque isso também são políticas públicas saber: "Ok, vamos ter a meia entrada para o idoso? Vamos ter a meia entrada para o estudante? Vamos ter a meia entrada para não sei o quê? Vamos ter bebida alcoólica no estádio, não vamos ter?". Então, vai ser um novo teste para o Brasil pra saber como é que nós vamos lidar com esse tipo de política, visar o esporte né?!</p> <p>- Eu acho que lazer também tem que fazer parte disso, porque você não pode ter uma praça... Por isso que, pra mim, é tão importante essa esplanada que está sendo construída ao redor do Estádio do Mineirão, que vai ser uma grande praça de lazer para Belo Horizonte, para Minas Gerais.</p> <p>- Por exemplo: ainda é muito incipiente o número de pessoas que conhecem Inhotim, por exemplo. Aquilo ali é uma praça de lazer e cultura extremamente importante, não pra Minas Gerais, mas pra todos os brasileiros e todos os visitantes de fora do Brasil, que freqüentam ali. Ali é uma união perfeita entre uma obra erguida, o meio ambiente, a arte, a cultura. E que ainda é muito incipiente o número de pessoas que conhecem aquilo. Então, aquilo ali tem que ser mais divulgado pra que a gente possa ter novos Inhotims espalhados pelo Estado de Minas Gerais. As rotas das grutas, a rota Lund, o reconhecimento da importância das cidades mineiras.</p> <p>- [...] Temos, aí, o Círculo Cultural da Praça da Liberdade, que vai ser um novo centro de atração do Estado de Minas Gerais.</p>

F		<p>- Bom, não é minha área, né?! Política de lazer não é a minha área. De bicicleta, eu posso te (sic) dizer é o seguinte: existe uma questão-chave pra, se a gente quer, aquele conceito da gestão da demanda, se a gente quer que alguém ande de bicicleta, a pessoa tem que ter bicicleta. Quem não tem bicicleta não vai andar, mas tem que ter acesso a bicicleta, a uma bicicleta alugada, a uma bicicleta pública, como tem algumas políticas. Então, a política de lazer, ela pode ajudar e muito a estimular as pessoas a terem bicicleta.</p> <p>- [...] Se você vai todo dia pra uma escola, que é mais vezes perto da sua casa, que você poderia ir de bicicleta e é mais barato, mais rápido, mais bacana pra você ir de bicicleta do que ir a pé ou ir de ônibus. E a sua faculdade coloca lá um bicicletário, você consegue ir de bicicleta? Você vai ter a bicicleta usando todo dia? É uma política de lazer, é uma opção de lazer, que é usar, passear de bicicleta no final de semana. Então, é um estímulo, nesse sentido.</p> <p>- Bicicleta cabe no esporte! Por exemplo, o grupo que a gente chama de ciclo ativistas, né, o grupo de ONG mais atuante em Belo Horizonte é o MountainBike BH, na área de bicicletas. O MountainBike é uma atividade de lazer que é muito feita em Belo Horizonte. É sair da cidade pra fazer as trilhas no mato, com aquela bicicleta feita pra uso na montanha. Isso é uma atividade esportiva de lazer, né, não é o esportivo de competição, mas é um esportivo de lazer. Então esse, esse grupo é um grupo que está defendendo esse espaço e atua na política pública. Então, eu acho que bicicleta, mobilidade e lazer tem tudo a ver. E tem um espaço até pra dialogar mais.</p>
---	--	--

Quadro 4: Concepções de Participação Popular

Quadro 4: Concepções de Participação Popular		
Entrevistado	Qual a sua concepção de participação popular?	Houve participação popular na elaboração/constituição do(s) projeto(s)? Está prevista participação popular em algum momento da realização da Copa do Mundo em Belo Horizonte e/ou no período anterior ou posterior ao megaevento?
	<p>- Então, eu acho que essa discussão de participação tem que ser bem dosada do ponto de vista do ambiente institucional em que a gente está inserido, das possibilidades. Porque também gerar participação onde vai ter quebra de expectativa é muito complicado, ou seja, você não pode prometer qualquer coisa, porque a gente tem que cumprir um calhamaço de requisitos da FIFA. ', a gente tem um ambiente muito limitado das ações. E as decisões foram tomadas do ponto de vista de otimizar gasto público, de gerar os melhores incentivos pra entrega da obra no prazo, pra redução do risco construtivo por parte do Estado, de novo, nessa ótica do gasto público e afins.</p> <p>- [...] o projeto de Planejamento Integrado, ele foi apresentado na Assembléia. A Assembléia é um espaço que é participativo? Sim. Teve uma audiência pública por causa dele? Teve. O projeto, enquanto projeto, dentro do nosso orçamento, ele é discutido de aprovado pela Assembléia – PPA. Então, o que foi feito foi feito com participação, com representantes? Sim, segundo a democracia.</p> <p>- Não estou falando que não teve uma participação nos modelos de um Conselho Nacional da Juventude, uma coisa, mas, de novo, que tira diretrizes. E o grande ponto é: as diretrizes estavam, de alguma forma, colocadas e o tempo não favoreceu. Um processo de participação popular do Conselho, por exemplo, demora coisa de seis meses, um ano. E, de novo, nós não estamos falando de uma miríade de possibilidades. Eu acho que existem essas fórmulas legítimas e estabelecidas do processo, tanto orçamentárias quanto de planejamento, que são submetidas às instâncias normais. Existe o canal de comunicação pra sociedade colocar; e ainda existe essa ação e atividade que não é obrigatória, mas é um dever do ponto de vista moral de estar em contato permanente, desse diálogo com a sociedade</p>	<p>- Eu acho que a pergunta é outra: houve participação popular na escolha na decisão de o Brasil ser sede da Copa do Mundo? A resposta é não. O Governo Federal, quando foi decidir, não fez nenhum grande ato ou nenhum grande plebiscito se queríamos ou não ser sede</p> <p>. - E, aí, você pode falar assim: “Mas no planejamento da Copa do Mundo teve envolvimento da população?” Muito mais discreto do que poderia ter tido. Mas a gente tem que lembrar sempre que a gente tá (sic) num momento complicado, ou seja, o planejamento foi feito em 2010, que era um ano político eleitoral e que não tinha as melhores condições institucionais de se fazer um grande movimento participativo, porque, obviamente, estariam misturadas as questões partidárias.</p> <p>- E, no tange à participação, então enquanto não tivemos uma participação estruturada, nunca nos furtamos, até hoje não nos furtamos à obrigação de disseminar, de estar, responder, participar do ponto de vista de disseminar a informação, de instar em vários fóruns. A gente chega a fazer mais de três apresentações semanais sobre o que é feito aqui, em termos de Copa do Mundo pra diversos públicos, desde faculdade, passando por sindicatos, por grandes eventos de interessados setores e fornecedores, ou seja, uma miríade de espaços públicos, arenas de discussão e que acaba que isso é levado, apresentado. E você recebe sempre algum tipo de imput, que você vai trabalhando e moldando isso. Mas, de novo, a nossa orientação principal não foi aquilo que a gente queria que fosse feito, mas aquilo que a gente tinha que fazer e que diante da obrigação foi levada a cabo.</p> <p>- A gente sempre teve o site, ou seja, os portais, principalmente o do Mineirão sempre teve aberto e os fale conosco normal, ou seja, o canal existe. Se você perguntar: “Existe um grande fomento pra esse canal pra que todo mundo dê sua opinião?”. Não, a gente nunca fez nenhuma grande campanha, porque a gente também não julgou ser essa a melhor aplicação dos recursos públicos, uma vez, de novo, mistura vários tipos de sentimento. Nós estamos falando do futebol, cruzeirenses e atleticanos, por natureza, têm sentimentos opostos e vão sempre pensar na paixão. Então, instigar uma coisa muito mais participativa, com relação ao Mineirão, por exemplo, não é algo que ajude a construir.</p> <p>- Os momentos de consulta pública naturais, os processos, por exemplo, de PPP que nós fizemos.</p> <p>- Fora isso, especificamente nos equipamentos Mineirão e Independência, você tem um trabalho muito rígido de condicionante ambiental com a comunidade do entorno, ou seja, que ela, sim, tenha uma participação alta no diálogo dessas políticas.</p> <p>- Então, aqui em BH a gente viu um movimento inicial do “Abre a Copa no Mineirão”, mas, que no fundo também, teve um ator político importante, que comprou essa bandeira por trás e hoje está no Ministério do Esporte, esse movimento inclusive já perdeu muita força.</p> <p>- Tem o movimento do Metrô, mas também muito patrocinado por políticos interessados,</p>

		<p>de novo, legitimamente. E você tem ainda movimentos de minorias, daquela idéia de custo concentrado, benefício difuso; aqueles onde o custo é concentrado, eles vão se mobilizar. E, aí, tem alguns Movimentos de Atingidos pela Copa, que a gente também acha tem outros interesses que não só o dos atingidos, mas existem, são legítimos. Mas, de novo, onde aquilo, os custos são concentrados, porque ninguém se junta quando o benefício é difuso.</p> <p>- Então, todo setor comercial em serviços de Belo Horizonte vai ganhar muito com a Copa do Mundo e com o novo equipamento do Mineirão, no sentido de que vai trazer muita gente ou pode trazer muita gente pra comercializar. Só que cada um o benefício dele é extremamente difuso. Eles, a mobilização desse grupo é muito menor do que daqueles dez ou vinte que perderam o emprego direto que tinham com o Mineirão e que se juntaram e fizeram um pequeno movimento, onde tinha um custo concentrado. Então, acho que eles existem, são legítimos, a gente vai trabalhando bem com eles no sentido de dar as respostas cabíveis e apoiar, na medida do possível, das informações. Mas não há uma maior participação, nunca houve, a meu ver nenhuma grande demanda por participação num âmbito maior</p>
--	--	--

B	<p>- Olha, eu não sei, porque todo projeto, toda obra dessa normalmente tem audiências públicas, né, onde as pessoas podem se manifestar. Depois vem a parte de licenciamento ambiental, que tem também as audiências públicas. Então, acho que os processos, os processos eles estão construídos em cima de possibilidade de participação popular. O que às vezes acontece é que as pessoas reclamam muito que não participaram, mas na hora em que podiam participar, eles não quiseram participar. Eles querem participar numa fase que não é uma fase adequada deles participarem, não é?!</p> <p>- Então, existe uma fase quando se tem uma concepção do projeto: “como nós vamos fazer?”, discute com a comunidade, né?! O que nós estamos fazendo agora, nós estamos discutindo com a comunidade. Nós estamos dando chance de uma participação popular, tanto na comunicação das nossas intenções, como também ouvir deles as necessidades. E ver de que forma também nós podemos nos adequar a essas necessidades, né?!</p> <p>- Então, por exemplo, aquele público que vende, os vendedores ambulantes do Mineirão do passado, o quê que (sic)vamos fazer? Não é um problema nosso, é um problema social sério, muito sério, que precisa ser resolvido, né.</p> <p>- Então, quer dizer, a gente tem que conversar com o Governo pra ver de que forma que a gente pode propor idéias, sugerir soluções pra esse pessoal. Talvez o caminho correto era (sic) a gente treinar, capacitar profissionalmente todos eles e botar eles exercendo funções dentro da estrutura do Mineirão. Aí, já num regime de trabalho formal, né, não mais na informalidade, como eles eram antes, carteira assinada, fundo de garantia, né.</p> <p>- Então, capacitação profissional, capacitação profissional não só do barraqueiro, mas também da família dele, da esposa, dos filhos que já estiverem já em idade de trabalho, pra que eles também possam gerar renda pra a família, entendeu?! Eu acho que tem idéias, aí, muito boas de trabalhar essas questões. Agora, a participação popular no processo ela existe. Agora, as pessoas também têm que estar dispostas a participar.</p> <p>- Eu acho que primeiro: existem as entidades de classe, não é?! Tem associação de bairro, tem as entidades da sociedade organizada, em vários aspectos, tem a própria Federação do Comércio, Federação da Indústria. Então, quer dizer, eu acho que tem aí os movimentos sindicais, os movimentos de igreja, de religiosos, né?! Eu acho que tem várias formas de se organizar, né?! E tem que essas organizações também procurarem saber como que elas podem participar. Não é só ficar de braços cruzados esperando alguém chamar.</p> <p>- O que eu posso dizer da nossa parte como empresa nós estaremos sempre abertos pra comunidade, não teremos nenhum tipo de dificuldade. Até porque entendemos que esse feedback que a comunidade nos dá, esse feedback que o usuário do estádio vai nos dar é que vai construir nosso sucesso.</p> <p>- Mas eu acho que é aquele negócio: o que a gente quer ouvir a comunidade pra ver de que forma, que tipo de contrapartida que pode ser feita pra que se compense, mitigue, né, se reduzam (sic) os impactos que esse tipo de coisa acaba acarretando, normalmente.</p>	<p>- Olha, a Copa do Mundo, até pelo tamanho dela, do evento, megaevento que ela é, ela acaba elitizando um pouco. A participação popular ficou muito prejudicada numa Copa do Mundo, né. Apesar de haver um esforço da FIFA em ter algumas ações, tipo os fanfests que eles fazem, os telões que eles botam na cidade, pra que as pessoas possam ver os jogos e tal. Mas aquela emoção do estádio acaba, sendo, realmente, pra menos ainda, pra privilegiados, mesmo, até pelos custos dos ingressos, que não são baratos.</p>
---	--	---

C	<p>- Olha, eu que acho que sim, né, porque, de certa forma, né, é uma cidade que já tem uma vocação de cidade de negócios. Isso já é então uma vocação popular - a área hoteleira, a área de restaurante, a área turística, a própria área de comércio. Belo Horizonte tem a maior feira urbana aberta do Brasil, né, que é a Feira da Afonso Pena que vende artesanato. Isso, de certa forma, é uma participação popular, em que traga um evento desse porte, né?!</p> <p>- [...] oportunidade. Várias pessoas, os jovens, principalmente, né, vai ter aí uma grande chance de participar como voluntariado, né?! É uma porta de entrada para o trabalho. É uma porta de entrada, né, pra na frente conseguir uma carteira assinada, um local de trabalho, quer seja na área de hotelaria, uma outra área qualquer, né.</p> <p>- [...] agora dia 16 vai ser inaugurado o cronômetro regressivo dos mil dias pra Copa, né?! E Belo Horizonte vai ser uma cidade que foi agraciada em receber uma comissão da FIFA, que virá nos prestigiar aqui na inauguração desse relógio. Então, assim, é a participação popular, né?! À medida que vai ter telões na Praça da Liberdade e tal, e que o povo pode estar participando. E dali pode ver a seriedade com que tá (sic) sendo tratado pelo Governo do Estado, pela Prefeitura.</p>	<p>- Eu acho assim, ela já está ocorrendo. Às vezes a gente não percebe (sic) porque fica um pouco isolado, né?! Mas já houve algumas reuniões com a comunidade ali do bairro São Luiz, com relação ao Mineirão, o impacto do estádio, do novo estádio, né?! Está tendo reuniões com entidades de classe representativas – taxista, CDL, hotelaria, por aí vai, área de turismo, a área da saúde tem participado, a nossa área da mobilidade através nas nossas CRTTs - os Conselhos Regionais de Transporte e Trânsito -, que é a oportunidade que a gente tem levado. Eles perguntam, se nós não temos a resposta, depois devolvemos pra eles, né, através de nossa Assessoria de Mobilização Social, através da imprensa.</p>
	<p>- Eu acho que a participação popular ela é fundamental, né, que até voltando àquele primeiro, às primeiras perguntas sobre a questão do site, sobre a informação à população, é fundamental que a população participe, né?! Então, o que a gente faz hoje, nesse primeiro momento, é ser, é participar de todas as chamadas, todos os convites que nós recebemos, tanto, né, em eventos da sociedade organizada, quanto em escolas. Nós, né, todo convite que a gente recebe pra gente ir não sei aonde falar sobre projetos, explicar que a gente tá (sic) fazendo, a gente aceita todos eles.</p> <p>- E o que a gente quer é fazer é, a partir dessas ações, de envolver a população, e a partir também da internet, de redes sociais, que a gente consiga ter ali uma geração de informação. E que a própria população entre fale assim: "Olha, não estou gostando disso!" ou "Vocês já pensaram naquilo?". E isso servir como uma base de troca de informação entre o Comitê e a população, de uma forma geral, né?!</p> <p>- Então, o que a gente vem, outra coisa que a gente faz também é que a gente recebe muitos projetos, né?! Têm diversos projetos, diversas pessoas, às vezes físicas, às vezes jurídicas, elas vêm: "Olha, estamos pensando em fazer isso assim, eu acho que isso pode agregar com o serviço público.". Então, a gente tá (sic) sempre aberto a ver essas alternativas e essas possibilidades, que, às vezes, vêm muitas idéias interessantes, pra que elas realmente façam, tenham nosso apoio e façam, viabilizem, né, façam parte do próprio projeto.</p> <p>- Existem, no turismo existe claramente, né, eles já estão todos. A gente tem reuniões periódicas, cada um dividido no seu grupo. A gente faz reuniões de explanação apresentando, eles interferem com o quê que (sic) eles estão fazendo. A gente tem, praticamente, uma carteira pública e privada, do que tá (sic) sendo construído juntos, assim.</p> <p>- A cultural nós vamos começar agora. Então, a gente já tem tido várias reuniões com algumas ONGs, com algumas entidades, com algumas empresas e a Fundação de Cultura, que a gente tem até essa semana a Câmara Temática de Cultura lá em Brasília. Então, o Governo Federal tá (sic) começando agora a definir diretrizes, como que essa área vai ser trabalhada. É uma câmara temática que, na realidade, ela trabalha com cultura, ações sociais e educação. E é importante que tenha um alinhamento federal, estadual, municipal, pra que a gente consiga ampliar isso pra</p>	<p>- Não. A participação popular, na realidade, na construção do Planejamento Estratégico foi, realmente, definido (sic) por um grupo pequeno. Agora, a construção de cada projeto, por exemplo, o turismo. A gente fez um trabalho com o turismo em que a gente chamou as entidades, empresários, todo o trade turístico, né, pra participar, pra fazer o levantamento de projetos - o quê que (sic) é importante, o quê que (sic) não é-, imprensa.</p> <p>- Na área cultural, a gente tá (sic) tentando iniciar esse trabalho também, chamando todos os envolvidos na área social, na área cultural, grupos de teatro, assim, né, tem várias entidades também que participam e que atuam num trabalho cultural.</p> <p>- A gente entende que tanto na África do Sul, quanto na Alemanha, diversas conversas que a gente teve com os organizadores desses dois países é que é impossível e não é interessante que o setor público faça sozinho. E não é interessante, não é interessante por vários motivos: primeiro que a gente não vai conseguir fazer tudo. Segundo que é importante que a população sinta que, na realidade, é (sic) eles que tão (sic) recebendo o evento. Não é um evento público, assim, no sentido da gestão pública, é um evento amplo pra população.</p> <p>- [...] O setor público faz determinadas ações e o privado determinadas ações.</p> <p>- Agora, tem projetos que são restritamente públicos, por exemplo, Plano de Mobilidade para a Copa? É público, é responsabilidade da BHtrans, dos né... Segurança? É público, não tem como a gente dividir isso com a população. Agora, o que tiver afinidade, assim, de desenvolvimento junto, em conjunto com a população, a intenção é que seja feito conjunto.</p> <p>- Olha, eu acho que a população em geral, ela vai participar na cidade, né?! Nós vamos fazer uma série de eventos de jogos, as fanfests e as PVEs – as PublicViewingEvents, que eles falam que são as áreas de exibição dos jogos. Nessas áreas a gente quer promover show, promover uma série de ações culturais pra que motive a festa, assim, né?! Então, a intenção nossa hoje é que a gente faça um evento desses em cada regional. O nosso receio de concentrar tudo numa área só é a própria mobilidade, de não dar conta e ter algum tipo de dificuldade de acesso.</p> <p>- [...] Então, eu acho que pra população vai ser muito interessante porque vai ser um momento em que Belo Horizonte vai tá (sic) recebendo (sic) pessoas de fora, né, acho que a gente não tem essa experiência, né?! E eu acho que nós, por natureza, somos acolhedores, a gente gosta de receber gente de fora, isso faz parte da nossa.</p>

	população, né?!	<p>- O estádio é um outro ponto que eu acho que a população vai ter acesso, mas num número muito menor, primeiro, pelo número realmente menor de espaço, de pessoas, né, são 70 mil...</p> <p>- Setenta mil pessoas como capacidade do estádio. E são ingressos mais caros, são ingressos... Na realidade, a região do Mineirão ela vai ser, vai existir uma região marcada em volta, que é a parte de exclusividade da FIFA. E, nesse momento, ela passa a ser dona, né, entre aspas, desse perímetro. Então, assim, ela vai, ela que dita as ordens de valor de ingresso, quem entra, quem não entra, como que funciona.</p> <p>- [...] Eu acho que a nossa festa vai ser muito maior, porque a nossa população ela é festeira por natureza e ela adora futebol, né?!</p>
E	<p>- Olha, eu não vejo nada que tá (sic) sendo feito aí sem uma participação forte popular. Porque não é porque tá (sic) sendo feitas grandes melhoras que ele vai se elitizar, muito pelo contrário, tem que se popularizar.</p> <p>- Porque isso aí é cultura, isso aí é desenvolvimento de um povo. Então, ajudar um povo a entender o que tá (sic) sendo feito e apoiar que o povo participe mais ativamente de todo, de tudo isso que tá (sic) sendo construído aqui é um passo gigantesco pra gente melhorar fortemente a nossa cultura, a nossa compreensão, nossos valores, a nossa ansiedade por saber mais, por realizar mais, por ter mais, por poder mais.</p>	<p>- Olha, a população participou, mas nós achamos que a população vai participar muito mais, agora, a partir do ano de 2012, que nós vamos incentivar muito o uso da internet, o uso das visitas, o uso dos jogos de futebol que já vão começar nos estádios novos. O Independência já vai estar pronto para o próximo ano, o Mineirão já vai estar pronto para 13, tanto na parte interna, quanto na parte externa. Eu acho que é aí que nós vamos ter uma participação muito mais efetiva da população de como usar, de como melhorar todos esses investimentos que está (sic) sendo feito(sic).</p> <p>- Olha, isso foi feito a várias mãos, não é, principalmente com a presença da Prefeitura e do Estado. E do Estado através de várias secretarias, através de uma participação até mesmo popular. Eu falo até mesmo popular porque não foi ampla, mas foi selecionada, de, vamos dizer, de bases da sociedade que participaram.</p> <p>- Por isso é que eu estou vendo que, depois que essas obras ficarem prontas, a participação popular, em si, física popular vai ser muito maior, não é?! Mas, é... Inclusive através do instrumento mais importante que nós temos hoje de comunicação que é a internet, onde (sic) hoje, cada vez mais, um número maior de pessoas tem computador, tem acesso a computador, vai poder se posicionar. Hoje nós temos aqui vários sites, temos uma demanda muito grande, demanda que eu falo uma participação muito grande popular nos sites que a Secretaria da Copa tem e as outras Secretarias de Estado, mas, principalmente, a Secopa. Nós temos, cada vez mais, muito crescente o número de pessoas que participam diretamente das discussões da Secopa, através da internet.</p> <p>- Eu não sei te dizer. Eu não sei te dizer se caberia, por exemplo, fazer um plebiscito pra gente decidir se ia entrar na Copa do Mundo, ou não, por exemplo. Não é decisão de Belo Horizonte, é decisão do Brasil. Caberia? Por que é que a gente se candidatou? Primeiro, a questão é essa: seria importante realmente pro Brasil entrar uma Copa do Mundo, ou não? E foi consultada a população? Isso foi informado o tempo inteiro, foi discutido, provavelmente passou pelo Congresso Nacional pra aprovar, porque houve o comprometimento de uma candidatura. Ponto.</p>
F	<p>- Olha, não tem dúvida, que a participação popular ela torna a política pública, ela... Eu entendo que ela é uma coisa de duas mãos: ela tanto melhora a política pública, o fato de você ter a oportunidade de a cidade estar participando, quanto ela melhora a própria participação na hora (sic) que a população entende a política pública. Então, é uma coisa de duas mãos. A gente tem uma dificuldade hoje em dia, na questão de participação popular, especialmente em Belo Horizonte, que tem uma cultura de participação muito forte, que é de conseguir mobilizar pras (sic) discussões. Então, existem alguns canais que estão estabelecidos, que normalmente eles são ocupados por um grupo de pessoas ou muitas, que estão, aí, há algum tempo nesse trabalho de</p>	<p>- Da Copa do Mundo eu não sei exatamente se houve alguma... Eu acredito que não teve nada específico de participação popular para a Copa do Mundo. As ações do Plano de Mobilidade, em si, o que teve foi uma articulação com representantes organizados da sociedade. Então, a gente teve algumas conversas, por exemplo, nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, da Política Urbana, que tem representantes de diversos setores. A gente discutiu com outros setores do poder público municipal, estadual; trocou algumas informações, não tantas, mas trocou com as Comissões Regionais de Transporte. Então, são setores organizados. Não foi uma coisa chamativa pública, nem nada.</p> <p>- O que a gente fez, do público em geral, foi dar muita informação. Isso sempre foi muito</p>

<p>participação.</p> <p>- Então, eu entendo que a gente tem que ter, a gente que sempre tar (sic) buscando esse diálogo. Agora, o diálogo não é necessariamente, ou não é o tempo inteiro, ou não precisa ser o tempo inteiro, ou pode não ser o tempo inteiro um diálogo de: “Vamos lá consultar o que a população quer pra depois desenvolver a política pública.” Eu acho que é um diálogo de: “Vamos o tempo inteiro saber o que a população quer, vamos o tempo inteiro propor políticas públicas, estar ouvindo a reação das pessoas ao que a gente propõe. E vamos uma parte compartilhando as decisões com a população.”</p> <p>- [...] A política de participação popular que mais vingou, que mais tem acontecido é o orçamento participativo, que pouco dialoga com a parte de mobilidade, a não ser alguns projetos que são discutidos lá ou alguma coisa muito local.</p> <p>- Então, o que a gente constrói são canais de participação para dialogar. E isso Belo Horizonte tem muito, não é pouco, não. Tem um monte de conselho, um monte de reunião, um monte de audiência que acontecem. O que não quer dizer que todo mundo é consultado, é óbvio. Isso existe e muito. E isso é suficiente pra todo mundo achar que tá bom? Isso é suficiente pra ter o diálogo, pra gente levar o diálogo a 100% da população, pra concordar com tudo? Não dá. Até porque a política é essencialmente a arte do conflito, né, do jogo de interesses. Você nunca vai ter todo mundo atendido.</p> <p>- Realmente me dá um pouco a impressão de que a gente pode sim e tem que tar (sic) o tempo inteiro discutindo a participação popular. Formas disso, o tempo inteiro. Acho que isso é absolutamente legítimo e a gente tem que batalhar por isso. Agora, achar que já resolveu o problema não é verdade e tem vários formatos. Eu tenho um texto, acho que é, eu não sei se é do Niesab, de quem que é, que eu li há muitos anos, que fala que participação é conquista. Participação, porque a grande crítica que se faz em Belo Horizonte é exatamente essa, que os canais de participação foram oferecidos pelo Estado. E que isso já deslegitima a participação em si, que a participação tem que ser conquistada pela população. Então, a gente pode inverter: será que a cidade de Belo Horizonte quer participar tanto assim? Tá (sic) batalhando por essa participação? E, aí, cabe ao Governo saber atender a essa demanda.</p>	<p>divulgado, houve sempre uma troca de informação, através da imprensa, através de eventos e tudo mais. Mas não foi exatamente uma política (sic) que a gente fez muitas audiências ou muitas plenárias e tudo mais. Nos projetos agora que a gente implanta, cada projeto agora tem audiência pública. Nos BRTs tem audiência pública. Agora mesmo, a gente tá (sic) passando por uma rodada pra cada região da cidade tar (sic) apresentando o que está previsto de mobilidade. Apresenta a rede cicloviária, apresenta a rede de BRT, apresenta tudo. Então, isso vem acontecendo já há alguns meses. Então, esse diálogo existe o tempo inteiro.</p> <p>- O que pode... Eu não sei te (sic) dizer como é que poderia ser feito, ter um Comitê Popular da Copa do Mundo, eu não sei, não sei como é que poderia. Eu não consigo nem imaginar. Porque uma coisa, que quando a gente fala em ter participação popular não é tudo, obviamente, né?! Não existe, não existe uma participação... Não é que não existe. Existem modelos de participação popular plena. Mas não é o que a gente tem praticado no Brasil. Talvez, não sei se caberia numa cidade do tamanho de Belo Horizonte.</p>
--	--

Quadro 5: Impactos e Legados

Quadro 5: Impactos e Legados					
Entrevistado	A atual gestão do(a) Estado de Minas Gerais/Prefeitura de Belo Horizonte visa atingir algum objetivo para a cidade de Belo Horizonte através da organização e realização da Copa do Mundo de 2014? Se sim, qual(is)?	Existe alguma dificuldade para a realização da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte? Se sim, qual?	Em sua opinião, em quais as áreas o(s) projeto(s) poderá ter impacto? (Cultural, Econômico, Político, Educacional, Social, etc)	De que forma a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, poderá contribuir para a cidade de Belo Horizonte e seus habitantes?	A realização da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte poderá produzir contribuições negativas para a cidade e seus habitantes. Se sim, quais? *
A	<p>- E, no fundo, o que a gente está buscando como grandes impactos dessa Copa do Mundo é a questão de visibilidade, ou seja, da imagem do estado e da geração de novos negócios, ou seja, alavancar a economia, e esse impacto então até em termos de PIB com a Copa do Mundo.</p>	<p>- Eu diria desafios. - Eu acho que os principais são: essa, a nossa estrutura federativa, estrutura de controle. - Ou seja, então, a gente tem um excesso de controle e não é à toa que a coisa mais difícil que tem hoje é fazer uma licitação. Fazer porque todo mundo fica muito apegado aos detalhes e perde a visão do todo. - Existe muito o que controlar, em termos a gente tem os escândalos de corrupção e tudo mais. Mas acho que isso tem que de fato terminar, mas a gente vive um pêndulo, porque junto com a corrupção você trava; na busca de acabar com a corrupção você cria um engessamento muito grande da máquina. E dá uma autonomia muito grande a esse grupo de controle, é, ou seja, a esse grande número de órgãos de controle que fica sempre fora do timing da entrega e do fazer. Então, se a Copa do Mundo for esperar eles, com certeza, ela não</p>	<p>- Você tá (sic) pensando num equipamento de 64 mil pessoas, como ele vai ser, 64 mil pessoas é o que vem de turista de negócio ao longo de talvez um ano, na cidade de Belo Horizonte. Você pode então, na medida em que você tem um grande evento, um grande clássico, um grande show, se você encher esse Mineirão de gente de fora, você tem, num dia, aquela movimentação de turistas e de serviço. E, aí, de novo, o impacto econômico é fundamental. Copa é negócio, Mineirão é negócio, futebol é negócio. É paixão, sem dúvida, mas é fortemente um espaço de negócio. - E, aí, eu acho que a mudança é no nível de bem estar da sociedade, porque, de novo, quando a gente tá (sic) falando em gasto, a gente tá (sic) falando em bem estar. As pessoas compram aquilo que elas apreciam e aquilo que pra ela tem valor. Então, se a gente tá (sic) oferecendo um negócio que não existia antes e que tem valor pra ela, a gente tá (sic) aumentando o nível de bem estar da sociedade, tá (sic) criando equipamento novo</p>	<p>- Eu acho que é uma grande oportunidade de as pessoas conhecerem o Brasil, além do eixo Rio-São Paulo. - E Belo Horizonte é uma grande capital, uma grande cidade. E Minas Gerais é um grande estado, com suas belezas dignas de estar nessa imagem e, de novo, a imagem é só a primeira coisa que vai. Muito fluxo de turista, de negócios, de oportunidades de serviço é gigantesca. Fora isso, ficam todas as melhorias que não seriam possíveis sem a Copa do Mundo. Então, todo esforço que a gente faz no Mineirão não é porque a gente priorizou o Mineirão, em detrimento de outras políticas públicas. É porque existe um compromisso com a FIFA de colocar o Mineirão em pé. - Então, ele só é viabilizado hoje pela Copa do Mundo. Sem a Copa do Mundo a gente não teria essas grandes reformas, ou não teria nesse tempo que estamos tendo, tanto do Mineirão, quanto das obras de mobilidade, quanto da reforma do aeroporto, que ainda tem que ganhar ritmo necessário. Mas, de novo, o senso de urgência dado por uma Copa do Mundo ele existe. E isso é bom pra todos, na medida em</p>	<p>- Se a gente fizer um trabalho mal feito, a imagem que é boa ela pode ser ruim. [...] Então, do mesmo jeito que a imagem pode ser uma imagem muito positiva, tanto por incapacidade nossa, quanto por tragédias, podem trazer imagens muito ruins para o mundo, do ponto de vista de um grande evento. Ou seja, você tem muita gente reunida, digamos que você tenha um atentado terrorista. Isso pode marcar como um grande legado negativo pra cidade.</p>

		<p>acontece no Brasil.</p> <p>- E, aí, eu acho então que, de novo, caindo, entrando no papel de gestor dentro dos governos subnacionais a grande dificuldade é fazer acontecer com um limite de recursos. E, aí, você tem que caminhar pra fazer muito em parceria e criar fórmulas novas de execução. E acho que é o que está sendo feito. E, de novo, nós vamos ter a copa possível, uma copa que vai ser um grande show. De novo, acho que o brasileiro nasceu pra essa questão de evento, a gente faz isso com uma naturalidade muito grande, de improviso.</p> <p>- E, aí, se a gente for entrar em detalhes, aeroportos, obviamente a questão cultural, a nossa mobilidade, aqui em Belo Horizonte o Metrô é uma ausência histórica e não é a Copa do Mundo que vai resolver isso. E, de novo, ela histórica porque ela é uma companhia federal e não vai... Os nossos grandes gargalos hoje em Belo Horizonte e em Minas Gerais são federais: sejam BR's, sejam aeroportos, seja esse transporte de massa. E o que a gente vem fazendo é inventando. E o Governo Federal caminha no seu ritmo. Então, a gente tem que fazer no ritmo que é possível.</p>	<p>pra trazer mais atrações. Então, eu acho que o Mineirão é esse pacote. Fora, obviamente, o pacote de visibilidade. Ele vai ser um grande cartão postal, como sempre foi. E com grande visitação e tudo mais, um cartão de Belo Horizonte.</p>	<p>que vão ficar ativos, fora a questão de imagem, de impacto econômico.</p>	
--	--	---	--	--	--

B	<p>- Você tem uma atenção do mundo, que tá (sic) toda voltada pra cá, né. Os negócios são extremamente incrementados com a Copa do Mundo, a parte, a vida econômica de uma cidade, de um estado, de um país. A questão do esporte também ela fica bastante em evidência, né. Então, eu acho que tem um ganho técnico-esportivo também com a Copa do Mundo, ela deixa um legado. E é uma oportunidade para uma geração, ou duas gerações de ter de perto, de ver de perto esse evento mundial. Eu mesmo, eu tenho 50 anos e nunca vi uma Copa do Mundo. Vou ter a oportunidade de ver e, possivelmente, será a última que eu vejo aqui, ou a única que eu verei.</p> <p>- [...] Eu acho que é um marco pras (sic) gerações de um país ter a Copa do Mundo, haja vista até os resultados colhidos com eventos em outros países, onde teve a Copa do Mundo.</p> <p>- [...] dos estádios, a motivação que trouxe a toda comunidade em torno do futebol. Então, eu acho que realmente é um evento politicamente também ele é muito explorado, né, pelos governantes, pelo pessoal da política. Mas, efetivamente pro(sic) povo, pra população de uma forma geral, eu acho que fica é esse legado esportivo e também a possibilidade de movimentação da economia.</p>	<p>- Então, por exemplo, vamos dizer as dificuldades: você tem que pensar em hotelaria, em transportes, mobilidade, uma série de coisas. Por exemplo, hotelaria em Belo Horizonte é uma dificuldade. Eu tô(sic) aqui desde dezembro, eu tenho dificuldades em me instalar aqui, de buscar hotelaria. Você tem uma rede hoteleira muito antiga, com custos até por essa escassez de oferta, você tem um custo elevado.</p> <p>- Transporte, a empresa parece que a prefeitura tá (sic) cuidando bem, tá (sic) abrindo avenidas, alargando, duplicando. O estádio tá (sic) indo muito bem também. E, então, fica pegando o último ponto que é aeroporto, que é um outro gargalo que Belo Horizonte também precisa resolver. Eu acredito que, se hoje Belo horizonte tivesse mais bem preparada no aeroporto e com uma rede hoteleira melhor, ela estaria aí muito forte na disputa para a abertura da Copa. Não tenho dúvida nenhuma. Eu acho que são esses dois pontos, então, que hoje deixam ela fora da briga pra abrir a Copa.</p>		<p>- Olha, eu não consigo enxergar os negativos, não. Eu só consigo enxergar os positivos, né, porque, como eu te(sic) falei: geração de emprego, geração de fonte de receita, aumento de receitas pras(sic) pessoas, né, possibilidade de ganhos nesses serviços básicos da cidade, de transporte, educação, saúde. Então, acho que o saldo é extremamente positivo, né.</p>	<p>- O que pode ter de negativo, talvez vá ser, o que pode ser melhor ou pior nesse negativo a partir de um bom planejamento. É pensar no que fazer com o legado. E, depois da Copa, o quê que (sic)vira? O quê que (sic)acontece? Não vamos ter mais tanta gente na cidade, não vamos ter os turistas da Copa. Mas nós podemos ter outros turistas aqui que vão manter o nível de atividade que estava na época da Copa. É esse o planejamento que tem que se pensar, porque senão você vai ter desemprego em massa. Não é bom, né?! Por exemplo: acabou a Copa, cadê os ocupantes do hotel? Não tem. Cadê os ocupantes aqui de um monte de táxi? Não tem. Então, você começa a ter um prejuízo de algumas classes, começa a ter desemprego, reduz o nível de atividade, em alguns setores, o setor do comércio, principalmente vai sentir muito, né?!</p>
---	---	---	--	---	---

C	<p>- Acho que o trabalho nosso ele tá (sic) inteiramente ligado, né, ao caderno de encargos de tanto Estado como a Prefeitura apresentou (sic) pra FIFA, pra ser sede a cidade, uma das sedes, né, da Copa. E a missão da Prefeitura é justamente, né, oferecer, porque são várias áreas temáticas: segurança, turismo, saúde e outras mais, né?! E a nossa de mobilidade é oferecer ao cidadão, principalmente àquele visitante, condições que ofereçam, condições que atendam as suas necessidades de deslocamento, durante a Copa do Mundo, com segurança, né?!</p>	<p>- [...] O que nós tamo (sic) tendo um pouco de dificuldade são as questões que a FIFA tem que nos passar, né?! Por exemplo, quais serão as seleções que virão jogar, aonde vai (sic) ser definidos os campos de treinamento, se vai ter algum centro de treinamento de seleções. Então, assim, essas definições a gente sabe que só vão acontecer lá pra 2012, final, meados de 2013 e tal. E, aí, isso nos, de certa forma, exige muito a nossa capacidade de visualizar, né, de estimar o quê que isso significa.</p> <p>- [...] O que nos assusta é justamente é (sic) as imposições, as diretrizes da FIFA, de quem não pode entrar na área do estádio, as questões de segurança com a presença de chefes de Estado, né?! Então, essas coisas é que, pra nós, é ainda, vamos dizer assim, um pouco estranhas, pela forma com (sic) que o evento exige.</p> <p>- É justamente que não pode, né, só vai entrar na área do estádio quem tiver ingresso, né, não entra veículo particular. Tem que ter um tratamento especial pra família FIFA. Quem que é a família FIFA? São as delegações, arbitragem, convidados especiais, convidados Vips, autoridades que a FIFA convida . E aquelas pessoas que têm algum tipo de ingresso que ela autoriza, que quem tiver com um ingresso daquele pode ir com um grupo de quatro pessoas no veículo. Então, assim, tem esse tipo de</p>		<p>- [...] Pra Belo Horizonte eu acho que, sem dúvida, que é a porta de entrada, né, para o conhecimento, né?!</p> <p>- O legado que isso pode trazer? Os investimentos. [...] Se você pegar em segurança pública, se você pegar saúde, recentemente foi inaugurado um heliponto lá no hospital, no pronto-socorro do João XXIII, aqui no Centro. Corpo de bombeiros tá se aparelhando com mais equipamentos e tal pra combate a incêndio e catástrofe e não sei mais o quê. Polícia Militar também, treinamento, né?! O nosso próprio Plano de Operação de Transporte e Trânsito, né, olha um plano desse tamanho, né, dessa abrangência que a cidade ganha, né, pra poder enfrentar, né, questões de contingência, que possam acontecer na cidade. Então, nós estaremos muito mais preparados para prestar um serviço melhor para o cidadão. Sem dizer, né, das melhorias que a gente consegue enxergar, que são mais palpáveis, né, que é a reforma, embelezamento da cidade, melhoria, aí, de asfalto, edifícios revigorados, né, recuperados. Enfim, né, é um evento muito interessante do ponto de vista de mostrar a cidade, né, pro mundo, né, o despertar. Foi o que eu falei, é o portal de passagem de uma cidade provinciana, pra uma cidade cosmopolita e tudo mais, né?! A gente aprender a conviver com muitos povos na rua, no dia-a-dia, rede hoteleira e por aí vai.</p>	<p>- [...] É uma questão mais de como nós vamos receber esse povo. E receber esse povo significa não só, né, o agente de transporte e trânsito. É aquele que tá ali na rua pra poder fazer o controle e a fiscalização do trânsito e de transporte, o policial militar que tá ali pra pode fazer a fiscalização da segurança pública e tudo mais, né?! Aquele, o gari que tá ali da limpeza urbana, o atendente, o enfermeiro da área de saúde e tudo mais. Se esse povo tiver com raiva, não quiser participar e tudo mais isso eu acho que é uma imagem ruim, uma imagem pejorativa que a cidade deixa, né?!</p>
---	--	--	--	--	--

		<p>tratamento, né?! Então, nós temos que prever o público que vai ao estádio, mesmo que ele não entre, que deve ser de três a quatro vezes a capacidade do estádio, né?! Levar o público ao estádio não é muito difícil, porque o público vai a conta gotas. Agora, tirar esse público do estádio, no caso nosso aqui, vamos por 250 mil pessoas, acabou o jogo, sai todo mundo de uma vez só, né?!</p> <p>- [...] E tentar simular qual que é a característica do povo, né?! Se vier jogar uma seleção tipo Inglaterra, tem um tipo de comportamento o torcedor; se vier o holandês tem outro tipo. [...] Às vezes, é segregar, né, é isolar, né, os torcedores hooligans do resto do povo. Então, isso significa o quê? Quem tem que fazer, né? O modo até de onde eles saem até onde vão chegar é de responsabilidade da nossa área.</p>			
D	<p>- Com certeza. Esse é até um fato que nós estamos bem atrasados, né?! O nosso site ele ainda não está preparado para os diversos públicos que a gente quer atingir.</p> <p>- E, aí, a gente, a intenção nossa é que a gente consiga que turistas tenham os acessos necessários a informações turísticas, informações de tanto de movimentação logística, quanto de hospedagem. E que eles consigam ter a informação do que Belo Horizonte pode oferecer com a antecedência necessária, de acordo com a necessidade deles. Agora, tem vários públicos também que eu acho que são</p>	<p>- Olha, com certeza teremos dificuldades, né?! E a gente vem trabalhando pra que elas sejam as menores possíveis.</p> <p>- Mas o que mais me preocupa, assim, é se a gente vai conseguir ter um benefício aquém ou superior do que a gente tem condição de ter, assim. E, realmente, o tempo tá (sic) passando. Nós instalamos o relógio dos mil dias, aquilo ali vai virar uma angústia geral pra quem tá (sic) trabalhando no evento porque cada dia a menos é um dia a menos. E cada dia a menos é uma obra que vai</p>	<p>- [...] Nosso planejamento estratégico, quando você vê, a gente tem três momentos, né?! A gente tem o momento de infraestrutura, tem o momento de pré-operação e tem o momento da operação, em si. O momento de infraestrutura eu acho que já está impactando, né, tanto que a cidade está em obra, a gente tem uma série de obras em andamento. Eu acho que a questão do BRT ainda não é bem entendida pela população - se vai melhorar mesmo, se não vai.</p> <p>- As ações de hotelaria, com aumento de hotelaria, com aumento de espaços para</p>	<p>- Olha, contribuição um: infraestrutura, né, mobilidade melhorada; melhoria de espaços de realização de eventos, o que pode causar maior giro econômico nesse aspecto de serviço, que é a nossa vocação, Belo Horizonte é uma cidade prestadora de serviços.</p> <p>- Eu acho que, com certeza, a gente vai ter um ganho em profissionalizar essa mão-de-obra nessa área, talvez em melhor condição tanto profissional, quanto até de idiomas, isso depende, na realidade do investimento da população em si, do interesse da população.</p> <p>- Então, mobilidade, a parte de</p>	<p>- Olha, existem, todos os grandes eventos têm isso, né?! Eu acho que ela pode (sic) acontecer algumas coisas a curto prazo, assim, alguma violência, alguma...</p> <p>- [...] Eu acho que pode ter uma dificuldade pontual, do dia, na época: vai ter que ter feriado, não vai que ter feriado? As empresas vão trabalhar? Em que condições? Podem ter alguns ajustes, né?!</p> <p>- Podem ter algumas torcidas violentas que vêm, a gente sabe que a torcida inglesa é uma torcida violenta, a gente sabe que a Alemanha tem algumas características de torcida violenta, então, pode trazer algumas</p>

	<p>extremamente importantes que tenham acesso às informações, que eles ainda não estão tendo, né?! Eu, como cidadã, passeio pela cidade e escuto em diversos momentos, assim: "Nó (sic), não tem nada, o pessoal da Copa não está trabalhando, não tem informação de nada". E essa é uma questão que a gente quer resolver a partir de informações via redes sociais, via site.</p> <p>- Eu acho que é muito importante, né, que sejam enxergados os benefícios que a Copa pode trazer, né, as oportunidades de emprego, as melhorias de infraestrutura, assim, tem uma série de questões. A própria capacitação e profissionalização do profissional que hoje está em Belo Horizonte eu acho que tem muito a oferecer.</p>	<p>sendo menos possível de ser viabilizada, né?! É um projeto que beneficiaria a população, que não vai atender até o período da Copa, porque não vai ser iniciado. Então, assim, essa corrida contra o quê que (sic) a gente pode conseguir alavancar e trazer investimento, utilizando a Copa como uma desculpa, entre aspas, né, é o que mais me preocupa hoje, assim.</p>	<p>eventos, isso é um problema que Belo Horizonte tem hoje, que é uma falta de espaços para eventos. Então, se a gente quer captar congressos, se a gente quer captar feiras internacionais, se a gente quer tornar Belo Horizonte uma cidade que tem um movimento, né, de eventos de negócios, que isso traz desenvolvimento, isso traz recursos, isso traz uma série de benefícios para a cidade, nós não temos espaço.</p>	<p>eventos, a parte de hotelaria também, melhor condição de hotelaria, o que isso também gera maior condição de visitantes e de eventos. A reestruturação, a revitalização de várias áreas de Belo Horizonte.</p> <p>- Há uma questão que eu acho interessante colocar é a exposição de Belo Horizonte no cenário internacional, o que isso pode ajudar na captação de, de atração de investimentos, de eventos internacionais pra Belo Horizonte. Acho que esse é um grande legado da Copa, né?!</p> <p>- A própria articulação dos diversos mercados culturais, turísticos, que hoje é muito desorganizado (sic), muito desintegrado (sic). E isso pode gerar uma integração, uma organização que vai também trazer um benefício muito grande na condição de receber o turista da melhor forma, de ter mais infraestrutura turística, mais informação.</p> <p>- Eu acho que a mudança de comportamento ela, ela pode acontecer, eu torço pra que ela aconteça em vários aspectos, na questão da amorização (sic) pela cidade da própria população.</p> <p>- [...] A gente é muito pouco enraizado (sic) em cultura, em história. E espero que algumas ações que a gente tem como interesse de fazer façam com que isso seja mais exposto e mais, que a informação chegue mais a eles.</p>	<p>dificuldades pro (sic) evento.</p> <p>- Agora, o que mais pode se fazer de negativo, se realmente acontecer alguma coisa pontual, que tem algum reflexo maior, é a imagem, né?! A gente tem que saber, realmente, bem receber. A gente tem que, realmente, ter a nossa população participando e querendo que todos se sintam bem recebidos em Belo Horizonte, pra que a gente não tenha nenhum tipo de mídia negativa. E, aí, tenha um efeito ao contrário assim, né?! Tudo o que a gente tá (sic) construindo pra ter de positivo pode ser que tenha um reflexo negativo. Esse é um risco que a gente vai ter que minimizá-lo ao máximo, pra que ele não aconteça.</p>
--	---	---	---	---	--

E	<p>- [...] Eu acho que a Copa do Mundo tem (sic) se transformou num grande gancho pra você realizar aquilo que, de fato, não tava(sic) sendo realizado em algumas áreas, ou realizar com mais celeridade, com mais rapidez. [...] Então, pra mim, a Copa do Mundo tá (sic) sendo um grande gancho, muito importante exatamente pra fazer com que nós os governantes, mesmo a iniciativa privada, que comecem a realizar as coisas que já deveriam ter sido começadas.</p> <p>- [...] Por isso eu tenho dito: Copa do Mundo pra mim não é um torneio de futebol. Copa do Mundo pra mim é uma grande oportunidade para o Brasil de melhorar sua infraestrutura, de trazer melhores condições para o povo e, principalmente, fazer obras.</p> <p>- [...] Então, tudo isso, essa somatória é que faz pra mim a grande Copa do Mundo. Por isso que eu uso uma expressão e vou continuar usando: pra mim, Copa do Mundo não é um evento esportivo, é um grande negócio, é uma grande oportunidade para todos. E o negócio é cada vez explorar melhor isso.</p>	<p>- Não, eu acho que não. Eu acho que nós vamos fazer a melhor Copa do Mundo de todas as Copas do Mundo que o Brasil vai fazer. O Brasil vai fazer a melhor Copa do Mundo do mundo e nós vamos fazer a melhor Copa do Mundo, dentro do Brasil. Porque, olha, Belo Horizonte é uma cidade muito, muito propícia pra isso. Temos uma administração municipal muito competente, que está realizando muitas obras. Temos uma administração estadual muito competente, em termos... Quando eu falo de competência, não é só competência de fazer, é competência de mostrar a transparência, é ser transparente naquilo que faz. Isso tudo pra mim é competência. Então, nós não temos nenhuma dificuldade em fazer, como nós vamos fazer uma grande Copa do Mundo em Minas Gerais.</p>		<p>- Eu digo pra você, claramente, que vai haver uma grande melhoria de vida do povo. Porque, com os eventos, com as realizações, as obras, principalmente de mobilidade urbana, as obras de aeroporto, as obras dos estádios, uma melhor hotelaria, nós vamos ter um melhor treinamento e desenvolvimento de pessoas. Porque você não esqueça o seguinte: que essa capacitação para a Copa do Mundo, o mais importante não é estar trabalhando na Copa do Mundo. O mais importante é que vai ter um grande número de pessoas que, a partir dali, vão estar no mercado de trabalho, com experiência. Nós sabemos que é cada vez maior a carência de talentos ou de capacidades ou de habilidades de serviços, de uma forma geral.</p> <p>- [...] Então, com essa capacitação que vai haver até a Copa do Mundo, pra atender à Copa do Mundo, ela vai continuar pós-Copa do Mundo, trazendo melhorias significantes (sic) pra nossa população. Eu tô (sic) convencido disso.</p>	<p>- Eu acho que o único legado negativo que vai ser (sic) é se nós não soubermos induzir pra tudo será um legado positivo. E temos que ter esse cuidado, mesmo. E temos que ter habilidade de mostrar pras (sic) pessoas, ajudar as pessoas, mostrando a importância daquele legado que ficou e a perenidade. Porque, se a população não reconhecer isso, aí pode ser um grande legado negativo. Eu acho que é por aí.</p>
F	<p>- A Copa vai... A gente enxerga ela como uma grande oportunidade. E, aí, primeiramente uma oportunidade pra antecipar algumas das decisões, pra viabilizar recursos pra alguns dos projetos.</p> <p>- Estabelecendo isso como meta, que é uma meta da Copa do Mundo, a Copa do Mundo é tida como a Copa sustentável, a África do Sul já teve isso como referência, as Olimpíadas de</p>	<p>- Dificuldade para realizar eu não acredito. Eu acho que a gente pode ainda ser surpreendido de (sic) não conseguir fazer o pacote completo que a gente queria. Mas, Belo Horizonte tá (sic) à frente de outras cidades</p> <p>. - Então, agora, pode não conseguir que tudo saia lindo e maravilhoso e o que a gente queria. Então, é perfeitamente possível a gente criar políticas</p>		<p>- A gente não sabe ainda avaliar o resultado de um projeto como esse, né?! A gente vai ter que esperar pra ver. O que eu posso adiantar que é o que a gente tem feito do ponto de vista das ações de mobilidade, elas tão (sic) todas em sintonia com o que a gente quer para a cidade. E não vejo nenhuma possibilidade de ter algo que não vá ser útil depois da Copa do Mundo. Tudo o que a gente tá (sic) fazendo é o que a cidade precisa. A gente tem que dar</p>	<p>- Agora, eu não consigo imaginar o quê que (sic) a Copa do Mundo pode deixar de negativo. Eu sei, por exemplo, que existem algumas críticas à Copa do Mundo, que é nos impactos das obras da Copa do Mundo. Como eu tô te (sic) falando, as obras, elas já estavam previstas, independentemente da Copa do Mundo ou não, não é a Copa que tá (sic) causando isso. O que talvez a Copa esteja fazendo é acelerando isso. E, aí, talvez, atropelando um</p>

	<p>Londres têm isso como referência, e aqui a de Belo Horizonte é o que a gente chama é o greengoal, né, o objetivo verde, né, que é fazer uma Copa Verde, uma Copa sustentável. Fazer uma Copa sustentável significa também que o acesso das pessoas ao estádio seja prioritariamente em transporte coletivo ou não motorizado, que ninguém imagina um grande congestionamento pra chegar no (sic) estádio, né?!</p> <p>- Então, a Copa tanto é uma oportunidade tanto pra antecipar projetos, como pra exemplificar o quê que (sic) a gente quer mudar na cidade, que é mudar a cultura. No fundo, no fundo, a gente tem que mudar a cultura pra conseguir chegar ao que a gente quer.</p>	<p>e, aí, a vantagem de a gente ter uma empresa como a BHTRANS, ou mesmo a gestão metropolitana, que a gente consegue criar políticas que compensem isso.</p> <p>- E outro dia me contaram que o estádio da Fonte Nova, que era pra ser o segundo maior do Brasil, foi inaugurado, bonitinho, em 1951. É o timing, né, não adiantou, nada, né?! Mas, impedir a realização da Copa, não existe a menor possibilidade.</p> <p>- Por exemplo, agora, um bom exemplo é o Corredor da Pedro II. O quê que (sic) aconteceu na Pedro II, que é um corredor importante, Pedro II – Carlos Luz, pra atender o acesso ao Mineirão por um lado da cidade, pra criar essa alternativa. O projeto ficou mais caro do que o que estava previsto. Então, não ia caber no orçamento da Copa do Mundo. Então, houve uma decisão da prefeitura de adiar a implantação desse corredor. Então, talvez, provavelmente, não ficará pronto para a Copa do Mundo. Mas, para a Copa do Mundo, vai ter um serviço de prioridade para o transporte coletivo por esse, por essa área.</p>		<p>um salto no transporte coletivo, na informação, na operação, na cultura, etc. Então, assim, o legado do ponto de vista da mobilidade, aparentemente, é inteirinho positivo. Não consigo enxergar nada que a Copa vá atrapalhar.</p> <p>- O que eu acho que a gente ainda pode e, aí, é um desafio pra esses dois anos que faltam, é potencializar mais, que é aquilo que eu falei da Câmara Temática da Sustentabilidade, que eu falei a política tarifária. Tem outras ações que a gente pode implantar, aproveitando a Copa do Mundo, que fiquem como legado. Então, eu falei da política tarifária pro transporte de lazer, né, praticar política tarifária diferente. Então, por exemplo, na questão de bicicletas, uma das idéias que a gente tem é que os hotéis tenham bicicleta para emprestar pros (sic) seus hóspedes.</p> <p>- Um outro legado que a gente vem discutindo, que é o uso do estacionamento do Mineirão, que tá sendo feito estacionamento lá, como bolsão de estacionamento integrado ao BRT. A gente ainda não garantiu isso como uma política que vá sobrar, mas pode acontecer.</p> <p>- Ah, tem uma coisa, que eu não falei, que não é projeto nosso, mas que a gente já tinha intenção, que é o transporte pra turista. A gente vai implantar um sistema de transporte de linhas turísticas, que já tava (sic) pensando em fazer. Isso é a Belotur que está coordenando, vai ser utilíssimo pra Copa, que a gente vai receber um monte de turistas e vai ficar pra cidade.</p>	<p>pouco, não dá tanto tempo pra cidade, ou não dá argumento pra você encontrar uma alternativa. Porque é a Copa do Mundo, você tem prazos, tem que fazer e, aí, acaba avançando um pouco mais rápido do que o normal. Eu acho que é uma crítica possível, é que esse processo tenha sido mais atropelado do que seria.</p> <p>- Ah, desculpa (sic)! A não ser que seja dívida, que a gente gasta um dinheiro que a gente não tem o que também não é o caso. Vamos pensar: quando o Rio de Janeiro fez o Pan-americano dizem que sobrou uma dívida imensa, né?! Mas, no caso dos projetos de transporte de mobilidade não tem. Não tá (sic) fazendo nada de extraordinário, pelo contrário, é uma coisa racional, que vai ter, vão ser viabilizados economicamente depois.</p>
--	--	---	--	---	--